

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da
criança em acolhimento institucional”**



Ivy Gonçalves de Almeida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte
das exigências para a obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da
criança em acolhimento institucional”**

Ivy Gonçalves de Almeida

Prof^ª. Dr^ª. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte
das exigências para a obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2009

Autorizo a reprodução total ou parcial desta dissertação para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

Ivy Gonçalves de Almeida

Ribeirão Preto, setembro de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA

Almeida, Ivy Gonçalves

Rede Social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional. Ribeirão Preto, 2009.

203 p. : il. ; 30 cm

Dissertação, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Dep. de Psicologia e Educação.

Orientador: Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde

1. Rede social. 2. Irmãos. 3. Abrigo.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ivy Gonçalves de Almeida

Rede Social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição: _____ Assinatura: _____

À Luna, minha filha, pessoa que mais amo na minha vida.

A todas as crianças que estão, nesse momento, vivendo longe daqueles que mais amam.

AGRADECIMENTOS

Às crianças que aceitaram participar desta pesquisa e me presentaram com suas histórias, músicas, brincadeiras e sorrisos. Por terem me permitido vivenciar verdadeiros momentos de encantamento.

Aos abrigos que permitiram que eu participasse um pouco de suas rotinas e conversasse com as crianças acolhidas e com seus funcionários.

À minha querida orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, por ter trazido à minha vida um pouco mais de luz e otimismo, por tudo o que me ensinou e ensinará., por toda a confiança que sempre depositou em mim e por ter acolhido minha filha com tanto carinho.

Ao meu orientador de Iniciação Científica, Prof. Dr. Jair Lopes Junior, por tudo o que me ensinou, pela confiança e incentivos, que até hoje me impulsionam.

Aos meus pais, por serem como são, pelo amor que sentem por mim e por terem apoiado todas as minhas escolhas.

Ao meu marido, pelo constante apoio e incentivo. Por me ajudar todas as vezes que tive problemas com o computador e pela formatação final deste trabalho. Mas, especialmente, por ter sido do nosso encontro e amor que a Luna nasceu, trazendo novos sentidos para nossas vidas e também para este trabalho.

Aos meus irmãos, meus companheiros de vida, pela torcida de sempre.

À querida Alda Roma, por toda ajuda, disponibilidade, carinho e amizade.

À Claudia, à Ana Paula e, principalmente, à minha mãe, por cuidarem da minha filha para que eu pudesse me dedicar a este trabalho. Sem vocês, eu não teria conseguido.

À minha psicóloga, Cristiana Gallo, por percorrer comigo parte do caminho que me trouxe até aqui.

À querida Lílian Sólón, pela forma carinhosa com que me acolheu logo que comecei a fazer parte do GIAAA e por todas as trocas, sempre muito produtivas, que tivemos.

À querida Solange Serrano e à Fernanda Muller, pela participação na banca de qualificação e pelas importantes contribuições.

À Fernanda Mariano, Solange Serrano, Lílian Sólón e Nina Costa pelo “colo” e incentivo que me deram (no congresso em Uberlândia) quando achei que não conseguiria qualificar antes da minha filha nascer .

À professora Ana Paula Soares pela leitura e comentários que fez sobre meu projeto de pesquisa. E por ter discutido, comigo e com a Nívea, vários elementos importantes dos nossos resultados.

À Nívea Maehara, pela oportunidade de aprendermos uma com a outra.

A minha querida amiga Lorena Fraga, pela nossa preciosa amizade, pela presença essencial em minha vida e pelos incentivos constantes.

À Maria Helena e Mara Ísis, minhas companheiras nas disciplinas da pós-graduação.

A todos os colegas do CINDEDI, especialmente do GIAAA, pelas trocas e contribuições imprescindíveis para a realização deste trabalho e para a minha formação profissional.

Aos professores Geraldo Romanelli, Regina Caldana, Clotilde, Nina, Edna Maturano, Marina Bazon pela aprendizagem proporcionada pelas disciplinas que ministraram.

À Daniele e à Kátia, pela transcrição cuidadosa das entrevistas.

Ao Ronie, aos funcionários da pós-graduação e da FFCLRP, pela ajuda, atendimentos e orientações.

Ao CNPq e, especialmente, à FAPESP, pelo apoio financeiro, contribuindo de maneira fundamental para a minha formação enquanto pesquisadora.

Camila: (Começa a cantar)

*“Três patinhos foram passear
Na bela montanha para brincar
A mamãe disse quá, quá, quá, quá
Não voltaram nenhum patinho de lá”.*

Entendeu?

Pesquisadora: E depois?
Tinha uma continuação, não tinha?

Camila: De novo eu vou cantar.

*“Três patinhos foram passear
Além da montanha para brincar
A mamãe fez quá, quá, quá, quá
Catando os patinhos de lá”¹.*

¹ Trecho da entrevista da Camila (nome fictício), criança de 6 anos de idade, participante da pesquisa, no qual canta espontaneamente uma versão particular da música “Cinco patinhos”, interpretada pela Xuxa. Ela e mais dois irmãos estavam abrigados naquele momento.

RESUMO

ALMEIDA, Ivy Gonçalves. **Rede Social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional**. 2009. 203f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

De acordo com o ECA, entidades que desenvolvem programa de abrigamento devem adotar, dentre alguns princípios, condutas que visem a preservação dos vínculos familiares e o não desmembramento de grupos de irmãos. Todo ser humano tem necessidade de estabelecer ligações afetivas e na separação ou ausência de um adulto de referência com o qual a criança já tenha estabelecido algum vínculo afetivo, é provável que ela estabeleça com seus pares, com seus irmãos este tipo de relação. Considerando que uma das principais causas de abrigamento de crianças é a negligência, causada predominantemente por dificuldades decorrentes da pobreza, pode-se esperar que quando um grupo de irmãos é abrigado, essas crianças muito provavelmente trazem consigo uma vivência que fez com que os irmãos ocupassem um lugar importante em suas vidas. Porém, há poucas pesquisas sobre o relacionamento entre irmãos em situação de abrigamento. Pautando-se na perspectiva da Rede de Significações, esta pesquisa teve como objetivo conhecer a rede social de crianças em acolhimento institucional, buscando investigar, sob a perspectiva da criança, como os irmãos e outras pessoas aparecem na rede. A pesquisa foi realizada em três abrigos, tendo sido entrevistados sete grupos de irmãos, num total de 18 crianças com idades entre de 6 a 12 anos. Foram realizados quatro encontros com cada criança, sendo que para a coleta de dados foi utilizada, como instrumento principal, uma entrevista com o intuito de conhecer quem a criança procura em determinadas situações relacionadas às funções de cuidados e atividades diárias (F1), proteção (F2), educação (F3), apoio emocional e relação afetiva (F4), e brincadeira e lazer (F5). Complementarmente, foram utilizados desenho e uma adaptação do Four Field Map. Todos os encontros contaram com material lúdico de apoio (família de bonecos e material para desenho). Para contextualizar esses dados foram entrevistados doze funcionários dos abrigos, além de serem realizadas notas de campo. A análise dos dados centrou-se, principalmente, em uma adaptação da Social Network Matrixs, a qual foi montada a partir das informações coletadas através da entrevista realizada com as crianças, possibilitando análises quantitativas e qualitativas. Os resultados indicaram que a rede social das crianças é composta principalmente por pessoas do abrigo e da família. Pessoas do contexto escolar são pouco mencionadas. Os irmãos são os membros da família mais citados, principalmente no que diz respeito ao exercício das funções F2, F4 e F5. Além disso, os irmãos mais velhos e os que estão acolhidos na mesma instituição são os mais mencionados. A organização da estrutura e da rotina da instituição pautada na faixa etária das crianças, não privilegia a manutenção ou desenvolvimento dos vínculos afetivos entre grupos de irmãos. Os resultados sinalizam a importância do relacionamento entre irmãos, bem como da proximidade entre eles para sua manutenção. Assim, apontam a necessidade dos abrigos reverem efetivamente suas concepções e práticas relacionadas ao acolhimento de grupos de irmãos. Sugerem também a necessidade dos abrigos viabilizarem formas de ampliação da rede social das crianças acolhidas institucionalmente. O papel inclusivo da escola também precisa ser revisto.

ABSTRACT

ALMEIDA, Ivy Gonçalves. **Social network and relationship between siblings: child's perspective under institutional foster care.** 2009. 203f. Dissertation (Master's) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

According to ECA, entities that develop programs of institution foster care must adopt, among other principles, conducts which aim to preserve the family relationships and that prevent the separation of siblings. All human beings have the need to establish affective relationships and in the separation or in the absence of a reference adult, with which the child has already established an affective relationship, it is probable that such kinds of relations are established with between siblings. Considering that one of the main causes of children going under foster care is negligence, caused predominantly by difficulties related to poverty, one can expect that when a group of siblings is put under foster care, these children probably bring an experience that made their siblings occupy an important place in their lives. Nevertheless, there are few studies on the relationship between siblings under institutional foster care. Based on the “**Network of Meanings**” perspective, this study had as objective to know the social network of children under institutional care, trying to investigate, from the child's perspective, the siblings and other people who appear in their social network. The present study was done in three institutions, seven groups of siblings were interviewed, in a total of 18 children with ages between 6 and 12 years old. The data was obtained in four meetings with each child. The main tool utilized was an interview to know who the child looks for in specific situations related to: care and daily activities (F1), protection (F2), education (F3), emotional support and affective relation (F4), and playing and leisure (F5). As a complement, drawing and an adaptation of Four Field Map were also used. In all the meetings, some play material was available (a doll family and drawing material). To contextualize those data, 12 staff were interviewed, and field notes were taken. The data analysis was centered, mainly, in an adaptation of Social Network Matrix, which was assembled with the information collected through the interview with the children, Quantitative and qualitative analyses of the children's responses, complemented by the staff's interviews, were made. The results indicate that the social network of the children is composed mainly by the institution staff and by family members. People from the school context were least mentioned. The siblings are the family members most cited, mainly with respect to functions F2, F4 and F5. Besides that, the older sib and those that are fostered in the same institution are more frequently mentioned. The structural and routine organization of the institution based on the children's age, do not privilege the development or maintenance of affective bonds between siblings. The results indicate the importance of the relationship between brothers, as well as of the proximity between them for its maintenance. So, it points out the necessity for the foster institutions' to effectively review their conceptions and practices related to receive groups of siblings. The results also suggest the need to promote ways that amplify the social network of the children under institution foster care. The role of the school in the inclusion process of those children and adolescents must also be reviewed.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1) INTRODUÇÃO	19
1.1) A QUESTÃO DO VÍNCULO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	19
1.2) REDE SOCIAL: O NOSSO PONTO DE PARTIDA	21
1.3) ABRIGOS E ABRIGAMENTOS	25
1.3.1) <i>O ECA, as normativas e diretrizes</i>	25
1.3.2) <i>Breve caracterização das crianças, de suas famílias e dos abrigos</i>	27
1.3.3) <i>E os grupo de irmãos?</i>	31
1.4) ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA NEGLIGÊNCIA	32
1.4.1) <i>A relação entre negligência, pobreza, políticas públicas e rede social</i>	35
1.5) RELACIONAMENTO ENTRE IRMÃOS	37
1.5.1) <i>Pesquisa com crianças</i>	43
1.6) OBJETIVOS	47
1.6.1) <i>Objetivo geral</i>	47
1.6.2) <i>Objetivo específico</i>	48
2) METODOLOGIA	49
2.1) REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	49
2.2) PARTICIPANTES	50
2.2.1) <i>Os abrigos</i>	50
2.2.2) <i>As crianças</i>	53
2.2.3) <i>Os funcionários</i>	71
2.3) COLETA DE DADOS E CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> PARA ANÁLISE	73
2.4) PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	76
2.5) PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	82
2.6) PROCEDIMENTOS ÉTICOS	85
3) RESULTADOS E DISCUSSÃO: DANDO VOZ AOS NOSSOS DADOS	87
3.1) ENTREVISTA	87
3.1.1) <i>Tamanho da rede</i>	87
3.1.2) <i>Os contextos</i>	92
3.1.2.1) Conhecendo melhor cada contexto	95
3.1.2.1.1) Contexto Abrigo	95
3.1.2.1.2) Contexto Escola	100
3.1.2.1.3) Outros Contextos	100
3.1.2.1.4) Contexto Família	101
3.1.3) <i>Conhecendo as funções sociais desempenhadas pelas pessoas da Rede Social das crianças acolhidas institucionalmente</i>	105
3.1.3.1) Caracterização geral das funções sociais	106
3.1.3.1.1) Função 1 – Cuidados e atividades diárias	108
3.1.3.1.2) Função 2 – Proteção	111
3.1.3.1.3) Função 3 – Educação	116
3.1.3.1.4) Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva	120
3.1.3.1.5) Função 5 – Brincadeiras e lazer	131

3.2) TAPETE.....	141
3.2.1) <i>Tamanho da rede social</i>	142
3.2.2) <i>Os contextos</i>	144
3.2.2.1) Contexto Abrigo.....	144
3.2.2.2) Contexto Escola	145
3.2.2.3) Outros Contextos.....	146
3.2.2.4) Contextos Família	147
3.2.3) <i>Níveis Afetivos</i>	147
3.3) DESENHO.....	149
3.4) MAPEANDO A REDE SOCIAL DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE: A CONTRIBUIÇÃO DE CADA INSTRUMENTO	150
3.5) O RETORNO ÀS QUESTÕES QUE NORTEARAM O PRESENTE TRABALHO.....	153
3.5.1) <i>Quem são as pessoas que fazem parte da rede social das crianças acolhidas institucionalmente?</i>	154
3.5.2) <i>Há procura preferencial por irmãos, por outras crianças ou por adultos?</i>	154
3.5.3) <i>Em que tipo de atividades ou situações as crianças abrigadas procuram os irmãos?</i>	156
4) DISCUSSÃO GERAL.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185
APÊNDICE	197
APÊNDICE 1 - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA	197
APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PRESIDENTE DO ABRIGO).....	197
APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TÉCNICOS E EDUCADORES)	198
APÊNDICE 4 - FICHA DE APRESENTAÇÃO DO ABRIGO	199
APÊNDICE 5 - FICHA DE APRESENTAÇÃO DAS CRIANÇAS	199
APÊNDICE 6 - FICHA DE CONTROLE DOS ENCONTROS PARA AS CRIANÇAS	200
APÊNDICE 7 - FICHA DE APRESENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS.....	200
APÊNDICE 8 - ENTREVISTA COM TÉCNICOS.....	200
APÊNDICE 9 - ENTREVISTA COM EDUCADORAS	201
ANEXO	203
ANEXO 1 – FOTOS DO TAPETE: DOIS EXEMPLOS.....	203

APRESENTAÇÃO

O interesse pelo universo infantil sempre esteve presente em minha vida. Desde antes da minha graduação em Psicologia tenho verdadeiro encantamento pela riqueza que nos deparamos quando nos disponibilizamos a entrar em contato com aquilo que as crianças têm a dizer.

Durante o ano de 2005 realizei um trabalho com famílias num Projeto Federal vinculado à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Este trabalho foi realizado basicamente com pais desprovidos financeiramente, que dependiam de benefícios sociais concedidos pelo governo para auxiliar no sustento de suas famílias. Tivemos a oportunidade de discutir juntos muitas questões relacionadas à infância através de grupos coordenados por mim e por uma colega assistente social. Nestas discussões, chamou-me atenção o grande número de famílias cujos filhos já tinham sido ou estavam abrigados. Foi assim que comecei a interessar-me pelas questões relacionadas ao abrigo de crianças. Desta forma, terminado o trabalho com as famílias, aproximei-me de alguns abrigos existentes na cidade, até que um deles, uma entidade não governamental sem fins lucrativos, me contratou como psicóloga.

Através do meu trabalho neste abrigo, outra oportunidade surgiu para minha grande satisfação. Aproximei-me do CINDEDI (Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil) e comecei a participar do Grupo de Investigação sobre Acolhimento Familiar, Abrigamento e Adoção (GIAAA), sendo que este projeto é um dos resultados deste encontro.

Durante o período em que trabalhei no abrigo, procurei passar o máximo de tempo possível com as crianças e foi assim que pude observar como elas se organizavam e se relacionavam entre si na ausência dos pais ou responsáveis. Entre muitas coisas interessantes, algo me chamou a atenção: grupos de irmãos em situação de abrigo destoavam das demais crianças no sentido de se mostrarem mais apegados uns aos outros do que às demais crianças abrigadas e, principalmente, o fato de um dos irmãos (menino ou menina), geralmente o mais velho, assumir uma postura maternal/paternal, no sentido de se responsabilizar pelos irmãos mais novos, provendo cuidados, atenção, carinho e limites, enquanto os mais jovens se mostravam mais dependentes. A vinculação entre irmãos se mostrou tão importante em alguns grupos que ao invés de se chamarem pelos nomes, chamavam-se de “irmão” ou “irmã” – “Irmã, vem aqui!” ou “Irmão, não faz isso!”.

Porém, foi também a partir dessa experiência como membro da equipe técnica de um abrigo que pude vivenciar o outro lado dessa história, ou seja, as práticas institucionais que acarretam a separação dos grupos de irmãos. Infelizmente, acompanhei o sofrimento de crianças cujos irmãos mais novos foram encaminhados para adoção, enquanto elas permaneceram no abrigo. Acompanhei grupos de irmãos que não tiveram oportunidade de desenvolverem vínculo, pois haviam ficado tanto tempo acolhidos em instituições diferentes que mal se conheciam.

Foi desse descompasso tão presente nesse contexto que surgiram alguns questionamentos que deram origem ao presente trabalho: Em outros abrigos, as relações entre irmãos são parecidas com as que eu observei no abrigo em que trabalhei? Será que, em diferentes abrigos, o relacionamento entre irmãos apresenta características semelhantes? Destas questões surgiram outras também importantes: E do ponto de vista institucional, como esta parceria entre os irmãos é significada pelo adulto que cuida da criança? Quais aspectos, impostos pelas instituições, podem exercer influência no desenvolvimento e manutenção da relação afetiva entre irmãos?

Na busca de responder tais perguntas, desenvolvemos este estudo exploratório que não tem a pretensão de trazer respostas conclusivas, mas sim destacar alguns indícios importantes que possibilitem a provocação de inúmeras discussões e reflexões sobre a importância do não-desmembramento de grupos de irmãos e sobre vários outros elementos que envolvem essa questão. E é justamente na atualidade, num momento histórico em que têm surgido algumas iniciativas regionais e, mais recentemente, nacionais de se elaborar e implementar diretrizes e normativas que promovam a melhoria da qualidade dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes que este trabalho pode ter ainda mais relevância.

Acreditamos, porém, que a importância maior está no fato de abordarmos o tema a partir da perspectiva da própria criança. Ao concebemos as crianças como sujeitos de direitos, promover a escuta e levar em consideração o que dizem sobre um assunto que tanto lhes diz respeito nos parece essencial e imprescindível. Como diz Bernardi (2007, p. 9), “[...] as crianças e os jovens que vivem em abrigos deveriam ser os primeiros a serem ouvidos sobre suas expectativas, participando das decisões que dizem respeito às suas vidas”. E, foi através de conversas e brincadeiras que elas nos presentearam com informações sobre a composição de suas redes sociais e sobre as pessoas que lhes são mais importantes, dentre elas, seus os irmãos.

1) INTRODUÇÃO

1.1) A questão do vínculo e o acolhimento institucional

Em linhas muito gerais, Bowlby (1990) propõem que o vínculo da criança com sua mãe é o resultado da atividade de um sistema comportamental instintivo que visa promover a proximidade da mãe. O autor preconiza, ainda, que a capacidade que os indivíduos humanos têm para estabelecer vínculos afetivos adequados a cada fase do ciclo vital de sua espécie e ao seu sexo, constitui uma capacidade tão típica quanto as capacidades de ver, ouvir, comer e digerir (BOWLBY, 1997).

Devido ao lento desenvolvimento do bebê humano, o comportamento de apego quase sempre pode ser observado em crianças a partir do segundo semestre do primeiro ano de vida, quando apresenta desenvolvimento psicomotor que permite sua maior expressão e visibilidade, tal como, por exemplo, agitação dos braços, sorrisos e gorjeios de prazer ao se deparar com o objeto de seu apego – normalmente a mãe (BOWLBY, 1997).

O comportamento de apego apresenta dois aspectos fundamentais: a manutenção da proximidade e a especificidade. Em outras palavras, a criança busca manter-se *próximo a uma figura específica*, sendo a reciprocidade também um elemento importante na relação de apego. E, embora Bowlby, mencione o estabelecimento de relação afetiva da criança com outras pessoas, principalmente familiares, o foco dessa teoria centra-se na díade mãe-criança, propondo que apenas a partir do terceiro ano de vida a criança começa a sentir-se mais segura ao ver-se num lugar estranho na presença de figuras secundárias de apego (familiares, professora da escola, etc). A partir dessa idade, o autor sugere que o apego continua se constituindo como parte importante do comportamento da criança, porém começará a sofrer algumas modificações ao longo da vida, estando presente durante todo o ciclo vital (BOWLBY, 1990).

A função primordial, apresentada por Bowlby (1990), para o comportamento de apego é a proteção. No entanto, também salienta que a mãe funciona para a criança como uma base segura para excursões exploratórias, nas quais terá oportunidade de conhecer objetos e outras pessoas.

A relação com a mãe nos primeiros anos de vida é, desta forma, de fundamental importância para o desenvolvimento saudável da criança, segundo o que propõe John Bowlby (1997). Portanto, a perda ou a separação da criança de sua mãe traz, necessariamente, danos desastrosos ao seu desenvolvimento. De acordo com esse teórico, várias formas de neuroses e

desordens de caráter podem ser atribuídas à descontinuidade na relação mãe-criança durante os primeiros anos de vida.

Diante desse quadro, como ficam as crianças institucionalizadas, que foram separadas da família por razões diversas e que por isso temporariamente, ou não, permanecerão afastadas de suas mães? O que esperar de seu desenvolvimento? O destino de cada uma delas já estará traçado?

De maneira geral, a literatura aponta efeitos negativos decorrentes de um longo período de institucionalização, mas diferem sobre a reversibilidade de tais efeitos, tal como afirmam Gallo e seus colaboradores (2007), a partir de uma revisão bastante completa da literatura.

Nesse sentido, Rutter (1995) nos apresenta um trabalho bastante importante no sentido de “desmistificar” conceitos já enraizados, tais como: a hipótese do amor materno; infância como um período do desenvolvimento mais sensível que os demais; persistência dos efeitos de experiências vividas durante a infância; homogeneidade dos resultados advindos da privação materna; e o conceito de apego. De maneira muito simplificada, pode-se dizer que Rutter, a partir de suas pesquisas e revisão de muitos outros estudos, aponta que a criança pode desenvolver relação de amor e segurança com outras figuras além da mãe. E que é enganoso pensar em apenas um período do desenvolvimento como o mais vulnerável, uma vez que a vivência de cada período tem seus diferentes efeitos e tipos de experiências. Coloca também que é preciso considerar que os indivíduos respondem de diferentes maneiras aos eventos negativos que lhes acontecem. Desta forma, afirmar que a privação materna trará conseqüências desastrosas para todas as crianças pode não ser verdadeiro. Nesse sentido, Rutter questiona se realmente há uma relação direta entre as experiências infantis de privação materna e as experiências posteriores.

Nessa mesma direção, Fernández, Alvarez e Bravo (2003) realizaram uma pesquisa na Espanha, na qual entrevistaram as famílias e os próprios jovens que haviam passado pelo menos 9 meses em acolhimento residencial durante a infância. Os resultados mostram que, apesar das condições dessas instituições não serem as melhores, o desenvolvimento dos meninos e meninas, que no momento da pesquisa já eram adultos, se mostrou bastante positivo. Apenas 15% se encontravam marginalizados socialmente, sendo que um dos elementos que estava mais associado a este fracasso era a mudança repetitiva de residências acolhedoras. Afirmando, inclusive, que diferente do que se acredita, o longo período de abrigo não exerceu tanta influência negativa, salientando que o importante não é quanto tempo se permanece abrigado, mas sim para quê, com que objetivos e com que programas.

Stanislawa (2000) relata uma pesquisa realizada no Departamento de Pediatria Social na Polônia, no qual permaneciam crianças à espera de adoção. O prazo máximo que as crianças costumavam ficar nesse local era 3 meses, porém, algumas delas por questões de saúde ou demais intercorrências permaneciam por mais tempo. Para essas crianças era designada uma pessoa, funcionária da instituição, que desempenharia a função de mãe substituta a fim de promover uma relação mais afetiva e estimuladora, a fim de garantir o desenvolvimento psicomotor e psicossocial da criança. Porém, foi observado que embora as crianças tenham se desenvolvido bem na parte psicomotora, acabaram desenvolvendo apego inseguro com as mães substitutas por várias razões, principalmente, a imprevisibilidade do comportamento da figura de apego devido às freqüentes separações, ao fato de terem que dividir a atenção da mãe substituta com várias outras crianças, entre outros. No entanto, um dos resultados que mais chama atenção foi que as crianças, uma vez adotadas, demonstraram serem capazes de estabelecer relações afetivas normais, se desenvolvendo rapidamente, principalmente, no que se refere à linguagem e nas esferas sócio-pessoais.

Poletto e colaboradores (2004) demonstram que nem sempre a criança que cresce em situações desfavoráveis terá uma vida infeliz. O estudo de Alvaréz, Moraes e Rabinovich (1998) aponta a instituição como norteadora e mediadora de situações de risco na infância, dando auxílio na formação de seus comportamentos, dirigindo e mostrando o caminho.

Diante desses e outros elementos, algumas teorias têm criticado a teoria do apego de Bowlby, relativizando a primazia da díade mãe-criança. É daí que partimos.

1.2) Rede social: o nosso ponto de partida

De acordo com o dicionário Miniaurélio (FERREIRA, 2004, p. 689), rede quer dizer: “fios, cordas, arames, etc., entrelaçados, fixados por malhas que formam como que um tecido” ou “dispositivo feito de rede utilizado em circos ou Corpo de Bombeiros, para amortecer o choque da queda de pessoas”, dentre vários outros significados.

Temos, então, a idéia de um tecido que protege, que acolhe aquele que cai. Idéia bastante oportuna em se tratando daquilo que queremos conhecer, ou seja, a rede social de crianças em situação de acolhimento institucional.

São muitas as forma de abordar e conceber o conceito de rede social. Carvalho et al. (2006), inclusive, chamam atenção para o fato de que certas palavras ou expressões costumam cair no agrado dos meios científicos ou acadêmicos, passando a ser utilizadas de forma relativamente livre, sem referenciamento recíproco, com o risco de perder sua utilidade

conceitual. Na reflexão que fazem sobre o conceito de rede social, as autoras apontam que o tratamento dado a ele difere. Desta forma, enquanto rede social é delimitada sob a forma de rede de vínculos interpessoais para alguns (CARVALHO; RUBIANO, 2004), para outros (RABINIVICH, 2002; BASTOS, 2005² apud CARVALHO et al., 2006) ela adquire outras dimensões, por exemplo, a de pertencimento à comunidade, rede sociofamiliar extensa versus privatizada, rede de obrigações morais, rede de parentesco, e assim por diante. Dada essa situação, as autoras sugerem que as dimensões adotadas sejam explicitadas para que a utilização do conceito de rede social possa ser compartilhada de maneira produtiva em diferentes níveis de análise.

Vamos, então, explicitar o nosso ponto de partida, ou seja, a concepção de rede social em que nos baseamos.

Trata-se do Modelo de Rede Social, sendo Michael Lewis um de seus principais autores. Nesse modelo refuta-se a idéia clássica da Teoria do Apego, desenvolvida por Bolwby, a qual considera que uma configuração específica de experiências sociais – que se dá com a figura materna - está diretamente conectada com as demais. Em outras palavras, pressupõe-se que haja uma figura única de apego – preferencialmente a mãe ou quem exerça a maternagem da criança – e é a partir do relacionamento desenvolvido com essa figura que terão origem os relacionamentos subseqüentes. Seqüência, determinismo e traço são as características mais marcantes desse modelo teórico, segundo Lewis (2005). Assim, considera-se que sem o estabelecimento de um vínculo adequado entre mãe-criança, conseqüentemente, os outros relacionamentos sociais também serão prejudicados.

Lewis (2005), contrapondo-se a essa concepção, argumenta que os organismos são capazes de, simultaneamente, ter mais de uma relação de apego, tal como mostra o processo de estampagem em filhotes de patos, os quais não só seguem a mãe, mas também os irmãos. O autor chama atenção, para o fato que, de forma parecida, há inúmeras evidências que sugerem que as crianças formam, ao mesmo tempo, apego com o irmão mais velho tanto quanto com o pai, a mãe e, por vezes, com o cuidador responsável por ela.

Inclusive, segundo Lewis (2005), conceber que a criança pode se apegar às múltiplas pessoas pode nos ajudar a compreender, por exemplo, o fenômeno da resiliência. O autor parte da constatação de que existem evidências de que muitas crianças apesar de terem uma relação pobre de apego com a mãe, desenvolvem-se muito bem. Então, sugere que se

² BASTOS, A. C. S. (2005). *Contextos e trajetórias de desenvolvimento: a situação de famílias participantes e não participantes de projetos sociais*. (relatório de bolsa de pesquisa). Brasília: CNPQ.

considerarmos a possibilidade de múltiplas relações de apego e estivermos preparados para medi-las, talvez possamos descobrir que algumas crianças com relação pobre de apego com a mãe têm outros relacionamentos que são seguros e que são esses outros apegos seguros que ajudam a promover a resiliência na criança.

O Modelo de Rede Social rejeita, desta forma, que o relacionamento mãe-criança seja condição necessária e suficiente para todos os relacionamentos futuros, inclusive porque se acredita que diferentes sistemas de relacionamento se desenvolvem, concomitantemente, para satisfazer diferentes necessidades sociais. Assim, a relação mãe-criança passa a ser vista como uma das várias relações que constituem uma complexa rede social, na qual a criança está imersa desde o nascimento (LEWIS, 2005).

Takahashi (2005), porém, aponta que ao considerarmos a tradição de que cabe à mãe ser a figura central dos cuidados com os filhos, não é de se estranhar a preferência que grande parte dos bebês e crianças têm pela mãe em detrimento das outras figuras/pessoas que compõem sua rede social. Ao mesmo tempo, a autora chama atenção para as mudanças drásticas que vêm ocorrendo nos sistemas familiares e no casamento, o que tem trazido novas configurações para os relacionamentos.

Para essa mesma autora, não se trata de desconsiderar a figura materna, especialmente no começo do processo de socialização e a influência que essa experiência terá para o desenvolvimento posterior. Ela, todavia, destaca a necessidade de haver flexibilidade no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- os relacionamentos íntimos/próximos, os quais dão suporte à nossa sobrevivência e bem estar, são compostos não só por figuras de apego, ou seja, relações assimétricas em que um humano pede para ser protegido pela sua figura materna, mas também por outros relacionamentos íntimos/próximos, por exemplo, relações recíprocas, com as quais é possível compartilhar emoções e experiências com outras pessoas;

- a figura materna é a mais importante para muitas pessoas, mas não para todas. A mãe é uma das figuras significativas e sua importância/seu papel é “relacionado aos” e “determinado pelos” papéis desempenhado pelas demais figuras significativas dos relacionamentos íntimos/próximos;

- admite-se que mudanças podem ocorrer em relacionamentos íntimos/próximos quando indivíduos encontram novas figuras, mais apropriadas, perdem outros significativos, ou reavaliam velhas figuras de acordo com seu desenvolvimento.

Pelo que pode ser notados, esses teóricos pressupõem a continuidade e descontinuidade dos relacionamentos. Ao mesmo tempo em que se reconhece a estabilidade,

com as perdas, reavaliações e com novos encontros, os relacionamentos podem mudar.

Tal concepção é de extrema relevância ao refletirmos sobre as mudanças que podem ocorrer nos relacionamentos de crianças que são acolhidas em instituições, bem como as conseqüências dessas mudanças para o desenvolvimento delas. De um lado, as rupturas e, do outro, os novos encontros.

Em relação às primeiras, às rupturas, podemos pensar que quando uma criança é abrigada, inúmeras relações são abaladas. Fica-se longe dos pais ou responsáveis, dos membros da família extensa e por vezes também dos irmãos. Se partimos da idéia de que todos essas pessoas podem desempenhar funções diferentes, mas não menos importantes na vida das crianças, manter os laços familiares ganha ainda mais “peso”. E, cuidar para que os irmãos permaneçam juntos, nessa situação, pode ser aquilo que fará total diferença na forma como as crianças vivenciarão esse tipo de experiência.

Não se trata, então, de viabilizar apenas a visita da mãe nos finais de semana, como normalmente acontece nos abrigos, mas de um trabalho intenso que possibilite o contato (pessoal, por telefone, carta, e-mail...) com todos aqueles que sejam significativos para a criança, incluindo aqueles que não fazem parte da família, já que as crianças são subitamente afastadas do convívio com os vizinhos, os amigos da escola e até os animais de estimação, que embora não sejam “pessoas”, frequentemente se constrói com eles relações de amor muito importantes. Sob esse prisma, cuidar da manutenção e fortalecimento dos vínculos construídos antes do abrigo deveria ser uma das prioridades do trabalho técnico dos abrigos, tendo em vista a reinserção familiar.

No entanto, existe ainda a possibilidade dos novos encontros. Ao ser acolhida numa instituição de boa qualidade, a criança pode ter a chance de construir novos relacionamentos com pessoas que também poderão integrar de forma significativa sua rede social, contribuindo para seu desenvolvimento. Com essa perspectiva, abrem-se novas possibilidades de se pensar no abrigo como um espaço de acolhimento e construção de vínculos afetivos, nem melhores, nem piores que os estabelecidos com as pessoas de seu contexto de origem. Trata-se de vínculos novos, diferentes e que poderão contribuir para compor o “tecido que protege, que acolhe aquele que cai”.

Assim, consideramos de extrema relevância conhecer, sob a perspectiva da criança, quem são aqueles que compõem a rede social das crianças que se encontram acolhidas institucionalmente. Mas, por que focar o relacionamento entre os irmãos? Esperamos em parte já ter respondido a essa pergunta ao abordarmos o conceito de Rede Social no qual estamos nos embasando, mas, para complementar essa resposta, vamos

conhecer algumas características dos abrigos e abrigamentos e, posteriormente, do relacionamento entre irmãos.

1.3) Abrigos e abrigamentos

1.3.1) O ECA, as normativas e diretrizes

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Lei nº. 8.069 (BRASIL, 1990), tem como objetivo dispor sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e para tal considera a criança (até doze anos incompletos) e o adolescente (doze aos 18 anos de idade) como pessoas em desenvolvimento, atribuindo-lhes todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana com o objetivo de assegurar seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Art. 1º, 2º, 3º e 6º). Enfatiza, desta forma, o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Art. 4º).

Diante da ameaça ou violação dos direitos assegurados pelo ECA, acima mencionados, é prevista a aplicação de medidas de proteção (Art. 98º), sendo o abrigo em entidade uma delas (Art. 101º, Inc. VII), em caráter provisório e excepcional (Art. 101º, Parágrafo Único).

A entidade que assume esta função deve, de acordo com esta mesma Lei – ECA, adotar princípios que constam no Artigo 92º, dos quais nos interessa, com base no objetivo deste trabalho, destacar os seguintes (BRASIL, 1990):

- I. Preservação dos vínculos familiares
- V. Não - desmembramento de grupos de irmãos

Porém, em inúmeros abrigos estes princípios, assim como muitos outros, estão sendo violados. O critério para seleção da população atendida estabelecido, geralmente, de acordo com sexo (abrigos masculinos ou femininos), faixa etária (por exemplo: atendimento de crianças até 2 anos) ou especialidade (por exemplo: abrigo destinado ao atendimento de crianças/adolescentes portadores do vírus HIV), frequentemente, ocasiona a separação de grupos de irmãos e, conseqüentemente, a não preservação dos vínculos familiares (AASPTJ-SP, 2004; SERRANO, 2008).

Segundo o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC/MDS que abrangeu 589 instituições em todo o Brasil (IPEA, 2005), ainda que tenham sido encontrados índices elevados de instituições que praticam alguns dos princípios isolados, ou seja, **ou** a preservação dos vínculos familiares **ou** o não-desmembramento de grupos de irmãos, somente 5,8% dos abrigos pesquisados desenvolvem ações que garantem o cumprimento dos dois princípios conjuntamente.

É possível afirmar que ainda hoje, 19 anos após a promulgação do ECA, sua implantação caminha lentamente. Porém, estamos vivenciando um momento histórico nunca antes visto. Iniciativas regionais têm surgido com o intuito de criar normativas de funcionamento para instituições que desenvolvem programa de abrigo, objetivando promover parâmetros para o reordenamento³ das mesmas, ao mesmo tempo em que proporciona diretrizes para uma fiscalização mais efetiva pelos órgãos competentes (ver alguns exemplos: ESTADO DE SÃO PAULO, 1998; ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2001; CBIA/SP; IEE-PUC/SP, 1993; CMDCA (Rio de Janeiro), 2001; CMDCA (São Paulo), 1999).

Tais documentos discorrem frequentemente sobre as características das instalações físicas do abrigo, regularidade da documentação, avaliação de serviços técnicos, alimentação, financiamento e manutenção financeira, metodologia de trabalho, individualização do atendimento, razão adulto-criança, procedimento de entrada e desligamento, entre outros pontos.

E, mais recentemente, três iniciativas nacionais também surgiram, contribuindo para compor esse novo tempo de mudanças. A primeira se refere ao Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), se constituindo “[...] um marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes a ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários [...]” (p. 14). A segunda iniciativa trata-se das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), documento lançado recentemente, contendo princípios, orientações metodológicas e parâmetros de funcionamento para as várias modalidades de serviços voltados ao acolhimento de crianças e adolescentes. A terceira iniciativa é a sanção da nova Lei Nacional de Adoção (Lei Nº 12.010/09) que traz alterações realizadas pelo Senado Federal no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente no que se

³ Segundo Oliveira (2007), parte-se da idéia de reordenamento como um processo de mudanças necessário para que a instituição que acolhe crianças e adolescentes atenda aos princípios estabelecidos no artigo 92 do ECA, que se desdobra em alguns indicativos práticos no artigo 94, que embora sejam direcionados para a medida socioeducativa de internação, deve se aplicado, no que convier, às entidades que abrigam.

refere ao direito à convivência familiar e adoção (PACHÁ; VIEIRA JUNIOR; OLIVEIRA NETO, 2009).

Apesar de ainda estarem em fase preliminar, ainda mais no que se referem à implantação, o surgimento destes documentos sinaliza o maior interesse pela questão, sendo este o primeiro requisito para se alcançar as melhorias tão necessárias na qualidade do atendimento e serviços voltados às crianças e adolescentes vitimizados.

1.3.2) Breve caracterização das crianças, de suas famílias e dos abrigos

Ao se tentar fazer uma caracterização dos abrigos no Brasil deparamo-nos com uma escassez de informações e dados capazes de descrever a realidade nacional. Serrano (2008) realizou uma revisão bibliográfica sobre este assunto e salientou que existem iniciativas pontuais, ou seja, em algumas cidades e estados de se fazer esta caracterização, porém ainda insuficientes se considerarmos a grande variedade de instituições destinadas ao acolhimento de crianças no país.

A partir das informações disponíveis, podemos constatar que apesar de ser prevista na Lei (BRASIL, 1990) como uma medida excepcional, estima-se que 19.373 crianças e adolescentes encontravam-se abrigados, segundo o Levantamento Nacional (IPEA, 2005). Ressalta-se que somente na cidade de São Paulo, existiam 4748 crianças e adolescentes abrigados de acordo com o relatório de pesquisa realizado pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP, 2004).

De maneira geral, podemos dizer que as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente são, em sua maioria, do sexo masculino e afrodescendentes (SERRANO, 2008; AASPTJ-SP, 2004; IPEA, 2005).

Em relação à faixa etária, na caracterização realizada por Serrano (2008) dos abrigos que acolhem crianças de 0 a 6 anos de idade na cidade de Ribeirão Preto, encontrou-se que as maiores concentrações de crianças tinham entre 0 e 6 meses de idade (30%) e entre 60 a 72 meses de idade (24%). Já na pesquisa realizada na cidade de São Paulo, a qual contemplou quase todos os abrigos existentes, foi constatado um predomínio de crianças (61%), seguido por adolescentes (38%) e por adultos (1%).

Outro ponto interessante consiste na filiação das crianças. Serrano (2008) aponta que das 258 crianças que passaram pelos abrigos, no período de 2003 a 2005, 109 constavam ter pai, sendo que apenas 81 haviam sido reconhecidas formalmente. E, na pesquisa realizada na

cidade de São Paulo, 44% das crianças abrigadas estavam registradas somente no nome da mãe (AASPTJ-SP, 2004). Tais informações sugerem que muitas mães assumem a maternidade sem contar com o auxílio e/ou participação dos pais de seus filhos (FONSECA, 2004).

As pesquisas mostram, também, que as crianças mantêm contato com suas famílias durante o abrigo. Segundo Serrano (2008), 44,5% das crianças têm outros parentes, além dos pais; 55% das crianças recebem visitas dos familiares, principalmente da mãe, mas também de avós e tios maternos. Na pesquisa realizada na cidade de São Paulo, 58,2% das crianças mantêm vínculo com a família e 66% recebem visitas de familiares (AASPTJ-SP, 2004). Já o Levantamento Nacional, mostra que 86,7% das crianças têm família, sendo que 58,2% mantêm vínculos familiares e apenas 5,8% estão impedidos judicialmente de manter contato com os familiares (IPEA, 2005). Assim, diferente do que normalmente se imagina, as crianças e adolescentes que se encontram nos abrigos, em sua maioria, não são órfãs ou abandonadas. Elas têm família e, mais do que isso, mantêm contato e vínculo com seus familiares.

Em relação às famílias, é alarmante a grande ausência de informações. Todavia, dentre as informações disponíveis, podemos destacar algumas características principais.

Sobre a idade dos pais, Serrano (2008) aponta que 12,4% estavam na faixa de 21 a 30 anos e 11,8% na faixa de 31 a 40 anos. Na pesquisa realizada em São Paulo, observou-se que havia um predomínio de pais na faixa de 26 a 50 anos de idade e as mães de 26 a 40 anos (AASPTJ-SP, 2004).

A respeito do estado civil dos pais, Serrano (2008) aponta que apenas 1,7% das mães das crianças abrigadas nas instituições de Ribeirão Preto eram casadas. Na pesquisa realizada na cidade de São Paulo destaca-se que 23% das mães são solteiras e 9% são separadas, enquanto apenas 12% estavam casadas com o pai da criança pesquisada. Desta forma, podemos observar que grande parte das famílias das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente são matrifocais, ou seja, famílias compostas apenas pela mãe (sem parceiro fixo) e filhos. Esse dado permite, inclusive, refletirmos sobre a maior vulnerabilidade desse tipo de família aos fatores que levam ao abrigo de crianças e adolescentes (DURHAM, 1980; FAUSTO NETO, 1982).

Outros dados importantes são: o baixo grau de instrução dos pais e o alto índice de desemprego - observados nas pesquisas realizadas nas duas cidades, em Ribeirão Preto (SERRANO, 2008) e em São Paulo (AASPTJ-SP, 2004). Podemos, assim, refletir sobre a relação direta que existe entre o baixo grau de instrução, o desemprego e a falta de recursos

financeiros das famílias, sendo a pobreza uma das principais causas dos abrigamentos, como será visto mais adiante.

Sobre o trabalho realizado com as famílias, Serrano (2008) verificou que, por volta de 20% das mães e dos pais receberam acompanhamento familiar; por volta de 14% foram encaminhados para serem incluídos no recebimento de auxílio financeiro; e por volta de 4% foram encaminhados para tratamento de alcoolismo e uso de drogas entorpecentes. Por outro lado, observou-se um índice bem maior de mães sendo encaminhadas para acompanhamento psicoterapêutico (7,8%), enquanto os pais quase não o foram (1,1%). Essa mesma tendência esteve presente em relação ao encaminhamento para tratamento psiquiátrico, o qual só foi feito para as mães (3,6%). Verificamos, assim, que o trabalho realizado pelos abrigos atingiu uma parcela muito pequena das famílias, sinalizando que estas parecem não poder contar com uma rede de atendimento e serviços que atue efetivamente.

No que se refere à trajetória de abrigamento das crianças temos, de acordo com o Levantamento Nacional (IPEA, 2005), que a pobreza é a causa mais freqüente dos abrigamentos (24,1%), embora ela por si só não se caracterize como causa suficiente para o abrigamento de crianças e adolescentes, seguida pelo abandono/negligência (18,8%). Na cidade de São Paulo, o abandono/negligência é a causa mais freqüente, totalizando 22,3% (AASPTJ-SP, 2004). Na caracterização que Serrano (2008) realizou na cidade de Ribeirão Preto-SP, constatou-se 41% dos abrigamentos deveu-se à negligência. No entanto, a autora chama atenção para o fato de que vários casos de negligência e outros tipos de dificuldades estarem diretamente ligadas à situação de pobreza extrema. Devido à importância dessa questão voltaremos a abordá-la mais adiante.

Em relação ao período de abrigamento, os dados da pesquisa realizada pela AASPTJ-SP (2004), a partir da somatória dos índices, revelam que do total das crianças e adolescentes pesquisados, 37,2% apresentavam até dois anos de abrigamento e 52,9%, acima de dois anos e um mês. Sobre esse mesmo assunto, a pesquisa nacional (IPEA, 2005) revelou que mais da metade dos abrigados estavam nas instituições por um período superior a 2 anos, sendo que 20,7% deles estavam nessa situação por um período superior a 6 anos. Tais dados revelam que a provisoriedade do abrigamento não vem se efetivando para a maioria daqueles que estão sob tal medida de proteção.

De acordo com o Levantamento Nacional (IPEA, 2005), os principais fatores que contribuem para o não cumprimento dos princípios da excepcionalidade e da provisoriedade da medida de abrigo são: a utilização indiscriminada da medida de abrigo pelas autoridades competentes antes de terem sido analisadas as demais opções previstas; a ausência de

integração dos atores da rede de atendimento a crianças e adolescentes nos abrigos sem decisão judicial (encaminhadas pelas próprias famílias e por outras instituições); a reduzida fiscalização das instituições de abrigo por parte do judiciário, ministério público e conselhos tutelares; a colocação de crianças e adolescentes em abrigos fora de seus municípios, o que dificulta o contato com a família de origem; o entendimento equivocado de alguns profissionais de que as instituições são o melhor lugar para a criança viver⁴; as dificuldades de reestruturação familiar em face aos motivos que originaram a medida de abrigamento (desemprego, drogadição dos responsáveis, moradia inadequada, dentre outros).

Sobre esse aspecto, podemos dizer uma das grandes contribuições trazidas pela Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010/09) foi, justamente, a reafirmação do caráter transitório da medida de abrigamento, que deve ser aplicada como a última alternativa para a proteção de crianças e adolescentes em situação de violação de seus direitos. Através do Art. 19, parágrafo 1º, impõe-se um mecanismo de controle periódico daqueles que estão institucionalizados. Permanentemente, a cada 6 meses, será avaliada a necessidade de cada criança e adolescente permanecer na instituição, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta (PACHÁ; VIEIRA JUNIOR; OLIVEIRA NETO, 2009).

Sobre o encaminhamento das crianças, Serrano (2008) encontrou que 63% delas retornaram para suas famílias, 13,1% foram para adoção e 18,5% permaneceram nos abrigos. Na cidade de São Paulo, para 34% das crianças havia a perspectiva de desabrigamento. E, no Levantamento Nacional, 10,7% das crianças constavam estar, judicialmente, em condição de serem adotadas. Observamos, então, que grande parte das crianças tem retornado para suas famílias de origem. Porém, esses dados cruzados com aqueles em que Serrano demonstra que apenas uma parcela pequena das famílias receberam algum tipo de intervenção, parece nos apontar certa incoerência. Como as crianças puderam retornar para suas famílias, se não foi feito um trabalho efetivo? Se não havia necessidade de se trabalhar as famílias, por que as crianças foram abrigadas?

No que se refere aos abrigos, Serrano (2008) constatou que há um grande número de crianças por educador; nem todos os abrigos têm equipe técnica; e todos os abrigos contam

⁴ Fonseca (1995) aponta em seus estudos que muitas mães, diante de dificuldades financeiras ou outras crises, faziam dos abrigos (FEBEM em Porto Alegre) uma alternativa para lidar com tais situações. Assim, a instituição era vista como o “internato de pobre”, onde a criança ficaria até que sua família pudesse responsabilizar-se novamente por ela.

com a ajuda de voluntários. Tais aspectos também foram observados nos abrigos de São Paulo (AASPTJ-SP, 2004).

1.3.3) E os grupo de irmãos?

De acordo com a pesquisa realizada em Ribeirão Preto, 78% das crianças abrigadas têm irmãos e, dentre estes, 60% mantêm vínculos. Apenas para esclarecer, a manutenção do vínculo foi considerada pelos abrigos quando os irmãos estavam abrigados juntos; quando poderiam ser encaminhados para a família juntos; recebiam visita dos irmãos no abrigo; quando passavam final de semana com a família ou em outras situações; no caso de se encontrarem quando estavam em abrigos diferentes; ou quando se viam na escola. E sobre a localização dos irmãos, encontrou-se que em 140 casos os irmãos também estavam em abrigos (no mesmo ou em outro), em 52 casos estavam com outro familiar, em 18 casos estavam com a mãe, em cinco estavam com o pai e em dois casos estavam com os pais juntos (SERRANO, 2008).

Na cidade de São Paulo constatou-se que 88% das crianças e adolescentes pesquisados têm irmãos, sendo que 55,4% das crianças abrigadas são compostas por grupos de irmãos. É relevante a quantidade de irmãos que também estão abrigados: 189 dos pesquisados têm irmãos abrigados na mesma instituição e 38 os têm abrigados em outras instituições. Dos que estão abrigados em outras instituições (38), constatou-se que os motivos relacionam-se aos critérios de seleção (especialmente pela diversidade relativa ao sexo e idade), ausência de vagas, necessidade de atendimento especializado para algum membro do grupo de irmãos (portador de HIV ou de deficiência mental), abrigamento em épocas diferentes e não existência de vínculo entre eles (AASPTJ-SP, 2004).

Se levarmos em conta, então, que os abrigos são ocupados majoritariamente por grupos de irmãos e que alguns deles podem permanecer abrigados por longos períodos, saber mais sobre este assunto é fundamental.

E, a partir dessa breve caracterização dos vários elementos que envolvem os abrigos e abrigamentos, consideramos importante refletirmos sobre alguns pontos a respeito de uma das causas mais freqüentes do abrigamento de crianças e adolescentes: a negligência.

1.4) Algumas considerações sobre o fenômeno da negligência

No tópico anterior constatamos que uma das principais causas de abrigamento de crianças e adolescentes é a negligência. Ações eficazes visando à proteção de crianças e adolescentes devem necessariamente pautar-se no conhecimento desta problemática.

No entanto, ao aprofundar nesta questão constatamos que há evidências históricas de que as crianças sempre foram alvos de assassinatos, abandono, encarceramento, mutilação, exploração sexual, agressões físicas e trabalho forçado por seus pais ou cuidadores. A preocupação com estas questões é relativamente recente (ENGLISH, 1998). Somente no século passado, em decorrência das mudanças de concepções a respeito de como uma criança deve se desenvolver e das condições que a ela devem ser proporcionadas para tal, algumas intervenções organizadas emergiram no intuito de atuar frente aos pais que falhassem nos cuidados com os filhos (LARNER; STEVENSON; BEHRMAN, 1998).

Definir o conceito de negligência não é tarefa fácil. Autores apontam que há controvérsias ao se abordar este conceito (DUBOWITZ et al., 2005), fazendo com que diferentes definições sejam desenvolvidas dependendo da jurisdição, do pesquisador, ou do contexto do país (HELLER et al., 1999). No entanto, a idéia central mais recorrente presente nas definições de negligência faz menção à falta/falha na prevenção de danos/prejuízos ou na promoção de cuidados físicos e emocionais adequados (MULLICK; MILLER; JACOBSEN, 2001; ENGLISH, 1998; BIFULCO et al., 2002).

Todavia, numa direção um pouco diferenciada e mais próxima do que consideramos adequado à realidade do nosso país, a negligência é definida como um fenômeno social complexo, caracterizado pela convergência de múltiplos componentes, manifestando-se de três formas diferentes: atitude indiferente dos pais em relação às crianças; omissão intencional na provisão das necessidades básicas da criança; e negligência governamental na provisão de recursos necessários para a proteção da criança (COOPE; THEOBALD, 2006).

Há também diferenças na forma de focar a negligência – o foco é na criança ou nos pais? Se o foco é nos pais, outros elementos se colocam: a negligência é, ou não é, intencional? Assim como outros autores, consideramos que a negligência resulta, frequentemente, de múltiplos fatores que interagem e não apenas das dificuldades parentais (DUBOWITZ et al., 2005; BELSKY, 1980). Ao culpabilizar os pais, deixa-se de enxergar o fenômeno com um todo, com toda a complexidade que lhe cabe.

Acrescenta-se ainda a dificuldade de identificação, uma vez que, diferente de outros tipos de maus-tratos, a negligência normalmente não deixa marcas facilmente observáveis

(ENGLISH et al, 2005). Neste sentido, muitos pesquisadores acabam abordando a negligência juntamente com outras práticas, tal como abuso/violência (LOUNDS, BORKOWSKI & WHITMAN, 2006).

A identificação da negligência envolve, ainda, uma outra questão. A criança é, ou não é, negligenciada? Esta pergunta, muitas vezes, requer como resposta mais do que um sim ou um não. Dubowitz et al. (2005) consideram que a negligência é um processo contínuo, ou seja, a criança tem necessidades básicas contínuas que podem ser desde totalmente satisfeitas até nem um pouco satisfeitas. Esta mesma idéia está presente no artigo de Chester et al. (2006), no qual afirmam que a maior dificuldade em se identificar estes casos deve-se aos diferentes níveis de negligência a que as crianças estão expostas, podendo variar desde uma situação transitória pela qual uma família harmônica pode passar até uma situação de negligência intencional.

Acrescenta-se neste ponto a noção de que diferentes tipos de negligência podem atingir as crianças de diferentes formas. Esta idéia de relativização dos efeitos causados por uma situação adversa está presente em vários outros trabalhos (YUNES; SZYMANSKI, 2001; RIZZINI, 2001; SILVA; ELSEN; LACHARITÉ, 2003; LUTHAR; CICCETTI; BECKER, 2000).

E, se objetiva-se prevenir a negligência, faz-se necessário conhecer seus fatores de risco⁵. Ressalta-se, no entanto, que dada à complexidade deste fenômeno, eles se mostram muitos e variados, tal como pode ser observado no quadro abaixo:

Fator de risco para negligência	Autores que se referem ao fator de risco
Uso e dependência de drogas/álcool	Besharov, 1998; English, 1998; Cash; Wilke, 2003; Kotch et al., 1999; Gonzalvo, 2002; Dunn et al., 2002; Dilauro, 2004; Coope; Theobald, 2006; Chester et al., 2006; Hindley; Ramchandani; Jones, 2006.
Gravidez na adolescência	Passino et al., 1993
Histórico parental de maus-tratos na infância	Lounds; Borkowski; Whitman, 2006; Guterman; Lee, 2005; Cash; Wilke, 2003.
Episódio anterior de maus-tratos	Hindley; Ramchandani; Jones, 2006.
Transtornos psiquiátricos	Bifulco et al., 2002; English, 1998; Hindley; Ramchandani; Jones, 2006; Kotch et al., 1999; Depanfilis; Dubowitz, 2005; Dubowitz; Bennett, 2007; Mullick; Miller; Jacobsen, 2001.

Quadro 1: Fatores de risco para negligência (continua)

⁵ Silva, Elsen e Lacharité (2003) ao abordarem o assunto – fatores de risco - fazem menção aos efeitos negativos potenciais da exposição às adversidades. Masten e Reed (2002), de maneira mais completa, descrevem os fatores de risco como experiências ou condições que elevam a probabilidade de um ou mais problemas no desenvolvimento de crianças.

Fator de risco para negligência	Autores que se referem ao fator de risco
Características do cuidador	English, 1998; Coope; Theobald, 2006; Gonzalvo, 2002; Kotch, 1999; Rodriguez et al., 2006.
Características da criança	English, 1998; Depanfilis; Dubowitz, 2005; Coope; Theobald, 2006; Gonzalvo, 2002; Sidebotham; Heron; The Alspac Study Team, 2003.
Características da família	Dilauro, 2004; Hindley; Ramchandani; Jones, 2006; Coope; Theobald, 2006; Gonzalvo, 2002; Chester et al., 2006; Hussey; Chang; Kotch, 2006.
Características do relacionamento cuidador-criança	Coope; Theobald, 2006; Depanfilis; Dubowitz, 2005; Lounds; Borkowski; Whitman, 2006.
Características sócio-econômicas	Sedlak; Broadhurst, 1996; Zuravin; Diblasio, 1992; English, 1998; Gonzalvo, 2002.
Estresse parental e estresse diário	Depanfilis; Dubowitz, 2005; Dubowitz; Bennett, 2007; Dilauro, 2004.
Fatores ambientais / vizinhança	Dubowitz; Bennett, 2007; Coope; Theobald, 2006; Zolotor; Runyan, 2006.
Políticas públicas	Coope; Theobald, 2006; Santos; Ferriani, 2007a; Santos; Ferriani, 2007b).

Quadro 1: Fatores de risco para negligência (conclusão)

Um aspecto interessante observado quando atentamos para cada um dos fatores de risco, acima mencionados, é que para quase todos eles, os autores apontam um elemento como exercendo influência importante: a (não) existência de rede social.

Assim, para Passino et al. (1993), adolescentes grávidas, se comparadas com não-grávidas, têm relacionamentos mais pobres com pares e familiares, podendo ser este mais um agravante para a ocorrência de negligência (PASSINO et al., 1993). Por outro lado, para Cash e Wilke (2003), ter uma história de abuso sexual pode influenciar também a habilidade de criar e manter relacionamentos com outras pessoas durante a vida adulta, incluindo relacionamentos com familiares que são fundamentais para a existência de uma rede de apoio e suporte. Gonzalvo (2002) aponta que cuidadores isolados socialmente, marginalizados e/ou pertencentes a uma minoria étnica são alguns dos fatores de risco para a negligência, próprios do cuidador (GONZALVO, 2002). Nessa mesma direção, Kotch (1999) e Rodriguez et al. (2006) também salientam o isolamento social e suporte social insuficiente. Em relação aos fatores ambientais e vizinhança, Zolotor e Runyan (2006) afirmam que baixo capital social, ou seja, falta de eficácia coletiva, baixo senso psicológico de comunidade e baixa coesão entre os vizinhos/vizinhança são fatores relacionados à ocorrência de maus-tratos infantis devido à falta de apoio social e isolamento.

A partir destes apontamentos que demonstram a relação entre negligência e a (não) existência de rede social e, levando-se em conta que a negligência é um fenômeno multicausal, propomos, abaixo, a ampliação desta reflexão.

1.4.1) A relação entre negligência, pobreza, políticas públicas e rede social

De acordo com um relatório nacional realizado nos EUA, a pobreza aparece especialmente relacionada à negligência séria e violência severa de crianças (SEDLAK; BROADHURST, 1996). Porém, ainda não há uma compreensão total sobre a ligação existente entre pobreza e maus-tratos.

Para Rizzini et al. (2006) a situação de pobreza não explica e nem justifica as violações de direitos de crianças e adolescentes. No entanto, ela estabelece um dos desafios para os quais devem existir respostas priorizadas pelo poder público, pois debilita a família no cumprimento de seu papel parental.

Deste modo, quando uma família não apresenta recursos para suprir as necessidades básicas de uma criança, a negligência é provável, porém pesquisadores sugerem que devam existir dinâmicas que podem estar ou não ligadas a pobreza, como a desorganização e o isolamento social, que acabam por diferenciar as famílias negligentes das não-negligentes (ZURAVIN; DIBLASIO, 1992). Vale ressaltar que a maioria das famílias pobres não maltrata suas crianças, portanto, supõe-se que os efeitos da pobreza devem interagir com outros fatores de risco, aumentando assim a ocorrência de maus-tratos infantis (ENGLISH, 1998).

Como bem aponta Serrano (2008), quando uma família com maior poder aquisitivo passa por uma dificuldade, ela pode procurar profissionais e pagá-los para receberem ajuda, quando é com uma família pobre, restam as políticas públicas. A autora chama atenção para o fato de que isso reforça a ótica estigmatizante da família pobre e culpada. Para Romanelli (2003), a família muitas vezes é considerada a responsável direta pelos problemas vividos pelos filhos, porém essa postura reducionista desconsidera que a unidade doméstica só existe na relação com o universo público.

É justamente por isso que a negligência governamental na provisão de recursos necessários para a proteção da criança é um dos fatores de risco destacados por autores provenientes de países em desenvolvimento (COOPE; THEOBALD, 2006; SANTOS; FERRIANI, 2007a; SANTOS; FERRIANI, 2007b).

Sobre isso, Goldani (2002) faz em seu texto uma explanação detalhada de como o público, mais especificamente o poder público, interfere na vida familiar, focando a sua análise na década de 90. Segundo esse autor, no contexto brasileiro, um grande número de indivíduos e famílias tem experienciado empregos precários, desemprego, deterioração na qualidade de vida e maior pobreza. E, neste processo, a comunidade e as famílias passam a assumir responsabilidades por serviços que o Estado deixa de oferecer.

Por isso, Becker (2005) considera que se o abandono existe, não se trata de crianças e adolescentes abandonados por seus pais, mas de famílias e populações abandonadas pelo Estado, pelas políticas públicas e pela sociedade.

A ênfase atual na família, como locus privilegiado para promover programas e políticas sociais, visa dentre outras coisas, identificá-la como fonte substituta ou complementar de muitas das necessidades não oferecidas pelo Estado (cuidado com crianças e idosos). Desta forma, são as famílias e, principalmente, os seus membros adultos que arcam com o maior ônus das demandas de seus dependentes e com as dificuldades no cumprimento destas tarefas (GOLDANI, 2002).

No entanto, vale ressaltar que as mudanças econômicas não afetam todas as famílias da mesma forma e que os custos desta reestruturação são diferenciados entre seus membros. Evidências sugerem que as famílias em etapas de formação e expansão, com pouca capacidade de mão-de-obra, bem como as famílias com chefes mulheres com filhos pequenos são as mais afetadas. Ao mesmo tempo, confirmou-se a importância de grupos que ultrapassam os limites do domicílio, ou seja, as redes sociais de parentes, amigos, vizinhos, entre outros, como parte fundamental das estratégias para enfrentar as dificuldades e escassez de recursos materiais entre as famílias pobres (GOLDANI, 2002).

Desta forma, referente à importância da rede social, Carvalho (2005)⁶ aponta que a sobrevivência cotidiana das famílias empobrecidas é garantida, em primeiro lugar, pela solidariedade conterrânea e parental, que ocorre quando uma família nuclear é quase totalmente mantida/assumida pela família ampla, formada por conterrâneos. Esse tipo de solidariedade se expressa cotidianamente através de empréstimos de dinheiro para pagamento de prestações e contas; de pessoas que ficam com as crianças em caso de emergência; entre outras situações. Em segundo lugar, destaca-se a solidariedade apadrinhada, na qual um ou mais membros da família do trabalhador mantém laços mais próximos com as classes média e alta, seja como empregados domésticos, porteiros, jardineiros, etc. O estabelecimento deste tipo de vínculo possibilita o estabelecimento de um canal de doações de roupas, remédios, eletrodomésticos e assim por diante. E, por último, a autora cita a solidariedade missionária, desempenhada pelas várias igrejas (Católica, Espírita, Evangélica, Protestante ou seitas afro-brasileiras), oferecendo suporte espiritual, emocional, afetivo e material.

⁶ A autora baseou-se na pesquisa “Sociedade Providência” de 1990, realizada pela Prof^a Aldaíza Sposati (PUC-SP).

Dada esta situação, podemos, então, supor que quando a rede social falha, muitas vezes faltam recursos para as famílias darem conta de suas obrigações, dentre elas, cuidarem e protegerem suas crianças.

E com a omissão do Estado tem havido uma diminuição na capacidade de homens adultos atuarem como provedores e dos jovens atuarem como fonte de recurso adicional na família, devido ao desemprego e subempregos. Nesse movimento, a força de trabalho feminina, uma vez mais, surge como um dos poucos recursos disponíveis para a sobrevivência de muitas unidades domésticas. Cada vez mais, as mulheres se encontram no papel de provedoras e não apenas como fonte de recurso adicional (GOLDANI, 2002).

No entanto, paralelamente ao crescimento das taxas de atividade feminina, não houve maiores mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, nem melhoria nas políticas sociais de suporte às famílias⁷, as quais aliviariam a exclusividade feminina nas responsabilidades domésticas. Em poucas palavras, as mulheres enfrentam o duplo desafio de “cuidar” e “prover” as suas famílias, sem o amparo ou suporte necessário (GOLDANI, 2002).

Assim, para se compreender o fenômeno da negligência é preciso considerar as falhas dos pais nos cuidados com os filhos como parte de um amplo contexto que engloba não só a dinâmica familiar e cultural, mas também o contexto social, econômico e político, no qual estão inseridos (SERRANO, 2008).

Contextualizada esta questão, focaremos agora no relacionamento entre irmãos, relacionamento este que pode ajudar a compor e enriquecer a rede social de crianças, adolescente, adultos e idosos, ao longo da vida.

1.5) Relacionamento entre irmãos

O relacionamento entre irmãos pode ser a relação mais duradoura que uma pessoa tem durante a vida. Por terem, geralmente, pouca diferença de idade, os irmãos podem vir a compartilhar a infância, adolescência, fase adulta e velhice. Outros relacionamentos podem não ter a mesma duração, uma vez que os amigos podem ser trocados ao longo das diferentes fases pela qual o sujeito passa e os cônjuges, geralmente, não fizeram parte da infância e adolescência um do outro, além de poderem separar-se antes da velhice.

⁷ Por exemplo, a disponibilidade de vagas em creches e escolas de educação infantil de boa qualidade em período integral.

Déchaux (2000⁸ apud ROMANELLI, 2003, p. 253) aponta que os laços entre irmãos fundam-se na escolha por afinidade existente entre eles, já que são laços não estatutários e pouco normatizados. Assim, outra característica importante do relacionamento entre irmãos é a horizontalidade. Diferente da relação entre pais e filhos que é permeada pela hierarquia e autoridade, portanto, vertical, a relação entre irmãos é marcada pela relativa igualdade entre os indivíduos, podendo criar posturas de cumplicidade entre eles. Claro que não há igualdade plena nas relações fraternas, por isso, podem existir situações de dominância baseadas em diferenças de gênero, idade e escolaridade (ROMANELLI, 2003).

A vinculação entre irmãos traz consigo, também, um caráter triangular, por compartilharem pelo menos um dos pais, o que frequentemente gera uma série de sentimentos ambivalentes: amor, rivalidade, ciúmes, paixão, fúria, entre muitos outros. Para Dunn (2005), os irmãos são potencialmente importantes para o desenvolvimento, justamente, pelo impacto da experiência de dividirem os pais, pelo contato diário e familiaridade, e pelo relacionamento desinibido emocionalmente. Romanelli (2003, p. 253) destaca, nesta direção, que: [...] o vínculo entre irmãos não é tão-somente uma modalidade de relação direta entre eles, que é entretanto mediada pelos laços que mantêm com os pais e pela maneira como estes manifestam o amor pelos filhos [...].

Dunn e Kendrick (1982) estudaram 40 crianças inglesas, com idades entre 1 ano e meio a dois anos (no início do estudo), com o objetivo de acompanhá-las no período do nascimento do primeiro irmão e até que este tivesse completado 14 meses de vida. As autoras afirmam que é um grande engano considerar o relacionamento entre irmãos a partir de uma visão singular, tal como “hostil” ou “caloroso”, uma vez que comportamentos sociais positivos (brincar junto, preocupar-se, confortar, proteger, entre outros) e negativos (brigar, ignorar, hostilizar, entre outros) podem ser demonstrados por uma mesma criança em relação ao seu irmão em diferentes situações.

Bryant e DeMorris (1982), ao pesquisarem sobre relacionamento familiar e relação entre pares, apontam que conflitos entre irmãos são normais e saudáveis, pois ajudam as crianças a compreenderem os membros da família e as regras familiares. Destacam também que a ordem de nascimento, o sexo e diferença de idade são fatores que afetam a vinculação entre irmãos e a relação entre pares. Além disso, afirmam que relacionamentos entre irmãos e entre pais-filhos não acontecem isoladamente, acrescentando que ambos afetam o

⁸ DÉCHAUX, J. H. Irmãos na idade adulta: um laço de parentesco por afinidade? In: PEIZOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (orgs). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

desenvolvimento social da criança. Neste estudo, Bryant e DeMorris contestam a primazia da díade mãe-criança e salientam a importância da influência mútua exercida entre os irmãos.

Nesta mesma direção, encontramos a conceitualização das Redes Sociais (Social Networks), na qual os autores argumentam que pessoas (e também alguns animais) são capazes de se apegar simultaneamente a mais de uma figura (LEWIS & TAKAHASHI, 2005). Lewis (2005) refere que diferentes relacionamentos se desenvolvem concomitantemente para satisfazer diferentes necessidades sociais. Além disso, afirma que uma criança pode se apegar ao irmão mais velho tanto quanto à mãe e ao pai.

Dunn e Deater-Deckard (2001), num contexto inglês, considerando que o relacionamento entre irmãos é uma poderosa fonte de conforto, tanto quanto é de estresse e dificuldade para as crianças, propuseram-se a investigar se há diferença no relacionamento entre irmãos ao se comparar famílias intactas com famílias que passaram por transformações/rupturas (separação dos pais, morar com apenas um dos pais ou em duas casas quando há custódia compartilhada, ser criado por mãe/pai solteiro, morar com um dos pais junto com padrasto ou madrasta, ter meio-irmãos, conviver com filhos de casamentos anteriores do padrasto ou madrasta). As autoras encontraram que as transições familiares promovem diferenças em conflitos e sentimentos negativos entre irmãos, mas não influenciam os aspectos positivos do relacionamento. Os relacionamentos mais difíceis entre irmãos mostraram ser os de famílias em que as crianças são filhas de mães ou pais solteiros. Em famílias com três ou mais crianças a qualidade dos relacionamentos entre irmãos variou acentuadamente. Constatou-se também que irmãos, filhos dos mesmos pais, tendem a ter mais comportamentos negativos um com o outro do que se comparados aos meio-irmãos ou irmãos que possuem outros pais biológicos.

Diante desta discussão a respeito do relacionamento entre irmãos em situações diferentes do padrão de família nuclear, questiona-se então: como fica a relação na qual uma criança, geralmente a mais velha, assume os cuidados e responsabilidade pelos irmãos, geralmente pela necessidade da mãe trabalhar, aliado ao número insuficiente de creches e escolas de educação infantil?

Segundo estudo realizado na periferia de Bento Gonçalves (RS) por Poletto, Wagner e Koller (2004), meninas entre oito e 12 anos de idade que se responsabilizam pelos irmãos mais novos e pelos serviços domésticos, apresentam capacidade de resiliência, desenvolvendo diferentes recursos para lidar e superar seus problemas e dificuldades. Estes dados estão de acordo com outras pesquisas revisadas pelas autoras sobre o assunto, na medida em que apontam que o ato de cuidar dos irmãos ajuda a criança a desenvolver-se socialmente,

proporcionando maior autonomia e responsabilidade. Além disso, a criança torna-se um competente agente socializador, capaz de estimular, orientar e mediar a inserção dos irmãos mais novos na vida familiar e comunitária. Porém, as exigências de tal relação entre irmãos podem gerar sobrecarga e pressão em relação às crianças cuidadoras.

Outra pesquisa sobre o mesmo assunto realizada numa área de invasão próxima à Brasília – Distrito Federal nos apresenta resultados variados, ficando claro que fatores de ordem social e econômica afetam a dinâmica da família, interferindo na educação das crianças. Os dados obtidos sobre as famílias fizeram com que estas fossem categorizadas em três diferentes grupos. O Grupo I diz respeito às famílias de maior renda mensal, em que o relacionamento entre os irmãos era positivo, os pais eram presentes (apesar de trabalharem fora), ofereciam apoio e orientação aos filhos sobre as atividades e rotinas domésticas. Estas famílias procuravam adequar seus próprios recursos e os da comunidade para promover o bem estar de seus membros. O Grupo II refere-se às famílias que apesar de desempenhar bem as atividades domésticas, apresentavam dificuldade no relacionamento com os irmãos. Nestas famílias a preocupação maior era com a sobrevivência do grupo e menor com a promoção do desenvolvimento das crianças. Os pais apresentavam dificuldade em estabelecer limites claros aos filhos, além de não instruí-los especificamente sobre as tarefas diárias. No Grupo III encontram-se as famílias de renda mais baixa, que eram compostas por mães e filhos, não utilizavam os recursos da comunidade (nenhuma criança freqüentava a escola e não buscavam apoio no posto de saúde) e recusavam ajuda dos vizinhos. Havia grande dificuldade tanto no relacionamento entre os irmãos como no desempenho das tarefas domésticas. Estas últimas famílias estavam em situação de risco, segundo as autoras da pesquisa, necessitando de assistência imediata por parte do Estado (FERREIRA & METTEL, 1999).

Vale ressaltar que ao mencionar que em determinadas famílias o relacionamento entre irmãos é difícil, não se quer dizer que não haja ligação afetiva entre eles. Toda criança, assim como todo ser humano, tem necessidade de estabelecer ligações afetivas. Porém, o apego se manifesta de formas variadas, inclusive através de evitação e desentendimento (BOWLBY, 1989). Diante disto, na separação ou ausência de um adulto de referência com o qual a criança já tenha estabelecido algum vínculo afetivo, é provável que ela estabeleça com seus pares, com seus irmãos este tipo de relação (ROSSETTI-FERREIRA, 1984; ALEXANDRE E VIEIRA, 2004).

Rua (2007) aborda questões relacionadas à infância em territórios de pobreza. A autora relata que é comum que as crianças, devido à carência de equipamentos sociais e culturais, associada às dificuldades econômicas das famílias, passem o tempo livre na

companhia de seus pares *e seus irmãos* (acréscimo nosso), substituindo em grande parte das vezes as trocas afetivas e emocionais com os pais.

Além disso, ao levar-se em conta que as principais causas de abrigamento de crianças são a negligência (casos em que os pais não exercem as funções de maternagem/paternagem adequadamente) e a pobreza (IPEA, 2003), sendo a primeira (negligência) causada predominantemente por dificuldades decorrentes da segunda (pobreza), pode-se esperar que quando um grupo de irmãos é abrigado, essas crianças muito provavelmente trazem consigo uma vivência que fez com que os irmãos ocupassem um lugar importante em suas vidas.

E, pensando na situação de abrigamento, na qual todos a volta da criança são estranhos, o sociólogo francês Singly (2000, p. 14) nos fala sobre a importância do olhar de um outro significativo para a construção da identidade: [...] é no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte de identidade pessoal dos indivíduos [...] o indivíduo precisa assim, para se tornar ele mesmo, do olhar das pessoas a que ele atribui importância e sentido [...].

Nesse sentido, Stewart (1983), em seu estudo americano sobre comportamento interpessoal, observou 54 mães e seus filhos com o intuito de investigar se os irmãos mais velhos teriam potencial para atuar como figura secundária de apego para os irmãos mais novos. Dentre vários pontos, os resultados indicaram que 52 % dos irmãos mais velhos realmente atuou para consolar os seus irmãos mais jovens na ausência da mãe.

Dunn, Slomkowski e Beardsall (1994) na pesquisa que realizaram com 59 díades de irmãos ingleses buscando analisar a estabilidade do relacionamento entre eles, observaram que eventos e adversidades ocorridas na vida das crianças estavam associados a uma maior aproximação entre os irmãos. Os resultados encontrados indicaram que diante de adversidades experienciadas pela família, as crianças crescem com maior cumplicidade, com comportamento amistoso e afetuoso.

Por estas e muitas outras razões defende-se que os irmãos permaneçam juntos diante da necessidade de abrigamento, tendo a oportunidade de manterem os vínculos afetivos. Porém, há poucas pesquisas disponíveis sobre o relacionamento entre irmãos nessa situação.

Alexandre e Vieira (2004) estudaram a relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigamento em uma cidade do Estado de Santa Catarina. Através da técnica de observação do sujeito focal, os autores analisaram quatorze crianças de três a nove anos de idade. Os principais resultados foram que os irmãos mais velhos respondem às solicitações de afeto e cuidado dos irmãos mais novos; meninas mais velhas interagem significativamente com meninos mais jovens; brincadeira social mostrou ser

uma situação de estabelecimento de interações afetivas; e que a imagem da família é representada pela figura materna. Os autores concluíram que pela falta de um adulto significativo, as crianças abrigadas formam relações de apego umas com as outras e que a rede de apoio é uma importante aliada na resiliência das crianças.

Os dados acima vão ao encontro de uma pesquisa realizada com 60 famílias francesas que adotaram irmãos, em que uma das conclusões a que chegaram é que existe entre eles, com raras exceções, uma relação de bastante intimidade, união, na qual um é muito importante para o outro. O fato de estarem juntos dá a eles segurança para integrarem numa nova família e construírem o lugar de cada um na nova dinâmica familiar (HOUSSET, 2001).

Palacios, Sánchez-Sandoval e León (2004), a partir de suas experiências na Espanha, acrescentam que é bastante esperado que os irmãos que permanecem abrigados juntos desenvolvam fortes sentimentos de cumplicidade, compreensão e proteção, a ponto de algumas vezes formarem um “bloqueio fraterno”. Isso acontece, segundo os autores, devido aos irmãos terem, na maioria das vezes, compartilhado a convivência com suas famílias biológicas, a separação da família, o ingresso e permanência no abrigo e, possivelmente, o ingresso em família substituta. Acrescentam ainda que podem existir entre grupos de irmãos institucionalizados estilos de relacionamentos que devem ser levados em conta quando uma família decide adotar irmãos. Os mais velhos podem exercer perante os irmãos mais novos o papel de mãe/pai e resistir à perda de parte deste papel, porém se os pais adotantes souberem manejar esta situação, poderão ter um importante aliado na comunicação com os mais novos.

Parte do percurso de uma família brasileira, composta pelo casal adotante e duas irmãs adotivas, é apresentada nas pesquisas realizadas por Costa (2005) e Solon (2006), através das quais é possível observar, entre muitos outros elementos, as características de grupos de irmãos citadas acima. O panorama desta experiência que nos é oferecido por estes dois trabalhos é enriquecido na medida em que a primeira autora focaliza a versão do casal adotante, enquanto a segunda aborda a versão das duas irmãs adotadas. Ambas sinalizam como a relação entre irmãos é um fator importante a ser levado em conta no processo de adoção, pois não há como simplesmente apagar as vivências compartilhadas e que tanto os uniu.

Se nas famílias substitutas, uma das possíveis dificuldades na adoção de grupos de irmãos é a cumplicidade existente entre seus membros, como esta mesma cumplicidade é sentida no abrigo pelas pessoas que lidam com as crianças? Ela é percebida? Que significados atribuem à relação entre os irmãos? O relacionamento entre eles é considerado “diferente” dos das outras crianças?

Transformar os métodos com os quais estamos lidando com a infância no Brasil é uma necessidade urgente (FREIRE, 2001). É essencial que ofereçamos condições adequadas para que as crianças possam se desenvolver, podendo gozar dos seus direitos. Novos caminhos precisam ser trilhados e o primeiro passo é conhecer mais de perto os obstáculos a serem vencidos.

Conversar com as crianças e conhecer o que elas têm a dizer nos parece ser um bom começo.

1.5.1) Pesquisa com crianças

Até a algumas décadas, crianças eram silenciadas, suas vozes não eram ouvidas e suas experiências desconsideradas (THORNE, 2002). No campo da pesquisa, as crianças sempre estiveram presentes, porém eram consideradas como objeto de estudo. Hoje, porém, se considera a criança como colaboradora de pesquisa, enquanto uma pessoa ou sujeito com direito à voz (ROSSETTI-FERREIRA; SÓLON; ALMEIDA, 2008; CHRISTENSEN; PROUT, 2002; ELBERS, 2004). Se antes, para se coletar informações sobre elas, os adultos eram ouvidos, agora se acredita que a melhor forma de conhecer mais sobre a criança é conversar diretamente com ela (DOCHERTY; SANDELOWSKI, 1999; MAYALL, 2000).

Em conformidade com a Convenção dos Direitos da Criança, todas as atividades que afetam a vida da criança (inclusive pesquisas) devem levar em conta a visão da criança como ser humano em desenvolvimento e como um cidadão ativo. Tal visão promove a idéia de que as crianças sejam envolvidas, informadas, consultadas e ouvidas. Paralelamente, novas metodologias foram influenciadas, passando a considerar a pesquisa como a co-produção do pesquisador e informantes. Assim, crianças deixaram de ser vistas como objetos ou assuntos a serem estudados e começam a ser reconhecidas como participantes ou co-pesquisadoras (CHRISTENSEN; PROUT, 2002).

E partimos da concepção de que fazer pesquisa com crianças é bem diferente do que fazer pesquisa com adultos. Para Punch (2002), existem três razões que explicam essa diferença. Em primeiro lugar, vivemos numa sociedade centrada no adulto, na qual a criança é marginalizada. Como tal, ela vivencia relações desiguais de poder com o adulto, tendo grande parte de sua vida limitada e controlada por ele. Assim, a criança não costuma expressar seus pontos de vista livremente ou ser levada a sério por eles. Cabe, então, ao pesquisador na relação com a criança conseguir quebrar esses paradigmas. Em segundo lugar, o fato do

adulto perceber a criança como diferente, ou seja, as próprias suposições do pesquisador a respeito do posicionamento da criança na sociedade, afetará a escolha dos métodos, bem como a interpretação que fará dos dados. A autora diz que pode existir certa dificuldade por parte do pesquisador adulto em compreender totalmente o mundo pelo ponto de vista da criança. E, em terceiro lugar, existem diferenças inerentes entre adultos e crianças, principalmente no que se refere à apropriação e uso da linguagem, o que requer algumas adequações por parte do pesquisador.

Punch (2002) chama atenção para o cuidado que o pesquisador deve ter ao escolher o local onde fará a pesquisa. Realizar a pesquisa no ambiente da própria criança pode fazer com que se sinta mais confortável, mas o ideal é considerar caso a caso, uma vez que algumas crianças podem preferir que o pesquisador não invada seu espaço. E, em se tratando de crianças pequenas, quando estão num entorno familiar e com pessoas conhecidas, o uso que fazem da linguagem se torna bem mais eficiente do que quando estão num lugar novo e com pessoas estranhas (GARBARINO; STOTT; FACULTY OF THE ERIKSON INSTITUTE, 1993; ELBERS, 2004).

Em relação à escolha do método, Punch (2002) aponta a importância de se optar por métodos divertidos, que sejam familiares à criança ou que sejam do interesse dela. Isso se dá por três razões principais: a primeira é porque os adultos consideram que crianças preferem métodos divertidos e que são mais competentes com eles; a segunda é que como, em nossa sociedade, as crianças não têm muitas oportunidades de vivenciarem situações em que são tratadas com igualdade pelos adultos, elas podem não se sentir à vontade para conversarem diretamente com um adulto não familiar; por fim, a terceira razão é que crianças mais novas têm menor concentração. Assim, o uso de métodos que sejam mais sensíveis às competências das crianças ou aos seus interesses pode favorecer que elas se sintam mais à vontade com um pesquisador adulto.

Nesse sentido, Punch (2002) diz que a combinação de métodos (entrevista, desenho, fotografia ou diário, entre outros) permite que o processo de geração de dados seja divertido e interessante para a criança participante da pesquisa, como também efetivo na geração de dados úteis e relevantes. Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004) apontam ainda que, dependendo das perguntas que norteiam a pesquisa, diferentes procedimentos de coletas de dados podem ser utilizados. Segundo essas mesmas autoras, entrevistas, gravações em vídeo, análises de documentos, registros observacionais são alguns dos procedimentos que podem ser realizados de modo isolado ou associado. Métodos complementares também podem ser usados para ajudar na obtenção de informações que não podem ser proporcionadas por razões

emocionais ou desenvolvimentais. Assim, objetos podem ser usados para estimular a recordação, suplementar a habilidade com a linguagem ou facilitar a comunicação (GARBARINO; STOTT; FACULTY OF THE ERIKSON INSTITUTE, 1993). Delfos (2001), sobre esse mesmo assunto, diz que crianças pequenas tendem a ser menos inclinadas a responder perguntas, podendo-se alternar a conversa com jogos, contos, brincadeiras com bonecos ou carrinhos, já que a criança pode preferir se comunicar de outras formas.

Rossetti-Ferreira, Sólton e Almeida (2008) destacam que para que acessar as diferentes formas de linguagens e narrativas das crianças é preciso ter abertura e flexibilidade nos processos conversacionais. Ressaltam, assim, a necessidade de serem exploradas diferentes linguagens e narrativas pelas quais a criança pequena se expressa. Portanto, não podemos nos propor a conversar com crianças limitando-nos a apenas um tipo de narrativa, uma vez que expressam seu modo particular de pensamento através de diversas modalidades de comunicação, podendo contar, imaginar, brincar, imitar, desenhar, repetir.

No que se refere ao uso de entrevistas com crianças, a entrevista pode ser o instrumento principal ou complementar da coleta de dados. Porém, esta é uma técnica ainda pouco explorada na literatura, justamente pela criança ter sido considerada, durante muito tempo, como incapaz de falar sobre suas próprias preferências, concepções ou avaliações (CARVALHO et al., 2004). Todavia, cada vez mais, pesquisadores têm se proposto a entrevistar crianças para documentar suas perspectivas sobre diversas áreas da vida social (THORNE, 2002).

Desta forma, cabe ao entrevistador a responsabilidade de adaptar seus métodos de entrevista à capacidade comunicativa da criança. Deve-se avaliar o vocabulário e a complexidade gramatical das afirmações das crianças e adaptar o nível das perguntas e comentários (GARBARINO; STOTT; FACULTY OF THE ERIKSON INSTITUTE, 1993).

É comum que crianças em idade escolar acreditem que o entrevistador já saiba a resposta de suas perguntas e isso pode fazer com que abreviem as respostas ou as elimine por completo. Assim, ao realizar uma entrevista, deve-se saber que as respostas daquele que é entrevistado são influenciadas não só pela pergunta que lhe é feita, mas pelas diversas perguntas e respostas precedentes. As respostas são, ainda, influenciadas pelo que o entrevistado crê que significa a pergunta, pelo que ele pensa que o entrevistador aceitará como resposta e pelas conseqüências que ele crê que suas respostas terão (GARBARINO; STOTT; FACULTY OF THE ERIKSON INSTITUTE, 1993).

Além disso, são freqüentes as suposições de que as crianças mentem ou que não são capazes de distinguir a realidade da fantasia. Segundo Garbarino, Stott e Faculty of the

Erikson Institute (1993), é preciso considerar, primeiramente, que mentir faz parte do desenvolvimento da criança e desempenha um papel positivo no processo de individuação, permitindo que a criança chegue a ser uma pessoa autônoma e com vontade própria. E, se a criança é capaz de mentir é porque ela conhece a verdade e, portanto, muito provavelmente distingue a realidade da fantasia. Para Punch (2002), as crianças podem, realmente, vir a mentir por inúmeras razões, dentre elas, por querer agradar o pesquisador, tal como o adulto. Porém, devido à relação de poder desigual, a criança pode dizer o que acredita que o adulto espera ouvir dela. No entanto, é possível construir com a criança uma relação de confiança, amenizando esse efeito. E, apesar disso, não se deve desqualificar a possibilidade da criança transmitir suas perspectivas e o jeito como o mundo lhe parece.

Porém, na nossa concepção, considerar que a criança mente, desqualificando, assim, o que ela diz, é sinal de que se desconhece o fato de que (ROSSETTI-FERREIRA; SÓLON; ALMEIDA, 2008, p. 4):

[...] as crianças constroem, através de experiências narrativas com o outro, no dia a dia, seus próprios significados sobre o mundo e sobre si e se relacionam com o mundo a partir desses significados. E essas narrativas não são homogêneas, pois a criança as cria na interação com diferentes parceiros em diferentes contextos. E, portanto, não podem ser consideradas como revelando uma “verdade”. Por isso, é importante ressaltar que as conversas com as crianças não devem servir para estabelecer sentidos de verdade, nem tão pouco, sentidos passíveis de generalização. [...] A ilusão de uma única verdade sobre a história da criança desconhece a multiplicidade de sentidos que se constrói com relação ao passado e a identidade, a cada momento da vida, com diferentes interlocutores e em cada contexto [...].

Carvalho et al. (2004), todavia, apontam que uma das limitações do uso de entrevista é a desejabilidade social das respostas, o que pode tornar pouco confiável o uso de entrevistas com crianças, uma vez que os relatos tentam aproximar suas respostas daquelas que supõem serem mais aceitas socialmente. Porém, a natureza das perguntas, isto é, quando elas se referem às percepções ou concepções das crianças, e não à descrição de aspectos factuais do comportamento (ocorrência/não ocorrência, etc), tende a minimizar esse tipo de problema. As autoras consideram, também, que a qualidade da relação entre o entrevistador e o entrevistado influencia a qualidade do dado colhido. Soma-se a isso, a disponibilidade e motivação da criança para esse tipo de instrumento de coleta.

Ainda sobre a fidedignidade ou validade dos dados coletados através de entrevistas com crianças, Docherty e Sandelowski (1999) consideram que estes não são menos desenvolvidos ou verdadeiros do que os dados obtidos através da entrevista com os adultos, são apenas diferentes. Acrescentam, afirmando que estudos demonstram que crianças a partir

dos seis anos de idade têm capacidade cognitiva e de linguagem para serem entrevistadas. Elbers (2004) também considera que crianças são capazes de atuar como parceiros competentes de conversação.

Para se estabelecer uma boa entrevista, Delfos (2001) propõe que se tenham alguns cuidados, dentre eles: colocar-se na altura (visual) da criança; olhar para a criança enquanto se fala; fazer com que a criança se sinta confortável; escutar o que a criança diz; intercalar a conversa com jogos; entre outros. Além disso, é de fundamental importância que o entrevistador deixe claro o objetivo da conversa para a criança, deixando claro o que se espera dela (DELFOS, 2001; ELBERS, 2004), que não existe resposta certa ou boa, mas sim que o adulto deseja conhecer a opinião sincera da criança e que pode, caso prefira, não falar sobre algo que não queira (DELFOS, 2001).

Por fim, Roberts (2009 apud FERREIRA-ROSSETTI; SÓLON; ALMEIDA, 2008) alerta sobre a questão ética de se propor a ouvir a voz da criança. Embora, a autora considere essencial a participação de crianças em pesquisas voltadas à criança, deve-se ter o cuidado para que o objetivo de incluí-las seja realmente garantir o fortalecimento de aspectos da pesquisa que irão beneficiar os interesses da própria criança. Para ela, sempre existiram pessoas que ouviram e escutaram as crianças, mas, talvez poucas pessoas tenham agido eficientemente sobre o que elas tenham dito.

Assim, Rossetti-Ferreira, Sólón e Almeida (2008) ressaltam a necessidade de se refletir sobre o motivo de se buscar a voz da criança abrigada e sobre o que será feito com o que ela diz. Para as autoras, o objetivo das conversas com crianças sob medida de proteção não deve ser somente o de avaliar, nem comparar e muito menos enquadrá-las em padrões pré-estabelecidos. Isso porque as autoras acreditam que, no momento em que conversamos com crianças e adolescentes, eles podem estar aprendendo sobre si e construindo suas histórias.

1.6) Objetivos

1.6.1) Objetivo geral

Tendo verificado que a maioria das crianças em situação de abrigo tem irmãos abrigados na mesma e/ou em outras instituições e partindo da hipótese que numa situação de

⁹ ROBERTS, H. Listening to children: and hearing them. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. **Research with children – perspectives and practices**. London and New York: Falmer Press, 2000.

ruptura os irmãos assumem papel importante para a criança, esta pesquisa tem como objetivo conhecer a rede social de crianças em acolhimento institucional, buscando investigar, sob a perspectiva da criança, como os irmãos e outras pessoas aparecem na rede.

1.6.2) Objetivo específico

- Conhecer quem são as pessoas que fazem parte da rede social das crianças acolhidas institucionalmente;
- Identificar se há uma procura preferencial por irmãos, por outras crianças, ou por adultos;
- Identificar em que tipo de atividades ou situações as crianças abrigadas procuram os irmãos.

2) METODOLOGIA

2.1) Referencial teórico-metodológico

O referencial teórico-metodológico no qual se baseará este trabalho será a perspectiva da Rede de Significações (RedSig), que vem sendo construída há alguns anos através da interlocução entre pressupostos teóricos e estudos empíricos voltados ao processo de desenvolvimento humano. Os principais autores que fundamentam a RedSig são os sócio-históricos Vygotsky, Wallon, Valsiner e Bakhtin, e os autores da Psicologia do Desenvolvimento e Social, tais como Brockmeier & Carbaugh, Bronfenbrenner, Bruner, Gergen, Harré & Langenhove, e Spink (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004).

A metáfora da *Rede* faz menção à complexidade dos processos de desenvolvimento, com toda sua flexibilidade, dinâmica, transformações e delimitações. *Significações* diz respeito aos significados e sentidos empregados ao significar o mundo, o outro e a si mesmo na interação. Por isso, Rede de Significações (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004).

Esta perspectiva visa instrumentalizar o pesquisador nos processos de investigação e compreensão do desenvolvimento humano, sendo que este processo é entendido como contínuo ao longo de todo o ciclo vital, do nascimento à velhice, nas e por meio das múltiplas interações entre pessoas, levando em conta a organização dos contextos sociais e culturais. Por sinal, os campos interativos são o centro desta perspectiva. Desta forma, com base na natureza dialógica das interações, o ser humano ao nascer é inserido num mundo repleto de sentidos e significados, em decorrência disto ao relacionar-se com o outro seu desenvolvimento segue certas direções. Nas palavras das autoras (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004, p. 25).

:

[...] as relações são co-construídas a partir das “inter-ações”, isto é, de ações partilhadas e interdependentes. Essas ações se estabelecem por meio de processos dialógicos, nos quais cada pessoa tem seu fluxo de comportamento continuamente delimitado, recortado e interpretado pelo(s) outro(s) e por si próprio, através da coordenação de papéis ou posições dentro de contextos específicos [...]

O meio assume importância fundamental na medida em que é visto como um instrumento, uma ferramenta, um recurso para o desenvolvimento humano. Na visão da RedSig, meio e pessoas são mutuamente constitutivos. Inseridas em determinado meio as pessoas assumem determinadas posições em detrimento de outras e agem sobre este meio, transformando-o numa relação dialética (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004).

Estas relações acontecem mergulhadas e impregnadas por uma matriz sócio-histórica (elementos sociais, políticos, históricos e culturais) que contribui com a circunscrição do desenvolvimento humano. A matriz é composta por múltiplas e, frequentemente, antagônicas condições, presentes no aqui-e-agora das situações, nos componentes pessoais, nos contextos e campos de interação. Ao mesmo tempo em que ela existe independente das pessoas, são as pessoas que a preservam, transmitem, modificam e a reconstroem, num processo mútuo de constituição (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004).

De maneira geral, a Rede de Significações pode ser entendida como circunscritora dos processos de desenvolvimento humano. Entende-se que a rede disponibiliza um conjunto de significados que irão estabelecer um conjunto de limites e possibilidades à situação, aos comportamentos e ao desenvolvimento. Porém, prevê-se que a polissemia de significados permite que as pessoas interpretem de várias formas aquilo que está presente, podendo transformar seus caminhos (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004).

2.2) Participantes

Participaram dessa pesquisa crianças e funcionários de três abrigos. A seguir são fornecidos maiores detalhes organizados pelos tópicos: os abrigos, as crianças e os funcionários.

2.2.1) Os abrigos

A pesquisa foi realizada em três instituições que desenvolvem programa de acolhimento institucional para crianças no interior do Estado de São Paulo, referidos como Abrigo A, Abrigo B e Abrigo C. Os dois primeiros se localizam em uma mesma cidade, enquanto o Abrigo C se localiza numa cidade distante 20 quilômetros.

Inicialmente, para uma melhor contextualização, é importante apontar que os Abrigos A e B tiveram origem a partir de uma mesma instituição. Uma família que já tinha histórico de realização de trabalho social na cidade fundou um abrigo que acolhia crianças de ambos os sexos, porém diante de dificuldades em lidar com questões e situações relacionadas à sexualidade das crianças, optou-se por criar duas instituições separadas, uma que abrigasse somente meninas (Abrigo A) e outra, somente, meninos (Abrigo B). Embora tenham se passado cerca de 10 anos, a situação continua a mesma.

Com o objetivo de resguardar a identidade das instituições será apresentada, a seguir, uma breve caracterização de cada abrigo:

Abrigo A

O Abrigo A é uma chácara na beira da rodovia, longe da cidade e de difícil acesso. O local é muito bonito e bem cuidado, com área verde, parquinho e espaço aberto para as crianças brincarem. Há identificação da instituição no muro da frente da casa e na condução que transporta as crianças e funcionários. Trata-se de uma entidade não governamental sem fins lucrativos, em funcionamento há 10 anos. A capacidade máxima é de 25 crianças, mas algumas vezes o número de crianças acolhidas ultrapassa o limite estabelecido. Apenas meninas com idades entre 0 e 12 anos incompletos são atendidas. Não há flexibilidade em tais critérios nem quando se trata de grupo de irmãos, acarretando frequentemente em seu desmembramento. Quando a coleta de dados foi realizada estavam abrigadas 20 crianças e 11 delas pertenciam a grupos de irmãos, sendo no total 7 grupos.

Nos momentos em que estive presente, havia duas educadoras voltadas para os cuidados das crianças, uma cozinheira, uma lavadeira, uma pessoa responsável pela limpeza e uma motorista, todas mulheres. No entanto, muitas vezes as funções se sobrepõem e a educadora desempenha atividades de limpeza, por exemplo, e vice-versa, ou seja, a pessoa da limpeza fica com as crianças. A equipe técnica é composta por uma assistente social, uma psicóloga, uma fonoaudióloga, uma pedagoga e uma musicoterapeuta. Consequentemente restam poucas atividades a serem realizadas fora do abrigo. Algumas crianças que participaram da pesquisa realizavam psicoterapia e/ou terapia ocupacional, e todas, além de freqüentar a escola, realizavam atividades esportivas junto da comunidade. Vale destacar, porém, que embora a maior parte das crianças realizassem atividades religiosas na igreja mais próxima, tais atividades eram feitas em turmas destinadas às crianças acolhidas nos Abrigos A e B.

Abrigo B

O Abrigo B também é uma chácara próxima à rodovia, no meio do canavial, longe da cidade e de difícil acesso. O local tem área verde e espaço aberto para as crianças brincarem. Não há identificação da instituição no muro da frente da instituição. Trata-se de uma entidade não governamental sem fins lucrativos, em funcionamento há 15 anos. A capacidade máxima

é de 30 crianças, mas algumas vezes o número de crianças acolhidas ultrapassa o limite estabelecido. Apenas meninos com idades entre 0 e 12 anos incompletos são atendidos. Nesse abrigo também não há flexibilidade em tais critérios nem quando se trata de grupo de irmãos, acarretando frequentemente em seu desmembramento. Quando a coleta de dados foi realizada estavam abrigadas 18 crianças e 10 delas pertenciam a grupos de irmãos, sendo no total 7 grupos.

Nos momentos em que estive presente, havia uma educadora voltada para os cuidados das crianças e para a limpeza da casa, uma cozinheira, uma lavadeira e um motorista. Uma educadora estava de férias e as funções dos funcionários se sobrepõem tal como já mencionado. Em relação a isso, nas palavras das educadoras entrevistadas, a função delas é “faz tudo”. A equipe técnica é composta por uma assistente social, uma psicóloga, uma pedagoga e uma terapeuta ocupacional. Poucas atividades são realizadas fora do abrigo, sendo elas: a escola e atividade religiosa para todas as crianças, tratamento fonoaudiológico e atividades esportivas para algumas. O acompanhamento psicoterapêutico de todas as crianças é feito pela psicóloga da instituição.

Abrigo C

O Abrigo C é uma casa num bairro residencial, bem localizado e de fácil acesso. Trata-se de uma entidade não governamental sem fins lucrativos, em funcionamento há 19 anos. Não há identificação da instituição do lado de fora da casa. A capacidade máxima é de 14 crianças, mas estavam acolhidas naquele momento 17, sendo que 14 delas pertenciam a grupos de irmãos, num total de 5 grupos. Preferencialmente, abriga-se grupos de irmãos, acolhendo meninos e meninas com idades entre 0 e 18 anos incompletos.

Nos momentos em que estive presente, havia dois educadores voltados para os cuidados das crianças e uma pessoa responsável pela limpeza. Os educadores são responsáveis apenas pelo trabalho com as crianças e os afazeres domésticos são realizados por profissionais de apoio. A equipe técnica é composta por uma assistente social e uma psicóloga que dividem também a coordenação da instituição. As crianças realizam fora do abrigo os atendimento necessário e atividades escolares, esportivas e religiosas.

	Tipo de entidade	Tempo de funcionamento	Capacidade de atendimento	Critério de seleção da população atendida	Nº de crianças abrigadas no momento da coleta	Nº de grupos de irmãos abrigados no momento da coleta
Abrigo A	Não governamental sem fins lucrativos	10 anos	25 crianças	Sexo: somente meninas Idade: 0 a 12 (incompletos)	20	7 (total: 11 crianças)
Abrigo B	Não governamental sem fins lucrativos	15 anos	30 crianças	Sexo: somente meninos Idade: 0 a 12 (incompletos)	18	7 (total: 10 crianças)
Abrigo C	Não governamental sem fins lucrativos	19 anos	14 crianças	Preferencialmente grupos de irmãos	17	5 (total: 14 crianças)

Quadro 2 – Resumo das informações sobre os abrigos participantes da pesquisa

A escolha dos abrigos pautou-se nos contatos já existentes entre o CINDEDI e algumas instituições de acolhimento de crianças vitimizadas nesta região e, principalmente, nas características dessas instituições. Foi considerado que seria enriquecedor para a presente pesquisa ter a oportunidade dar voz às crianças e funcionários de abrigos com tais critérios de seleção da população atendida.

A pesquisa somente teve início após aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, além de ter a autorização para realização da pesquisa (apêndice 1) e o termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice 2) assinados pelos presidentes dos abrigos.

2.2.2) As crianças

No que se referem às crianças participantes, os critérios de seleção foram: ter irmãos e ter idade entre 6 e 12 anos. O primeiro critério se deveu ao objetivo do trabalho. O segundo se deveu às habilidades exigidas para executar as atividades propostas pelos instrumentos de coletas de dados (desenho, entrevista e representação através de bonecos das pessoas conhecidas). Foi considerado que uma criança com menos idade poderia não ter desenvolvido ainda repertório suficiente para lidar com as situações a que seria exposta durante a coleta, o que poderia causar algum desconforto.

Desta forma, participaram 7 grupos de irmãos, num total de 18 crianças. Vale ressaltar que cada grupo de irmãos era composto por crianças filhas do mesmo pai e/ou da mesma mãe.

Destaca-se, no entanto, que a maior parte dos grupos de irmãos participantes haviam sido desmembrados devido aos critérios de seleção da população atendida pelos abrigos, descritos acima, principalmente, no que diz respeito ao sexo das crianças.

A seguir será apresentado o quadro com uma breve caracterização das crianças.

	Nome fictício	Idade	Escolaridade	Tempo de abrigamento	Localização	Atividades fora do abrigo	Observações:
Grupo de Irmãos (1)	Camila	6	1º ano do ensino fundamental	5 meses	Abrigo A	- Escola - Centro Poliesportivo - Catequese	As crianças referiram que têm um irmão mais velho que estava com familiares, mas essa informação não foi confirmada pelos funcionários do abrigo.
	Laura	9	5º ano do ensino fundamental, mas frequenta como aluna ouvinte o 1º ano.	5 meses	Abrigo A	- Escola - Centro Poliesportivo - Catequese	
	Tomaz	11	5º ano do ensino fundamental	5 meses	Abrigo B	- Escola - Catequese	
Grupo de Irmãos (2)	Ana	6	1º ano do ensino fundamental	7 meses	Abrigo A	- Escola - Centro Poliesportivo - Catequese	Têm dois irmãos mais velhos, uma menina que se casou e um menino que morava com familiares.
	Roberto	9	2º ano do ensino fundamental	7 meses	Abrigo B	- Escola - Catequese - Fono	
	Luca	11	2º ano do ensino fundamental	7 meses	Abrigo B	- Escola - Catequese	
Grupo de Irmãos (3)	Carlos	6	1º ano do ensino fundamental	2 anos	Abrigo B	- Escola - Catequese - Natação	O irmão mais velho estava com o pai.
	Juliana	11	4º ano do ensino fundamental	2 anos	Abrigo A	- Escola - Centro Poliesportivo - Informática - Psicoterapia - Terapia ocupacional - Catequese	

Quadro 3 - Informações sobre as crianças participantes da pesquisa (continua)

	Nome fictício	Idade	Escolaridade	Tempo de abrigamento	Localização	Atividades fora do abrigo	Observações:
Grupo de Irmãos (4)	Marília	7	2º ano do ensino fundamental	1 anos	Abrigo A	- Escola - Centro Poliesportivo - Catequese	Dois irmãos mais novos estavam abrigados no Abrigo B, mas não participaram da pesquisa por terem menos de 6 anos de idade. Dois irmãos mais velhos estavam com familiares.
	Lúcia	9	3º ano do ensino fundamental	1 anos	Abrigo A	- Escola - Centro Poliesportivo - Catequese	
Grupo de Irmãos (5)	Alexandre	10	4º ano do ensino fundamental	1 ano e 6 meses (2º abrigamento)	Abrigo B	- Escola - Futebol - Catequese	A irmã mais nova estava com familiares.
	Marta	11	3º ano do ensino fundamental	1 ano e 6 meses (2º abrigamento)	Abrigo A	- Escola - Terapia ocupacional - Centro Poliesportivo - Catequese	
	Henrique	12	6º ano do ensino fundamental	1 ano e 6 meses (2º abrigamento)	Abrigo B	- Escola - Futebol - Catequese	
Grupo de Irmãos (6)	Bárbara	7	4º ano do ensino fundamental	3 anos	Abrigo A	- Escola - Centro Poliesportivo - Catequese	Esse grupo de irmãos estava em processo de reintegração familiar. Não possuem mais irmãos.
	Luciano	8	3º ano do ensino fundamental	3 anos	Abrigo B	- Escola - Catequese	
	Tatiana	10	1º ano do ensino fundamental	3 anos	Abrigo A	- Escola - Centro Poliesportivo - Catequese	
Grupo de Irmãos (7)	Jaqueline	11	5º ano do ensino fundamental	1 ano e 8 meses	Abrigo C	- Escola - Dança - Igreja	Esse grupo de irmãos estava em processo de reintegração familiar. Uma irmã mais velha estava evadida do abrigo municipal, morando na rua.
	Clara	12	5º ano do ensino fundamental	1 ano e 8 meses	Abrigo C	- Escola - Dança - Igreja	

Quadro 3 - Informações sobre as crianças participantes da pesquisa (conclusão)

É importante salientar que mesmo que o responsável legal pelo abrigo (presidente) e, conseqüentemente, pelas crianças, tenha assinado o termo de consentimento informado autorizando a sua realização, a coleta de dados junto às crianças apenas se deu com aquelas que manifestaram interesse em participar. Vale ressaltar que todas as crianças convidadas se interessaram, porém, Bárbara interrompeu sua participação no terceiro encontro (mais detalhes constam no item 2.6, referente aos procedimentos éticos).

Para uma melhor contextualização dos dados, abaixo constam os desenhos que as crianças fizeram das pessoas mais importantes em suas vidas, além de algumas informações sobre meu contato com elas. Em seguida, é apresentado o resumo das principais informações cedidas pelos técnicos e coordenadores dos abrigos a respeito do histórico das crianças.

Os nomes de todas as crianças foram mudados com o objetivo de preservar a identidade nominal. Embora a pesquisadora tenha pedido que as crianças escolhessem os nomes que gostariam que fossem usados na pesquisa para identificá-las, na grande maioria das vezes, elas deram os nomes umas das outras, ou seja, das crianças também acolhidas na instituição, muitas vezes, de seus melhores amigos/as. Portanto, os nomes apresentados abaixo foram escolhidos pela pesquisadora.

→ **Crianças acolhidas nos Abrigos A e B**

Grupo de irmãos (1)

O meu contato com as crianças e um pouquinho do que conversamos

- Camila, 6 anos (acolhida no Abrigo A)



Desenho da Camila – Pessoas mais importantes em sua vida: mãe, pai, irmã Laura e irmão Tomaz.

Camila é daquelas meninhas que, por ser muito esperta, doce e falante, faz qualquer adulto se derreter. Contou-me várias histórias, cantou e encantou. Em todos os nossos

encontros pedia para que eu lhe desenhasse uma casa, mas, segundo ela, nessa casa não morava ninguém.

- Laura, 9 anos (acolhida no Abrigo A)



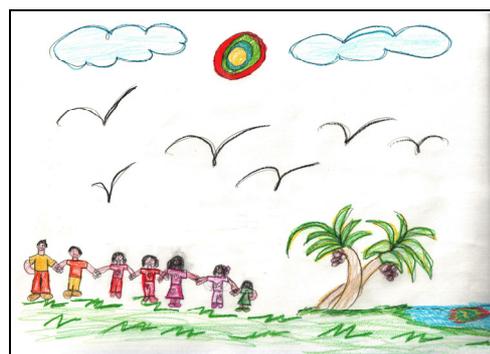
Desenho da Laura – Pessoas mais importantes em sua vida: primo e cachorro da família.

Laura é uma menina mais séria e de poucas palavras, mas se mostrou disposta a participar da pesquisa e o fez sempre com bastante disposição. Embora mais reservada, quando via as outras crianças correndo para me abraçar e beijar, Laura também ia.

- Tomaz, 11 anos (acolhido no Abrigo B)



Desenho do Tomaz 1 – Pessoas mais importantes em sua vida: pai, mãe, irmão mais velho, irmã Laura, irmã Camila, avô, avó e avó.



Desenho do Tomaz 2 – Pessoas mais importantes em sua vida: Família vizinha da casa de origem.

Tomaz é um menino bonito, já com jeito de adolescente. Durante nossos encontros, ele mal me olhava nos olhos. E, fora os momentos em que estávamos juntos para a realização das

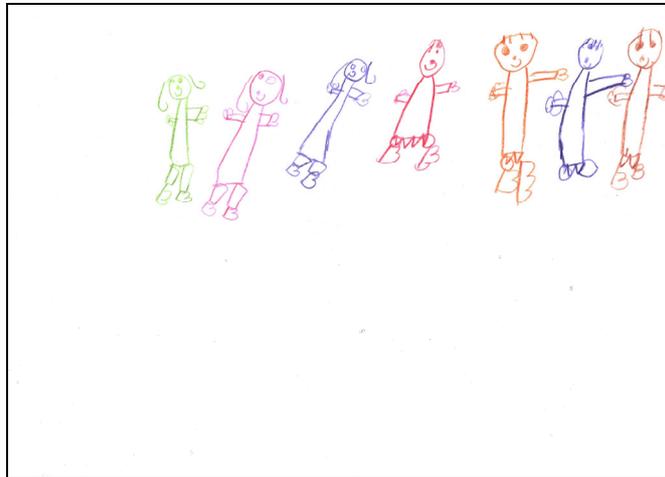
atividades envolvidas na coleta de dados, ele não se aproximava de mim, mas me olhava de longe.

Um pouquinho da história dos três irmãos – Camila, Laura e Tomaz: resumo das informações fornecidas pela assistente social do Abrigo A e coordenadora do Abrigo B

Os três irmãos haviam sido abrigados há cinco meses quando a coleta de dados teve início, sendo que as duas meninas foram para o Abrigo A e o menino para o Abrigo B. As crianças disseram que têm um irmão mais velho que estaria com familiares, mas essa informação não foi confirmada pela equipe técnica dos abrigos.

Segundo o que me foi informado, fazia dois anos que essa família era acompanhada pelo Conselho Tutelar (CT) da cidade. A mãe era prostituta e o pai era traficante. No dia em que o casal se separou, o CT foi acionado para que fosse decidido com quem as crianças ficariam. A mãe alegou que não teria como sustentá-los e nenhum outro parente se dispôs a assumi-los. Então, foi decidido que as três crianças ficariam com o pai até que se encontrasse alguém para cuidar deles. Porém, elas ficaram mais de um ano com o pai e, segundo o que me foi informado, praticamente sem cuidado algum, principalmente as meninas. Laura tinha que cozinhar, enquanto o irmão era usado pelo pai como intermediário nas vendas de drogas. Devido a este último fato, o CT voltou a intervir e as crianças foram abrigadas, contra a vontade do pai, tendo inclusive que fazer uso de força policial para conseguir retirar as crianças de sua casa.

Num último contato telefônico que tive com o abrigo A, meses após a coleta dos dados, fui informada que os irmãos foram separados no desfecho desse caso. Um tio que tinha maior afinidade com Tomaz, ficou com sua guarda. As meninas, até aquele momento, continuavam abrigadas e, segundo a coordenadora, talvez sejam encaminhadas para uma adoção internacional.

Grupo de irmãos (2)**O meu contato com as crianças e um pouquinho do que conversamos****- Ana, 6 anos (acolhida no Abrigo A)**

Desenho da Ana – Pessoas mais importantes em sua vida: mãe, avó, tia, tio, irmão mais velho, avô e pai.

Ana é uma menininha bastante tímida, difícil até de entender o que ela fala. Embora se mostrasse bastante retraída durante os encontros que tivemos para realização da coleta de dados, foi interessante notar que nos momentos anteriores ou posteriores a eles, Ana conforme foi se familiarizando comigo, passou a pedir colo, dar beijo e solicitar que lhe fossem lidas histórias infantis.

- Roberto, 9 anos (acolhido no Abrigo B)

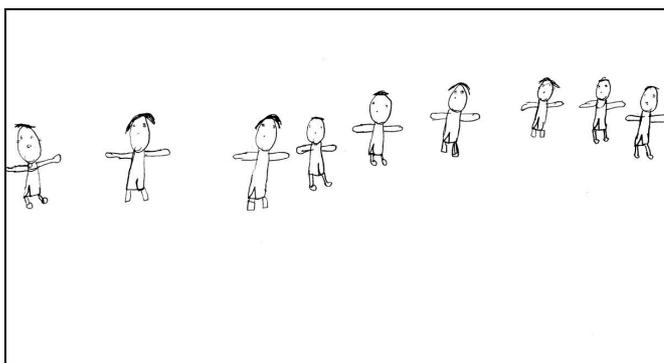
Desenho do Roberto 1 – Pessoas mais importantes em sua vida: irmão mais velho, tio, irmã Ana, irmã mais velha, mãe, avó, tio, pai e tio.



Desenho do Roberto 2 – Ele, a irmã mais velha e a caminhonete de um tio.

Roberto se expressa com clareza. Embora não fosse muito falante, participou da pesquisa com dedicação, parecendo refletir antes de responder às perguntas. No nosso penúltimo encontro, mesmo depois de terminarmos a entrevista, ele quis ficar na sala comigo por mais tempo. Roberto, então, desenhou a si mesmo e a irmã mais velha, além da caminhonete de um tio que, segundo ele, já o visitou (desenho 2 – acima).

- Luca, 11 anos (acolhido no Abrigo B)



Desenho do Luca – Pessoas mais importantes em sua vida: irmão mais velho, irmã Ana, mãe, tio, irmã mais velha, tia, tio, pai e tio.

Tive dificuldade para conseguir compreender o que Luca, 11 anos, falava. Inclusive, algumas vezes, ele quis desistir de participar da pesquisa, mas com um pouco de persistência, minha e dele, em pouco tempo estávamos conseguindo nos comunicar razoavelmente.

Um pouquinho da história dos três irmãos – Ana, Roberto e Luca: resumo das informações fornecidas pela assistente social do Abrigo A e coordenadora do Abrigo B

No total são 5 irmãos - Ana, Roberto, Luca e dois irmãos mais velhos, uma menina de 14 anos que foi morar com um homem em outra cidade e um menino de 17 anos que foi criado pela avó. O pai das crianças faleceu há algum tempo.

Os três foram abrigados há sete meses. Ana estava acolhida no Abrigo A, Roberto e Luca no B. Pelo que me foi informado, a mãe parece ter algum comprometimento mental e faz uso abusivo de álcool. Soma-se a essa situação a precária condição de moradia que a mãe dispõe, localizada na beira do córrego. A Prefeitura do município lhe ofereceu a possibilidade de construir uma nova casa num lugar melhor, mas até naquele momento continuava residindo no mesmo local. Antes de serem abrigadas as crianças não freqüentavam a escola e nenhum deles é alfabetizado.

Foi-me informado também que devido ao comprometimento bastante sério na fala, Luca precisou do irmão durante algum tempo para conseguir se expressar e ser compreendido pelas pessoas no abrigo. Assim, Roberto apesar de ser mais novo que Luca, foi quem “assumiu sua voz” para ajudar o irmão. Após algumas intervenções dos técnicos e educadores, além de tratamento fonoaudiológico, eles têm conquistado alguns avanços. Em relação à Ana, a coordenadora do abrigo em que está acolhida contou que, por um erro do Conselho Tutelar, o documento que forneceram no ato de abrigamento constava seu nome errado. A criança foi chamada por um nome diferente do seu por mais de um mês, sem que dissesse nada a respeito.

O desfecho mais provável para os três irmãos, até aquele momento, era a separação, uma vez que três parentes paternos, todos moradores da mesma cidade, pretendiam se responsabilizar cada um por uma criança.

Grupo de irmãos (3):

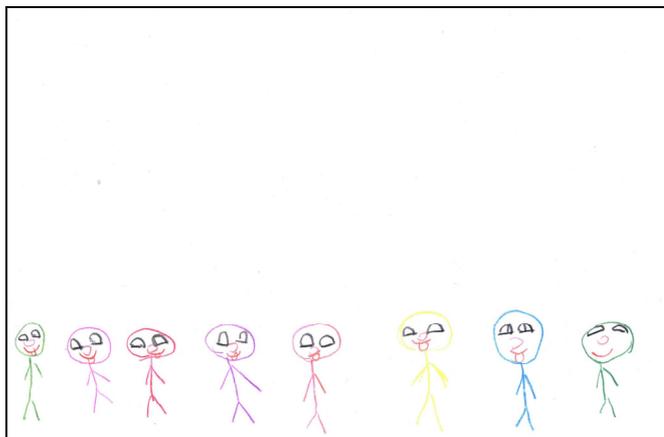
O meu contato com as crianças e um pouquinho do que conversamos

- Carlos, 6 anos (acolhido no Abrigo B)



Desenho do Carlos – Pessoas mais importantes em sua vida: ele mesmo, pesquisadora, criança/amigo mesmo abrigo, criança/amigo mesmo abrigo e criança/amigo mesmo abrigo.

Carlos aparenta menos idade do que tem. É um menino doce, com olhar um pouco triste, mas muito falante e cativante. Perguntou-me várias vezes se eu tinha filho ou filha, além de ter criado brincadeiras em que me colocou como sua mãe.

- Juliana, 11 anos (acolhida no Abrigo A)

Desenho da Juliana – Pessoas mais importantes em sua vida: fonoaudióloga do abrigo, psicoterapeuta, psicóloga do abrigo, coordenadora do abrigo, pesquisadora, educadora, mãe e educadora.

No dia em que conheci Juliana, 11 anos, antes mesmo de começar a pesquisa, tivemos oportunidade de conversar descompromissadamente. Juliana me levou pra conversar na varanda do abrigo e, entre outras coisas, contou que tinha dois irmãos, além de querer saber um pouco sobre mim – quem eu era, o que estava fazendo ali, se era casada, se tinha filhos. Quando eu estava indo embora, Juliana correu para pedir para a educadora de plantão um pedaço de bolo para que eu levasse para o meu marido e para mim.

Um pouquinho da história dos dois irmãos – Carlos e Juliana: resumo das informações fornecidas pela assistente social do Abrigo A e coordenadora do Abrigo B

São três irmãos. Juliana e Carlos são filhos da mesma mãe e do mesmo pai, mas este faleceu quando Carlos ainda era bebê. As crianças têm um irmão mais velho por parte de mãe, que estava morando com o pai e com quem não mantém contato.

Segundo as informações fornecidas, a mãe era negligente com os cuidados dos filhos. Sendo assim, Juliana era responsável pelos cuidados de Carlos, fato que causou o primeiro abrigamento dele. Naquele momento, o Conselho Tutelar considerou que Juliana por ser mais velha tinha condições de se cuidar melhor, por isso apenas Carlos foi abrigado. Não foram obtidas maiores informações sobre este primeiro abrigamento.

Na época da coleta de dados, a mãe encontrava-se presa por tráfico de drogas, sendo essa a causa do atual abrigamento das crianças. Os dois irmãos estavam acolhidos há dois anos na mesma cidade, porém em duas instituições diferentes, ou seja, Juliana no Abrigo A e Carlos no B. Quando foi presa a mãe vivia com um companheiro, também preso por tráfico, o

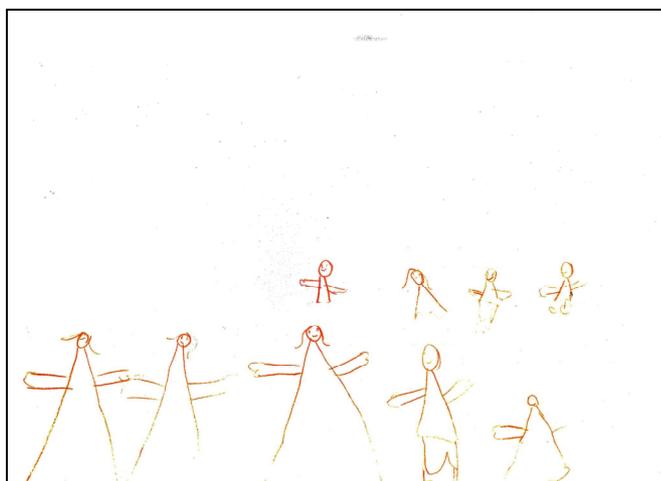
qual Carlos considerava como se fosse seu pai, porém não mantiveram contato após o abrigo.

A mãe chegou a ser solta, começou visitar os filhos nos abrigos com vistas à reintegração familiar, mas em pouco tempo voltou a ser presa pelo mesmo motivo. Pelo que me foi informado naquela época, ela permaneceria nessa condição por pelo menos mais um ano. Conforme as informações cedidas, tal fato causou e causa grande sofrimento nas crianças. Quase toda semana trocam cartas com a mãe.

Grupo de irmãos (4):

O meu contato com as crianças e um pouquinho do que conversamos

- Marília, 7 anos e Lúcia, 9 anos



Desenho da Marília – Pessoas mais importantes em sua vida: Pesquisadora, pedagoga, mãe, pai, irmã Lúcia, irmão Guga (em cima), irmão Gustinho (em cima) e irmão Fernandinho (em cima).



Desenho da Lúcia – Pessoas mais importantes em sua vida: coordenadora do abrigo, psicóloga do abrigo, educadora, educadora, educadora, pedagoga do abrigo, fonoaudióloga do abrigo e pesquisadora.

Marília e Lúcia são crianças muito comunicativas. Inicialmente, não pretendia convidá-las para participar da pesquisa, uma vez que seus dois irmãos mais novos (Joãozinho e Fernandinho), acolhidos no Abrigo B, pertenciam à faixa etária inferior a exigida para a realização da pesquisa. No entanto, as duas ficaram tão chateadas e inconformadas por verem as outras crianças participarem, e elas não, que foram conversar com a coordenadora do abrigo, solicitando que interviesse a favor delas. Quando percebi que alguma coisa estava acontecendo, pela fisionomia delas e pela movimentação no abrigo, fui falar com a coordenadora que me explicou a situação. Foi, então, que conversei com as duas e expliquei porque não havia as incluído anteriormente, mas que a partir daquele dia elas também poderiam me ajudar na pesquisa, assim como as outras crianças. Marília e Lúcia ficaram muito contentes.

Um pouquinho da história dos dois irmãos – Marília e Lúcia: resumo das informações fornecidas pela assistente social do Abrigo A e coordenadora do Abrigo B

São seis irmãos. Os dois mais velhos (Guga e Gustinho), embora sejam citados pelas irmãs, não há nenhuma informação oficial, apenas sabe-se que não moravam com os pais e suspeita-se que estejam na cidade de origem da família, em outro estado. Lúcia e Marília estavam abrigadas no Abrigo A. Outros dois irmãos mais novos (Joãozinho e Fernandinho), um de quatro e um de cinco anos também estavam abrigados, porém no Abrigo B.

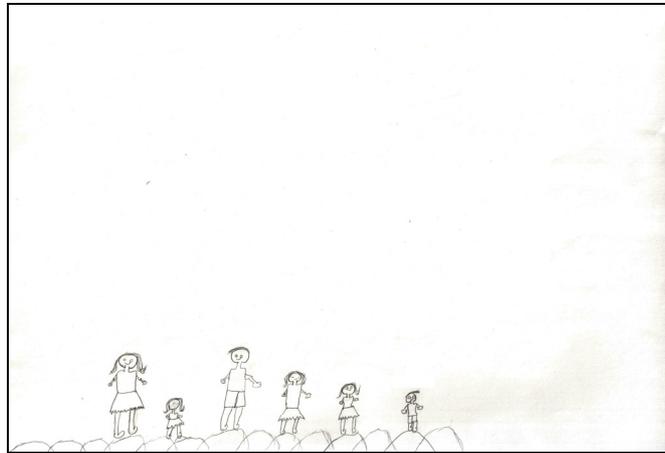
Segundo as informações cedidas, trata-se de uma família de imigrantes que vieram para o Estado de São Paulo tentar construir uma vida melhor, no entanto sem sucesso. Moravam num barraco sem as mínimas condições de habitabilidade no meio da cidade. Os pais faziam uso abusivo de álcool e eram agressivos. De acordo com as informações obtidas, Lúcia era obrigada a assumir os cuidados da casa e dos irmãos, sendo que apanhava caso falhasse em alguma dessas funções. O Conselho Tutelar acompanhava a família há algum tempo quando o pai, numa briga com a mãe, enfiou-lhe uma faca, na frente de Lúcia. As crianças foram, então, abrigadas há dois anos.

Receberam visita do pai apenas uma vez, mas a reação das filhas, especialmente de Lúcia, foi tão negativa que os técnicos do abrigo sugeriram ao Fórum que as visitas fossem suspensas. A sugestão foi acatada e após alguns estudos decidiu-se destituir o poder familiar dos pais e encaminhar as quatro crianças para adoção. A última notícia que tive foi que as meninas foram adotadas por um casal e os dois meninos mais novos por outro, ambos italianos.

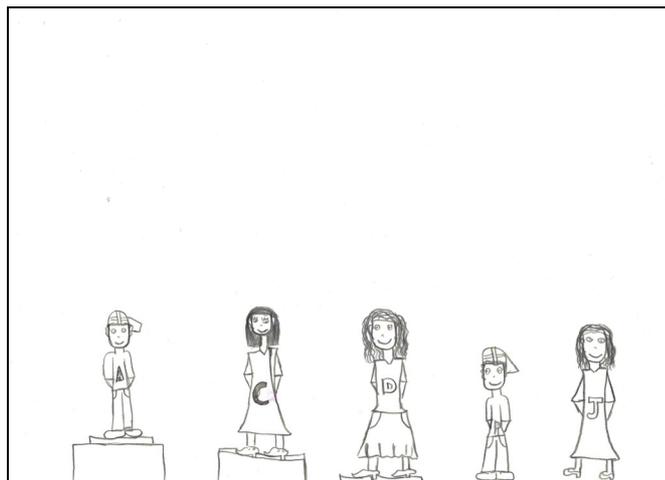
Grupo de irmãos (5):

O meu contato com as crianças e um pouquinho do que conversamos

- Alexandre, 10 anos e Henrique, 12 anos (acolhidos no Abrigo B)

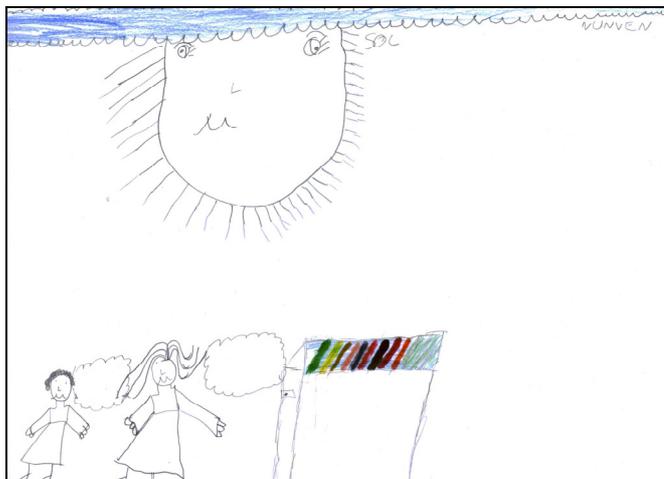


Desenho do Alexandre – Pessoas mais importantes em sua vida: mãe, irmã mais nova, pai, avó, irmã mais velha e irmão Henrique.



Desenho do Henrique – Pessoas mais importantes em sua vida: pai, mãe, avó, irmão Alexandre e irmã Marta.

Os dois estavam brincando junto com outras crianças quando os conheci. Pareciam se dar muito bem entre si e com as demais crianças. Apesar de não aparentarem muito entusiasmo em participar da pesquisa, o fizeram de maneira muito dedicada, se disponibilizando com prontidão a me acompanhar até a sala onde a coleta era realizada.

- Marta, 11 anos (acolhida no Abrigo A)

Desenho da Marta – Pessoas mais importantes em sua vida: irmã mais nova e prima.

Marta tinha um jeitinho mais desconfiado. Aceitou participar da pesquisa e fazia questão de ser uma das primeiras a me acompanhar até a sala para a realização das atividades de coleta de dados, mas teve como aspecto marcante em sua participação o grande número de vezes em que respondeu “não sei” às perguntas que lhe fiz.

Um pouquinho da história dos dois irmãos – Alexandre, Marta e Henrique: resumo das informações fornecidas pela assistente social do Abrigo A e coordenadora do Abrigo B

Esse grupo de irmãos é composto por quatro crianças. Alexandre, Marta e Henrique são filhos da mesma mãe e do mesmo pai. A irmã mais nova é filha de outro homem.

De acordo com o que me foi informado, em 2005, devido ao fato da mãe não cuidar adequadamente dos filhos, os três irmãos mais velhos foram abrigados pela primeira vez (Alexandre e Henrique no Abrigo B e Marta no Abrigo A), permanecendo um ano e meio nessa condição. O pai que morava em outra cidade e havia casado novamente, pediu a guarda das crianças e a ganhou. Depois de um ano com o pai, algumas denúncias começaram a ser feitas de que as crianças estariam sendo vítimas de violência física, principalmente Marta. Além disso, o pai e a madrasta estavam se desentendendo por questões relacionadas à criação das crianças e, também, havia a suspeita de que o pai levava Marta para um local de prostituição. Diante dessa situação, os três voltaram a ser abrigados há 1 ano e meio.

Quando o segundo abrigamento aconteceu, a irmã mais nova havia nascido e tinha sido abrigada com oito meses de vida, também por negligência da mãe, conforme as

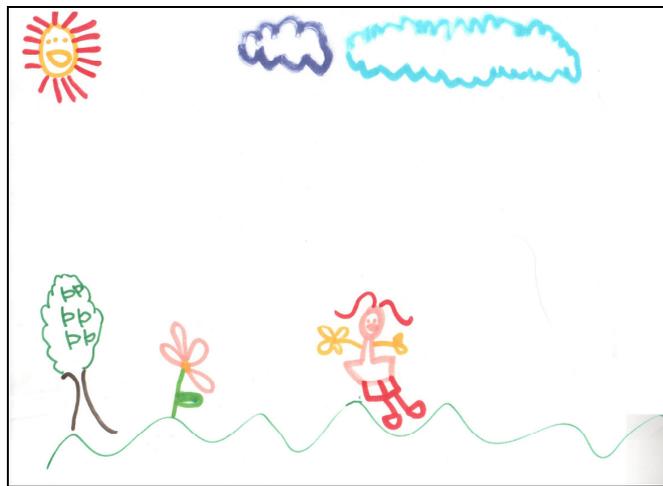
informações cedidas, na mesma instituição em que Marta voltou a ser abrigada. Desenvolveu-se um vínculo muito forte entre as duas. Porém, após algum tempo, a irmãzinha foi desabrigada, sendo levada para morar com parentes da mãe. Tal separação trouxe e ainda traz muito sofrimento para Marta, de acordo com o que me foi informado.

O destino dos três irmãos ainda é incerto, embora queiram voltar a morar com o pai.

Grupo de irmãos (6):

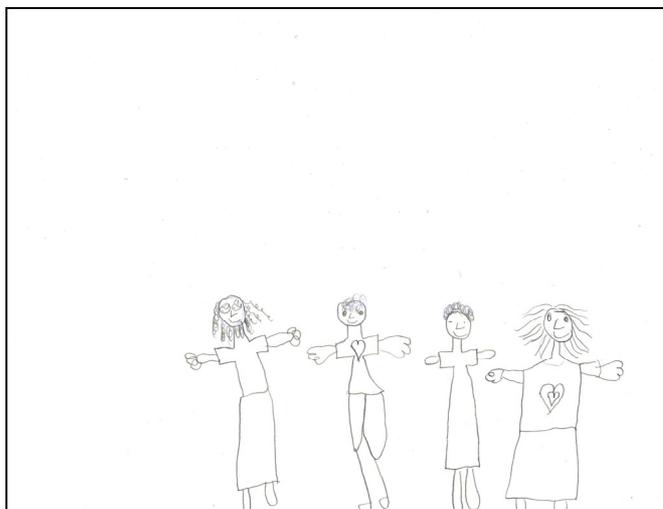
O meu contato com as crianças e um pouquinho do que conversamos

- Bárbara, 7 anos (acolhida no Abrigo A)



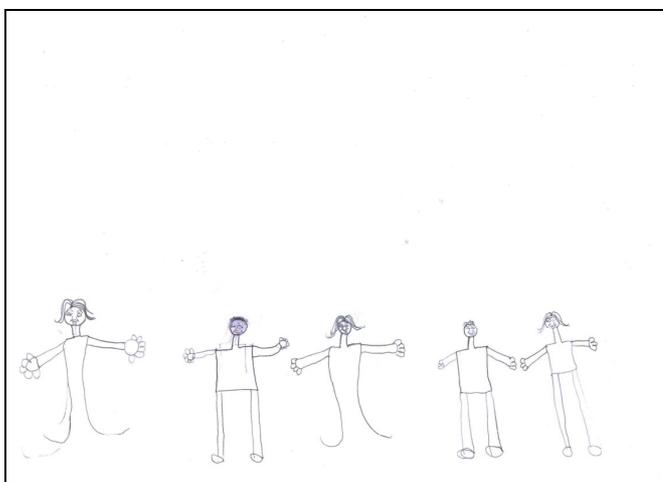
Desenho da Bárbara – Pessoas mais importantes em sua vida: coordenadora do abrigo.

Quando convidei Bárbara para participar da pesquisa, ela logo aceitou. Estava eufórica. Então, lhe pedi que fizesse um desenho das pessoas mais importantes em sua vida e ela desenhou apenas uma mulher – a coordenadora do abrigo. Terminado o desenho, não quis me dá-lo, sendo que ao invés disso, saiu correndo para entregá-lo a ela. No segundo encontro, fez outro desenho muito parecido com o que havia feito no primeiro e, desta vez me deu-o. Bárbara interrompeu sua participação na pesquisa no terceiro encontro, conforme detalhado no item 2.6 (procedimentos éticos).

- Luciano, 8 anos (acolhido no Abrigo B)

Desenho do Luciano – Pessoas mais importantes em sua vida: mãe, pai, irmã Bárbara e irmã Tatiana.

Luciano respondeu “ninguém” para quase todas as perguntas que lhe fiz sobre quem ele procurava nas situações contempladas pela entrevista. Fiquei surpresa quando, certo dia, brincamos de casinha, eu, ele e mais dois meninos menores. Eu era a mãe, ele o pai e os outros eram nossos filhos, conforme a distribuição que as crianças fizeram dos papéis. Chamou-me atenção o fato de Luciano cuidadosamente organizar nossa “casa” e nosso “almoço”, se mostrando todo disponível para nos ajudar no que precisássemos. Pelo menos, naquele momento, naquela brincadeira, Luciano se mostrou bem diferente daquele menino que parecia tão isolado e sozinho.

- Tatiana, 10 anos (acolhida no abrigo A)

Desenho da Tatiana – Pessoas mais importantes em sua vida: mãe, pai, tia, irmão Luciano e irmã Bárbara.

Tatiana pareceu ser uma menina tranqüila e alegre. Aceitou prontamente participar da pesquisa. Quando me via sempre me dava um beijo e perguntava se eu estava no abrigo para conversar com ela.

Um pouquinho da história dos três irmãos – Bárbara, Luciano e Tatiana: resumo das informações fornecidas pela assistente social do Abrigo A e coordenadora do Abrigo B

Os três irmãos estão abrigados há três anos. As meninas no Abrigo A e o menino no Abrigo B.

Segundo as informações cedidas, as crianças foram abrigadas porque a mãe fazia uso abusivo de álcool, chegando inclusive a ficar caída pelas ruas da cidade, enquanto as crianças ficavam sem cuidados. O pai também bebia, mas continuava trabalhando, sem deixar que isso o prejudicasse tanto.

Na época da coleta de dados, fazia um ano que havia se iniciado um trabalho intenso de reinserção familiar e, de acordo com o que me foi informado, o resultado estava sendo muito positivo. Com a articulação de vários agentes, tais como os Abrigos A e B, a empresa onde o pai trabalha, projeto social da Prefeitura, serviço de saúde, entre outros, conseguiu-se que a mãe diminuísse drasticamente o consumo de álcool, fosse inserida na comunidade e vislumbrasse a possibilidade de ter novamente os filhos junto dela. As crianças começaram a freqüentar a casa dos pais nos finais de semana e, possivelmente, voltarão a morar com eles.

Um detalhe que me chamou atenção foi que Bárbara, dada essa nova situação após três anos de abrigamento, ou seja, a possibilidade de deixar o abrigo e as pessoas com quem está acostumada conviver, começou a chamar a coordenadora do abrigo de mãe. Muito provavelmente a sua dificuldade em responder às perguntas das entrevistas que diziam respeito às pessoas que são referência para ela também devia estar relacionada a esse momento de transição.

→ Crianças acolhidas no Abrigo C

Grupo de irmãos (7):

O meu contato com as crianças e um pouquinho do que conversamos

- Jaqueline, 11 anos e Clara, 12 anos (acolhidas no Abrigo C)



Desenho da Jaqueline – Pessoas mais importantes em sua vida: irmã Clara, padrasto, mãe, tia e Deus.



Desenho da Clara – Pessoas mais importantes em sua vida: mãe, padrasto e irmã Jaqueline.

Jaqueline e Clara aceitaram participar da pesquisa e contaram que já haviam participado de outras duas. Ambas as pesquisas foram realizadas por pesquisadores do CINDEDI, mas com temas e metodologias bastante diferentes do proposto pelo presente trabalho.

Nosso contato se restringiu aos momentos de coleta de dados, uma vez que assim que terminávamos as atividades propostas, elas logo iam se juntar às outras crianças abrigadas, sem que eu fosse convidada a participar do que estavam fazendo – assistindo televisão, conversando ou jantando.

Um pouquinho da história das duas irmãs – Jaqueline e Clara: resumo das informações fornecidas pela psicóloga do Abrigo C

Jaqueline e Clara têm uma irmã mais velha que hoje está com 16 anos. Quando pequena essa irmã foi dada pela mãe para um casal criar. Aos nove anos de idade descobriu-se que ela estava sendo abusada sexualmente pelo homem que a criava e o Conselho Tutelar (CT) devolveu-a para a mãe que estava casada com o pai de Jaqueline e Clara. A irmã mais velha voltou a ser abusada sexualmente, mas agora pelo atual marido da mãe, tendo sido abrigada pelo CT. Segundo as informações obtidas, como a família estava sendo acompanhada, foi constatado que a mãe era negligente também nos cuidados de Jaqueline e Clara, as quais acabaram sendo acolhidas no abrigo municipal por 8 meses. Após esse período, foram transferidas para o Abrigo C, onde estão há um ano. O pai era HIV positivo e veio a falecer, deixando a esposa contaminada. A mãe é catadora de recicláveis e reside numa casa bastante precária, mas tem recebido ajuda para reformá-la. A irmã mais velha encontra-se evadida do abrigo em que estava acolhida.

Tem-se trabalhado para reinserir Jaqueline e Clara na família de origem e, segundo a psicóloga da instituição, a mãe parece estar correspondendo às investidas da equipe técnica do abrigo. Atualmente, as meninas têm passado os finais de semana na casa da mãe.

A escolha dos grupos de irmãos foi feita pelas equipes técnicas e coordenadoras dos abrigos. Nos abrigos A e B, quase todos os grupos de irmãos acolhidos, em ambas as instituições, participaram da pesquisa. Somente ficaram de fora aqueles que tinham previsão de serem desabrigados antes do término da coleta e as crianças que tinham menos de 6 anos de idade. No abrigo C, havia dois grupos de irmãos dentro da faixa etária de 6 a 12 anos, porém fui autorizada a fazer a pesquisa com apenas um deles, já que o outro estava, segundo a psicóloga da instituição, em período de adaptação ao abrigo.

2.2.3) Os funcionários

Também participaram da pesquisa funcionários dos abrigos, apenas em caráter complementar, uma vez que o foco desta pesquisa são as entrevistas com as crianças, já que é na percepção delas que estamos interessados.

A proposta era de que dois técnicos e dois educadores de cada abrigo fossem entrevistados. No entanto, ocorreram algumas alterações e os adultos participantes podem ser visualizados no quadro abaixo.

	Coordenadoras	Técnicas	Educadores	Total
Abrigo A	1	1 (psicóloga)	1	3
Abrigo B	1	2 (psicóloga e assistente social)	2	5
Abrigo C	-	2 (psicóloga e assistente social)	2	4
Total	2	5	5	12

Quadro 4 - Informações sobre os funcionários dos abrigos participantes da pesquisa

A primeira alteração foi a realização de entrevistas com as coordenadoras dos abrigos, uma vez que notou-se a importante atuação que desempenhavam dentro da instituição. No abrigo C não consta entrevista com essa funcionária porque as técnicas haviam agregado essa função às que já desempenhavam. A segunda alteração que pode ser observada é que no abrigo A apenas uma técnica participou da pesquisa, sendo que isso se deveu ao desligamento da assistente social da instituição, durante a coleta de dados. A assistente social foi entrevistada para fornecer o histórico das crianças, mas não chegou a participar da entrevista elaborada para os técnicos (ver apêndice 8). E, também no abrigo A, apenas uma educadora foi entrevistada. Pretendia-se entrevistar uma educadora que trabalha na instituição há muitos anos, porém apesar das várias tentativas, não foi possível conciliar os seus horários com os da pesquisadora.

O quadro a seguir apresenta uma breve caracterização dos funcionários entrevistados:

Abrigo	Nome	Idade	Escolaridade	Função	Tempo de trabalho
A	Márcia	Mín: 43 Máx: 48	Ensino Fundamental completo	Educadora (auxiliar geral)*	Mín: 6 meses Máx: 4 anos
	Gabriela		Ensino superior	Membro equipe técnica	
	Joana		Ensino Médio completo	Membro equipe técnica	
B	Dolores	Mín: 33 Máx: 54	Ensino fundamental completo	Educadora (Faz Tudo)**	Mín: 3 anos Máx: 8 anos
	Ana		Ensino fundamental completo	Educadora (Faz Tudo)**	
	Paula		Ensino Superior	Membro equipe técnica	
	Dalva		Ensino Superior	Membro equipe técnica	
	Augusta		Ensino superior	Membro equipe técnica	
C	Geraldo	Mín: 26 Máx: 48	Ensino médio completo	Educador	Mín: 1 ano Máx: 3 anos e meio
	Amanda		Ensino médio completo	Educadora	
	Sofia		Ensino superior	Membro equipe técnica	
	Karine		Ensino superior	Membro equipe técnica	

* Os educadores são registrados na carteira profissional como auxiliar geral.

** Os educadores quando questionados sobre qual era a função que desempenhavam na instituição disseram que são “faz tudo”, fazendo referência ao acúmulo de funções.

Quadro 5: Caracterização dos funcionários participantes da pesquisa¹⁰

Os funcionários foram selecionados dando-se preferência para aqueles que estavam há mais tempo trabalhando na instituição, porém alguns foram convidados a participar após a pesquisadora perceber que eram figuras de referência importantes para as crianças (educadora Ana do Abrigo B e educadora Amanda do Abrigo C). A coleta de dados foi realizada após assinatura do termo de consentimento esclarecido pelos funcionários (apêndice 3).

2.3) Coleta de dados e construção do *corpus* para análise

Baseando-se na perspectiva da RedSig, o procedimento de análise dos dados deve compreender, inicialmente, uma “vivência” ou “mergulho” do pesquisador na/com a situação pesquisada (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004). O período em que trabalhei no abrigo que

¹⁰ No quadro acima, optamos por não especificar as idades dos profissionais, o tempo em que trabalham na instituição e nem a especialidade dos membros da equipe técnica com o objetivo de não fornecermos informações que pudessem facilitar a identificação dos participantes da pesquisa. Com esse mesmo intuito, as coordenadoras foram consideradas membros da equipe técnica.

mencionei possibilitou a minha entrada inicial nesse universo. Foi a partir dessa vivência, desse mergulho, que as questões dessa pesquisa tomaram forma.

No entanto, não se pode perder de vista que cada abrigo comporta um conjunto de características que o fazem diferente de todos os outros, uma vez que é o fruto da interação de pessoas diferentes, que significam seu trabalho, a situação de abrigamento, as crianças e tudo mais, de maneiras diferentes umas das outras. Por isso, em cada abrigo houve a tentativa do pesquisador imergir naquele novo contexto para tentar apreender a configuração da rede de significações específica daquele abrigo. Pode-se dizer que em cada instituição essa experiência foi diferente e alguns fatores que exerceram influência nessa questão puderam ser identificados, sendo abaixo descritos:

- **Abriço A:** Nesse abrigo, a pesquisadora já havia realizado um trabalho de assessoria vinculado ao CINDEDI, a convite da presidente da instituição. Desta forma, no ano anterior à coleta, foi realizado o diagnóstico da instituição sob supervisão da Prof^a. Dr^a. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, o que culminou no levantamento de algumas propostas de intervenção que abrangiam tanto questões de adequações estruturais/espaciais do abrigo, como também desenvolvimento de atividades relacionadas à supervisão e capacitação de funcionários e elaboração do projeto político pedagógico da instituição. No início do ano seguinte, ou seja, cerca de 3 ou 4 meses antes do início da coleta, o CINDEDI foi convidado a realizar 3 encontros de capacitação dos funcionários que foram elaborados por vários membros, mas executados pela pesquisadora. Além disso, a pesquisadora também havia participado de supervisões da equipe técnica desse abrigo, coordenadas pelas docentes do CINDEDI. Toda a interação entre a pesquisadora, os funcionários do abrigo e as crianças foi sempre bastante afetiva, o que facilitou de maneira importante a sua inserção na instituição e, conseqüentemente, a realização da pesquisa. Diante da solicitação para realização da mesma, a presidente do abrigo ressaltou a sua importância, inclusive porque há alguma intenção de se repensar o critério de seleção da população atendida, no que diz respeito ao sexo das crianças, possibilitando que grupos de irmãos não sejam desmembrados (mas apenas aqueles que tiverem menos de 12 anos, já que o critério de idade não parece estar em pauta para discussão, pelo menos por enquanto). Muitos foram os dias que a pesquisadora teve a oportunidade de almoçar, brincar, ler histórias e conversar com as crianças/meninas, além de acompanhar as idas e vindas para a escola, estando presente nos períodos matutino, vespertino e noturno. A impressão geral que a pesquisadora ficou do abrigo é de um ambiente agradável, com relações entre adultos e crianças permeadas por afetividade e acolhimento, onde as crianças brincam entre si. Não se quer dizer que os problemas não existam, mas essa é a impressão geral que

ficou, muito embora ela seja o resultado de toda a interação estabelecida entre a pesquisadora e a instituição, não se restringindo apenas ao período da coleta de dados.

- **Abrigo B:** A pesquisadora iniciou seu contato com esse abrigo pouco antes do início da coleta de dados. Diante da proposta para realização da pesquisa, a equipe técnica se mostrou bastante acessível e o mesmo aconteceu com a presidente da instituição, que embora não tenha tido nenhum contato pessoalmente com a pesquisadora, assinou os documentos necessários com grande prontidão. Um fato importante que marcou o início da coleta foi uma conversa que a coordenadora e a psicóloga tiveram com a pesquisadora sobre o fazer pesquisa naquela instituição. Com um tom bastante “pesado”, elas relataram que já haviam permitido a realização de uma pesquisa no abrigo, mas que não haviam tido retorno algum, além de terem se decepcionado ao terem contato com a dissertação e constatarem “inverdades” (palavra utilizadas pelas funcionárias) a respeito do trabalho realizado pelo abrigo. Vale destacar que a versão da autora da dissertação referida, bem como de sua orientadora, contradizem tais afirmações. Tal situação causou grande desconforto na pesquisadora que desde aquele momento se mostrou empática com os sentimentos expressados, mas se posicionou como alguém “de fora” com olhar “estrangeiro” e, por isso, capaz de observar as coisas de um ângulo diferente do delas. O compromisso assumido foi de que se tentará oferecer um retorno ao abrigo de forma a contribuir com o trabalho que realizam. Durante a coleta de dados, a pesquisadora permaneceu no abrigo nos períodos matutino e vespertino, acompanhando as idas e vindas para a escola, alguns momentos de almoço das crianças e teve a oportunidade de brincar com os meninos de futebol, casinha e de “bulgaia” (brincadeira dos cinco saquinhos ou cinco pedrinhas, também chamada de Cinco Marias). A impressão geral que a pesquisadora ficou do abrigo é de um ambiente de muito pouco acolhimento e afetividade entre adultos (especialmente alguns educadores que estavam presentes no horário da coleta) e as crianças. A forma de falarem com as crianças era “árida” e ríspida, não sendo possível identificar sinais de afetividade. Esta é a impressão geral, mas vale destacar que a pesquisadora esteve na instituição apenas durante o período que durou a coleta de dados e, mesmo assim, teve oportunidade de conhecer uma educadora que pareceu ser bastante afetiva com as crianças. Esse sentimento de pouco acolhimento foi sentido também em relação à própria pesquisadora, uma vez que durante a maior parte do período em que esteve na instituição as educadoras presentes nem sequer a cumprimentavam. Com o passar dos dias, com a insistência da pesquisadora em cumprimentá-las e com o convite para algumas educadoras participarem da pesquisa, fez com que a relação ficasse um pouco mais cordial.

- **Abrigo C:** A autorização para realização da pesquisa nesse abrigo foi um pouco mais difícil de ser conseguida. O contato entre a pesquisadora e o presidente da instituição foi todo mediado pela psicóloga do abrigo. Para conseguir a autorização foi necessário que o projeto de pesquisa fosse levado e discutido, em reunião, pela diretoria do abrigo. Durante pouco mais de um mês vários contatos telefônicos foram feitos para a psicóloga, na tentativa de saber o que havia sido resolvido. Quando a pesquisadora foi informada sobre a resposta positiva em relação à realização da pesquisa naquele abrigo, foi realizado o primeiro e único contato pessoal com o presidente para que assinasse os documentos necessários. Nesse contato, o presidente justificou a demora para se posicionarem em relação à pesquisa. Semelhante ao ocorrido no Abrigo B, a pesquisadora foi informada que a instituição havia há algum tempo passado por uma situação desagradável, na qual haviam se sentido “expostos” em uma pesquisa realizada no abrigo. O presidente pareceu estar mais tranqüilo em relação a presente pesquisa devido ao tema que se propõe investigar. A pesquisadora assegurou a preservação da identidade nominal da instituição e participantes. A impressão geral que a pesquisadora ficou do abrigo é de um ambiente em que as relações entre adultos e crianças são de acolhimento e afetividade. É interessante destacar que esse foi o abrigo em que a pesquisadora menos permaneceu, sendo que o contato com as crianças e com a instituição restringiu-se apenas aos momentos de coleta. A percepção era de que a casa, realmente, era propriedade das crianças. A autonomia delas, no que se refere à ocupação dos espaços e atividades diárias, era facilmente notada. Nesse contexto, a presença de uma pessoa “de fora” (a pesquisadora) pareceu ter pouco sentido. Nos momentos em que a pesquisadora esteve na instituição, as crianças estavam assistindo televisão, ou jantando, ou fazendo lição de casa, e não houve por parte das crianças nenhuma menção de incluí-la em alguma dessas atividades. Tal aspecto fez com que sua permanência no abrigo fosse bastante restrita.

2.4) Procedimentos de coleta de dados

A descrição dos procedimentos utilizados para a coleta de dados será feita a seguir:

a) Abrigo: Em cada abrigo uma ficha de apresentação (apêndice 4) foi respondida pela coordenadora ou técnica do abrigo, assegurando a não identificação nominal da instituição. Nessa ficha constavam informações a respeito do tempo de funcionamento da instituição, capacidade de atendimento, número de crianças abrigadas no momento da coleta e o número de grupos de irmãos acolhidos naquele momento. Notas de campo foram realizadas em

relação a todos os dados referentes ao abrigo que se mostraram importantes para contextualizar a pesquisa.

b) Crianças: As crianças tiveram uma ficha de apresentação individual (apêndice 5) que foi preenchida por um técnico ou coordenador do abrigo, não contendo informações que permitissem a identificação nominal das mesmas, tais como idade, escolaridade, motivo do abrigo, entre outras informações.

A coleta de dados com as crianças foi realizada em quatro encontros individuais, no próprio abrigo em que estavam acolhidas e em local que garantiu privacidade e sigilo das informações (sala de estudos ou sala da coordenadora / técnicas ou brinquedoteca). A descrição de cada encontro será apresentada abaixo:

- **1º Encontro**: Foi explicado para a criança que a pesquisa tinha como objetivo conhecer quem são as pessoas que fazem parte da vida de crianças que estão vivendo temporariamente num abrigo. Para tanto, seriam realizados 4 encontros nos quais algumas atividades seriam propostas (desenho, algumas perguntas e brincadeira com bonecos). Em seguida, foi perguntado se a criança gostaria de ajudar a pesquisadora nessa pesquisa, além de ter sido ressaltado que em qualquer momento a sua participação poderia ser interrompida. Foi, então, fornecido a cada criança um quadrinho onde marcaria seu nome, a data e um “X” ou assinatura a cada encontro (apêndice 6), com o objetivo de a criança ter um maior controle sobre quando e quantas vezes se encontraria com a pesquisadora. Nesse encontro, foi solicitado que a criança fizesse um **desenho das pessoas que eram mais importantes** em sua vida.

- **2º Encontro**: Foi realizada uma **entrevista** com 34 questões norteadoras que versavam sobre **quem a criança procura em determinadas situações** e também por quem sente determinados sentimentos, apresentada a seguir:

Matriz 1	
Função 1 (F1) – Cuidados e atividades diárias:	
Quem você prefere que te ajude a tomar banho?	Na hora do almoço e jantar, quem você prefere que te sirva a comida?
Quando você se machuca, quem você procura para cuidar do seu machucado?	Quem organiza suas roupas e brinquedos?
Ao lado de quem você mais gosta de se sentar na hora das refeições?	Quem organiza sua mochila e faz seu lanche para a escola?
Quando você fica doente, quem você gosta que cuide de você?	Quem te coloca para dormir?
Função 2 (F2) – Proteção:	
Quando você sente medo, quem você procura?	Quando você está cansado, quem você procura?
Na hora de dormir, você gosta de dormir perto de quem?	Quando alguém briga com você, quem você procura para te defender?

Quadro 6 - Quadro com as questões referentes à Matriz 1 (continua)

Matriz 1	
Função 3 (F3) – Educação:	
Quem mais te chama atenção quando você faz coisa errada?	Quem você procura quando quer ajuda para fazer a lição de casa (tarefas da escola)?
Quem mais te ensina a fazer as coisas certas?	Quando tem alguma coisa que você não consegue fazer sozinho(a), quem você procura para te ajudar/te ensinar?
Função 4 (F4) - Apoio emocional e relação afetiva:	
Quem é seu melhor amigo(a)?	Quem te deixa mais triste?
Perto de quem você mais gosta de ficar?	De quem você sente mais raiva quando não te dá atenção?
Quando você está triste, quem você procura mais?	De quem você sente mais falta quando não está presente?
Quando você está feliz, quem você procura para contar o que aconteceu?	Quem você mais xinga?
Para quem você costuma pedir colo ou abraço?	Em quem você mais confia para contar um segredo?
Em quem você gosta de fazer carinho?	
Função 5 (F5) – Brincadeiras e lazer	
Com quem você mais gosta de brincar?	Com quem você mais gosta de bater papo?
Com quem você mais gosta de passear?	Com quem você mais gosta de brincar em brincadeiras de duas pessoas?
Com quem você mais gosta de assistir TV?	Se você tivesse que escolher um time para jogar um jogo, quem seria a pessoa que você escolheria primeiro?
Com quem você mais gosta de cantar e dançar?	

Quadro 6 - Quadro com as questões referentes à Matriz 1 (conclusão)

Tal entrevista foi elaborada com o objetivo de montar uma Matriz de Rede Social desenvolvida por Lewis (2005), porém adaptada pela pesquisadora, que possibilita identificar as pessoas que fazem parte da rede social da criança, além das funções desempenhadas por elas.

Originalmente, Lewis propõe que a Matriz de Rede Social seja elaborada a partir de observações diretas das interações entre as pessoas. E com base nessa observação se estabeleça o número e tipos de funções que melhor categorizem as atividades sociais, bem como seus objetivos. Em seu artigo, o autor faz menção as seguintes funções: protection, caregiving, nurturance, play e learning. A principal razão que nos fez optar pelo uso de entrevista, neste estudo exploratório, foi por almejarmos conhecer a rede social pela perspectiva da própria criança e não pela do pesquisador.

A Matriz será apresentada abaixo, sendo chamada de **Matriz 1** aquela que diz respeito às **pessoas que a criança procura** nas situações explicitadas acima (a Matriz 2 será explicada no item que diz respeito ao 3º encontro).

Membros da rede social	Funções Sociais				
	F1 Cuidados e Atividades Diárias	F2 Proteção	F3 Educação	F4 Apoio Emocional e Relação Afetiva	F5 Brincadeira e Lazer
	N	N	N	N	N
M1)					
M2)					
M3)					
M...)					
Total					

Quadro 7 - Matriz de Rede Social

Esse encontro contou com material de apoio (material para desenho e/ou família de bonecos), assim como o fez Sólton (2006), com objetivo de mediar a relação entre a pesquisadora e a criança, tornando o encontro mais lúdico, bem como possibilitar que as crianças pudessem se expressar de outras formas.

- **3º Encontro:** Foi realizada uma **entrevista** com 34 questões norteadoras que versavam sobre **quem procura a criança em determinadas situações** e também sobre quem sente determinados sentimentos pela criança, segundo suas percepções. Abaixo consta a entrevista:

Matriz 2	
Função 1 (F1) – Cuidados e atividades diárias:	
Você ajuda alguém tomar banho?	Tem alguém que na hora do almoço e jantar prefere que você o(a) sirva?
Você serve a comida para alguém?	Você organiza as roupas e brinquedos de alguém?
Quem gosta mais de se sentar ao seu lado?	Você organiza a mochila e faz o lanche da escola para alguém?
Tem alguém que, quando está doente, gosta que você cuide dele(a)?	Você coloca alguém para dormir?
Função 2 (F2) – Proteção:	
Quem mais te procura quando sente medo?	Quem te procura quando está cansado(a) ou machucado(o)?
Quem gosta de dormir perto de você?	Quem mais te procura para que você o defenda quando há uma briga?
Função 3 (F3) – Educação:	
De quem você mais chama atenção quando está fazendo alguma coisa errada?	Quem você mais ajuda a fazer a lição?
Quem você mais gosta de ensinar a fazer coisas certas?	Quem mais te procura para que você o(a) ajude, quando tem dificuldade para fazer alguma coisa sozinho?
Função 4 (F4) – Apoio emocional e relação afetiva:	
Você é melhor amigo(a) de alguém? De quem?	Quem mais você deixa triste?
Quem gosta mais de ficar perto de você?	Quem mais sente raiva de você quando você não dá atenção?
Quem mais te procura quando está triste?	Quem sente mais falta de você quando você não está presente?

Quadro 8 - Quadro com as questões referentes à Matriz 2 (continua)

Matriz 2	
Função 4 (F4) – Apoio emocional e relação afetiva:	
Quem mais te procura para conversar quando está muito feliz?	Quem mais te xinga?
Quem mais costuma te pedir colo ou abraço?	Quem mais confia em você para contar um segredo?
Quem mais gosta de fazer carinho em você?	
Função 5 (F5) – Brincadeiras e lazer	
Quem mais gosta de brincar com você?	Quem mais gosta de bater papo com você?
Quem mais gosta de passear com você?	Quem mais gosta de brincar com você em brincadeiras de duas pessoas?
Quem mais gosta de assistir TV com você?	Quem escolheria você primeiro caso tivesse que formar um time para jogar um jogo?
Quem mais gosta de cantar e dançar com você?	

Quadro 8 - Quadro com as questões referentes à Matriz 2 (continua)

Essa entrevista foi elaborada também com o objetivo de montar a adaptação da Matriz de Rede Social desenvolvida por Lewis (2005), de forma a complementar a rede de relações da criança, identificando as **peças que procuram pela criança** nas situações elencadas acima, segundo sua percepção. A matriz montada com essas informações foi idêntica a anterior, porém chamada de **Matriz 2**.

Esse encontro também contou com material de apoio (material para desenho e/ ou família de bonecos) com os mesmos objetivos referidos no encontro anterior.

Ressaltamos, todavia, que as informações coletadas por esta entrevista não foram consideradas neste trabalho, visto a grande quantidade de dados obtidos pela primeira entrevista, correspondente à Matriz 1. Assim, centramos a análise nos dados da Matriz 1 e demais instrumentos complementares (desenho e adaptação do Four Field Map – explicitado abaixo).

- **4º Encontro:** Utilizou-se uma **adaptação do Four Field Map** (DUNN & DEATER-DECKARD, 2001), que consiste em um tapete composto por círculos concêntricos, sendo o círculo central reservado para que a criança colocasse um boneco que a representasse¹¹. Os círculos seguintes destinavam-se aos diferentes níveis de afeto (amo muito, amo, gosto muito, gosto e não gosto), nos quais a criança deveria posicionar bonecos que representavam as **peças que fazem parte de sua rede social**. O tapete era dividido em quatro partes, correspondendo aos contextos dos quais as peças faziam parte, ou seja, a família, o abrigo, a escola e outros contextos¹². A adaptação do Four Field Map será referida como “tapete”. Um modelo esquemático do tapete pode ser visualizado a seguir:

¹¹ As autoras (DUNN; DEATER-DECKARD, 2001) usam figuras geométricas (triângulos e quadrados) para representar e diferenciar as peças do sexo feminino e masculino. O uso de bonecos foi uma adaptação nossa.

¹² Os contextos propostos originalmente são: family, parents, school e neighbours.

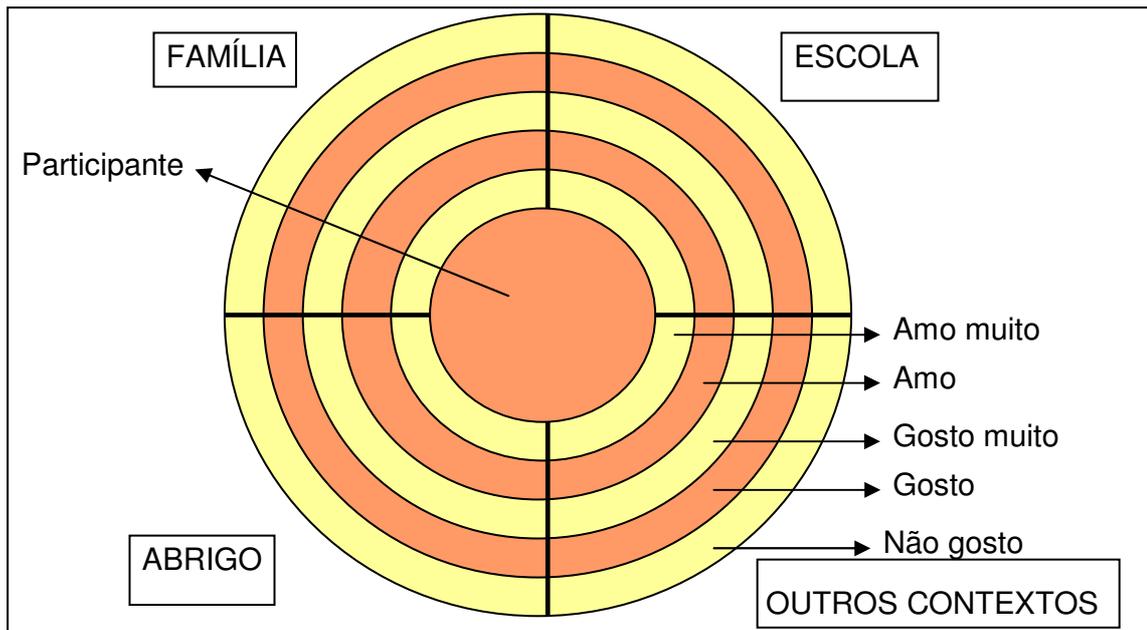


Figura 1: Modelo esquemático do tapete.

O tapete foi confeccionado com feltro nas cores amarela e laranja e possui 93,5 cm de diâmetro.

Cabe aqui informar que todos os quatro encontros foram gravados de forma digital (após autorização dos responsáveis legais pelas crianças e autorização das próprias crianças) e tiveram o conteúdo nos encontros 2 e 3, os quais dizem respeito às entrevistas, integralmente transcritos. Dos demais encontros (1 e 4) foi realizado o resumo de seus conteúdos. Esses dados integrarão o banco de dados do CINDEDI. Notas de campo foram realizadas em relação aos dados observados antes, durante e após as entrevistas, tais como comunicações não-verbais, descrição do local ou de acontecimentos pertinentes, reflexões da pesquisadora, conversas informais com crianças e qualquer outro dado que tenha se mostrado importante para contextualizar a pesquisa. Vale apontar também que, no último encontro, o tapete foi fotografado no final da atividade (ver exemplos no anexo 1).

O quadro a seguir resume o procedimento de coleta com as crianças:

	1º ENCONTRO	2º ENCONTRO	3º ENCONTRO	4º ENCONTRO
Material	- Material para desenho (Folha de papel sulfite branca - tamanho A4, lápis de cor (24 cores), canetinhas (12 cores), lápis preto HB, borracha e apontador) - Gravador	- Material para desenho - Família de bonecos de pano - Gravador - Roteiro de entrevista	- Família de bonecos de pano - Gravador - Roteiro de entrevista	- Tapete (adaptação do Four Field Map) - Família de bonecos de pano - Gravador - Máquina fotográfica digital
Instrumento	Desenho	Entrevista semi-estruturada (Matriz 1)	Entrevista semi-estruturada (Matriz 2)	Tapete (adaptação do Four Field Map)
Duração (média)	20 minutos	30 minutos	30 minutos	20 minutos

Quadro 9 - Resumo dos procedimentos de coleta de dados

c) Funcionários: Cada um deles respondeu uma ficha de apresentação (apêndice 7), sem que constassem informações que pudessem expor sua identidade nominal, tais como idade, escolaridade, tempo de serviço, entre outras informações.

Foi realizada uma entrevista semi-estruturada estruturada com coordenadoras e técnicas (apêndice 8) e com educadores dos abrigos (apêndice 9), sendo seu conteúdo gravado e transcrito em sua íntegra (após consentimento dos responsáveis legais pelas instituições e dos próprios participantes). Estes dados serão integrados, posteriormente, ao banco de dados do CINDEDI. Notas de campo também foram feitas, referentes a dados observados antes, durante e após as entrevistas, tais como comunicações não-verbais, descrição do local ou de acontecimentos pertinentes, reflexões da pesquisadora, conversas informais com os técnicos ou educadores e qualquer outro dado que se mostrou importante para contextualizar a pesquisa.

As entrevistas se deram no próprio abrigo, em local que preservou a confidencialidade das informações, ou seja, na brinquedoteca da instituição (que ficava trancada a chave e, portanto, as crianças não tinham livre acesso) ou na sala da coordenação ou equipe técnica.

2.5) Procedimentos de análise

Dada à extensa quantidade de dados obtidos, optamos por focar a análise nos dados referentes apenas à entrevista que possibilitou o preenchimento da Matriz 1, realizada no

segundo encontro com as crianças. Esta entrevista se constituiu a principal fonte de dados dessa pesquisa, permitindo tanto a análise quantitativa como qualitativa dos dados. A este respeito Minayo (1994) fala que as duas formas de análise são inseparáveis e interdependentes, sendo que os dados quantitativos podem auxiliar na compreensão do todo.

No que se refere à análise quantitativa, depois de concluída a entrevista com cada criança, as respostas foram transpostas para a adaptação da Matriz de Rede Social (LEWIS, 2005). Posteriormente, os dados das matrizes de todas as crianças foram unidos e, com o uso do software Microsoft Office Excel 2003, buscou-se analisar o número de pessoas citadas e a frequência com que o foram, sendo que para várias análises optou-se pela mediana, uma vez que foi observada uma grande variação na resposta das crianças. Gráficos e tabelas foram confeccionados no intuito de encontrar a melhor forma de apresentar as informações.

Os principais focos de análise dos dados obtidos através das entrevistas foram:

- o tamanho da rede social das crianças (o número total de pessoas citadas) verificando a possível influência exercida pelos diferentes abrigos, pelas faixas etárias e pelo tempo de abrigo. O sexo das crianças foi uma variável que não foi levada em conta visto que a grande maioria das crianças participantes da pesquisa (16) está em abrigos separados por sexo, portanto, as variáveis “abrigo” e “sexo” se sobrepõem. Optou-se pela variável abrigo por supor que questões importantes da estrutura e funcionamento dos abrigos são mais relevantes;
- a composição da rede social das crianças, ou seja, quantas e quem são as pessoas que fazem parte da rede de relacionamento dessas crianças;
- a distribuição das pessoas pelos diferentes contextos – a que contextos pertencem (família, abrigo, escola e outros) - pessoas de quais contextos são mais ou menos citadas;
- quem são as pessoas que exercem as funções de cuidados e atividades diárias, proteção, educação, apoio e relação afetiva, além de brincadeira e lazer;
- com que frequência os irmãos são citados e em quais funções;
- irmãos mais novos ou mais velhos são os mais citados;
- existe diferença na frequência com que irmãos abrigados juntos são citados, se comparados aos que estão longe.

Foram também analisados, em caráter complementar, os dados obtidos pelo tapete e pelo desenho, buscando-se focar, principalmente, na análise: da quantidade de pessoas representadas, quem eram essas pessoas e a que contextos pertenciam. Foram, então, feitas tabelas e gráficos contendo tais informações de maneira a permitir uma melhor visualização dos resultados.

A análise qualitativa, por sua vez, foi complementar à análise quantitativa. Desta forma, sob a perspectiva da RedSig, buscamos dar voz aos dados quantitativos, estabelecendo para isso uma articulação, um diálogo entre estes dados, o conteúdo das entrevistas com as crianças e a literatura. A perspectiva da RedSig prevê um longo trabalho de ir e vir no *corpus*, em um diálogo constante com a teoria (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Nesse movimento, o conteúdo das entrevistas com as crianças foram lidos e relidos inúmeras vezes para que trechos mais significativos pudessem ser selecionados. Dependendo das perguntas e do momento do processo de análise, determinados significados emergentes das redes são priorizados, num movimento de figura e fundo, no qual diferentes pessoas e contextos assumem maior ou menor relevância (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

Tendo em vista que para a RedSig, o objetivo da coleta e da análise dos dados deve ser o de apreender vários dos elementos presentes em determinadas situações interativas, visando analisar os vários sentidos e significados que se destacam na situação, para as várias pessoas participantes do processo (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004), as entrevistas com as funcionárias dos abrigos também serviram para conhecermos elementos importantes do ambiente/contexto em que as crianças estavam inseridas e, principalmente, identificarmos as possibilidades criadas pelos adultos para a relação entre os irmãos, entre adultos e crianças e entre crianças, dos diferentes contextos (família, abrigo, escola e outros contextos).

Chamamos atenção que, para a RedSig, o dado não nos é “dado” e, sim, construído na relação do pesquisador com o evento pesquisado. O pesquisador é visto como participante ativo da situação, uma vez que o fazer do pesquisador está imerso em redes de significações que levam a emergência de significados e sentidos específicos, circunscrevendo-o. Assim, tais significações impregnam seu olhar à situação analisada, como também será continuamente impregnadas e transformadas por ela. Desta forma, “o objeto de investigação mobiliza no pesquisador e faz emergir complexas e dinâmicas significações, as quais estruturam e canalizam seus recortes e as interpretações que faz do fluxo de eventos observados” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 33).

Acrescentamos, ainda, que o dado não só é construído na relação do pesquisador com o evento pesquisado, como também na relação com o(s) instrumento(s) de coleta escolhido(s). Numa analogia ao descrito pela RedSig (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004) em relação ao desenvolvimento humano e seus circunscritores, na realização de uma pesquisa,

a escolha do(s) instrumento(s) de coleta de dados também cria um conjunto de possibilidades e limites, os quais propiciarão a construção de determinados dados, mais que outros.

Por esses e outros motivos, consideramos que existem limites na apreensão e interpretação dos dados, e reconhecemos a impossibilidade de o pesquisador apreender todos os elementos da rede e da rede de significações envolvidas na situação investigada (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). No entanto, acreditamos que a análise realizada permitiu a identificação e discussão de indícios bastante relevantes no que diz respeito às questões que nortearam este trabalho.

2.6) Procedimentos éticos

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP), cumprindo os procedimentos previstos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

A coleta de dados somente teve início após os esclarecimentos necessários sobre a pesquisa e assinatura do termo de consentimento esclarecido pelos responsáveis legais pelos abrigos e pelas crianças, além da assinatura do termo de consentimento esclarecido pelos funcionários.

Para a realização das entrevistas com as crianças foi essencial a manifestação de interesse e disposição das mesmas em participar da pesquisa, caso contrário a coleta não foi realizada. Isso aconteceu com uma das crianças – Bárbara, 7 anos – que inicialmente aceitou participar, mas não quis dar continuidade. Todas as vezes que viu a pesquisadora no abrigo, Bárbara quis ir para a sala onde eram realizados os encontros, porém deixou claro a partir do terceiro encontro que não queria responder às perguntas da entrevista e nem realizar a atividade do tapete. A vontade da criança foi respeitada, mas diante da manifestação do seu desejo de ir para a sala com a pesquisadora, isso foi feito, porém ambas brincaram de boneca e de desenho, conforme o que foi proposto pela própria criança, sem nenhuma ligação com as atividades propostas pela pesquisa. Apenas para contextualizar, vale relatar que essa criança e seus dois irmãos estavam em processo de reinserção familiar após 3 anos de abrigamento. A coordenadora e as técnicas do abrigo relataram que essas crianças estavam manifestando sentimentos bastante contraditórios em relação a isso, inclusive, Bárbara havia começado a chamar a coordenadora de mãe. Desta forma, talvez para essa criança, falar sobre as pessoas que lhe eram importantes, sobre suas figuras de referência, naquele momento, não tenha sido

uma tarefa fácil e, por isso, preferiu silenciar-se, o que foi compreendido e acolhido pela pesquisadora.

Outra criança que também requereu um posicionamento ético e cuidadoso por parte da pesquisadora foi Camila de 6 anos de idade. Antes, durante e depois dos encontros, Camila era uma das crianças mais comunicativa do abrigo. Estava sempre brincando e interagindo com crianças e adultos. No entanto, no dia em que foi realizado o terceiro encontro, Camila foi uma das primeiras crianças a participar da pesquisa e quando todas já haviam participado, a pesquisadora saiu da sala e notou que ela estava com um olhar bastante triste, sozinha num canto e se negava a ir almoçar junto com as outras crianças, antes de ir para a escola. A pesquisadora perguntou para as educadoras se havia acontecido alguma coisa, algum desentendimento ou qualquer outro evento que pudesse tê-la aborrecido, mas nada havia acontecido, segundo elas, sem demonstrarem dar importância ao que estava acontecendo. A pesquisadora foi, então, conversar com Camila e perguntou como estava se sentindo. Camila com pouquíssimas palavras disse que só não estava com vontade de comer. Consciente da possibilidade das perguntas que fazem parte da entrevista, por menos invasivas que sejam, provocarem algum tipo de reação emocional nas crianças, a pesquisadora permaneceu conversando com Camila. Assim como diz Smolka (2004, p. 43), não se referindo exatamente a essa questão, mas também contribuindo para se pensar sobre ela: “[...] As palavras usadas vão provocando imagens. Elas têm histórias. E o trabalho com palavras e imagens cria cenas, desenvolve narrativas. As palavras vão mobilizando, construindo imaginação [...]”.

E nesse contexto, a pesquisadora perguntou se Camila gostaria que fossem almoçar juntas e a criança respondeu que sim. As duas foram almoçar e ao começarem a comer, Camila pediu à pesquisadora que desse a comida em sua boca, o que foi feito enquanto continuaram conversando. Ela comeu toda sua comida e foi, em seguida, para a escola brincando com suas amigas. No encontro seguinte, Camila quis ser novamente uma das primeiras a participar da pesquisa e nenhuma outra manifestação pode ser observada que pudesse indicar que sua participação estivesse a prejudicando de alguma maneira.

3) RESULTADOS E DISCUSSÃO: DANDO VOZ AOS NOSSOS DADOS

Os resultados estão organizados a partir de cada um dos três instrumentos utilizados na coleta de dados e serão apresentados na seguinte ordem: resultados obtidos através da entrevista referente ao preenchimento da Matriz 1, do tapete e do desenho. Optou-se por apresentá-los separadamente para garantir uma melhor visualização dos mesmos. Em seguida, será apresentada uma breve discussão sobre os três instrumentos utilizados, relacionando-os a fim de identificar e explicar as similaridades, diferenças e complementaridade dos dados obtidos a partir de cada um deles. Por último, as questões norteadoras do presente trabalho serão retomadas de maneira a concluirmos os resultados.

Com o objetivo de qualificar os dados, ou seja, dar voz aos números obtidos pela análise quantitativa, os resultados serão articulados e discutidos com base na literatura sobre o assunto e em trechos das entrevistas realizadas com as crianças e funcionários dos abrigos.

3.1) Entrevista

É interessante observar que cada criança teve sua forma de reagir à entrevista. Algumas, além de responderem às perguntas, relataram histórias, brincaram e cantaram. Outras crianças apenas responderam as perguntas com pouquíssimas palavras. E uma, Bárbara (7 anos), como anteriormente relatado, desistiu de participar da pesquisa.

De acordo com o que já foi mencionado, foram realizadas duas entrevistas com cada criança, porém apenas a primeira, realizada no segundo encontro, será analisada. Ela se consistia em 34 questões que versavam sobre **quem a criança procura em determinadas situações** e por quem sente determinados sentimentos, referentes à montagem da **Matriz 1**.

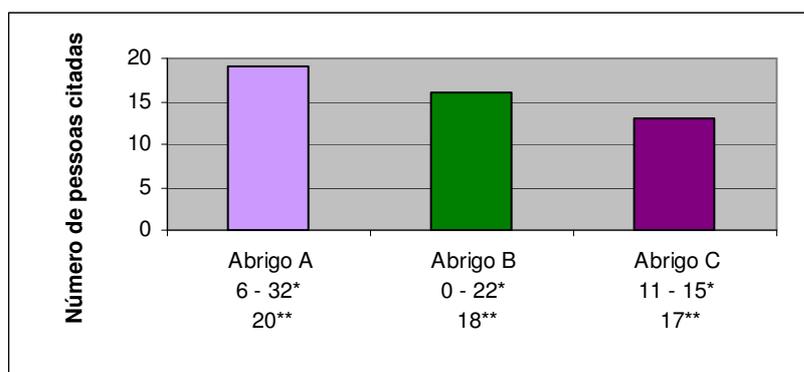
Desta forma, primeiramente, será analisado o tamanho da rede social das crianças, segundo as variáveis abrigo, tempo de abrigamento e idade delas. Em segundo lugar, será apresentada a caracterização dos contextos a que pertencem às pessoas citadas – família, abrigo, escola e outros. E, posteriormente, será apresentada a caracterização das funções sociais desempenhadas pelas pessoas dos diferentes contextos.

3.1.1) Tamanho da rede

A primeira informação que merece atenção é o tamanho da rede social das crianças abrigadas. O tamanho da rede social diz respeito ao total de pessoas citadas pelas crianças,

sendo que para analisarmos esse aspecto, estamos levando em consideração a mediana, uma vez que houve uma grande variedade no número de pessoas citadas por cada criança. Foi analisado se as variáveis: abrigo (o fato de a criança estar abrigada naquela instituição), tempo de abrigamento e faixa etária, exercem alguma influência no tamanho mediano da rede social das crianças. A variável sexo não será levada em conta, como dito anteriormente, uma vez que a grande maioria das crianças participantes da pesquisa (16) estavam em abrigos separados por sexo, portanto, as variáveis “abrigo” e “sexo” se sobrepõem. Optamos pela variável abrigo por supor que questões importantes da estrutura e funcionamento das instituições poderiam exercer influência importante no tamanho da rede social das crianças acolhidas.

A tabela abaixo ilustra o tamanho mediano da rede social das crianças dos diferentes abrigos:



* Número mínimo e número máximo de pessoas citadas

** Número de crianças abrigadas no período da coleta de dados

Gráfico 1 – Tamanho mediano da rede social das crianças dos diferentes abrigos, obtido a partir da entrevista.

Como pode ser observado no gráfico acima, há pequenas diferenças no tamanho mediano da rede social das crianças abrigadas nas diferentes instituições. As crianças do Abrigo A (*abrigo feminino – 20 crianças abrigadas naquele momento, sendo nove delas participantes da pesquisa*) foram as que apresentaram rede social de maior tamanho, com a mediana do número de pessoas citadas igual a 19. No Abrigo B (*abrigo masculino – 18 crianças abrigadas naquele momento, sendo sete delas participantes da pesquisa*) a mediana foi igual a 16. No Abrigo C (*abrigo misto – 17 crianças abrigadas naquele momento, sendo duas delas participantes da pesquisa*) a mediana do número de pessoas citadas foi igual a 13. Variações importantes no número de pessoas citadas se mostraram presentes para as crianças de todos os abrigos.

Apesar do número de crianças de cada abrigo, participantes da pesquisa, ser diferente (Abrigo A – feminino – nove crianças participantes; Abrigo B – masculino – sete crianças; e Abrigo C – misto – duas crianças), como se trata de um estudo exploratório algumas considerações podem ser feitas.

Em relação ao tamanho da rede social das crianças, um elemento que pode ter exercido alguma influência é o tamanho do abrigo, ou seja, o número de crianças que atende. Esse fator pode ter contribuído para que o tamanho das redes sociais das crianças dos Abrigos A e B fossem maiores já que essas instituições têm capacidade para acolher e acolhem um número maior de crianças. Porém, vale destacar que nesse caso, quanto maior o abrigo, mais ressalvas existem quanto à qualidade das relações estabelecidas, já que normalmente a relação adulto-criança é insuficiente e o atendimento personalizado acaba sendo prejudicado. A capacidade máxima de acolhimento deve ser igual a 20 crianças e adolescentes (BRASIL, 2009), porém num último contato que tive por telefone com um dos abrigos, 35 crianças estavam abrigadas.

Já a grande variação nas respostas pode indicar que crianças abrigadas na mesma instituição apresentam redes sociais de tamanhos muito diferentes. Partindo da ressalva de que a entrevista descrevia situações específicas para a quais as crianças nomeavam pessoas a quem procuravam para pedir ajudar, para ficar perto, e assim por diante, consideramos que muitos fatores podem estar relacionados a essa questão. Crianças que apresentam um número muito pequeno de pessoas em sua rede social podem ser crianças com características de introversão e retraimento, acarretando num círculo menor de amigos e relacionamentos. Por outro lado, podem ser crianças que, devido às suas vivências, acabaram se tornando bastante autônomas, conseqüentemente, dependendo menos das pessoas ao seu redor para dar conta das situações contempladas pela entrevista. Ao passo que aquelas que apresentam um número muito grande de pessoas em sua rede podem estar demonstrando sinais de dificuldade (pessoais ou contextuais) em estabelecer relacionamentos mais significativos, sendo a manifestação extrema dessa dificuldade o comportamento de amizade indiscriminada (CHISHOLM, 1998).

Abaixo são apresentados dois trechos de entrevistas, sendo que cada um corresponde a uma criança que durante nossos encontros pareceram ter redes sociais com características bastante diferentes.

Pesquisadora (P): E quando você sente medo, quem que você procura?

Luciano: Ninguém.

P: Ninguém?! Que que você faz quando você sente medo?

Luciano: Fico debaixo da coberta.

P: (riso) E não chama ninguém? Não? E na hora de dormir, você gosta de dormir pertinho de quem?

Luciano: De ninguém.

P: De ninguém? Se você fosse escolher alguém assim pra dormir na cama do seu lado quem que você ia escolher?

Luciano: (breve silêncio) Ninguém.

P: Ninguém? Tá. E quando você tá cansado você procura alguém? Não? Que que você faz quando você tá cansado?

Luciano: Eu vou brincar.

(Trecho da entrevista referente a quem Luciano, 8 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: E com quem você mais gosta de brincar?

Camila: Com as minhas amiguinhas que tem aqui: a Marília, a Talita, a Ana, a Bárbara, a Regininha...

Pesquisadora: Ah!

Camila: Você não falou de grande, tia!

Pesquisadora: Como assim?

Camila: Das grande.

Pesquisadora: Mas você que tem que me contar (risos). As grandes são suas amigas?

Camila: São. Todas as grandes.

Pesquisadora: Quem que é mais? Que vocês mais gosta de brincar das grandes?

Camila: A Cristina, a Aline, com a Flávia, com a Cida. Mais do outro quarto... A Vitória, a Jane, a Lúcia, a Laura, a Juliana...

Pesquisadora: Todas essas?

Camila: Todas as meninas que tem aqui é minha amiga.

(Trecho da entrevista referente a quem Camila, 6 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora (P): E quando tem alguma coisa que você não consegue fazer sozinho, quem que você procura pra te ajudar?

Henrique: Lição ou o quê?

P: Não, de qualquer outra coisa assim que você tem dificuldade pra fazer sozinho, quem que você costuma procurar pra ir perguntar ou pra buscar ajuda?

Henrique: Ah, quando eu to montando uma bicicleta pra mim eu chamo o Rogério.

P: Ahã.

Henrique: Aí quando eu to jogando vídeo-game, o Leandro que me ensina. O Wandir que me ensinou a chutar a bola.

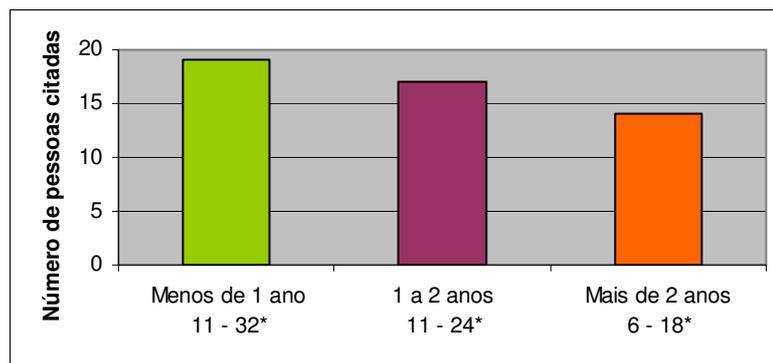
P: É?

Henrique: Antes eu chutava o dedão, quase quebrava o meu dedo.

(Trecho da entrevista referente a quem Henrique, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Podemos observar que no primeiro trecho, Luciano, dá sinais de isolamento ou de autonomia, parecendo contar apenas consigo mesmo para lidar com situações que, normalmente, uma criança na sua idade recorreria a outras pessoas. Por outro lado, no segundo trecho, Camila parece ter dificuldade para discriminar com quem prefere brincar ou com quem tem uma relação de amizade mais próxima (crianças com a mesma idade ou idade bastante próxima, o fizeram). E, no terceiro trecho, Henrique cita três situações variadas para as quais recorre a três pessoas diferentes, demonstrando reconhecer em sua rede social pontos/pessoas importantes de apoio e ajuda.

No que diz respeito ao tempo de abrigo das crianças e o tamanho mediano da rede social podemos observar o gráfico a seguir:



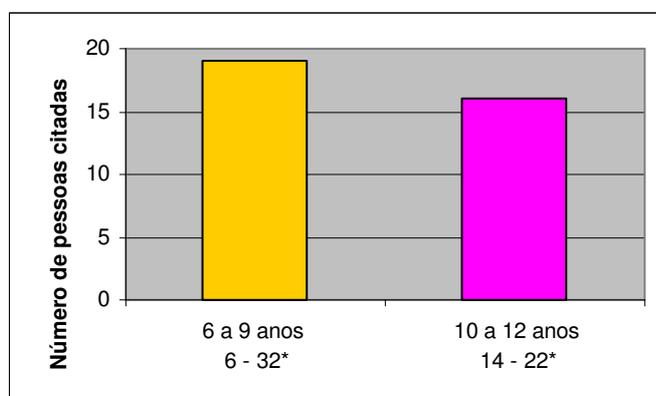
* Número mínimo e número máximo de pessoas citadas

Gráfico 2 - Tamanho mediano da rede social das crianças com diferentes tempos de abrigamento, obtido a partir da entrevista.

O tempo de abrigamento parece exercer uma pequena influência sobre o tamanho da rede social das crianças acolhidas institucionalmente. As crianças abrigadas há menos tempo, menos de um ano ($N=6$), apresentam a mediana do número de pessoas citadas igual a 19. As crianças com tempo intermediário de abrigamento, de um a dois anos ($N=6$) apresentam mediana igual a 17. Por fim, as crianças com maior tempo de abrigamento, ou seja, mais de dois anos ($N=6$), apresentam o menor tamanho mediano da rede social (14). Grandes variações no número de pessoas citadas podem ser observadas.

A partir de tais informações é possível refletir a cerca do quanto as instituições têm contribuído para que as crianças acolhidas mantenham ou aumentem o tamanho de suas redes sociais, já que parece que quanto mais tempo permanecem abrigadas menos pessoas fazem parte de suas redes.

Complementar a esse dado podemos observar as informações do gráfico abaixo que analisa o tamanho da rede social em relação à faixa etária das crianças.



* Número mínimo e número máximo de pessoas citadas

Gráfico 3 - Tamanho mediano da rede social das crianças de diferentes faixas etárias, obtido a partir da entrevista.

O gráfico anterior nos mostra que, embora haja uma pequena diferença no tamanho da rede social das crianças, quando se analisa o número de pessoas citadas pelas crianças das diferentes faixas etárias, ela não parece ser importante, sendo que as crianças mais novas apresentam tamanho mediano um pouco maior que as crianças mais velhas. Para as crianças com idades entre seis a nove anos (N=9) a mediana do número de pessoas citadas foi igual a 19, enquanto para as crianças entre 10 e 12 anos de idade (N=9) a mediana foi 16. Observa-se também uma grande variação nas respostas das crianças de ambas as faixas etárias.

É interessante destacar que a faixa etária de 10 a 12 anos concentra número maior de crianças abrigadas há mais tempo, sendo que das nove crianças sete estavam acolhidas de um ano e meio a três anos. Das outras duas crianças dessa faixa etária, uma estava abrigada há cinco meses e a outra há sete. Em contrapartida, no que diz respeito à faixa etária de seis a nove anos, das nove crianças apenas cinco apresentavam tempo de abrigo entre um ano e meio e três anos. Das outras quatro, duas estavam acolhidas há cinco meses e duas há sete. A partir disso podemos, então, levantar três suposições. A primeira é que o tempo de abrigo pode exercer alguma influência no tamanho da rede, assim como já dito anteriormente. A segunda é que quanto mais velha é a criança mais capaz se torna de discriminar quais pessoas podem exercer certas funções junto a ela. A terceira é que quanto mais velha é a criança, mais autônoma se torna, precisando menos da ajuda de outras pessoas, diminuindo assim o número de pessoas citadas na entrevista. E, ainda, podemos considerar que tais suposições podem estar relacionadas entre si e serem co-existent.

3.1.2) Os contextos

Partimos da perspectiva da RedSig para definir o que estamos chamando de contexto. Primeiramente, destacamos que os processos de desenvolvimento das pessoas acontecem situados em contextos cultural e socialmente regulados, fundamentados por uma matriz ideológica que atribui às crianças abrigadas e às suas famílias determinados lugares e posições. Os contextos definem e são definidos pela quantidade e características das pessoas que os freqüentam, marcados pelo entrelaçamento da história geral e local, articuladas com os objetivos atuais, valores, crenças e concepções prevalentes. Desta forma, de maneira bastante geral, pode-se dizer que os contextos são espaços de experiência das pessoas, constituindo-se um meio – um instrumento – para o seu desenvolvimento. E, da mesma forma que não existem pessoas sem contexto, não existe contexto sem pessoas. Meio e pessoas se constituem e se transformam mutuamente (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

É a partir dessa noção de contexto que consideramos de extrema importância conhecermos alguns dos aspectos principais a respeito dos “espaços de experiência”, por onde circulam as crianças com as quais conversamos e de onde oriundam as pessoas que compõem a rede social.

Consta, na tabela a seguir, o número total de pessoas citadas pelas crianças e suas medianas, de acordo com os contextos a que pertencem. Por exemplo: mãe ou irmãos foram considerados como fazendo parte do contexto familiar; uma criança abrigada no mesmo abrigo ou a psicóloga da instituição foram consideradas como pertencentes ao contexto do abrigo e assim por diante.

Tabela 1 – Pessoas dos diferentes contextos citadas durante a entrevista

Contextos	Número de pessoas citadas (N)*	Mediana do número de pessoas citadas (MEDn)
Família	65	3
Abrigo	221	12
Escola	7	0
Outros contextos	10	0
TOTAL	303	-

* A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez, por crianças diferentes.

No gráfico acima, pode-se observar, que o maior número de pessoas (221) citadas pelas crianças está localizado no contexto do abrigo (MEDn=12). O contexto familiar aparece com 65 pessoas (MEDn=3) e, em seguida, vem as 10 pessoas citadas de outros contextos (MEDn=0) - por exemplo: igreja, centro poliesportivo, vizinhos da cada de origem, entre outros. No entanto, o que mais chama atenção é o número bastante reduzido de pessoas citadas do contexto escolar, apenas sete (MEDn=0).

Em relação a esses dados alguns pontos podem ser levantados. O fato da pesquisa ter sido realizada dentro dos abrigos e este ser o local onde, naquele momento, as crianças estavam morando, pode ter contribuído para que um maior número de pessoas desse contexto fosse citada. Além disso, a entrevista dizia respeito às situações cotidianas, o que mais uma vez pode ter favorecido para que as crianças se referissem às pessoas que recentemente tivessem tido alguma participação em suas vidas, mais especificamente, nas situações mencionadas. Mais um ponto importante é que no abrigo o número de pessoas com os quais a criança convive, possivelmente, é maior se comparado com o número de familiares que compõem sua família. Enquanto no abrigo a criança convive com cerca de 25 ou 30 pessoas diariamente, entre crianças e funcionários, na família o número de pessoas normalmente é bem menor, se restringindo-se, muitas vezes, à mãe e aos irmãos.

Por outro lado, levando em consideração a pequena quantidade de pessoas da família citada, podemos nos questionar se durante o abrigo as instituições têm realmente favorecido e promovido a manutenção dos vínculos familiares.

Ainda em relação ao mesmo gráfico, destaca-se o baixo número de pessoas citadas do contexto escola ($N = 7 / \text{MEDn} = 0$), uma vez que este também é um ambiente que as crianças freqüentam todos os dias e onde teriam oportunidade de conhecer e conviver com inúmeras crianças, além de alguns adultos. O que pode ter contribuído para que tão poucas pessoas tenham sido citadas? Vale ressaltar, também, que as crianças de cada abrigo costumam freqüentar as mesmas escolas e talvez elas estejam se organizando em pequenos grupos dentro da escola – o grupo das crianças abrigadas – favorecendo que uma proteja a outra, mas por outro lado dificultando sua inclusão perante as outras crianças que freqüentam a escola. E se isso realmente estiver acontecendo, o que a escola tem feito? Será que a escola tem cumprido seu papel de inclusão?

Buffa (2008) em seu trabalho de monografia, na qual visou compreender como a criança abrigada fala sobre suas vivências na escola e das relações que estabelece com os demais integrantes da instituição escolar, percebeu que neste ambiente as relações construídas são permeadas por conflitos, sentimentos de injustiça e silenciamento. Salienta ainda que atitudes de exclusão estão presentes nessas relações, sendo que as profissionais do abrigo atribuem tais atitudes à condição de abrigo das crianças. E será que os abrigos estão fazendo a parte deles também? Com exceção do Abrigo C, no qual as crianças vão para a escola a pé, de maneira bastante autônoma, o Abrigo A, por exemplo, leva as crianças para a escola em um automóvel com identificação do abrigo nas laterais do mesmo, podendo favorecer a discriminação das crianças. Outra questão importante é: será que os abrigos têm possibilitado que as crianças freqüentem a casa dos colegas de escola e vice-versa, ou seja, que os colegas de escola freqüentem o abrigo, favorecendo a construção de vínculos mais sólidos?

O baixo número de pessoas citadas de outros contextos ($N = 10 / \text{MEDn} = 0$) também merece atenção. Com exceção do Abrigo C, os abrigos apresentam equipe técnica composta por vários profissionais que oferecem atendimento às crianças dentro do abrigo, tal como é o caso da terapeuta ocupacional, pedagoga e psicóloga clínica no Abrigo B e musicoterapeuta, fonoaudióloga e psicopedagoga no Abrigo A. No documento sobre orientações técnicas para os serviços que acolhem crianças e adolescentes (BRASIL, 2009, p. 51) recomenda-se: “[...] Para evitar prejuízo ao convívio com a comunidade, espaços públicos e instituições, os serviços de acolhimento não deverão concentrar em suas dependências equipamentos

destinados à oferta de serviços de outra natureza, como, por exemplo, de atendimento médico, odontológico, educação infantil (“creche”), etc [...]”. Essa conduta dos abrigos traz resquícios das instituições fechadas/totais características do século passado, pode ter como conseqüência a não promoção de intercâmbio, circulação e apropriação por parte das crianças em relação aos serviços (públicos ou privados) disponíveis na comunidade, diferenciando ainda mais o ambiente institucional de um ambiente doméstico, ou seja, de uma casa, de um lar como outro qualquer, além de diminuir as chances de desenvolvimento de autonomia e de ampliação da rede de relações dessas crianças.

3.1.2.1) Conhecendo melhor cada contexto

Os dados referentes a cada contexto são analisados, a seguir, com maiores detalhes, ou seja, a família, o abrigo, a escola e outros contextos. Optou-se por apresentar o contexto familiar por último, após oferecer o panorama de cada um dos contextos, uma vez que o foco da pesquisa é a família, mais especificamente, a relação entre irmãos.

3.1.2.1.1) Contexto Abrigo

Esse tópico destina-se a caracterização do contexto abrigo, ou seja, quais e quantas são as categorias de pessoas citadas desse contexto e frequência mediana com que foram citadas.

Levando em consideração que a mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez, por crianças diferentes, do total de 221 pessoas citadas desse contexto: **85** pertenciam à categoria **educador/a** (educadora – 83 pessoas; educador – duas pessoas); **69** correspondiam à categoria **criança** (bebê – duas pessoas; criança mais nova – uma pessoa; criança da mesma idade – 58 pessoas; criança mais velha – oito pessoas); **35** se referiam à categoria **equipe técnica** (coordenadora – nove pessoas citadas; psicóloga – seis pessoas; assistente social – uma pessoa; pedagoga – 15 pessoas; fonoaudióloga – quatro pessoas); **29** pessoas eram da categoria **adolescente**; **duas** referentes à categoria **pesquisadora**¹³; e **uma** pessoa era da categoria **equipe de apoio**¹⁴ (lavadeira – uma pessoa).

¹³ A categoria pesquisadora foi incluída no contexto abrigo devido ao fato da coleta de dados ter sido realizada nesse ambiente e, portanto, ser este o local em que as crianças tiveram contato com a mesma.

¹⁴ Apenas para contextualizar, o Abrigo C era a única instituição que possuía equipe de apoio com função definida, sendo que nos demais abrigos as educadoras eram responsáveis pelas atividades diretas com as crianças e também pelos afazeres domésticos - aspecto que pode estar relacionado com o baixo número de pessoas citadas dessa categoria.

Na tabela a seguir são apresentadas as medianas do número de pessoas citadas do abrigo e as medianas da frequência com que foram citadas, de acordo com as diferentes categorias:

Tabela 2 - Pessoas do contexto abrigo citadas durante a entrevista, de acordo as diferentes categorias de pessoas.

Categorias de pessoas	Mediana do número de pessoas citadas (MEDn)	Mediana da frequência de citações (MEDf)
Equipe técnica	0	0
Educador/a	4	11
Equipe de apoio	0	2
Criança	4	11
Adolescente	2	3
Pesquisadora	0	0

Podemos observar que as categorias educador/a e criança apresentaram mesma mediana do número de pessoas citadas (4), bem como da frequência com que foram citadas (11), sendo estas as categorias mais citadas. As categorias adolescente (MEDn = 2 / MEDf = 3), equipe técnica (MEDn = 2 / MEDf = 2), equipe de apoio (MEDn = 0 / MEDf = 0) e pesquisadora (MEDn = 0 / MEDf = 0) tiveram pouco ou nenhuma expressividade.

Visando compreender melhor a rede social das crianças acolhidas institucionalmente, a categoria criança é apresentada a partir das subcategorias bebê, criança mais nova, criança mesma idade e criança mais velha. Criança da mesma idade foi a subcategoria com o maior número de pessoas citadas (MEDn = 3) e foi a que apresentou maior frequência de citações (MEDf=10). As demais subcategorias tiveram mediana do número de crianças e da frequência de citações iguais a zero.

Alexandre e Vieira (2005), na pesquisa que fizeram num abrigo de crianças da cidade de Porto Alegre, afirmam que a relação que a criança abrigada estabelece com seus pares – crianças também acolhidas institucionalmente – é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, dado o número insuficiente de adultos para cada criança.

Os trechos a seguir, selecionados das entrevistas realizadas com Tatiana e Henrique, trazem a importância de se ter alguém que os escute e em quem possam confiar, sendo que encontram na relação com os amigos tais elementos. Inclusive, no segundo trecho referente à entrevista com Henrique, fica evidenciado que o grau de confiança que deposita no seu melhor amigo é equivalente ao depositado no próprio irmão.

Pesquisadora: E quem é seu melhor amigo? Pode ser uma menina ou um menino.

Tatiana: Minha melhor amiga é a Maria (criança abrigada na mesma instituição).

Pesquisadora: A Maria? Por que ela é sua melhor amiga?

Tatiana: Ah, porque tudo que eu conto pra ela de segredo, ela não conta pra ninguém.

(Trecho da entrevista referente a quem Tatiana, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: E em quem que você confia pra contar um segredo?

Henrique: No Tomaz.

Pesquisadora: No Tomaz?

Henrique: Hum, hum.

Pesquisadora: Mais alguém além dele?

Henrique: No meu irmão.

Pesquisadora: Nos dois?

Henrique: Hum, hum.

Pesquisadora: E já aconteceu de cê contar um segredo pra eles?

Henrique: Não, nunca.

Pesquisadora: E por que que cê acha que nos dois você confiaria?

Henrique: Porque o Tomaz é o meu melhor amigo e o Alexandre é o meu irmão.

(Trecho da entrevista referente a quem Henrique, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

No trecho abaixo, selecionado da entrevista com Cláudia, membro da equipe técnica do Abrigo A, a relação entre pares é considerada por ela, em alguns casos, mais relevante do que a relação existente entre os irmãos.

Cláudia: Mas no dia-a-dia, na casa aqui, não tem muito essa separação (se referindo aos grupos de irmãos), porque geralmente a idade acaba se separando, então eles acabam convivendo com outras crianças. É o caso da Ana e da Camila, que a tia Márcia (educadora) falou agora. Elas são muito amigas, ela fala “hora que a Ana for embora, tia Cláudia, eu não sei como vai ser”, porque a Camila, ela é, as duas são meigas, a Ana quase não conversa e a Camila também não, então, foram abrigadas mais ou menos né, então acho que tem mais que com os irmãos, entendeu, as duas.

(Trecho da entrevista com Cláudia – membro da equipe técnica do Abrigo A)

Carvalho (1999) salienta a influência do contexto, do ambiente sobre as interações pró-sociais entre crianças. Nesse sentido, vale ressaltar que os Abrigos A e B, além de selecionarem as crianças atendidas a partir do seu sexo (Abrigo A só acolhe meninas e o Abrigo B só meninos) e da idade (até 12 anos incompletos), também organizam todo o funcionamento da instituição pautando-se na faixa etária das crianças.

Assim, elas são identificadas e, conseqüentemente, se identificam como as pertencentes ao grupo das “crianças grandes” ou das “pequenas”, tal como apontam os trechos a seguir, selecionados das entrevistas com Marília e Lúcia:

Pesquisadora: Marília, e na hora de almoçar, jantar, você gosta de sentar perto de quem?

Marília: (breve silêncio) Das pequena.

(Trecho da entrevista referente a quem Marília, 7 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Entrevistador: [...] E quem que te coloca pra dormir?

Lúcia: Tia (trecho incompreensível) e tia Lara.

Entrevistador: Que que elas costumam fazer, Lúcia?

Lúcia: Elas chamam as grandes e as grandes chamam a gente.

(Trecho da entrevista referente a quem Lúcia, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Desta forma, as crianças não podem, por exemplo, escolher com quem preferem dormir no mesmo quarto, já que é a faixa etária que é levada em consideração. Nem mesmo escolhem perto de quem gostariam de dormir, dentre as crianças da mesma faixa etária que dividem o mesmo quarto, como pode ser observado abaixo nos trechos das entrevistas de Lúcia e Camila.

Pesquisadora: (...) E quem que gosta mais de dormir pertinho de você?

Lúcia: A... A Laura.

Pesquisadora: A Laura? Ela dorme pertinho de você? É? Ela que escolheu ou foram as tias que colocaram?

Lúcia: Foi a tia que colocou. Ela queria dormir perto da Maria, só que a tia pegou e disse que ela conversava muito e a tia colocou eu perto da Maria.

(Trecho da entrevista referente a quem Lúcia, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora: Camila, e na hora de dormir você gosta de dormir pertinho de quem?

Camila: Sabe, tia, agora as cama mudou.

Pesquisadora: Mudou?

Camila: Mudou. Agora eu dormo perto da Talita.

Pesquisadora: (...) Camila, mas se você fosse escolher alguém para dormir pertinho de você, quem você iria escolher?

Camila: A Marília, mas tá a Talita perto de mim... A tia colocou (...).

(Trecho da entrevista referente a quem Camila, 6 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Sobre isso, alega-se que tal critério visa à segurança das crianças, no sentido de evitar que crianças mais velhas cometam algum abuso sexual com as mais novas durante a noite e também não sobrecarregar um dos irmãos, como pode ser observado nos trechos abaixo.

Pesquisadora: E essa questão dos quartos, de separar por idade é algo que você tem discutido ou...

Paula: Tem discutido, é a única forma que a gente vê de, não é controlar, mas vou usar a palavra porque é a que me veio, de controlar um pouquinho mesmo, eh... a gente já teve uma experiência muito ruim de menino mais velho com crianças, com meninos pequeninhos, e das questões sexuais aparecerem e a gente não saber o que faz [...].

Pesquisadora: Mas eram irmãos?

Paula: Não, não eram irmãos, é muito complicado isso, né.

Pesquisadora: E nem quando é irmão tem essa tentativa de colocar, de deixar perto...

Paula: Não sei se a gente teve casos, assim, do menino maiorzão ficar... acho que não, não sei se tivemos essa tentativa não. Pequenos eu sei que eles ficam juntos porque normalmente os pequenos ficam mesmo [...]. A gente tem essa preocupação, mas não vê como... a prática acaba sendo muito diferente, muito difícil, a gente tem que tomar determinadas regras né, determinadas condutas, às vezes a gente acaba assim, resolvendo uma situação, mas não resolvendo a outra. Mas a gente opta, às vezes, pela mais séria. Naquela situação o problema sexual era, tá vendo como que ele perpassa, a sexualidade vai, anos a fio e a gente continua ainda com dificuldades. Então, assim, nunca tivemos menino maiorzão com menino pequeno porque são irmãos [...].
(Trecho da entrevista com Paula – membro da equipe técnica do Abrigo B)

Cláudia: [...] aí eu chamei, a gente fala, separou mas tua irmã vai continuar lá, até achei que a Bárbara fosse sentir um pouco, mas não senti não, a Bárbara até ficou mais próxima das outras meninas, assim né, das que dormem junto, da Talita, da Ana, que dormem no mesmo quarto. Então, às vezes, a irmã protegia um pouco nessa questão né, de proteção, (trecho incompreensível) “vem cá, vou por pra dormir aqui”. A Tatiana, às vezes, deixava de, não de, mas ficava aquela sabe, preocupação, se a Bárbara tava ali do lado, dormindo né, então eu acho até que a gente tirou isso um pouco dela, ela tá indo né. Tem que trabalhar muito essa questão de proteção né, porque às vezes sobrecarrega, porque ela já tinha isso na família, essa coisa de carregar a Bárbara.
(Trecho da entrevista com Cláudia - membro da equipe técnica do Abrigo A)

Carvalho e Rubiano (2004) afirmam que mais do que a idade e o sexo das crianças, a percepção de ser parte de um grupo influencia o estabelecimento e manutenção de relações e vínculos. Sendo assim, ao se organizar a instituição dessa forma, pertencer ao “grupo das crianças grandes” ou das “pequenas”, pode ser algo mais preponderante do que pertencer àquele grupo de irmãos. Queremos chamar atenção, a partir desses apontamentos, para aquilo que está por trás das ações e práticas cotidianas na instituição. O que norteia a organização e funcionamento do abrigo? O que é valorizado?

Não pretendemos desqualificar a importância de se promover o relacionamento entre pares, amigos e companheiros da mesma ou de diferentes idades. Porém, apontamos a necessidade dos abrigos oferecerem um ambiente que permita, incentive e promova o relacionamento entre irmãos, já que serão eles que, provavelmente, estarão juntos ao longo da vida, podendo ser fontes fundamentais de apoio e proteção, companheirismo, dentre outras possibilidades.

Por fim, destacamos, abaixo, o trecho da entrevista de Augusta, membro da equipe técnica do Abrigo B, por trazer outros elementos interessantes sobre a conduta da instituição em relação aos grupos de irmãos:

Pesquisadora: E você percebe assim, que os irmãos preferem fazer alguma coisa juntos ou preferem, se tem essas preferências, assim, de tá junto, de fazer alguma coisa junto, de...

Augusta: Não dá muito pra perceber essa preferência de estar, de preferir o meu irmão ao outro porque todas as atividades aqui são feitas com o grande grupo, então se é marcado um passeio, todos vão, entendeu, a gente não faz assim, só os irmãos vão. A única coisa que, às vezes, é só os irmãos que vão, é quando vão se encontrar com as meninas, mas às vezes, na grande maioria das vezes, vão todos.

(Trecho da entrevista com Augusta – membro da equipe técnica do Abrigo B)

O trecho anterior nos faz pensar sobre a importância de se oferecer um atendimento personalizado às crianças. E isso só será possível quando o planejamento das ações for elaborado por profissionais, técnicos e educadores, que não vejam mais as crianças e os grupos de irmãos, apenas, como o “grande grupo”.

3.1.2.1.2) Contexto Escola

Esse tópico é destinado à caracterização do contexto escolar, ou seja, quantas e quais são as categorias de pessoas citadas desse contexto, o número e frequência mediana com que foram citadas.

Do total de **sete** pessoas citadas desse contexto: **quatro** se referiam à categoria **professor/a** e **três** pertenciam à categoria **criança**. Tanto a mediana do número de pessoas quanto a mediana da frequência com que foram citadas foi igual a zero.

Mota e Matos (2008) ao problematizarem as implicações da institucionalização de jovens em Portugal, enfatizaram o papel transformador das relações afetivas estáveis estabelecidas dentro e fora da instituição. Apontam, inclusive, que o professor é, *ou deveria ser* (acréscimo nosso), uma figura ativa e fundamental no processo de regulação emocional e de integração psicossocial, promovendo as competências dos jovens e possibilitando a expressão das emoções experienciadas. Além disso, os autores afirmam que a desmistificação de preconceitos criados em tornos desses jovens passa pelo trabalho do professor, pois quando existem disponibilidade e capacidade de escuta por parte do profissional, os jovens sentem-se mais seguros, ficando receptivos a uma possível ligação futura. Para os autores, trata-se de apelar aos sentimentos do jovem numa atitude empática e de aceitação incondicional.

Diante do número e frequência extremamente baixa em que pessoas do contexto escolar foram citadas, ficam aqui algumas perguntas: como os professores têm significado as crianças institucionalizadas? Como tais significações têm influenciado a maneira como eles se relacionam com essas crianças? E, ainda, como a forma com que os professores lidam com as crianças tem influenciado a relação delas com as outras crianças, além dos seus desempenhos escolares?

3.1.2.1.3) Outros Contextos

É apresentada a seguir a caracterização dos outros contextos, tais como igreja, centro poliesportivo, vizinhança da casa de origem, entre outros, analisando-se quais são as

categorias de pessoas citadas, bem como o número e frequência mediana com que foram citadas.

Do total de 10 pessoas citadas desse contexto: **cinco** se referem à categoria **criança (acolhida em outro abrigo)**; **quatro** pertencem à categoria **criança (vizinha da casa de origem)**; e **uma** pessoa é da categoria **professora (centro poliesportivo)**. Tanto a mediana do número de pessoas quanto a mediana da frequência com que foram citadas foi igual a zero.

Além do pequeno número de pessoas citadas, ao analisarmos as categorias de pessoas mencionadas, observamos que são, também, bastante restritas. Quase metade das pessoas citadas (4) se refere às pessoas que as crianças já conheciam antes do abrigamento, uma vez que são crianças vizinhas da casa de origem. E a outra metade (5) diz respeito às crianças igualmente acolhidas, mas em instituições diferentes.

Contrária a essa característica restritiva, as orientações técnicas para os serviços que acolhem crianças e adolescentes, apontam que ao propiciar a preservação e o fortalecimento da convivência comunitária, tem-se como objetivo propiciar o desenvolvimento da autonomia e da socialização dos mesmos, além de inserir a criança e o adolescente em atividades que possam continuar a frequentar após a reintegração familiar (BRASIL, 2009).

3.1.2.1.4) Contexto Família

Esse tópico é destinado à caracterização do contexto familiar, ou seja, quais são as categorias de pessoas citadas desse contexto, o número e frequência com que foram citadas. Como o foco da pesquisa é a família, mais especificamente, a relação entre irmãos, buscou-se detalhar os dados a fim de melhor atender os objetivos da mesma, tal como poderá ser observado no decorrer da caracterização desse contexto.

Do total das **65** pessoas citadas do contexto família, lembrando que a mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez por crianças diferentes, destaca-se que **29** referem-se à categoria **irmão/ã**¹⁵, sendo esta a com maior número de pessoas citadas. Em ordem decrescente, a categoria irmão é seguida pela categoria **mãe (12)**, **pai (8)**, **tio/a (6)**, **avô/ó (5)**, **avó falecida (2)**, **padrasto (1)**, **bisavó (1)** e **primo/a (1)**.

Na tabela a seguir são apresentadas a mediana do número de pessoas citadas da família e a mediana da frequência com que foram citadas, de acordo com as diferentes categorias:

¹⁵ Embora a criança e, em grande parte das vezes, seus irmãos estejam abrigados, optamos por considerar os irmãos como parte do contexto família porque foi assim que as crianças os representaram no tapete, com exceção de uma criança que os colocou na área reservada às pessoas do contexto abrigo.

Tabela 3 - Pessoas do contexto família citadas durante a entrevista, de acordo as diferentes categorias de pessoas.

Categorias de pessoas	CONTEXTO FAMÍLIA	
	Mediana do número de pessoas citadas (MEDn)	Mediana da frequência de citações (MEDf)
Mãe	1	1
Pai	0	0
Padrasto	0	0
Irmão/ã	1	4
Tio/a	0	0
Avô/ó	0	0
Avó falecida	0	0
Bisavó	0	0
Primo/a	0	0

Ao observar a tabela acima, chama atenção o fato das categorias mãe e irmão/ã serem as mais citadas. Ambas apresentaram mediana do número de pessoas citadas igual a um. Porém, no que se refere à mediana da frequência de citações, podemos notar que para os irmãos tal frequência foi maior (4), enquanto que para a categoria mãe foi igual a um.

Os dados desse gráfico são interessantes, uma vez que se atentamos somente a mediana do número de pessoas citadas, nada podemos afirmar, uma vez que as categorias mãe e irmão/ã apresentaram mesma mediana. Porém, esse dado aliado com a mediana da frequência com que as categorias foram citadas, não deixa dúvida de que os irmãos ocupam papel de destaque dentre os membros da família, já que foram os mais citados.

Sobre essa informação podemos supor que três aspectos podem estar relacionados. O primeiro vai em direção ao que Rua (2007) menciona ao abordar questões relacionadas à infância em territórios de pobreza. A autora relata que é comum que as crianças, devido à carência de equipamentos sociais e culturais, associada às dificuldades econômicas das famílias, passem o tempo livre na companhia de seus pares *e seus irmãos* (acréscimo nosso), o que faz com que estes assumam importante papel em suas vidas, substituindo em grande parte das vezes as trocas afetivas e emocionais com os pais. O segundo aspecto leva em conta que as perguntas norteadoras da entrevista favoreciam a citação das pessoas presentes e participantes do cotidiano das crianças. Dos membros da família, os irmãos são os que estão mais próximos, mesmo que em abrigos diferentes, uma vez que têm a chance de se encontrar na escola (nem todas as crianças), aos sábados ou todos os dias quando estão no mesmo abrigo. O terceiro aspecto refere-se ao que Carvalho e Rubiano (2004) apontam sobre constituição de vínculo. As autoras ressaltam que o compartilhamento cria o vínculo e o vínculo cria coisas compartilhadas, sendo que compartilhar diz respeito a algo possuído em comum, pressupondo uma relação entre indivíduos e uma construção no tempo. Desta forma,

podemos supor que a relação com os irmãos, em comparação com a relação existente com os demais familiares durante o período de abrigamento, é a que reúne maiores condições de construção e manutenção dos vínculos e talvez, por isso, eles tenham sido os mais citados.

Levando ainda em consideração os pontos levantados acima por Carvalho e Rubiano (2004), nos questionamos se o fato dos irmãos estarem acolhidos junto com a criança na mesma instituição ou estarem acolhidos longe dela, em outro local, poderia ter alguma influência no número de vezes que foram citados. Respondendo a estas questões, o gráfico abaixo permite visualizar a localização dos irmãos citados, bem como o número de vezes que foram mencionados:

Tabela 4 - Localização dos irmãos citados durante a entrevista

Localização dos irmãos	Frequência total de citações (F)*	Mediana da frequência de citações (MEDf)
No mesmo abrigo	54	2
Em outro abrigo	13	0
Com familiares	21	0
TOTAL	88	-

* A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez pela mesma criança.

A tabela acima nos permite visualizar que os irmãos acolhidos no mesmo abrigo das crianças foram os mais citados (F=54 / MEDf=2).

Nessa mesma direção, no trecho da entrevista, abaixo, Dolores, educadora do Abrigo B, fala sobre a importância do contato entre os irmãos para a manutenção do vínculo e da relação:

Pesquisadora: [...] E faz pouco tempo, né Dolores, que eles (*irmãos*) tão tendo mais contato¹⁶?

Dolores: Faz, faz, faz um ano?

Pesquisadora: É. [...] E você acha que isso trouxe o quê de mudança, trouxe alguma mudança, até pras crianças?

Dolores: Trouxe. [...] você fica de longe, olhando, ó fulano, só pra ver a reação deles, entre eles, e antes não tinha isso. Antes eles, a primeira vez que eles vieram um ia pra lá, outro pra cá, agora tá tendo mais contato, eles brincam mais juntos.

Pesquisadora: Uhum.

Dolores: Quando antes ia uma vez, duas, eles não brincavam.

Pesquisadora: Eles nem interagiam quando tavam juntos?

Dolores: Não. Eles ficavam só em volta da gente.

Pesquisadora: Ah!.

Dolores: A gente até falava “mas a gente vai lá eles não brincam, eles ficam atrás da gente”. Agora, depois que começou a ter esse contato mais, aí eles nem ligam pra gente, eles tão brincando. Só se acontece alguma coisa “o tia, ó”, mas do contrário...

Pesquisadora: Entendi. E por que você acha que no começo eles nem brincavam?

¹⁶ Por uma questão de desentendimento entre os dirigentes, os Abrigos A e B durante muitos anos mantiveram um distanciamento que não favorecia que os irmãos, separados por serem de sexos diferentes, tivessem contato. Na época da coleta fazia, mais ou menos, um ano que a relação entre os abrigos havia sido retomada e, conseqüentemente, os grupos de irmãos desmembrados estavam tendo oportunidade de se encontrarem aos sábados, ora num abrigo, ora no outro.

Dolores: Eu acho... ah, eles viam uma vez no mês, não tavam nem aí, né. Parece que eles tinham perdido aquela, aquele vínculo de irmãos. Agora não, agora parece que eles tão mais...

Pesquisadora: Ah, isso é interessante.

(Trecho da entrevista com Dolores - educadora do Abrigo B)

Este dado é de fundamental importância, pois nos sinaliza que a proximidade física entre os irmãos é um fator preponderante para a manutenção do vínculo, pois tal proximidade permite ou favorece que haja o compartilhamento de experiências, sentimentos, enfim, de tudo aquilo que “alimenta” uma relação ao longo do tempo. O estudo exploratório conduzido por James et al. (2007), no qual foram entrevistados 14 cuidadores de crianças adotadas ou em acolhimento familiar, teve-se o objetivo de compreender a natureza dos relacionamentos entre irmãos, buscando conhecer os desafios e processos envolvidos na manutenção desses relacionamentos. Os resultados mostram que irmãos que viveram juntos a maior parte da vida e passam por períodos de separação, podem se sentir confusos ou incertos em relação ao que sentem um pelos outros. Concluem, também, que irmãos que são acolhidos juntos têm grandes chances de manterem o relacionamento ao longo da vida.

Karine, membro da equipe técnica do Abrigo C comenta, no trecho da entrevista abaixo, sobre os grupos de irmãos que tiveram abrigamentos anteriores, nos quais foram acolhidos separados, e como essa vivência influencia a vinculação entre eles.

Karine: Muitos vieram aqui já de outros abrigos, né, então eu acho que eles perdem um pouco também daquela característica de família e de irmãos [...]. Então eu acredito que eles acabam assim, não sendo tão vinculados quanto irmãos [...]

Pesquisadora: Você acha que esses abrigamentos, de alguma forma, não favoreceram essa vinculação, como você entende?

Karine: Às vezes sim. Porque, é... nós já tivemos irmãos que, um irmão tava num abrigo e outro tava num outro abrigo, né. Então, eu acho que, acaba de uma certa forma, né, separando [...] acho que inibe um pouco. Então, esse vínculo não é tão forte por conta disso, né, dos que eu tenho observado, dos que eu tenho visto aqui na casa.

(Trecho da entrevista com Karine – membro da equipe técnica do Abrigo C)

Outro dado analisado que se mostrou bastante interessante foi o número de vezes que os irmãos mais velhos e mais novos foram citados, tal como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Frequência com que os irmãos mais velhos e mais novos foram citados durante a entrevista

Irmãos	Frequência total de citações (F)*	Mediana da frequência de citações (MEDf)
Mais velhos	56	1
Mais novos	32	1
TOTAL	88	-

* A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez pela mesma criança.

Essa tabela deixa evidente que os irmãos mais velhos foram os mais citados (56) se comparados aos mais novos (32), embora ambos apresentem mediana da frequência de citações igual a um. Esse dado faz bastante sentido, uma vez que a Matriz 1 busca investigar quem a criança procura em determinadas situações, ou seja, quem são as figuras de referência da criança em situações que envolvem cuidados e atividades diárias, educação, proteção, apoio emocional e relação afetiva, além de brincadeiras e lazer. Nesse sentido, era de se esperar que os irmãos mais velhos fossem mais citados.

James et al. (2007) sugere que o relacionamento entre irmãos pode ter um caráter estabilizador e adaptativo, podendo um irmão ser modelo para o outro. Sobre esse mesmo assunto, Brazelton (2006) afirma que os irmãos aprendem muito uns com os outros, principalmente, os mais novos com os mais velhos. Em situação de abrigo, Alexandre e Vieira (2004) observaram que os irmãos mais velhos se preocupam com os irmãos mais novos no que diz respeito às necessidades básicas (banho e alimentação) e situações de conflito (brigas, brincadeiras agonísticas, entre outras).

3.1.3) Conhecendo as funções sociais desempenhadas pelas pessoas da Rede Social das crianças acolhidas institucionalmente

Os resultados apresentados a seguir têm como objetivo caracterizar as funções sociais desempenhadas pelas pessoas citadas pelas crianças de acordo com as questões propostas pela entrevista. Uma vez que a Matriz 1 destina-se a investigar quem a criança procura em determinadas situações relacionadas a cuidados e atividades diárias, educação, proteção, apoio emocional e relação afetiva, além de brincadeiras e lazer, as pessoas citadas para cada uma dessas situações foi considerada com exercendo a função correspondente. Por exemplo: se a criança citou uma educadora quando lhe foi perguntado quem ela prefere que lhe dê banho, então se considerou que a educadora desempenha a função que corresponde a cuidados e atividades diárias.

No total, a entrevista continha 34 questões e no quadro abaixo pode ser visualizado o número de questões relacionadas a cada uma das funções:

Funções	F1 Cuidados e atividades diárias	F2 Proteção	F3 Educação	F4 Apoio emocional e relação afetiva	F5 Brincadeiras e lazer
Nº. de questões	8	4	4	11	7

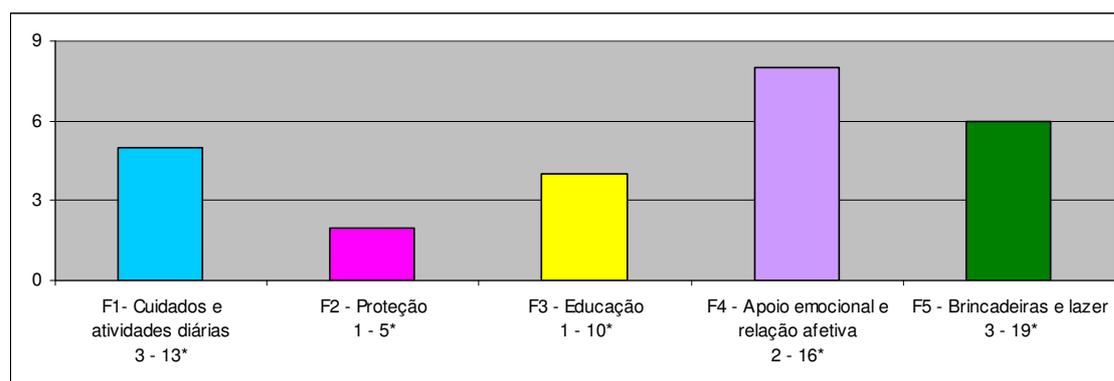
Quadro 10 - Número de questões da entrevista destinadas a investigar cada uma das funções

Observa-se nesse quadro que para cada função existia um número diferente de questões, para as quais a criança poderia citar o nome de quantas pessoas quisesse. Tais aspectos impediram que a comparação entre as funções pudesse ser feita, optando-se então pela caracterização das funções separadamente.

Desta forma, são apresentados primeiramente dados mais gerais relativos às funções e, em seguida, buscou-se caracterizar cada função.

3.1.3.1) Caracterização geral das funções sociais

A mediana do número de pessoas citadas para cada uma das funções variou de maneira importante, assim como pode ser observado no gráfico abaixo, provavelmente devido ao número diferente de questões relacionadas a cada função.



* Número mínimo e número máximo de pessoas citadas

Gráfico 4 - Mediana do número de pessoas citadas, durante a entrevista, para cada função

Um elemento comum a todas as funções foi a grande variação nas respostas das crianças, como pode ser observado a partir dos números mínimos e máximos de pessoas citadas, com exceção da Função 2 (Proteção), cuja variação foi bem menor.

Ainda em relação à Função 2 (Proteção), ela foi a que apresentou menor mediana do número de pessoas citadas (MEDn=2), fato que chama atenção dada a faixa etária das crianças participantes da pesquisa. E, com a mesma quantidade de questões destinadas à Função 2, ou seja quatro questões, a Função 3 (Educação) apresentou o dobro da sua mediana (MEDn=4). Tais dados tanto podem estar relacionados a uma maior autonomia das crianças como também podem estar sinalizando a sua desproteção, no que diz respeito às situações contempladas pela entrevista.

Como pode ser observado, também, a Função 4 (Apoio emocional e relação afetiva) foi a que apresentou maior mediana do número de pessoas citadas (MEDn=8), mas foi igualmente a que teve maior número de questões relacionadas (11).

As Funções 1 (Cuidados e atividades diárias) e 5 (Brincadeiras e lazer) apresentaram características semelhantes, já que tinham número parecido de questões relacionadas (8 e 7, respectivamente) e apresentaram mediana do número de pessoas citadas bem próximos (MEDn=5 e MEDn=6, respectivamente).

O gráfico abaixo demonstra a mediana do número de pessoas dos diferentes contextos citadas para cada função:

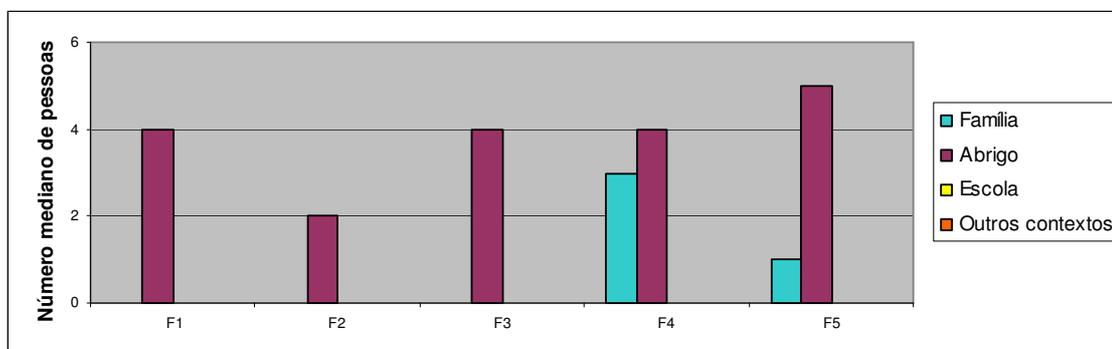


Gráfico 5 - Mediana do número de pessoas citadas, durante a entrevista, dos diferentes contextos para cada função

Nesse gráfico, ao se analisar a mediana do número de pessoas citadas (MEDn), constata-se que todas as funções são desempenhadas predominantemente por pessoas do contexto do abrigo, sendo que nas Funções 1 - Cuidados e atividades diárias), 2 (Proteção) e 3 (Educação) apenas pessoas desse contexto aparecem com alguma representatividade. No entanto, para a Função 4 (Apoio emocional e relação afetiva), pessoas do contexto família foram citadas de maneira importante (MED=3), juntamente com pessoas do contexto abrigo (MED=4). Com relação à Função 5 (Brincadeiras e lazer), pessoas do contexto família foram

mencionadas, mas com menos expressividade, apresentando mediana do número de pessoas igual a um, enquanto o abrigo teve mediana igual a cinco.

Nota-se que, quando se analisa a mediana do número de pessoas citadas de cada contexto para as diferentes funções, o contexto escola e outros contextos não têm nenhuma representatividade.

As possíveis razões pelas quais há o predomínio de citações de pessoas do contexto abrigo e quase ausência particularmente do contexto escola e de outros contextos já foram abordadas anteriormente.

A seguir cada função será abordada separadamente a fim de conhecermos suas características principais.

3.1.3.1.1) Função 1 – Cuidados e atividades diárias.

Esse tópico destina-se à caracterização da Função 1 - cuidados e atividades diárias – buscando-se conhecer quem são as pessoas que desempenham atividades junto às crianças relacionadas ao banho, alimentação, sono, organização das roupas e brinquedos, cuidados com machucados e problemas de saúde, além de conhecer o número de pessoas citadas dos diferentes contextos (família, abrigo, escola e outros) e frequência com que foram citadas.

No total, as crianças citaram **96** pessoas para essa função, oriundas apenas dos contextos família e abrigo. A seguir, a tabela mostra o número de pessoas citadas, o número total de citações e a mediana de citação para cada categoria de pessoas mencionada:

Tabela 6 – Pessoas citadas durante a entrevista para a Função 1 – cuidado e atividades diárias, de acordo com as diferentes categoria de pessoas

Categorias de pessoas		Função 1 – Cuidados e atividades diárias		
		Número de pessoas citadas (N)*	Frequência total de citações (F)**	Mediana da frequência de citações (MEDf)
Família	Mãe	1	1	0
	Pai	1	1	0
	Irmão/o	5	6	0
Abrigo	Equipe técnica	7	8	0
	Educador/a	67	107	5
	Criança	12	19	0
	Adolescente	3	3	0
TOTAL		96	145	-

* A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez por crianças diferentes

** A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez pela mesma criança

Os dados da tabela acima mostram que a frequência com que as pessoas da família foram citadas é bastante baixa no que diz respeito ao desempenho dessa função. A categoria

irmão/ã foi a quarta mais citada, mas mesmo assim o foi com pouca expressividade (N=5/F=6/MEDf=0).

O quadro abaixo mostra em que situações (a partir de que perguntas norteadoras) os irmãos foram citados, bem como a frequência com que o foram e a localização dos mesmos:

Tabela 7 – As perguntas norteadoras, relacionadas à Função 1 – cuidado e atividades diárias, para as quais os irmãos foram citados durante a entrevista

Função 1 – Cuidados e atividades diárias				
Pergunta Norteadora	Frequência com que os irmãos foram citados*	Localização dos irmãos		
		No mesmo abrigo	Em outro abrigo	Com familiares
Quando você se machuca, quem você procura para cuidar do seu machucado?	1	1	-	-
Ao lado de quem você mais gosta de se sentar na hora das refeições?	4	4	-	-
TOTAL	5	5	-	-

Segundo o que consta na tabela acima, para a função de cuidados e atividades diárias, os irmãos¹⁷ foram mais citados por serem ao lado deles que as crianças gostam de se sentar durante as refeições. Todos os irmãos citados para essa função estavam localizados no mesmo abrigo que as crianças participantes da pesquisa, sinalizando a importância da proximidade.

Abaixo consta um trecho da entrevista com Alexandre, no qual aponta porque gosta de se sentar ao lado do irmão (12 anos de idade) na hora das refeições.

Pesquisadora: E na hora de você sentar na hora das refeições, no almoço, no jantar, você gosta de sentar perto de quem?

Alexandre: Ah, de ninguém, eu sento sozinho.

Pesquisadora: Sozinho? Não tem ninguém que você gosta de comer pertinho?

Alexandre: Ah, do meu irmão. Eu sento do lado dele.

Pesquisadora: Do Henrique?

Alexandre: É.

Pesquisadora: E por que você prefere sentar pertinho dele?

Alexandre: Ah, porque quando ele tem coisa ele me dá, quando eu tenho coisa eu dou pra ele.

Pesquisadora: De comida, você tá dizendo?

Alexandre: É, por exemplo, se ele tem chips ele me dá... Bala...

Pesquisadora: Ah, entendi. Vocês dividem.

Alexandre: (Balança a cabeça fazendo sinal de sim)

(Trecho da entrevista referente a quem Alexandre, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Na pesquisa de Silva & Tokumaru (2008) sobre como diferentes cuidadores (pais e alocuidadores) participam no fornecimento de cuidados às crianças de 0 a 6 anos matriculadas em escolas públicas e particulares da cidade de Vitória-ES, as pesquisadoras encontraram que

¹⁷ Estamos nos referindo aos irmãos, contemplando os irmãos de ambos os sexos.

os irmãos foram freqüentemente apontados como co-responsáveis pelos cuidados com as crianças, principalmente pelas crianças de escolas públicas.

Abaixo, o trecho da entrevista com Sofia, membro da equipe técnica do Abrigo C, traz um manejo que foi pensado e elaborado de forma personalizada, visando lidar especificamente com um grupo de irmãos que, ao serem abrigados, traziam um histórico em que a irmã mais velha era responsável pelos cuidados dos mais novos¹⁸:

Sofia: Olha, cada caso é um caso. Primeiramente, a gente precisa ver qual é a história dessa criança né, porque tem, eu tenho um caso, por exemplo, aqui em que a mais velha era a que fazia todo o cuidado, a maternagem dos irmãos mais novos, inclusive ela não freqüentou a escola pra cuidar dos irmãos, foi um caso muito sério. Então o que acontece? Se eu tirar tudo dessa criança, ela não vai se reconhecer mais como pessoa, porque ela tem uma história, ela só se vê fazendo isso, ela não foi alfabetizada, ela não tinha amigos, ela tá aprendendo agora uma outra coisa, então nós dosamos, né, isso tudo. Então a gente, tem o momento que ela quer fazer, nós permitimos, e aí ela percebe que chega um momento que ela tá muito cansada, que são muitos irmãos, e aí a gente trabalha nesse cansaço dela “ah, é mesmo, vem cá, deixa que a tia faz então, você cansou”, e a gente vai trabalhando com isso, e a gente percebe que quanto mais natural isso é, mais fácil fica, porque ela percebe que nós não estamos tirando isso dela né, e acaba sendo um processo natural. Agora, por exemplo, esse caso já tá bem mais tranqüilo, hoje ela já aceita, tem hora que ela mesmo pede “ai tia, hoje eu tô cansada”, e também tem a questão da confiança né, a medida com que ela vai percebendo que o educador não vai tirar o laço dela, que não vai fazer mal, que ela pode confiar, ela vai se abrindo também pra que o educador cuide dos outros irmãos.
(Trecho da entrevista com Sofia – membro da equipe técnica do Abrigo C)

Embora tenha sido bastante baixo o número de citações de irmãos no que diz respeito à função de cuidados e atividades diárias, os técnicos dos abrigos nos informaram que algumas das crianças participantes da pesquisa eram as principais responsáveis pelos cuidados dos irmãos antes do abrigamento. A “desresponsabilização” dos irmãos mais velhos dos cuidados com os irmãos mais novos durante o abrigamento, movimento presente em todos os abrigos participantes da pesquisa (sendo que alguns agem de forma mais arbitrária que outros), também pode ter influenciado para que o número de irmãos citados para essa função fosse pequeno.

Em relação ao contexto abrigo, a categoria educador/a se destacou com 67 pessoas citadas (F=107/MEDf=5), sinalizando que são os maiores responsáveis pelos cuidados e atividades diárias das crianças. Em seguida, em ordem decrescente, aparecem as categorias: criança (N=12/F=19/MEDf=0), equipe técnica¹⁹ (N=7/F=8/MEDf=0) e adolescente (N=3/F=3/MEDf=0).

¹⁸ Esse grupo de irmãos não participou da pesquisa, embora três dos seus cinco membros estivessem dentro da faixa etária prevista como critério de seleção dos participantes. A psicóloga da instituição considerou que por estarem em período de adaptação ao abrigo, a participação na pesquisa não seria indicada.

¹⁹ Psicóloga, pedagoga, fonoaudióloga, assistente social e coordenadora

Assim, ao observarmos a frequência total com que adultos e crianças/adolescentes (crianças de todas as faixas etárias e contextos, adolescentes e irmãos) foram citados para essa função, constatamos que os adultos são os mais citados, com frequência total de citações igual a 117. As crianças e adolescentes foram citados 28 vezes no total.

O trecho, a seguir, da entrevista com Clara, traz indícios de que fatores ambientais podem influenciar o comportamento de cuidado entre as crianças. Para contextualizar, Clara estava acolhida no Abrigo C e fazia poucos dias que um grupo de irmãos havia retornado à instituição após ter sido transferido de abrigo. A quantidade de crianças e adolescentes abrigados, naquele momento, excedia a capacidade máxima da casa, superlotando os quartos.

Clara: [...] Quando as grandes [...] ainda não tavam aqui... Aí as meninas do meu quarto, que é eu, minha irmã, a Ane e a Lara, nós falava boa noite, cada dia uma punha a coberta, falava boa noite, dava beijo...

Pesquisadora: Mas aí as meninas maiores entraram...

Clara: Tipo assim... Parece que não dá mais. Quando era nós quatro... Assim... É... Era diferente, quando elas chegaram, o nosso quarto. Parece que mudou tudo.

Pesquisadora: [...] E por que você acha que teve essa mudança?

Clara: [...] Porque não tem mais graça... Porque nós conversava baixinho, mas aí chegou elas e elas reclamam.

Pesquisadora: Ahã.

Clara: “Ai fica quieta pra mim dormir!”.

(Trecho da entrevista referente a quem Clara, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo C)

Carvalho (1999; 2000) pesquisou a emergência do comportamento de cuidado entre crianças, na faixa etária de dois anos, de três contextos diferentes (um abrigo²⁰ e duas pré-escolas). Embora se refiram às crianças com bem menos idade, os resultados da pesquisa indicam a influência do contexto sócio-afetivo e dos arranjos ambientais sobre as variações do comportamento de cuidado entre as crianças.

3.1.3.1.2) Função 2 – Proteção

Esse tópico destina-se à caracterização da Função 2 - Proteção - buscando-se conhecer quem são as pessoas que desempenham atividades junto às crianças que envolvem defender, resguardar, amparar e dar aconchego. As perguntas feitas às crianças abordaram situações de medo, cansaço, briga e o momento de dormir. Além disso, buscou-se conhecer o número de pessoas citadas dos diferentes contextos (família, abrigo, escola e outros) e frequência com que foram citadas.

²⁰ A autora refere como orfanato.

No que se refere à Função de Proteção, foram citadas **55** pessoas no total, sendo que apenas pessoas dos contextos família e abrigo foram citadas. O gráfico abaixo aponta o número de pessoas citadas de cada categoria, além do número total de citações e da mediana de citação:

Tabela 8 – Pessoas citadas durante a entrevista para a Função 2 – proteção, de acordo com as diferentes categoria de pessoas

Categorias de pessoas		Função 2 – Proteção		
		Número de pessoas citadas (N)*	Número total de citações (F) **	Mediana de citação (MEDf)
Família	Mãe	2	3	0
	Pai	1	2	0
	Irmã/o	9	11	0
	Avô/ó	2	2	0
Abrigo	Equipe técnica	3	5	0
	Educador/a	21	24	1
	Criança	14	19	1
	Adolescente	3	3	0
TOTAL		55	69	-

* A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez por crianças diferentes

** A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez pela mesma criança

Ao se observar a tabela acima, constata-se que as categorias educador/a e criança foram as que apresentaram maior número de pessoas citadas (N=21 e N=14, respectivamente), bem como de citações (F=24/MEDf=1 e N=14/F=19/MEDf=1, respectivamente).

Os números muito próximos de educadores e crianças citadas podem estar relacionados à baixa razão adulto-criança, fazendo com que, diante da falta de adultos, as crianças recorram umas às outras em situações que envolvam proteção.

Olhando mais detalhadamente, das 19 vezes que a categoria criança foi citada, 17 delas correspondiam à subcategoria criança da mesma idade e apenas duas à criança mais velha. E, diferente da função anterior (cuidados e atividades diárias), na qual a maioria das pessoas citadas era adulta, a Função 2 – Proteção é exercida igualmente por adultos (F=35) e crianças/adolescentes (crianças de todas as faixas etárias e contextos, adolescentes e irmãos) (F=34).

Fernandes (2007), ao realizar uma pesquisa com crianças institucionalizadas, acolhidas num colégio interno em Braga – Portugal, aponta que defender e ser defendido são elementos importantes e muito frequentes na relação entre pares.

Outro dado bastante interessante é que a categoria irmão/ã foi a terceira mais citada (N=9/F=11/MEDf=0). No quadro a seguir constam as situações (a partir de que perguntas

norteadoras) para as quais os irmãos foram citados, bem como a frequência com que o foram e a localização dos mesmos:

Tabela 9 – As perguntas norteadoras, relacionadas à Função 2 – proteção - para as quais os irmãos foram citados durante a entrevista

Função 2 – Proteção				
Pergunta Norteadora	Frequência com que os irmãos foram citados	Localização dos irmãos		
		No mesmo abrigo	Em outro abrigo	Com familiares
Quando você sente medo, quem você procura?	2	2	-	-
Na hora de dormir, você gosta de dormir perto de quem?	6	5	-	1
Quando alguém briga com você, quem você procura para te defender?	3	3	-	-
TOTAL	11	10	0	1

Os irmãos²¹ foram mais citados por serem aqueles de quem as crianças gostam de dormir perto e quase todos aqueles que foram mencionados estavam localizados no mesmo abrigo. Esse dado reforça a idéia de que para ser protegido é preciso estar próximo daquele que protege.

É interessante observar que as crianças fazem referência à proteção existente entre os irmãos, inclusive, em respostas às perguntas que não previam a emergência desse assunto, tal como ilustra o trecho abaixo da entrevista com Marília (7 anos).

Pesquisadora: Marília, e quando você se machuca, quem você procura pra cuidar do seu machucado?

Marília: **Minha irmã.**

Pesquisadora: Sua irmã, a Lúcia²²?

Marília: É.

Pesquisadora: O que ela costuma fazer?

Marília: Quando alguém me bate, ela me defende.

(Trecho da entrevista referente a quem Marília, 7 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Em relação a essas duas irmãs, Gabriela, membro da equipe técnica do abrigo em que estão acolhidas, faz uma referência interessante sobre a relação de proteção existente entre os membros desse grupo de irmãos, conforme trecho de sua entrevista a seguir:

Gabriela: Eu acho que tem uma tendência de proteger, o mais velho proteger o mais novo, mas não é geral. Por exemplo, você pega a Lúcia e a Marília, você quer morder, entendeu, de lindo que é. O que a Lúcia cuida da

²¹ Estamos nos referindo aos irmãos, contemplando os irmãos de ambos os sexos.

²² Lúcia (9 anos) é a irmã mais velha de Marília.

Marília é impressionante, e dos irmãozinhos²³, mesmo que eles tão lá, de vir, perguntar, trazer foto, falar que tá com saudade, pedir colo, pedir pra ir ver, pedir, pedir, pedir [...].
(Trecho da entrevista com Gabriela – membro da equipe técnica do Abrigo A)

A proteção foi a característica que os profissionais dos abrigos mais destacaram ao descreverem o relacionamento entre os irmãos. Nos trechos das entrevistas, a seguir, com a educadora Dolores e com Augusta, membro da equipe técnica, funcionárias do Abrigo B, ambas deixam claro que este é o único aspecto que são capazes de identificar da relação entre os irmãos.

Pesquisadora: E como você vê essa diferença? Como você poderia descrever?

Dolores: A única coisa que a gente vê assim, é quando alguém briga com o irmão aí eles vão em defesa dele [...]. A única hora que você vê mesmo que são irmãos é se algum dos outros meninos briga ou bate, que aí eles vão em defesa deles, mas do contrário, você nem percebe que eles são irmãos dentro, aqui dentro.
(Trecho da entrevista com Dolores – educadora do Abrigo B)

Augusta: [...] Se um tiver num conflito, o outro, às vezes a gente até esquece que eles são irmãos, mas eles não esquecem, sabe. No momento ali, do conflito, você não lembra que fulano é irmão do fulano, mas eles aparecem no momento pra interferir, pra socorrer o irmão.

(Trecho da entrevista com Augusta – membro da equipe técnica do Abrigo B)

A mesma educadora, acima mencionada, e Dalva, membro da equipe técnica do Abrigo B, reconhecem que há diferença entre a criança que é abrigada sozinha, separada do(s) irmão(s), e a que é acolhida junto com ele(s). Abaixo os trechos de suas entrevistas, nas quais relatam a experiência dos irmãos Luca (11 anos) e Roberto (9 anos).

Pesquisadora: [...] Você acha que tem uma diferença, por exemplo, de uma criança que é abrigada sozinha ou de uma criança que é abrigada junto com os irmãos?

Dolores: Ah tem, tem porque ele protege o irmão. Igual o Luca e o Roberto, Roberto protege o Luca²⁴. [...] o Luca era totalmente dependente do Roberto, você entendeu? Se o Luca tinha alguma coisa pra pedir pra gente, o Roberto que pedia, se o Luca queria alguma coisa, o Roberto que pedia, e se ele tivesse vindo sozinho, acho que pela dificuldade que ele tem de falar, então eu acho que teria sido muito difícil pra ele [...].

(Trecho da entrevista com Dolores – educadora do Abrigo B)

Dalva: [...] Mas eu acho assim, que o senso de proteção é... eles ficam mais seguros [...]. Um senso de proteção, de cuidar, de dar amor pros irmãos [...]. Percebo isso entre o Luca e o Roberto, por exemplo, quando chegaram aqui, o Luca com aquela dificuldade de falar, e o Roberto sendo ali o porta-voz, ele olhava o irmão, porque ele não se sentia seguro por causa do problema dele.

(Trecho da entrevista com Dalva – membro da equipe técnica do Abrigo B)

²³ Os dois irmãos mais novos de Lúcia e Marília estavam acolhidos no Abrigo B.

²⁴ Luca se expressa com dificuldade, pois sua dicção é bastante comprometida.

A proteção entre os irmãos, observada pelos funcionários de todos os abrigos participantes dessa pesquisa, foi atribuída por Augusta, membro da equipe técnica do Abrigo B, ao compartilhamento de histórias e aos laços sanguíneos, como pode ser observado abaixo:

Augusta: Ai, eu acho que eles têm uma história semelhante. Quando a história é semelhante, eles já se protegem, eles já se unem, pela própria história. Os laços de sangue também são muito importantes, eu acho que isso faz com que eles se unam. Eu acredito que os laços sanguíneos também, você querendo ou não, eles dão um toque diferente.

(Trecho da entrevista com Augusta – membro da equipe técnica do Abrigo B)

Schettini (1998) aborda a questão da supervalorização dos laços sanguíneos na nossa cultura. O autor aponta para o fato de que, no aspecto afetivo, as relações familiares não são garantidas pelos laços biológicos, sendo a convivência o fator preponderante. O trecho, a seguir, da entrevista com Clara, 12 anos, evidencia como a possibilidade de ter um irmão próximo, inclusive no mesmo quarto, pode favorecer o aparecimento de comportamentos protetivos, recíprocos, entre eles.

Pesquisadora: E quando você sente medo de alguma coisa, quem você procura?

Clara: A minha irmã. (Risos)

Pesquisadora: (Risos) Me conta alguma situação assim, que você sentiu medo?

Clara: Quando eu ficava no outro abrigo, eu sonhava com as coisas que sentia medo, aí eu falava pra ela deixar eu dormir com ela.

Pesquisadora: E ela deixava?

Clara: Deixava e teve um dia que ela também pediu para eu dormir com ela.

Pesquisadora: É mesmo?

Clara: (Criança balança a cabeça fazendo sinal de sim)

(Trecho da entrevista referente a quem Clara, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo C)

Com um olhar mais refinado, Karine, membro da equipe técnica do Abrigo C, aponta no trecho abaixo que cada grupo de irmãos tem suas características e, muitas vezes, a situação de abrigamento faz com que se unam tanto, na tentativa de se protegerem, que fica difícil para os profissionais se aproximarem deles.

Karine: [...] eles são diferentes né! Assim, de irmãos para irmãos, cada grupo que você analisa é um grupo diferente. Mas eu acho que é uma relação como uma relação normal de irmãos, tem o conflito, existe o conflito entre eles, né, existe a questão do cuidado também, de um querer cuidar e proteger o outro, né.[...] Eu acho que entre eles, quando eles chegam no abrigo, na verdade eles chegam fechados, né. Então eles entram assim, eles se fecham entre eles, e eles não dão muita abertura nem pra nós, nem para as outras crianças, né. Eles se fecham entre si, como que se eles fossem ali, um proteger o outro. Depois que eles começam, né, a se soltar e a se relacionar de uma forma, né, mais é, mais sociável mesmo com o grupo. Mas eu acho que eles têm entre si

aquele, eu não sei como colocar a palavra, mas eu acho que entre eles, eles criam uma espécie de proteção, né, com relação ao grupo, se defendem, né, um ao outro.

(Trecho da entrevista com Karine – membro da equipe técnica do Abrigo C)

Palacios, Sánchez-Sandoval e León (2004) mencionam a possibilidade dos irmãos formarem o que eles chamam de “bloqueio fraterno”. Tal fenômeno ocorre pelo fato de terem compartilhado a convivência com suas famílias biológicas, a separação da família, o ingresso e permanência no abrigo, entre outras vivências. Apontam que é bastante esperado que os irmãos que permanecem abrigados juntos desenvolvam fortes sentimentos de cumplicidade, compreensão e proteção.

3.1.3.1.3) Função 3 – Educação

Esse tópico destina-se à caracterização da Função 3 – Educação, compreendendo situações que envolvam ensinar e instruir, buscando-se conhecer quem são as pessoas que ensinam, disciplinam e ajudam as crianças em situações que elas sentem necessidade. Além disso, consta também o número de pessoas citadas dos diferentes contextos (família, abrigo, escola e outros) e a frequência com que foram citadas.

Para a Função 3 – Educação, 78 pessoas foram citadas no total, sendo elas de três contextos diferentes: família, abrigo e escola. No gráfico abaixo são apresentados o número de pessoas citadas de cada categoria, bem como o número total citações e a mediana de citação:

Tabela 10 – Pessoas citadas durante a entrevista para a Função 3 – educação, de acordo com as diferentes categoria de pessoas

Categorias de pessoas		Função 3 – Educação		
		Número de pessoas citadas (N)*	Número total de citações (F)**	Mediana de citação (MEDf)
Família	Irmã/o	3	4	0
Abrigo	Equipe técnica	20	23	1
	Educador/a	31	34	2
	Criança	11	12	0
	Adolescente	11	12	0
Escola	Professor/a	2	2	0
TOTAL		78	87	-

* A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez por crianças diferentes

** A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez pela mesma criança

Do contexto família, a categoria irmão/ã foi a única representante, porém com baixa representatividade (N=3/F=4/MEDf=0). O mesmo acontece com o contexto escola, sendo a categoria professor a única mencionada (N=2/F=2/MEDf=0).

De maneira muito diferente, o contexto abrigo apresenta frequências bem mais altas. A categoria educador/a foi a mais citada (N=31/F=34/MEDf=2), seguida pela categoria equipe técnica (N=20/F=23/MEDf=1).

Para essa função os adultos foram citados 59 vezes, enquanto as crianças/adolescentes (crianças de todas as faixas etárias e contextos, adolescentes e irmãos) apenas 28, o que sinaliza a predominância de adultos exercendo a função de educação para essas crianças.

Levando em consideração que os educadores foram os mais citados para a Função Educação, nos trechos das entrevistas abaixo, as crianças nos sinalizam em torno do que se tem centrado os seus ensinamentos, a partir do ponto de vista delas.

Pesquisadora: E quem que mais te ensina a fazer as coisas certas?

Henrique: A... (pausa breve) tia Lourdes²⁵.

Pesquisadora: Tia Lourdes? Que que ela costuma ensinar?

Henrique: Ensina como que come assim direito com garfo e faca, é... (pausa breve) Vamo vê. Ela me ensina a lavar a bolsa, porque antes eu só lavava por fora, ela me ensinou a virar por dentro e lavar depois por fora. Me ensinou a tirar a sola de dentro do sapato pra lavar, eu nem sabia antes que tinha sola no meu sapato [...].

(Trecho da entrevista referente a quem Henrique, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: E quem que mais te ensina a fazer as coisas certas?

Laura: Hum... (pausa breve) a tia Márcia²⁶.

Pesquisadora: A tia Márcia? Que ela costuma a te ensinar fazer certo?

Laura: É... estudar, ler, respeitar as tias, não xingar...

(Trecho da entrevista referente a quem Laura, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Como é possível observar, as intervenções educativas das educadoras têm, aparentemente, se focado nas atividades diárias (como comer, como lavar), ao incentivo aos estudos e à disciplina.

E no trecho, abaixo, da entrevista com Ana, educadora do Abrigo B, elementos importantes podem ser observados:

Ana: Eu acho que tem que ter uma preparação pra trabalhar em orfanato, porque orfanato não é uma creche que a criança vem de manhã e já de tardezinha tá indo embora. Aqui é a casa deles, e as pessoas não têm, tem muita gente que tá aqui que não tem esse pensamento. [...] eles (*se referindo aos outros educadores*) jogam a culpa na criança. O culpado tá lá fora, que é o pai e a mãe, né? O adulto que aprontou alguma coisa, ou que maltratou eles, pra eles tá aqui, né, o meu pensamento é esse. Então você tem que ver que eles não são culpados, você tem que tentar cuidar deles da melhor forma, não abrindo, é igual o filho da gente, você não vai deixar fazer tudo,

²⁵ Educadora do Abrigo B.

²⁶ Educadora do Abrigo A.

então você tem regras, eles têm que cumprir as regras, mas você não pode também negar tudo e levar no pé da letra, “ah vou fazer isso, ah vou fazer aquilo, ah vou cortar isso”, como se diz, ficar ameaçando. [...] Eu acho assim, que teria que ter um curso de capacitação, né, pra pessoa, ver aonde trabalhou, que dependendo de onde trabalhou também não serve pra tá ali, fazer uma experiência [...].

(Trecho da entrevista com Ana – educadora do Abrigo B)

Interessante notar na fala de Ana, primeiramente, a referência ao abrigo como orfanato, trazendo consigo elementos da matriz sócio-histórica, nos quais predomina uma visão de abrigo que não atende os princípios do ECA. Em segundo lugar, observa-se que apesar de desculpabilizar a criança, coloca a família como culpada, sinalizando assim a importância que um programa de capacitação continuada teria. Além disso, é possível perceber que ao considerarem a criança culpada por estar ali, os demais funcionários a tratam como quem deve ser punida, segundo a percepção de Ana.

No que se refere aos irmãos, embora tenham sido muito pouco mencionados para essa função, o quadro abaixo mostra as situações (a partir de que perguntas norteadoras) para as quais eles foram citados, bem como a frequência com que o foram e a localização dos mesmos:

Tabela 11 – As perguntas norteadoras, relacionadas à Função 3 – educação, para as quais os irmãos foram citados durante a entrevista

Função 3 – Educação				
Pergunta Norteadora	Frequência com que os irmãos foram citados	Localização dos irmãos		
		No mesmo abrigo	Em outro abrigo	Com familiares
Quem mais te ensina a fazer as coisas certas?	2	1	-	1
Quem você procura quando quer ajuda para fazer a lição de casa (tarefas da escola)?	1	1	-	-
Quando tem alguma coisa que você não consegue fazer sozinho(a), quem você procura para te ajudar/te ensinar?	1	1	-	-
TOTAL	4	3	-	1

Observamos, então, que os irmãos²⁷ foram citados em quantidades semelhantes diante das questões norteadoras e a maioria daqueles mencionados para essa função estava acolhido no mesmo abrigo que a criança.

O trecho a seguir da entrevista com Camila, 6 anos de idade, vale ser destacado:

Pesquisadora: Camila, e quem mais te ensina a fazer as coisas certas?

Camila: De lição?

Pesquisadora: Não, sem ser de lição. De outras coisas...

Camila: (breve silêncio) Minha irmã (Laura²⁸).

²⁷ Estamos nos referindo aos irmãos, contemplando os irmãos de ambos os sexos.

Pesquisadora: O que ela te ensina a fazer certinho?

Camila: Ela me ensina a fazer desenho. [...] E, também, me ensina a ajudá a pintá o desenho.

Pesquisadora: Que legal!

Camila: Eu e a Laura, a gente era nova, a gente pintava tudo rabiscado porque a gente não sabia. Agora a gente tá aprendendo a pintá.

Pesquisadora: Que coisa mais linda!

Camila: A Regininha, tia, ela chegou nova...

Pesquisadora: Á...

Camila: Ela não sabe pintar ainda. Ela rabisca tudo assim o desenho. Aqui, ó, tia. Esse daqui é o dela.

Pesquisadora: Ah!

Camila: Ela não sabe pintar ainda.

Pesquisadora: Ah, mas vocês vão ensinar ela, não vão?

Camila: A Jane²⁹ que tem que ensinar ela!

Pesquisadora: Por quê?

Camila: A Jane é irmã dela!

(Trecho da entrevista referente a quem Camila, 6 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Nesse trecho, Camila mostra de forma clara como posiciona o irmão mais velho (ela se refere à sua irmã) como aquele capaz e responsável por ensinar o irmão mais novo e, conseqüentemente, o irmão mais novo como aquele a ser ensinado pelo irmão mais velho.

Já em relação à escola, chama atenção a quase inexistência de citações de pessoas desse contexto, levando-se em conta que estamos abordando questões relacionadas à educação. E mesmo considerando que o número de perguntas referente a essa função era pequeno (quatro questões) e que essas podem não ter favorecido a emergência de pessoas desse contexto, a sua quase ausência é alarmante.

Numa pesquisa realizada em um dos Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo, com o objetivo de compreender a aplicação das prerrogativas previstas no ECA no que diz respeito ao direito à escolarização, os autores apontam que os conselheiros consideram que os alunos pobres e/ou com dificuldade de aprendizagem são discriminados pela escola pública. Afirmam que a postura de alguns professores desestimula o aluno e que essa maneira negativa com que a escola se relaciona com as crianças não possibilita que ações educativas sejam realizadas no âmbito escolar. Além disso, os conselheiros dizem que outro problema enfrentado pelos alunos é o fato de serem facilmente rotulados pela escola e terem grande dificuldade para mudarem a imagem que lhes foi atribuída. Consideram, assim, que a escola estaria abrindo mão de sua função educacional ao agirem dessa forma (SOUZA; TEIXEIRA; SILVA, 2003).

Em contrapartida, Eizirik et al (2009) considera a escola como o principal agente do processo civilizatório, lugar onde a socialização e a convivência com as pessoas são

²⁸ Laura (9 anos de idade) é a irmã mais velha de Camila.

²⁹ Jane, que tem por volta de 9 ou 10 anos de idade, é a irmã mais velha de Regininha (3 anos de idade).

possibilitadas, de modo a adquirir instrumentos mínimos para enfrentar sua realidade. Desta forma, o autor acredita que a escola ofereça a perspectiva de um futuro e um projeto de vida, sendo um elemento fundamental na construção de uma rede de acolhimento. Porém, as questões que se colocam são: será que, na prática, a escola tem conseguido cumprir esse papel? As crianças abrigadas têm sido e se sentido incluídas no contexto escolar?

3.1.3.1.4) Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva

Esse tópico destina-se à caracterização da Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva – buscando-se conhecer quem são as pessoas que desempenham, junto à criança, atividades relacionadas às questões emocionais, compreensão e empatia. Para tanto foram feitas perguntas sobre melhores amigos, colo, carinho, abraço, entre outras. Além disso, buscou-se conhecer o número de pessoas citadas dos diferentes contextos (família, abrigo, escola e outros) e frequência com que foram citadas.

Para essa função, **135** pessoas foram citadas no total. Categorias de todos os contextos (família, abrigo, escola e outros contextos) foram mencionadas, tal como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 12 – Pessoas citadas durante a entrevista para a Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva, de acordo com as diferentes categorias de pessoas (continua)

Categorias de pessoas		Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva		
		Número de pessoas citadas (N)*	Frequência total de citações (F)**	Mediana da frequência de citações (MEDf)
Família	Mãe	10	12	1
	Pai	7	7	0
	Irmão/o	24	42	2
	Padrasto	1	1	0
	Tio/a	5	5	0
	Avô/ó	7	7	0
	Bisavó	1	1	0
Primo/a	1	1	0	
Abrigo	Equipe técnica	14	30	0
	Educador/a	13	21	1
	Criança	37	75	3
	Adolescente	6	6	0
Escola	Criança	2	3	0

Tabela 12 – Pessoas citadas durante a entrevista para a Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva, de acordo com as diferentes categorias de pessoas (conclusão)

Categorias de pessoas		Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva		
		Número de pessoas citadas (N)*	Frequência total de citações (F)**	Mediana da frequência de citações (MEDf)
Outros contextos	Criança (casa de origem)	3	3	0
	Criança (poliesportivo)	1	1	0
	Criança (outro abrigo)	3	3	0
TOTAL		135	218	-

* A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez por crianças diferentes

** A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez pela mesma criança

As categorias que apresentaram maior número de pessoas citadas e frequência de citações foram: criança (N=2/F=75/MEDf=3) e irmão/ã (N=24/F=42/MEDf=2).

No que se refere ao contexto familiar, além dos irmãos, a categoria mãe foi citada por grande parte das crianças (MEDf=1). Do contexto abrigo, as categorias mais citadas, além das crianças, foram: educador/a (N=13/F=21/MEDf=1) e equipe técnica (N=14/F=30/ MEDf=0). Por outro lado, do contexto escola e de outros contextos, as categorias de pessoas citadas tiveram pouca expressividade para essa função.

Dos dados apresentados acima, nos chama atenção o fato da categoria criança (do abrigo) ser a mais citada para a função de apoio emocional e relação afetiva. Crianças da mesma idade foram as mais citadas (63 vezes) e com bem menos expressividade aparecem as subcategorias: criança mais velha (oito vezes); bebê (três vezes); e criança mais nova (uma vez). E, numa análise mais geral, temos que crianças/adolescentes (crianças de todas as faixas etárias e contextos, adolescentes e irmãos) foram citados 133 vezes no total, enquanto os adultos foram citados 84 vezes.

Para Carvalho (2002), quando as relações com os adultos são muito instáveis, o desenvolvimento emocional e da autonomia e a construção da identidade ficam comprometidos, colocando a criança em situação de risco e vulnerabilidade, uma vez que sua primeira rede de apoio, ou seja, o grupo de adultos da instituição, não é suficientemente suportiva. Desta forma, o autor afirma que no contexto de acolhimento institucional, o papel das relações entre crianças ganha destaque como forma alternativa de vinculação, diante do fato da formação de vínculos com os adultos estar prejudicada. Diante desse quadro, no caso das crianças institucionalizadas, as amizades com companheiros contribuem para o desenvolvimento da criança, gerando segurança e a percepção de pertencer a um grupo. Além

disso, o autor acredita que essa estrutura relacional poderá funcionar como modelo importante a ser usado na construção das futuras relações da criança.

No trecho, abaixo, da entrevista com Alexandre, 10 anos, é possível observar a importância que um relacionamento entre crianças pode ter para o desenvolvimento dos envolvidos, além da percepção de reciprocidade dos sentimentos, apesar da efemeridade de tal vinculação.

Pesquisadora: [...] E em quem você gosta de fazer carinho?

Alexandre: No Zezinho, mas ele foi embora. Ele gostava de mim e eu gostava dele.

Pesquisadora: É? Ele era maior ou menor que você?

Alexandre: Menor. Ele era bebê.

Pesquisadora: Ah, que bonitinho!

Alexandre: Ele era mais ou menos desse tamanho aqui ó.

Pesquisadora: Ah... Ele já andava?

Alexandre: Andava. Ele começou a andar aqui no orfanato.

Pesquisadora: É mesmo? E você viu os primeiros passinhos dele?

Alexandre: (Balança a cabeça fazendo sinal de sim) Era assim: ele não sabia andar, mas nós levantava ele, aí eu ficava lá e outro ficava aqui.

Pesquisadora: Hã.

Alexandre: Aí nós foi chamando ele e ele andou.

Pesquisadora: Ah, que bonitinho! E faz tempo que ele foi embora?

Alexandre: (Balança a cabeça fazendo sinal de sim)

Pesquisadora: Faz?

Alexandre: Foi no ano passado.

(Trecho da entrevista referente a quem Alexandre, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Dolores, uma das educadoras do Abrigo B, em sua entrevista, menciona a relação existente entre Alexandre e Zezinho, tal como pode ser observado abaixo:

Dolores: [...] a gente falava que o Alexandre era pai dele.

Pesquisadora: É mesmo?

Dolores: Nossa, tem um monte de foto aí, tem uma dando banho nele, que a gente deixava que ele gostava muito, outra dando mamadeira.

(Trecho da entrevista com Dolores – educadora do Abrigo B)

Embora Dolores tenha comparado a relação das duas crianças à existente entre pai e filho, focando sua fala nas atividades de cuidado, podemos também notar algumas características típicas do relacionamento entre irmãos, descritas por Dunn e Kendrick (1982). Os autores, com base em suas pesquisas, afirmam que crianças tendem a observar, imitar e buscar a ajuda dos seus irmãos mais velhos, enquanto os irmãos mais velhos costumam ensinar-lhes como jogar, desenvolver habilidades físicas e usar brinquedos. Tais características também foram relatadas por outros pesquisadores (CICIRELLI, 1973; BRODY et al., 2003; HOWE; RECCHIA, 2005).

Em relação aos irmãos de fato, o quadro abaixo mostra as situações (a partir de que perguntas norteadoras) para as quais eles foram citados, bem como a frequência com que o foram e a localização dos mesmos:

Tabela 13 – As perguntas norteadoras, relacionadas à Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva, para as quais os irmãos foram citados durante a entrevista

Função 4 – Apoio emocional e relação afetiva				
Pergunta Norteadora	Frequência com que os irmãos foram citados	Localização dos irmãos		
		No mesmo abrigo	Em outro abrigo	Com familiares
Quem é seu melhor amigo(a)?	12	5	5	2
Perto de quem você mais gosta de ficar?	3	3	-	-
Quando você está feliz, quem você procura para contar o que aconteceu?	3	2	-	1
Para quem você costuma pedir colo ou abraço?	1	1	-	-
Em quem você gosta de fazer carinho?	5	3	1	1
Quem te deixa mais triste?	3	3	-	-
De quem você sente mais raiva quando não te dá atenção?	1	1	-	-
De quem você sente mais falta quando não está presente?	8	1	-	7
Quem você mais xinga?	2	1	1	-
Em quem você mais confia para contar um segredo?	4	2	2	-
TOTAL	42	22	9	11

Observamos na tabela acima que os irmãos³⁰ foram mais citados pelas crianças por serem considerados seus melhores amigos, por serem aqueles de quem sentem saudade, por serem aqueles em quem mais gostam de fazer carinho e por serem aqueles em quem mais confiam para contar um segredo. Mais da metade dos irmãos citados estava abrigado na mesma instituição que as crianças, mas é interessante notar que, no que se refere à função de apoio emocional e relação afetiva, mesmo os irmãos que estavam longe foram citados.

Foram vários os relatos das profissionais entrevistadas (técnicas e educadoras) demonstrando a relevância do relacionamento entre irmãos no que diz respeito à afetividade e apoio emocional. Abaixo constam trechos das entrevistas da educadora Ana e de Augusta, membro da equipe técnica, ambas funcionárias do Abrigo B, e da educadora Márcia do Abrigo A:

³⁰ Estamos nos referindo aos irmãos, contemplando os irmãos de ambos os sexos.

Pesquisadora: [...] existe alguma diferença, então quando, por exemplo, uma criança chega e ela vem com o irmãozinho ou quando é um irmãozinho e uma irmãzinha, um vai pra um lado, outro vai pra outro, na hora dele se adaptar na casa, dele se relacionar, tem alguma diferença [...]?

Ana: Ah, eu creio que sim porque quando o Pepê veio pra cá com o irmão dele, ele não tinha irmã lá, e ele ia tá ali do lado, segurando a mãozinha, que o outro era bem pequenininho, o outro irmão dele, e o Pepê ficava segurando, e ele chorava tão assim, pra dentro que só a água saía do olho dele. Ele tinha o quê, acho que três aninho. Só lágrima escorria, mas sabe aquele choro que você sentia que ele tava puxando pra dentro, e segurando e falava “meu irmão, meu irmão”, falava desse jeito só, e ficava ali o tempo todo do lado do berço. Na hora da janta, você procurava, “cadê o Pepê?”, você ia olhar, procurava, ele tava do lado do berço [...] Já pensou se, esse daí, acho que morria se ele tivesse uma irmã lá e ele tivesse que ficar aqui, acho que ele ia ficar doente [...] porque você chorava junto de ver o jeito que sentia, no cantinho, ele se encostava num cantinho e não queria comer [...] eu conversava com ele e falava “ó, Pepê, ele tá dormindo”, às vezes ele tava dormindo e ele ia lá e acordava, “ele tá dormindo, você tem que brincar com os meninos, depois você volta, a tia vai por ele”, porque já tava encostando, sabe, “a tia põe ele um pouquinho lá no chiqueirinho, você entra lá, vai brincar um pouquinho”, às vezes eu ponhava ele dentro do chiqueirinho pra ficar com o irmão, porque ele queria o tempo todo ficar com o irmão dele. Então eu falava “você pode ir lá brincar, ele não vai sumir daqui”. Acho que ele achava assim, que ia tirar dele, né, acho que é a única coisa que sobrou pra ele, e iam levar embora. Acho que esse era o medo dele. (Trecho da entrevista com a educadora Ana – educadora do Abrigo B)

Pesquisadora: Você acha, então, que a adaptação da criança é diferente de quando ela vem com irmão ou quando ela vem separada do irmão?

Augusta: Sim, eles se apóiam, eles se apóiam. Até é interessante, criança que chega absolutamente sozinha ela chora mais, ela se retrai mais que a criança que chega com o irmão. Eles se apóiam, eu não sei se a Paula (membro da equipe técnica) contou pra você dum caso dum criança, dum criança bem pequeninhas que chegaram, uma era bebê, bebê de por no carrinho que não andava ainda, e o outro maiorzinho, um consolava o outro, era de chorar. [...] Um de três, o Pepê tinha três aninhos, e o outro não tinha feito um aninho ainda, um consolava o outro. [...] Tem hora que a gente se emociona (voz de choro) porque o que é, eles eram diferentes, fisicamente diferentes, um negro, mulatinho, e o outro da pele clara com o cabelinho enrolado, então quer dizer, é isso que eu falo, é o sangue, é a convivência, é a história. [...] Porque o bebezinho chorava muito, e o outro também, o Pepê também chorava, então um consolava o outro, um passava a mão no rosto do outro [...]. (Trecho da entrevista com Augusta – membro da equipe técnica do Abrigo B)

Márcia: Eu tenho assim, eu tenho uma história bonita de uma menina que passou aqui, duas, eu tenho até hoje, assim, que eu nunca vi uma coisa daquela.

Pesquisadora: Como que era?

Márcia: Olha, eu fiquei assim, eu, essa época eu trabalha à noite, eu me emocionava, assim, cada segundo que eu via, porque ela chegou aqui, né, duas meninas...

Pesquisadora: Quantos anos elas tinham, mais ou menos?

Márcia: Ai... uma acho que tinha uns três aninhos, no máximo, a outra acho que tinha no máximo uns cinco e, quando essa criança chorava à noite, quando eu ia ver que ela tava chorando, a irmãzinha já tava do lado, sentada, segurando a mão. Então foi, assim, foi muito marcante pra mim. E às vezes, um dia achei uma cena muito linda, que eu fui lá, só de lembrar eu choro, que eu fui dá almoço né, aí quando eu cheguei lá ela tava desfiando a carne, o frango, e pondo na boca da irmãzinha. [...] Eu fiquei assim, era incrível, aquele carinho era incrível. Eu não sei, eu não conheci bem a história delas não, mas elas ficaram aqui, no máximo, uns dois meses, eu acho, aí veio a avó, aí levou de volta. Mas aquilo era incrível pra mim.

(Trecho da entrevista com Márcia – educadora do Abrigo A)

Algumas pesquisas abordam essa forte vinculação observada na relação de alguns irmãos. Stewart (1983) relata a pesquisa que realizou, na qual o comportamento interpessoal de 54 mães e seus filhos (irmãos mais novos e seus irmãos mais velhos em idade pré-escolar) foi observado com o intuito de investigar se os irmãos mais velhos teriam potencial para atuar como figura secundária de apego para os irmãos mais novos. Os resultados indicaram, dentre vários pontos, que 52 % (a) dos irmãos mais velhos realmente atuou para consolar os seus

irmãos mais jovens na ausência da mãe; (b) irmãos mais velhos foram mais ativos para cuidar das irmãs mais novas, enquanto as irmãs mais velhas fizeram o mesmo pelos irmãos mais novos.

Dunn, Slomkowski e Beardsall (1994) na pesquisa que realizaram com 59 díades de irmãos buscando analisar a estabilidade do relacionamento entre eles, observaram que eventos e adversidades ocorridas na vida das crianças estavam associados a uma maior aproximação entre os irmãos. Os resultados encontrados indicaram que diante de adversidades experienciadas pela família, as crianças crescem com maior cumplicidade, com comportamento amistoso e afetuoso. Ao serem entrevistadas, a maioria das crianças descreveu o suporte que receberam do irmão ao se depararem com problemas como, por exemplo, dificuldades com outras crianças na escola, doença materna, ou acidentes e doenças que eles mesmos tinham sofrido.

Nos trechos das entrevistas abaixo, as irmãs Clara e Jaqueline, 12 e 11 anos de idade, mostram aspectos importantes da relação entre elas, tal como a reciprocidade de sentimentos, embora Jaqueline evidencie sua percepção a respeito da influência que o ambiente exerce na relação das duas:

Pesquisadora: Quem é seu melhor amigo ou melhor amiga?

Clara: Ah, não sei, porque num dia tá brigado, no outro eu falo com todas... Assim...

Pesquisadora: Mas quem é uma pessoa que você considera que é...?

Clara: Minha amiga mesmo? Minha irmã.

Pesquisadora: O que vocês costumam fazer juntas?

Clara: Digamos assim, ela... Ela fica assim... É... Igual é... Mocinha! Quando ela ficou mocinha... Aí ela me chama, aí eu vou e ajudo ela. E quando eu to meio assim e a tia Alice não tá aqui, eu falo assim: "Jaque, me ajuda?" e ela me ajuda também.

Pesquisadora: Na lição?

Clara: É.

(Trecho da entrevista referente a quem Clara, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora: E quem é seu melhor amigo ou melhor amiga?

Jaqueline: Minha irmã.

Pesquisadora: O que você gosta de fazer com ela?

Jaqueline: [...] É só quando a gente tá na nossa casa que a gente conversa bastante e brinca.

Pesquisadora: É? Tem diferença de quando vocês estão aqui e quando vocês estão lá?

Jaqueline: Quando a gente tá aqui parece que a minha irmã não liga muito pra mim.

Pesquisadora: É? Mas por quê?

Jaqueline: Não sei. Mas quando a gente tá em casa a gente ri, por qualquer coisinha a gente começa a rir.

Pesquisadora: É mesmo?

Jaqueline: É.

Pesquisadora: Mas por que você acha que, quando tá aqui, ela não liga muito?

Jaqueline: Ah, não sei. Ela não liga, não presta atenção direito.

Pesquisadora: Então, quando tá na sua casa é mais gostoso?

Jaqueline: É, eu acho que é porque é só nós duas. Daí ela me dá mais atenção.

(Trecho da entrevista referente a quem Jaqueline, 11 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

As pesquisadoras East e Rook (1992) investigaram se alunos da sexta série (do sistema de ensino americano) que apresentavam características de isolamento e agressividade conseguiam compensar as insatisfatórias amizades escolares através do suporte de irmãos e amigos de fora da escola. Dentre os principais resultados, destaca-se que a relação com um irmão favorito é sentida pelas crianças como a que oferece mais suporte, contribuindo para o melhor ajuste dessas crianças. Nesse sentido é interessante observar como Clara e Jaqueline atribuem à irmã – e apenas à irmã – o status de melhor amiga.

Por outro lado, no trecho abaixo, Camila (6 anos de idade), faz questão de sinalizar que o irmão não é seu melhor amigo, é seu irmão. Além disso, faz referência à irmã falecida, mas que parece estar bastante presente em sua rede social, uma vez que em todos os encontros Camila se referiu a ela.

Pesquisadora: E quem é seu melhor amigo ou sua amiga? Pode ser um menino ou uma menina.

Camila: Meu irmão não é meu amigo³¹ [...].

Pesquisadora: [...] o Tomaz não é seu amigo?

Camila: O Tomaz é meu irmão!!!!

Pesquisadora: Ah, sim! Tá certo.

Camila: Tem dois moleque e uma irmãzinha minha que morreu, tia.

Pesquisadora: É?

Camila: Tá lá no céu.

Pesquisadora: Ah...

Camila: Porque ela era boazinha, tia. Ela não tinha nome ainda.

Pesquisadora: Ela morreu bem pequenininha?

Camila: É, bem pequenininha. Ela tava na barriga da minha mãe.

Pesquisadora: Ah... Então ela nem chegou a nascer...

Camila: Mas agora minha mãe não tá mais com a nenê na barriga. Ela tá lá no céu.

Pesquisadora: É.

Camila: Junto com as outras amiguinhas dela que também morreu, né, tia?

Pesquisadora: Com certeza.

Camila: A minha bisavó era boazinha, então, eu acho que ela tá lá no céu, né, tia? Por que quem é boazinha vai pro céu, não vai?

Pesquisadora: Vai.

Camila: Ajudá o Deus, não é, tia?

Pesquisadora: É verdade.

(Trecho da entrevista referente a quem Camila, 6 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

E os momentos de felicidade, Henrique (12 anos) pensa em dividir com o irmão Alexandre (10 anos), apenas e justamente, por ele ser seu irmão, sem precisar de mais motivos para justificar essa escolha, assim como mostra o trecho a seguir:

Pesquisadora: [...] quando cê tá muito feliz, quando aconteceu uma coisa muito boa assim, quem que é a primeira pessoa que cê fala assim “Ai, vou contar pra aquela pessoa o que aconteceu”?

³¹ Camila estava se referindo a seu irmão Tomaz, 11 anos, acolhido do Abrigo B.

Henrique: Meu irmão.

Entrevistador: O seu irmão? O Alexandre?

Henrique: É.

Entrevistador: É? E por que que ele é a primeira pessoa que você pensa em dividir com ele?

Henrique: Ah, porque ele é meu irmão.

(Trecho da entrevista referente a quem Henrique, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

E nos trechos, a seguir, das entrevistas com Alexandre e Tatiana, ambos com 10 anos de idade, podemos observar que nem sempre é fácil falar sobre sentimentos:

Pesquisadora: Tá. E perto de quem você mais gosta de ficar?

Alexandre: Do meu irmão.

Pesquisadora: Do seu irmão? Do Henrique?

Alexandre: (Balança a cabeça fazendo sinal de sim)

Pesquisadora: E por que é perto dele que você mais gosta de ficar?

Alexandre: Não sei...

Pesquisadora: O que passou pela sua cabeça?

Alexandre: Nada.

(Trecho da entrevista referente a quem Alexandre, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: E em quem você gosta de fazer carinho?

Tatiana: Na minha irmã.

Pesquisadora: Na Bárbara?

Tatiana: É.

Pesquisadora: E por que você gosta de fazer carinho nela?

Tatiana: (Não responde e dá um sorriso meio sem graça)

Pesquisadora: Dífícil essa pergunta?

Tatiana: É.

Pesquisadora: Não tem problema.

(Trecho da entrevista referente a quem Tatiana, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

No que se refere à relação entre adultos e crianças, percebemos que ela é permeada por alguns conflitos. Assim, observamos a partir da fala de algumas das funcionárias entrevistadas que a vinculação afetiva entre (alguns) adultos e (algumas) crianças existe, porém reconhecer e assumir a existência de afeto nessa relação parece ser um ato censurável, tal como consta no trecho, abaixo, da entrevista com Gabriela – membro da equipe técnica do Abrigo A:

Gabriela: Eu, na verdade, eu tenho até deixado falar mais isso, porque a gente sabe que tem isso, mais identificação, e aí ficava aquele negócio de preferir, mas não falar, né. [...] E tem mesmo, assim. E nas reuniões, quanto mais a gente trabalha mais a gente vê. A Sandra (*membro da equipe técnica*) [...] chora quando fala da Talita (*criança abrigada – tem por volta de oito anos de idade*), ela chora, é apaixonada, absolutamente, entendeu? [...] Por exemplo, a Úrsula (*educadora*) [...] é apaixonada na Laura (*criança abrigada, 9 anos de idade, participante da pesquisa*). [...] e são as meninas, por exemplo, a Laura é muito difícil com a Úrsula, a Talita dá cada escândalo, por isso que ela chora quando fala da Talita “ela me xingou tanto, eu gosto tanto dela”

(risos), “como é que eu gosto tanto, né” [...] e a Bete (*bebê abrigada*) que era da Valerinha³² (*adolescente abrigada*), a Bete podia tá no colo de qualquer uma que, se a Valerinha chegasse... [...] eu brigava com ela, porque eu era apaixonada pela Bete também, por todos, mas... E aí a gente brincava muito, porque ela me largava se ela apontasse lá longe [...]

(Trecho da entrevista com Gabriela - membro da equipe técnica do Abrigo A)

No trecho acima, observamos que a vinculação afetiva entre adultos e crianças, apesar de ainda ser um assunto delicado de ser abordado, ele existe, mas não é *com* nem *para* todas as crianças. Existem aquelas com as quais os adultos se identificam mais, segundo as palavras de Gabriela. Dolores, educadora do Abrigo B, também aborda essa questão no trecho abaixo, salientando as dificuldades e contradições que essa questão traz para quem vive o cotidiano da instituição.

Dolores: Tem criança que vai e deixa muita saudade, tem aqueles que deixa muita saudade, principalmente os que chega muito pequenininho [...] você cuidou, cresceu, ensinou andar, ensinou falar, então você se apega muito. [...] Não tem como. Ah, não pode, mas você não tem como não se apegar. [...] Só que aí vai embora, a gente sofre também. [...]

(Trecho da entrevista com Dolores – educadora do Abrigo B)

O imperativo, a partir da fala de Dolores, parece ser o de não se apegar pra não sofrer, embora sejam inevitáveis tanto uma coisa quanto a outra. Além disso, os bebês parecem levar alguma vantagem dentre as relações afetivas construídas nesse contexto. Nessa mesma direção, no trecho da entrevista a seguir, a educadora Amanda – funcionária do Abrigo C – revela a dificuldade que sente em lidar com a situação de desabrigamento das crianças, devido à forte vinculação afetiva que estabelece com elas, chegando a igualar seus sentimentos aos sentimentos de mãe.

Amanda: [...] Eu já presenciei saída deles, e eu sofro. Nossa, eu choro [...] o Mário saiu semana passada, nossa, ainda me esperou pra ir embora, como se um filho meu tivesse ido. Chorei até. Falei assim, que eu me apeguei como mãe mesmo. Nossa, na hora que vai embora, falei que hora que esse nenezinho³³ for eu não sei o que vai acontecer comigo. Eu me apaixonei por todos, não tem diferença, em nenhum. Mas é a coisa mais gostosa que você pode imaginar, é bom demais.

(Trecho da entrevista com Amanda – educadora do Abrigo C)

E nessa confusão de sentimentos dos adultos, as crianças também se confundem, assim como mostra esse outro trecho, abaixo, da entrevista com Amanda:

Amanda: Eu tive até problema com a Jaqueline (*criança participante da pesquisa – 11 anos de idade*), porque no começo a Jaqueline entendeu assim, que eu ia levar ela pra minha casa. Um dia a mãe veio visitar e ela disse “olha, você não precisa mais ser minha mãe, eu já arrumei uma”, nossa ela teve uma crise de ciúmes. Aí eu

³² Embora a psicóloga tenha fala que Bete *era* da Valerinha, ela não era filha de Valerinha. Porém, havia uma forte vinculação afetiva existente entre elas.

³³ A educadora Amanda segurava um bebê no colo enquanto participava da entrevista.

sentei com a Jaqueline, expliquei “olha, a tia te ama, só que a tia não pode te pegar pra criar, uma que você nem tá pra adoção, você ainda tem sua mãe, sua mãe vem aqui todo domingo, você tem que dar muito carinho pra ela”. Aí ela ficou uns quinze dias, ela me olhava de longe, mas como se eu tivesse afastado ela, só que aí eu fui trazendo de volta, dando carinho, mas explicando que o meu carinho era diferente do carinho da mãe dela, que eu amava ela, mas diferente, que quem precisa dela é a mãe dela.

(Trecho da entrevista com Amanda – educadora do Abrigo C)

Devemos considerar que a forma de conceber os abrigos interfere diretamente, de forma negativa ou positiva, nas condições para o desenvolvimento de vinculações entre adultos e crianças, bem como a capacitação e preparo dos profissionais para reconhecer e lidar com os sentimentos construídos durante o período de abrigamento das crianças.

Guará (2006) salienta que o ambiente institucional pode ser um lugar para que crianças e jovens vivenciem vínculos afetivos. Porém, essa característica do abrigo não deve ser uma tentativa de substituir o amor filial ou o carinho da vida em família. A autora ressalta que se trata de oferecer às crianças e jovens uma relação de amizade e compreensão. Assim, uma relação afetiva no abrigo significa acolhimento sem dependência, tratando as crianças com grande aceitação e com desejo de acompanhar seu desenvolvimento. Em suas palavras: “Querer bem também é, para cada educador, envolver-se sinceramente com a criança, a fim de lhe propiciar um possível retorno à vida familiar e comunitária” (p. 65).

Nos trechos, a seguir, das entrevistas com as irmãs Camila (6 anos) e Laura (9 anos), um aspecto bastante importante da relação entre adultos e crianças é evidenciado:

Camila: Tia, quando eu fico triste... Porque tem uma coisa que eu penso da minha mãe, do meu pai, de toda a minha família...

Pesquisadora: Á?

Camila: Aí quando a tia conversa comigo, eu paro de ficar triste.

Pesquisadora: Que bom! E com quem que você costuma conversar quando você tá triste?

Camila: Ou com a tia Joana (membro da equipe técnica) ou com a tia Gabi (membro da equipe técnica).

Pesquisadora: [...] E o que te deixa triste, Camila?

Camila: Quando eu sinto saudade da minha mãe, porque minha mãe nunca que veio aqui [...].

(Trecho da entrevista referente a quem Camila, 6 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora : [...] E quando você sente medo, quem que você procura?

Laura: Medo? De que?

Pesquisadora: Ah, de qualquer coisa, às vezes alguma coisa que você sente medo, quem que você procura?

Laura: A tia Joana (membro da equipe técnica).

Pesquisadora: A tia Joana?

Laura: E a tia Gabi (membro da equipe técnica).

Pesquisadora: [...] Você já procurou elas quando você tava com medo?

Laura: (Balança a cabeça fazendo sinal de sim)

Pesquisadora: Do que era que você tava com medo? Não sei se você pode me contar, se não puder não tem problema.

Laura: Medo? Tava com medo de... da minha mãe não vir aqui.

Pesquisadora: Ah, entendi. Daí elas conversaram com você?

Laura: Hum hum. Ela falou, assim, pra mim esperar ainda um pouco.

Pesquisadora: Entendi.

Laura: Que ainda vai começar minhas visitas.

(Trecho da entrevista referente a quem Laura, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

A RedSig salienta a importância do *outro* e das interações nos processos de produção e transação dos significados e sentidos, na ação de significar, na constituição e no desenvolvimento humano (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004). Os episódios relatados por Camila e Laura mostram que ambas puderam contar com adultos que, de alguma forma, lhes ajudaram a (re)significar seus sentimentos e temores relacionados às suas histórias de vida.

Os trechos, a seguir, das entrevistas das educadoras Ana, Dolores e Márcia, ao tentarem definir a função que exercem dentro do abrigo, nos mostram características importantes da organização das instituições:

Pesquisadora: Qual é a tua função dentro do abrigo?

Dolores: Ah, eu faço de tudo. Que aqui a gente faz de tudo, porque quando tem uma pessoa de férias, eles não colocam outro pra substituir, né, daí a gente faz de tudo, faxina, coisa de criança, faz de tudo.

(Trecho da entrevista com Dolores – educadora do Abrigo B)

Pesquisadora: E a sua função aqui qual é?

Ana: Tudo, é geral. Tudo, tudo. É criança, é limpeza [...].

(Trecho da entrevista com Ana – educadora do Abrigo B)

Pesquisadora: E aqui qual é a sua função?

Márcia: Educadora.

Pesquisadora: Não é o que tá registrado na carteira?

Márcia: Não. [...] Na carteira tá auxiliar geral.

Pesquisadora: [...] E o que fica de responsabilidade sua aqui?

Márcia: [...] de educadora, levando pro médico, né, quando voltava do médico era serviço na casa, sempre com as crianças eu trabalhei, né, e também outras coisas [...] por isso que, às vezes eu acho que tinha o auxiliar geral, porque a gente auxiliava em tudo mesmo né, [...] quando precisava de uma ajuda na cozinha você vai, precisa de uma ajuda numa roupa você vai, você não fica especificamente só com a criança. Até mesmo falava monitora, aí depois que entrou a Cláudia (membro da equipe técnica) nós passamos a ser, assim, chamada assim de educadora, como a gente trabalhava mais com as crianças, né. Mas no geral, realmente era no geral.³⁴

(Trecho da entrevista com Márcia – educadora do Abrigo A)

Ao invés de educadoras, a expressão “faz de tudo” parece ser a que melhor as define. Dada tais condições de trabalho, podemos concluir que algumas características institucionais podem dificultar a formação de vínculos afetivos entre adultos e crianças, como é o caso do quadro funcional insuficiente, o que acarreta dificuldades no cumprimento das funções, além da sobrecarga das tarefas (YUNES, MIRANDA e CUELLO, 2004).

³⁴ É interessante observar que Márcia mistura os tempos verbais, ora os usa no presente ora no passado. Essa confusão parece corresponder à confusão vivida no seu cotidiano profissional, no qual apesar de ser chamada de “educadora” pela atual coordenação, na prática parece continuar sendo uma “auxiliar geral”, uma “faz de tudo”.

Para Carvalho (2002), soma-se, ainda, o esquema de trabalho em rodízio, o elevado absenteísmo, a rotatividade de funcionários e a razão adulto-criança insuficiente como elementos que dificultam a formação de vínculos estáveis e saudáveis entre adultos e crianças.

3.1.3.1.5) Função 5 – Brincadeiras e lazer

Esse tópico destina-se à caracterização da Função 5 – Brincadeiras e lazer – buscando-se conhecer quem são as pessoas que as crianças buscam ou dispõem para brincar, passear, assistir televisão, conversar, dançar e jogar. Além disso, objetivou-se conhecer o número de pessoas citadas dos diferentes contextos (família, abrigo, escola e outros) e frequência com que o foram.

Para essa função, **121** pessoas foram citadas no total. Categorias de todos os contextos (família, abrigo, escola e outros contextos) foram mencionadas, tal como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 14 – Pessoas citadas durante a entrevista para a Função 5 – brincadeiras e lazer, de acordo com as diferentes categorias de pessoas.

Categorias de pessoas		Função 5 – Brincadeira e lazer		
		Número de pessoas citadas (N)*	Frequência total de citações (F)**	Mediana da frequência de citações (MEDf)
Família	Irmã/o	16	25	1
	Tio/a	2	3	0
Abrigo	Equipe técnica	5	7	0
	Educador/a	13	16	1
	Criança	56	100	5
	Adolescente	23	31	1
	Pesquisadora	1	2	0
Escola	Professor/a	1	1	0
	Criança	2	2	0
Outros contextos	Criança (casa de origem)	1	2	0
	Criança (outro abrigo)	1	1	0
TOTAL		121	190	-

* A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez por crianças diferentes

** A mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez pela mesma criança

De acordo com a tabela acima, as categorias mais citadas para a Função 5 – Brincadeira e lazer, em ordem decrescente, foram: criança (N=56/F=100/MEDf =5), adolescente (N=23/F=31/MEDf=1), irmão/ã (N=16/F=25/MEDf=1) e educador/a (N=13/F=16/MEDf=1).

De acordo com os dados acima, observamos que a categoria criança (do abrigo) foi a mais citada para a Função Brincadeira e Lazer, sendo que criança da mesma idade foi a subcategoria mais citada (82 vezes), seguida por criança mais velha (14 vezes) e, com bem menos expressividade, aparecem as subcategorias: criança mais nova (três vezes) e bebê (uma vez). E, numa análise mais geral, temos que crianças/adolescentes (crianças de todas as faixas etárias e contextos, adolescentes e irmãos) foram citados 161 vezes no total, enquanto os adultos foram citados 29 vezes.

Carvalho e Rubiano (2004) ao sistematizarem vários estudos realizados com crianças, em situações de atividades livres em creches, chamam atenção para o fato de que a idade é uma das variáveis que influenciam a formação de subagrupamentos de crianças.

Nos trechos das entrevistas, abaixo, podemos observar com quem as crianças entrevistadas preferem brincar:

Pesquisadora: [...] E com quem que você mais gosta de brincar?

Wallace: Com o Mateus, com o Ronaldo e com o Maurício.

(Trecho da entrevista referente a quem Wallace, 11 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: É? Que bom. E com quem você mais gosta de brincar?

Alexandre: Com o Henrique³⁵, com o Marco, com o Luciano, com o Luca... Com eles.

(Trecho da entrevista referente a quem Alexandre, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: E com quem que você mais gosta de brincar?

Luciano: Com o Alexandre e com o Marco, com o Luca.

(Trecho da entrevista referente a quem Luciano, 8 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: [...] E com quem você mais gosta de brincar?

Laura: Com a Jane, com a Vitória, com a Lúcia... só elas.

(Trecho da entrevista referente a quem Laura, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora: E com quem você mais gosta de brincar?

Tatiana: Com a Jane e com a Vitória.

(Trecho da entrevista referente a quem Tatiana, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

³⁵ Henrique, 12 anos de idade, é o irmão mais velho de Alexandre – abrigado na mesma instituição.

Pesquisadora: [...] as pessoas que você mais gosta de brincar?

Ana: Com a Bárbara.

(Trecho da entrevista referente a quem Ana, 6 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Nos trechos acima, observamos que os meninos citam apenas meninos e as meninas citam apenas meninas como aqueles com quem preferem brincar. Além da idade, Carvalho e Rubiano (2004) destacam que o sexo das crianças é uma variável que influencia a formação de subagrupamentos. Bee (2003) também aponta que a segregação de gênero é bastante evidente quando examinamos as amizades das crianças em idade escolar.

Podemos notar nos trechos acima outro elemento interessante. As crianças citaram de um a quatro parceiros preferenciais, no sentido de serem aqueles com quem preferem brincar. Carvalho (1994) na pesquisa que realizou num grupo multietário (2 a 6 anos) de crianças em um centro de recreação, observou que independente do número de parceiros com os quais a criança mantenha algum contato, há uma tendência de estar mais frequentemente com um número limitado de parceiros, de 2 a 4, ou por volta de 10% dos parceiros disponíveis. E, com o passar do tempo, as crianças tendem a construir um número maior de amizades recíprocas (BEE, 2003), característica que pode ser notada nos trechos das entrevistas de Alexandre e Luciano, nos quais um cita o outro dentre seus parceiros preferenciais.

Os trechos, a seguir, das entrevistas das crianças, Juliana e Lúcia, trazem pontos importantes a serem levados em conta:

Pesquisadora: [...] E com quem você mais gosta de conversar, bater papo?

Juliana: Com as maiorzinhas. [...] Jane, Tatiana, a Laura e Lúcia.

(Trecho da entrevista referente a quem Juliana, 11 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora: [...] Em com quem você mais gosta de brincar?

Lúcia: Com as do meu quarto. [...] A Jane e a Juliana, Tatiana, a Laura e a Marta.

(Trecho da entrevista referente a quem Lúcia, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Ambas fazem menção ao elemento norteador da organização da instituição, ou seja, a separação das crianças de acordo com suas faixas etárias³⁶ – “as maiorzinhas” nas palavras de Juliana e “as do meu quarto” nas de Lúcia – para se referirem às crianças com quem preferem brincar ou conversar. Assim como apontado anteriormente, a percepção de pertencer a um

³⁶ Seja na distribuição dos quartos ou escolha de atividades e o período em que serão realizadas, como já mencionado anteriormente.

grupo socialmente definido também pode influenciar a construção das redes sociais desde idades bastante precoces (CARVALHO E RUBIANO, 2004).

Outra causa para se escolher um parceiro de jogo é trazida por Luciano e Tomaz, tal como mostra os trechos de suas entrevistas a seguir:

Pesquisadora: E se fosse assim, um time, se você tivesse que montar um time pra jogar um jogo, quem seria a primeira pessoa que você escolheria?

Luciano: O Alexandre.

Pesquisadora: O Alexandre? Porque seria o Alexandre?

Luciano: Porque ele sabe jogar bola.

(Trecho da entrevista referente a quem Luciano, 8 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: [...] E se você fosse escolher um time pra jogar algum jogo, quem que você escolheria em primeiro lugar?

Tomaz: O Rogério, o Leandro, o Wandir, o Henrique, o Benito e o Luca.

Pesquisadora: E por que você escolheria eles?

Tomaz: Porque eles sabem jogar bola.

(Trecho da entrevista referente a quem Tomaz, 11 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

As duas crianças deixam claro que em se tratando de um jogo, a habilidade do parceiro pode ser um determinante para sua escolha. Por outro lado, Henrique, apesar de também usar esse critério, abre uma exceção para seu melhor amigo, Tomaz, assim como pode ser observado no trecho de sua entrevista abaixo:

Pesquisadora: [...] E se você fosse montar um time de futebol ou time pra jogar alguma outra brincadeira, quem que seria a primeira pessoa que você ia chamar?

Henrique: De futebol ia chamar o Rogério, aí depois o Leandro, o Wandir, depois o Benito, depois o Alexandre e eu, e o Tomaz também. Só que o Tomaz não sabe jogar bola direito.

(Trecho da entrevista referente a quem Henrique, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Segundo Pontes e Magalhães (2002) cada brincadeira tem uma estrutura que independe das relações entre aqueles que brincam, sendo inclusive um de seus determinantes. Porém, a estrutura de uma brincadeira não determina totalmente as interações entre os sujeitos de modo a eliminar as características peculiares de suas relações. Na verdade, a estrutura interage com as relações anteriormente dadas. As interações nas brincadeiras serão, assim, frutos do institucionalmente dado e das relações entre seus membros.

Dado o contexto institucional, há também as brincadeiras e situações que em que não é possível escolher com quem se quer brincar ou estar. Os trechos das entrevistas que seguem, de Camila e Clara servem de exemplo:

Pesquisadora: E se você fosse brincar uma brincadeira que era você e mais uma, quem você ia escolher?

Camila: Todo mundo.

Pesquisadora: Mas é uma brincadeira que é só de duas pessoas...

Camila: Mas, tia, vai todo mundo quando a gente brinca.

Pesquisadora: Ah, é? Não tem como escolher uma?

Camila: Todas.

(Trecho da entrevista referente a quem Camila, 6 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora: [...] E com quem você gosta de ver TV?

Clara: Não tem como escolher, todo mundo vai! (Risos)

Pesquisadora: (Risos) Se você pudesse escolher, quem você escolheria?

Clara: Ninguém.

(Trecho da entrevista referente a quem Clara, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo C)

Em relação aos irmãos, terceira categoria de pessoas mais citada, o quadro abaixo mostra as situações (a partir de que perguntas norteadoras) para as quais eles foram citados, bem como a frequência com que o foram e a localização dos mesmos:

Tabela 15 – As perguntas norteadoras, relacionadas à Função 5 – brincadeiras e lazer, para as quais os irmãos foram citados durante a entrevista

Função 5 – Brincadeiras e lazer				
Pergunta Norteadora	Frequência com que os irmãos foram citados	Localização dos irmãos		
		No mesmo abrigo	Em outro abrigo	Com familiares
Com quem você mais gosta de brincar?	10	4	3	3
Com quem você mais gosta de passear?	4	2	-	2
Com quem você mais gosta de assistir TV?	1	1	-	-
Com quem você mais gosta de cantar e dançar?	1	1	-	-
Com quem você mais gosta de bater papo?	1	-	1	-
Com quem você mais gosta de brincar em brincadeiras de duas pessoas?	3	3	-	-
Se você tivesse que escolher um time para jogar um jogo, quem seria a pessoa que você escolheria primeiro?	5	4	-	1
TOTAL	25	15	4	6

Notamos na tabela acima que os irmãos³⁷ foram mais citados por serem aqueles com quem as crianças mais gostam de brincar. Além disso, são os irmãos que elas escolheriam em primeiro lugar, caso estivessem montando um time; é com os irmãos que elas gostam de passear; e são eles que as crianças escolheriam para brincar uma brincadeira só de duas

³⁷ Estamos nos referindo aos irmãos, contemplando os irmãos de ambos os sexos.

pessoas. Mais uma vez, é possível observar que a proximidade é um elemento importante, já que os irmãos acolhidos no mesmo abrigo foram os mais citados.

Os profissionais dos abrigos relatam suas percepções sobre a interação entre os irmãos em momentos e situações de brincadeira e lazer, assim como consta nos trechos a seguir:

Dolores: [...] mas questão de brincar, assim, eles não tem preferência de brincar com o irmão, não. Eles preferem mais brincar com os outros do que com os irmãos [...].
(Trecho da entrevista com Dolores – educadora do Abrigo B)

Augusta: [...] mas por exemplo, se você perguntar entre Henrique e Alexandre, se for no conflito eles se unem, agora se for pra passear, eles se misturam [...].
(Trecho da entrevista com Augusta – membro da equipe técnica do Abrigo B)

Geraldo: O que eles gostam de fazer mais juntos, assim, geralmente é nas horas de lazer, jogar bola, jogar vídeo-game, brincar, eles preferem tá mais juntos na hora do lazer, passear, aí elas procuram tá mais junto.
(Trecho da entrevista com Geraldo – educador do Abrigo C)

Como pode ser observada, a percepção dos profissionais variam. E Dolores, educadora do Abrigo B, no trecho de sua entrevista abaixo, fala sobre sua percepção de como a convivência mais freqüente entre os irmãos pode influenciar o desenvolvimento do brincar entre eles.

Pesquisadora: [...] E faz pouco tempo, né Dolores, que eles (*irmãos*) tão tendo mais contato³⁸?

Dolores: Faz, faz, faz um ano?

Pesquisadora: É. [...] E você acha que isso trouxe o quê de mudança, trouxe alguma mudança, até pras crianças?

Dolores: Trouxe. [...] você fica de longe, olhando, ó fulano, só pra ver a reação deles, entre eles, e antes não tinha isso. Antes eles, a primeira vez que eles vieram um ia pra lá, outro pra cá, agora tá tendo mais contato, eles brincam mais juntos.

Pesquisadora: Uhum.

Dolores: Quando antes ia uma vez, duas, eles não brincavam.

Pesquisadora: Eles nem interagiam quando tavam juntos?

Dolores: Não. Eles ficavam só em volta da gente.

Pesquisadora: Ah!.

Dolores: A gente até falava “mas a gente vai lá eles não brincam, eles ficam atrás da gente”. Agora, depois que começou a ter esse contato mais, aí eles nem ligam pra gente, eles tão brincando. Só se acontece alguma coisa “o tia, ó”, mas do contrário...

Pesquisadora: Entendi. E por que você acha que no começo eles nem brincavam?

Dolores: Eu acho... ah, eles viam uma vez no mês, não tavam nem aí, né. Parece que eles tinham perdido aquela, aquele vínculo de irmãos. Agora não, agora parece que eles tão mais...

(Trecho da entrevista com Dolores - educadora do Abrigo B)

³⁸ Por uma questão de desentendimento entre os dirigentes, os Abrigos A e B durante muitos anos mantiveram um distanciamento que não favorecia que os irmãos, separados por serem de sexos diferentes, tivessem contato. Na época da coleta fazia, mais ou menos, um ano que a relação entre os abrigos havia sido retomada e, conseqüentemente, os grupos de irmãos desmembrados estavam tendo oportunidade de se encontrarem aos sábados, ora num abrigo, ora no outro.

Alexandre, no trecho de sua entrevista a seguir, evidencia que o fato de morar junto com irmão é um fator que contribui para torná-lo importante em sua vida, além de parceiro nas brincadeiras/jogos.

Pesquisadora: Entendi. E se você tivesse que escolher um time para jogar... Sei lá, futebol ou qualquer outro jogo... Quem seria a primeira pessoa que você iria escolher?

Alexandre: Meu irmão.

Pesquisadora: Seu irmão? Por quê?

Alexandre: Por quê? Porque ele é importante para mim.

Pesquisadora: Por que ele é importante para você?

Alexandre: Ah... Porque mora junto e por um montão de coisa.

(Trecho da entrevista referente a quem Alexandre, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Outras crianças referem os irmãos em situações e contextos de brincadeira e lazer, tal como consta na seqüência:

Pesquisadora: E com quem você mais gosta de assistir TV?

Laura: Com a Camila.

Pesquisadora: Que vocês gostam de ver juntas?

Laura: A novela.

Pesquisadora: É?

Laura: O filme, desenho...

(Trecho da entrevista referente a quem Laura, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora: E com quem você mais gosta de passear?

Roberto: Passear? ... Com a minha irmã grande [...].

Pesquisadora: [...] Onde vocês costumam ir?

Roberto: Costuma ir? Na casa da minha vó.

(Trecho da entrevista referente a quem Roberto, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: E quando, por exemplo, numa brincadeira que é só com duas pessoas, quem você escolheria para brincar com você?

Clara: Minha irmã (*Jaqueline*).

Pesquisadora: E se fosse para escolher um time para jogar um jogo, quem seria a primeira pessoa que você escolheria?

Clara: A Jaqueline, a minha irmã. Sempre escolho primeiro ela ou quando alguém tá escolhendo, eu peço para escolher minha irmã.

(Trecho da entrevista referente a quem Clara, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo C)

E no que se referem aos tipos de brincadeiras mais comuns entre as crianças participantes da pesquisa, os trechos das entrevistas a seguir trazem alguns exemplos:

Pesquisadora: Do que vocês costumam brincar, Alexandre?

Alexandre: De pique-esconde, de [...] lutinha.

(Trecho da entrevista referente a quem Alexandre, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: E vocês costumam brincar do quê?

Luciano: De rela.

(Trecho da entrevista referente a quem Luciano, 8 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: Do que vocês costumam brincar, Laura?

Laura: De esconde-esconde, de elástico, de dama, de queima, de três cortes [...]

(Trecho da entrevista referente a quem Laura, 9 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Pesquisadora: Do que vocês costumam brincar?

Tatiana: De casinha, de esconde-esconde, de Bugaia.

(Trecho da entrevista referente a quem Tatiana, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo A)

Nos trechos acima podemos notar algumas semelhanças e diferenças nos tipos de brincadeiras existentes entre os meninos e as meninas. A literatura aponta várias delas. Wanderlind et al. (2006) com o objetivo principal de caracterizar o brincar de meninos e meninas em duas brinquedotecas numa cidade do Estado de Santa Catarina, uma na pré-escola (nove meninos e dez meninas) e outra no ensino fundamental (onze meninas e treze meninos), verificaram que meninas, nos dois contextos, brincaram significativamente mais de faz-de-conta e com brinquedos para o desenvolvimento afetivo (pelúcia, bonecas, bebês, acessórios para bonecas, louças, panelinhas, fogões, miniaturas de figuras, acessórios de beleza) do que meninos. Estes, por sua vez, brincaram significativamente mais de brincadeira turbulenta e sem brinquedo do que meninas.

Silva et al. (2004) investigaram aspectos da diferenciação sexual em brincadeiras de crianças/adolescentes na rua. Esse estudo contou com a participação de 668 pessoas entre 1 e 18 anos (245 meninas – 423 meninos), moradores/visitantes de três ruas num bairro da periferia de Belém, durante 1 ano. Foi observado que a maioria das brincadeiras foi classificada como predominantemente masculina que são, em geral, aquelas que envolvem alto grau de atividade e/ou confronto e desafio entre os participantes. Observou-se também uma menor tendência das meninas à segregação e conseqüentemente, maior penetração no “mundo masculino”. Porém, a participação das meninas em brincadeiras predominantemente masculinas parece conviver bem com a preferência por brincadeiras mais tranqüilas e mais ligadas à fantasia, como as rodas e as bonecas.

No trecho a seguir da entrevista com Dalva, membro da equipe técnica do Abrigo B, ela relata notar diferenças na forma de brincar e interagir quando os meninos e meninas têm a oportunidade de estarem juntos, assim como acontece aos sábados, quando os irmãos acolhidos nos Abrigos A e B, normalmente, se encontram.

Dalva: [...] eu percebo assim, sabe, eles ficam mais relaxados mesmo, mais calmos. Quando as meninas estão junto deles, as brincadeiras, eles falam mais gentis, têm mais cuidados, a agressividade ela diminui bem. [...] Então assim, é bem legal. [...] Então eu percebo que os meninos melhoraram muito!
(Trecho da entrevista com Dalva – membro da equipe técnica do Abrigo B)

Essa “melhora” no comportamento dos meninos ao interagirem com meninas também foi relatada por Souza e Rodrigues (2002), num estudo realizado numa cidade do Estado do Espírito Santo, ao observarem interações entre crianças de 8 e 9 anos de idade. Os pesquisadores, primeiramente, descrevem as brincadeiras turbulentas como aquelas interações através das quais as crianças empurram, puxam, dão socos, perseguem, lutam, agarram e apertam umas as outras. E identificaram que ainda que esse tipo de brincadeira também esteja presente na interação entre meninos e meninas, ela ocorre numa frequência bem mais baixa.

É interessante observar que os abrigos oferecem espaço e recursos diferentes para as brincadeiras, conforme evidenciado pelas nossas notas de campo. Os Abrigos A e B eram chácaras e se localizavam próximos a uma estrada e a um canal. Ambos contavam com extensa área verde. Do que pode ser observado, o Abrigo A apresentava muitas plantas e árvores com alguns bancos de cimento embaixo, parquinho com brinquedos de ferro, uma casinha de madeira (dava para as crianças entrarem dentro), uma pequena piscina, áreas gramadas e outras cimentadas, além de uma varanda com mesinhas e cadeirinhas do tamanho das crianças pequenas e uma lousa pendurada na parede. Em relação aos brinquedos e objetos, teve vezes que as crianças estavam brincando com bola, bicicleta, bambolê, boneca, livros, material para desenho, massinha ou assistindo televisão.

Já no Abrigo B, também a partir do que pode ser observado, havia uma área grande na frente da casa (existiam outras áreas ainda maiores, mas esta parecia ser a que as crianças mais usavam), gramada, com uma árvore grande e uma casinha de madeira (dava para as crianças entrarem dentro) embaixo. Havia também uma varanda com mesas e cadeiras de ferro, pregadas no chão, e uma caixa grande feita com grades de ferro onde dentro tinham várias partes de brinquedos, peças de encaixar, dentre outras coisas. Bola, triciclo infantil e pedra foram os brinquedos/objetos com os quais as crianças estavam brincando nos momentos em que estive lá. Televisão também pareceu ser um objeto importante.

O Abrigo C se assemelhava mais a uma residência comum, inserido num bairro residencial. Devido ao fato de ter permanecido muito pouco tempo na instituição e tê-lo feito apenas no final da tarde (horário sugerido pela psicóloga da instituição para não atrapalhar a rotina das crianças participantes), foi possível observar apenas que havia um quintal cimentado, no qual continham bancos e um balanço. Nos momentos em que estive presente, as crianças estavam assistindo televisão ou fazendo lição de casa.

Para a RedSig, o contexto é considerado como instrumento ou recurso para o desenvolvimento (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Desta forma, é de se esperar que a motivação para a brincadeira seja afetada pelas condições contextuais, tanto dos aspectos materiais como culturais do ambiente (LORDELO; CARVALHO, 2005).

Desta forma, a maneira como o ato de brincar é concebido pelos adultos, responsáveis pela instituição e/ou pelo manejo com as crianças, influenciará direta e indiretamente no contexto disponibilizado às crianças, seja na organização do ambiente e/ou na disponibilidade de brinquedos. Para Carvalho e Meneghini (2002) o educador organiza o espaço de acordo com suas idéias sobre desenvolvimento infantil e de acordo com seus objetivos, mesmo sem perceber.

Kishimoto (1997) chama atenção para o fato de que embora o brincar livre seja o desejável, se a criança não conta com alternativas, de novos materiais, ou espaços para implementar seus projetos de brincadeiras, o brincar livre torna-se utópico. Grandes espaços internos e externos, vazios, são utilizados para as ditas brincadeiras livres, que pela ausência de objetos ou cantos estimuladores favorecem correrias, empurrões – as brincadeiras turbulentas. As interações entre criança-criança e criança-adulto mudam dependendo da área espacial, sendo de fundamental importância a estruturação do espaço, do ambiente físico (CARVALHO; MENEGHINI, 2002; CARVALHO, 2002a; CARVALHO, 2002b).

Como quem organiza os espaços e disponibiliza os brinquedos são, na grande parte das vezes, os adultos, a importância dos educadores quanto à Função Brincadeira e Lazer também deve ganhar algum destaque, tendo sido a quarta categoria mais citada pelas crianças. Nos trechos das entrevistas, a seguir, as crianças nos dão idéia de como se dá a participação dos educadores nessa função:

Pesquisadora: [...] E com quem você mais gosta de passear?

Alexandre: Com a tia Ana (educadora do Abrigo B).

Pesquisadora: Pra onde vocês vão?

Alexandre: Nós vai cortá cana... Tem vez que nós sai pra ir no centro...

Pesquisadora: Que delícia!

Alexandre: Nós vai no pesque-pague com ela...

(Trecho da entrevista referente a quem Alexandre, 10 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Pesquisadora: E com quem você mais gosta de passear?

Henrique: [...] Tia Ana.

Pesquisadora: Tia Ana? Que que vocês costumam fazer?

Henrique: Ir ali perto da coisa contar carro.

Pesquisadora: Contar carro?

Henrique: Hum, hum. Nós fica, aí o carro fica passando nas rua.

Pesquisadora: [...] Ah, é?

Henrique: A estrada é aqui, aí aqui tem uma parte de grama aí nós senta bem aqui, bem longe.

Pesquisadora: Ah, entendi... Entendi. Daí vocês ficam contando os carros que passam.

Henrique: Hum, hum.

Pesquisadora: (riso) Que gostoso! Quem que vai junto?

Henrique: Tia Ana.

Pesquisadora: Vai você e a tia Ana?

Henrique: Nois pega maracujá. [...] Aí nois chega quase na hora do lanche, a tia faz suco.

Pesquisadora: Ai, que delícia! E vai só vocês dois ou vai mais crianças?

Henrique: Não, vai todo mundo.

Pesquisadora: Ah, entendi.

Henrique: É ali pertinho ainda, nois vai de pé.

(Trecho da entrevista referente a quem Henrique, 12 anos, procura em determinadas situações/Matriz 1 – nosso segundo encontro no Abrigo B)

Nos trechos das entrevistas acima, é possível observar como a educadora Ana explora e aproveita o espaço fora do abrigo de forma criativa, dentro das possibilidades existentes.

3.2) Tapete

Os resultados a seguir foram obtidos a partir da utilização de uma **adaptação do Four Field Map** (DUNN & DEATER-DECKARD, 2001), que está sendo chamada de tapete. Apenas para lembrar, o tapete era composto por círculos concêntricos, sendo o círculo central reservado para que a criança colocasse um boneco que a representasse. Os círculos seguintes destinavam-se aos diferentes níveis de afeto (amo muito, amo, gosto muito, gosto e não gosto), nos quais a criança deveria posicionar bonecos que representavam as **pessoas que fazem parte de sua rede social**. O tapete era dividido em quatro partes, correspondendo aos contextos dos quais as pessoas faziam parte, ou seja, a família, o abrigo, a escola e outros contextos (ver figura 1 - pág. 83).

Ressaltamos que com o uso deste instrumento, que dispunha de elementos mais concretos, tais como o tapete e os bonecos, algumas crianças se encantaram com os bonecos, escolhendo aqueles que mais se pareciam com as pessoas que representariam, enquanto para

outras essa tarefa foi um tanto enfadonha e difícil, devido às dificuldades em diferenciarem as áreas correspondentes a cada contexto e níveis afetivos.

Por ser um instrumento complementar de coleta de dados, são apresentados a seguir os principais resultados obtidos. O primeiro deles é o tamanho mediano da rede social das crianças participantes da pesquisa, levando-se em conta as variáveis abrigo, faixa etária e tempo de abrigamento. Posteriormente, são apresentados os contextos separadamente, visando conhecer quais e quantas foram as pessoas representadas de acordo com as diferentes categorias. Consideramos importante apontar que a quantidade de pessoas disponíveis em cada contexto e categoria de pessoas teve grande influência no número de pessoas representadas. Enquanto uma criança tem apenas uma mãe e um pai, pode ter três irmãos, quatro avós, conviver no abrigo com trinta crianças, oito educadores, e assim por diante. Por último são apresentados gráficos relacionados ao posicionamento afetivo, nos quais as pessoas e os irmãos foram representados.

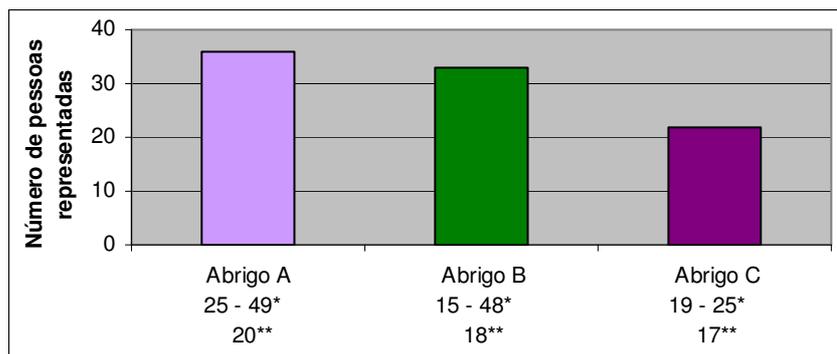
Vale ressaltar que, ao longo da apresentação dos resultados, será apresentada a interlocução dos resultados obtidos a partir do tapete com os obtidos através da entrevista, com o objetivo de identificar e discutir as diferenças e complementaridades dos instrumentos.

3.2.1) Tamanho da rede social

O tamanho da rede social diz respeito ao total de pessoas representadas pelas crianças. Buscou-se analisar se as variáveis³⁹ abrigo (o fato de a criança estar abrigada naquela instituição), tempo de abrigamento e faixa etária, exercem alguma influência no tamanho da rede social das crianças. Para analisar esse aspecto, estamos levando em consideração a mediana, uma vez que houve uma grande variedade no número de pessoas representadas por cada criança.

O gráfico a seguir ilustra o tamanho mediano da rede social das crianças dos diferentes abrigos:

³⁹ Como já mencionado anteriormente, a variável sexo não será levada em conta, uma vez que a grande maioria das crianças participantes da pesquisa (16) estavam em abrigos separados por sexo, portanto, as variáveis “abrigo” e “sexo” se sobrepõem. Optamos pela variável abrigo por supor que questões importantes da estrutura e funcionamento das instituições podem exercer influência importante no tamanho da rede social das crianças acolhidas.



* Número mínimo e número máximo de pessoas citadas

** Número de crianças abrigadas no período da coleta de dados

Gráfico 6 - Tamanho mediano da rede social das crianças dos diferentes abrigos, obtido a partir do tapete

Semelhante aos dados obtidos a partir da entrevista, podemos observar no gráfico acima que há pequenas diferenças no tamanho mediano da rede social das crianças abrigadas nas diferentes instituições. As crianças do Abrigo A (*abrigo feminino – 20 crianças abrigadas naquele momento, sendo oito⁴⁰ delas participantes da pesquisa*) foram as que apresentaram rede social de maior tamanho, com a mediana do número de pessoas citadas igual a 36. No Abrigo B (*abrigo masculino – 18 crianças abrigadas naquele momento, sendo sete delas participantes da pesquisa*) a mediana foi igual a 33. No Abrigo C (*abrigo misto – 17 crianças abrigadas naquele momento, sendo duas delas participantes da pesquisa*) a mediana do número de pessoas citadas foi igual a 22. Houve grande variação no número de pessoas representadas pelas crianças dos três abrigos. As considerações a respeito desses dados são as mesmas já apresentadas quando abordamos os resultados obtidos através da entrevista.

Apesar de notarmos certa semelhança no que diz respeito à tendência obtida em relação à variável abrigo, ou seja, a mediana do número de pessoas decrescente – crianças acolhidas no Abrigo A apresentaram mediana mais alta que as crianças do Abrigo B e C; e crianças do Abrigo B apresentaram mediana mais alta que as crianças do Abrigo C – o número de pessoas citadas/representadas a partir de cada instrumento foi bastante distinto. Enquanto as medianas obtidas a partir da entrevista foram 19, 16 e 13, referentes aos Abrigos A, B e C respectivamente, esses números subiram para 36, 33 e 22, como podemos constatar acima, quando o instrumento de coleta de dados foi o tapete.

As variáveis tempo de abrigamento e idade das crianças parece não exercerem influência importante no tamanho mediano da rede social.

⁴⁰ Apenas oito, das nove crianças participantes da pesquisa (do Abrigo A), realizaram essa atividade. Como já abordado nos tópicos sobre os participantes e sobre os procedimentos éticos, Bárbara deixou de realizar os procedimentos de coleta a partir do terceiro encontro.

3.2.2) Os contextos

Consta, na tabela a seguir, o número de pessoas representadas pelas crianças e suas medianas, de acordo com os contextos a que pertencem (família, abrigo, escola ou outros contextos):

Tabela 16 – Pessoas dos diferentes contextos representadas no tapete

Contextos	Número de pessoas representadas (N)	Mediana do número de pessoas representadas (MEDn)
Família	174	9
Abrigo	222	12
Escola	94	6
Outros contextos	44	4
TOTAL	534	-

Pode-se notar que, no tapete, semelhante aos dados obtidos pela entrevista, o contexto abrigo foi o que teve maior número de pessoas representadas (N=222/MEDn=12), sendo seguido pelo contexto família (N=174/MEDn=9). Porém, o contexto escola apareceu com muito mais expressividade, tendo 94 pessoas representadas e mediana igual a seis, e os outros contextos também, com 44 pessoas representadas e mediana igual a quatro.

Verificamos que, no que se refere ao contexto abrigo, o número de pessoas citadas na entrevista (N=221) e representadas pelo tapete (N=222) foi praticamente o mesmo, inclusive, com mesma mediana (12). Em relação aos demais contextos, os dados divergem consideravelmente. Comparando-se com o obtido pela entrevista, o contexto família teve mais que o dobro de membros representados no tapete e enquanto na entrevista a mediana era 3, no tapete passou a 9. O contexto escola que quase não foi citada na entrevista – apenas 7 pessoas – teve 94 pessoas representadas no tapete e quatro de mediana. Pessoas de outros contextos apareceram quatro vezes mais no tapete (N=44) do que na entrevista (N=10).

Os dados referentes a cada contexto são analisados, a seguir, com maiores detalhes, ou seja, o abrigo, a escola, outros contextos e a família.

3.2.2.1) Contexto Abrigo

A seguir se verifica o número de pessoas representadas do contexto abrigo de acordo com as categorias:

Tabela 17 – Pessoas do contexto abrigo representadas no tapete, de acordo com as diferentes categorias de pessoas

Categorias de pessoas	CONTEXTO ABRIGO	
	Numero de pessoas representadas (N)	Mediana do número de pessoas representadas (MEDn)
Equipe técnica	23	2
Educador/a	51	3
Criança	105	7
Adolescente	26	1
Criança desabrigada	3	0
Voluntário/a	12	0
Pesquisadora	2	0
TOTAL	222	-

As categorias de pessoas mais representadas do contexto abrigo foram: criança (N=105/MEDn=7) e educador/a (N=51/MEDn=3). Em seguida aparecem as seguintes categorias: adolescente (N=26/MEDn=1), equipe técnica (N=23/MEDn=2), voluntário (N=12/MEDn=0), criança desabrigada (N=3/MEDn=0) e pesquisadora (N=2/MEDn=0).

Ao contrário do observado acima, na entrevista, a categoria educador foi a que apresentou maior número de pessoas citadas (N=85), seguida pela categoria criança (N=69), sendo que ambas tiveram mediana igual a quatro. Essa diferença, ou seja, no tapete o número de crianças representadas ser bem maior que o número de adultos, deve-se, provavelmente, ao fato de que na instituição o número de crianças é bem maior que o número de adultos.

As categorias equipe técnica (N=35/MEDn=0), adolescente (N=29/MEDn=2) e pesquisadora (N=2/MEDn=0) tiveram os números de pessoas citadas semelhantes aos representados no tapete. A categoria equipe de apoio foi citada na entrevista, mas não foi representada no tapete. Em contrapartida, as categorias criança desabrigada e voluntário/a foram representadas no tapete, mas não foram citadas na entrevista.

3.2.2.2) Contexto Escola

O número total de pessoas representadas do contexto escola de acordo com as categorias pode ser visualizado a seguir:

Tabela 18 – Pessoas do contexto escola representadas no tapete, de acordo com as diferentes categorias de pessoas

Categorias de pessoas	CONTEXTO ESCOLA	
	Numero de pessoas representadas (N)	Mediana do número de pessoas representadas (MEDn)
Professor/a	27	1
Criança	67	3
TOTAL	94	-

Apenas duas categorias de pessoas apareceram representadas no tapete, relacionadas ao contexto escola: criança e professor/a - tal como nos resultados da entrevista. A primeira categoria (criança) teve 67 pessoas representadas no tapete, com mediana igual a três, enquanto na entrevista foram apenas três pessoas citadas e mediana zero. A categoria professor/a teve 27 pessoas representadas e mediana igual a um, sendo que na entrevista apenas quatro pessoas foram citadas dessa categoria, tendo mediana zero.

3.2.2.3) Outros Contextos

O número de pessoas representadas de outros contextos, de acordo com as categorias, pode ser visualizado a seguir:

Tabela 19 – Pessoas de outros contextos representadas no tapete, de acordo com as diferentes categorias de pessoas

Categorias de pessoas	OUTROS CONTEXTOS	
	Numero de pessoas representadas (N)	Mediana do número de pessoas representadas (MEDn)
Professor/a esporte ou dança	5	0
Criança esporte ou dança	14	0
Vizinho/a (casa de origem)	2	0
Padre/Pastor	3	0
Professor/a catequese	2	0
Criança igreja	8	0
Criança outro abrigo	10	0
TOTAL	44	-

As três categorias com maior número de pessoas representadas de outros contextos foram: criança das aulas de esporte ou dança num total de 14 pessoas representadas, criança de outro abrigo com 10 pessoas e criança da igreja com 8 pessoas representadas. A seguir aparecem as categorias: professor/a de esportes ou dança (5), padre (3), vizinho da casa de origem (2) e professor/a da catequese (2). Embora tenha havido um número seis vezes maior de pessoas representadas se comparado com os resultados da entrevista, todas as categorias tiveram a mediana do número de pessoas representadas igual a zero.

Enquanto que com a entrevista apenas três categorias de pessoas foram citadas (criança de outro abrigo, criança vizinha da casa de origem e professor/a poliesportivo) de outros contextos, com o tapete, além dessas (com exceção da categoria criança vizinha da casa de origem), outras quatro categorias diferentes foram representadas (criança esporte/dança, padre/pastor, professor/a catequese e criança igreja).

3.2.2.4) Contextos Família

O número de pessoas representadas do contexto família, de acordo com as categorias, pode ser observado a seguir:

Tabela 20 – Pessoas do contexto família representadas no tapete, de acordo com as diferentes categorias de pessoas

Categorias de pessoas	CONTEXTO FAMÍLIA	
	Numero de pessoas representadas (N)	Mediana do número de pessoas representadas (MEDn)
Mãe	15	1
Pai	14	1
Irmão/ã	49	3
Madrasta	1	0
Padrasto	1	0
Avó/ô	27	2
Tio/a	41	2
Primo/a	26	0
TOTAL	174	-

Vale apontar que a categoria irmão/ã foi a que teve o maior número de pessoas representadas (49) do contexto familiar, seguida pelas categorias tio/a (41), avô/ô (27), primo/a (26), mãe (15), pai (14), madrasta (1) e padrasto (1).

As quatro primeiras categorias, acima mencionadas, tiveram muito mais pessoas representadas, se comparado com os resultados da entrevista (irmão – 29 pessoas; tio/a – seis pessoas; avô/ô – cinco pessoas; primo/a – uma pessoa). Assim, enquanto no resultado da entrevista, a mediana do número de pessoas citadas da categoria irmão/ã foi um, com o tapete, esse número subiu para três. Chama atenção também que categorias referentes à família extensa - tio/a e avô/ô – tenham apresentado mediana igual a 2, sendo que com a entrevista a mediana foi zero.

A categoria madrasta só apareceu no tapete. E as categorias avó falecida e bisavó foram mencionadas apenas na entrevista.

3.2.3) Níveis Afetivos

O gráfico a seguir apresenta o número total de pessoas posicionadas nos diferentes níveis afetivos (amo muito, amo, gosto muito, gosto e não gosto) propostos pelo tapete:

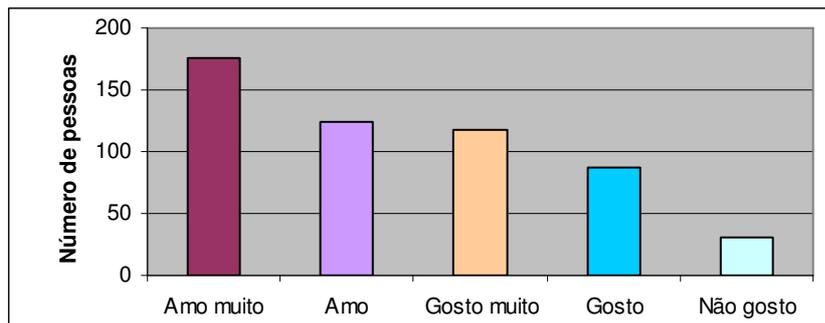


Gráfico 7 – Número de pessoas posicionadas, no tapete, em cada nível afetivo

Como pode ser observado, há um decréscimo no número de pessoas posicionadas em cada nível, conforme a intensidade dos sentimentos vai diminuindo. Desta forma, “amo muito” teve 176 pessoas posicionadas; “amo” teve 124; “gosto muito” teve 117; “gosto” teve 87 e “não gosto” apenas 30.

No que se refere a essa tarefa, notou-se que algumas crianças tiveram dificuldade em diferenciar tais sentimentos e, principalmente, em lidar com a questão espacial exigida para executá-la, uma vez que cada círculo representava um nível afetivo (ver figura 1 - pág. 83). No entanto, julgou-se interessante apresentar o gráfico, acima, para que tivéssemos uma noção a respeito da disposição e do número de pessoas posicionadas no tapete conforme os níveis afetivos.

Vale ressaltar, ainda, que todas as crianças representaram os irmãos na atividade do tapete e, sem esquecer as ressalvas em relação às dificuldades de execução dessa atividade, o gráfico abaixo demonstra o número total de irmãos posicionados em cada nível afetivo:

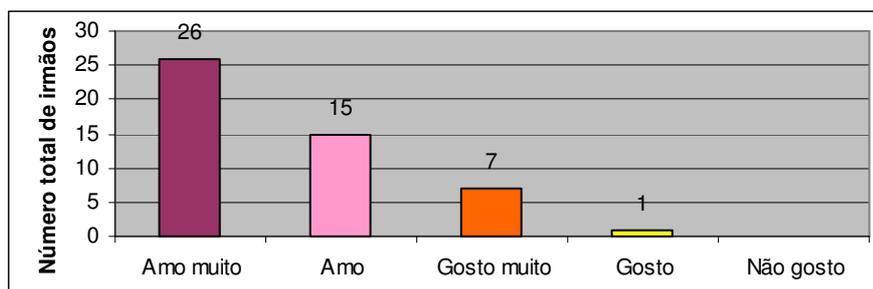


Gráfico 8 – Número de irmãos posicionados, no tapete, em cada nível afetivo

Podemos observar, no gráfico acima, que os irmãos foram posicionados apenas nos níveis correspondentes aos sentimentos positivos, ou seja, amo muito, amo, gosto muito e gosto. Dos 49 irmãos representados no tapete (ver tabela 21), 26 foram posicionados no nível afetivo “amo muito”, 15 no “amo”, sete no “gosto muito” e apenas um no “gosto”.

3.3) Desenho

Os dados apresentados, a seguir, foram obtidos através do desenho que foi solicitado que as crianças fizessem, a partir da instrução de que desenhassem as pessoas⁴¹ que eram mais importantes em sua vida. Durante esta atividade, apesar de todas as crianças terem desenhado, algumas demonstraram adorar desenhar, caprichando em cada detalhe, com a preocupação de não esquecerem de desenhar nenhuma pessoa que lhes fosse importante. Por outro lado, outras crianças desenharam demonstrando menos habilidade e envolvimento.

São apresentadas algumas informações gerais, tais como o número total de pessoas desenhadas de cada contexto e suas medianas, além de discriminar quem são essas pessoas.

Ao longo da apresentação dos resultados, será apresentada a interlocução dos resultados obtidos a partir do desenho com os obtidos através da entrevista e do tapete, com o objetivo de identificar as diferenças e complementaridades dos instrumentos.

O gráfico abaixo mostra o número de pessoas desenhadas de cada contexto (família, abrigo, escola e outro) e suas medianas:

Tabela 21 – Pessoas dos diferentes contextos que foram desenhadas

Contextos	Número de pessoas citadas (N)	Mediana do número de pessoas citadas (MEDn)
Família	78	4
Abrigo	23	0
Escola	0	0
Outros contextos	9	0
TOTAL	110	-

É interessante notar que, ao contrário dos dados obtidos através da entrevista e do tapete, nos quais o contexto abrigo concentrava o maior número de pessoas citadas, no desenho as crianças priorizaram as pessoas da família. Em outras palavras, ao desenharem as pessoas que eram mais importantes na vida delas, as crianças desenharam 77 pessoas da família (MEDn=4), 17 do abrigo (MEDn=0), 14 de outros contextos (MEDn=0) e nenhuma da escola. Tal como na entrevista, chama atenção a ausência (ou quase ausência, no caso da entrevista) de pessoas do contexto escola.

Quem e quantas foram as pessoas desenhadas, de acordo com as categorias e contextos, pode ser visualizado a seguir:

⁴¹ Embora estejamos nos referindo às pessoas, será possível observar que também foram desenhados pelas crianças: um animal (o cachorro da família) e uma entidade espiritual/religiosa (Deus). Ambos foram considerados, apesar de nos referirmos apenas às pessoas na hora de redigir o texto.

Tabela 22 – Pessoas dos diferentes contextos e categorias de pessoas que foram desenhadas

Categorias de pessoas		Numero de pessoas representadas (N)	Mediana do número de pessoas representadas (MEDn)
Família	Mãe	13	1
	Pai	10	1
	Padrasto	2	0
	Irmão/ã	29	1
	Avô/ó	10	0
	Tio/a	11	0
	Primo/a	2	0
	Cachorro da família	1	0
Abrigo	Educador/a	9	0
	Equipe técnica	7	0
	Criança	3	0
	Pesquisadora	4	0
Outros Contextos	Vizinho (casa de origem)	7	0
	Deus	1	0
	Psicoterapeuta	1	0
TOTAL		110	-

Destaca-se que a categoria irmão/ã foi a que teve mais pessoas desenhadas (N=29/MEDn=1), seguida das categorias mãe (N=13/MEDn=1), pai (N=10/MEDn=1), tio/a (N=11/MEDn=0), avô/ó (N=10/MEDn=0), padrasto (N=2/MEDn=0), primo/a (N=2/MEDn=0) e cachorro da família (N=1/MEDn=0).

Do contexto abrigo foram desenhadas pessoas das seguintes categorias, também em ordem decrescente: equipe técnica (N=9/MEDn=0), educador (N=7/MEDn=0), pesquisadora (N=4/MEDn=0) e criança (N=3/MEDn=0).

Em relação aos outros contextos, foram desenhadas as categorias: vizinho da casa de origem (N=7/MEDn=0), Deus (N=1/MEDn=0) e psicoterapeuta (N=1/MEDn=0).

Com o desenho, três categorias que não haviam aparecido com os outros dois instrumentos, apareceram: cachorro da família, Deus e psicoterapeuta.

Vale destacar que ao observarmos as medianas, as categorias mãe, pai e irmão/ã foram as únicas cujo valor foi maior que zero, sinalizando que os membros da família nuclear parecem ser figuras significativas/importantes para grande parte das crianças.

3.4) Mapeando a rede social das crianças acolhidas institucionalmente: a contribuição de cada instrumento

É interessante observar que embora o foco principal de análise seja a entrevista, os outros instrumentos de coleta de dados utilizados, o tapete e o desenho, foram complementares na tarefa de conhecer as pessoas que fazem parte da rede social das crianças abrigadas. No quadro abaixo é possível observar as categorias de pessoas que apareceram nos três instrumentos, sendo que estão em azul as foram comuns aos três, em preto, as que apareceram em dois instrumentos e, em vermelho, as que apareceram somente em um deles.

Contextos	Entrevistas*	Tapete*	Desenho*
Família	Mãe, pai, padrasto, irmão/ã, tio/a, avô/ó, avó falecida, bisavó, primo/a	Mãe, pai, madrasta, padrasto, irmão/ã, tio/a, avô/ó, primo/a	Mãe, pai, padrasto, irmão/ã, tio/a, avô/ó, primo/a e cachorro da família
Abrigo	Equipe técnica (coordenadora, psicóloga, assistente social, pedagoga, fonoaudióloga), educador/a, equipe de apoio (lavadeira), criança (bebê, criança mais nova, criança da mesma idade, criança mais velha), adolescente e pesquisadora	Equipe técnica (coordenadora, psicóloga, pedagoga), educador/a, criança (bebê, criança mais nova, criança da mesma idade, criança mais velha), adolescente, criança desabrigada, voluntário/a e pesquisadora	Equipe técnica (coordenadora, psicóloga, pedagoga e fonoaudióloga), educador/a, criança (criança mais velha) e pesquisadora
Escola	Professora, criança	Professora, criança	---
Outros contextos	Criança outro abrigo, criança vizinha casa de origem e professora esporte/dança	Professor/a esporte/dança, criança esporte/dança, vizinho/a casa de origem, padre, professor/a catequese, criança igreja e criança outro abrigo	Criança vizinha casa de origem, Deus e psicoterapeuta

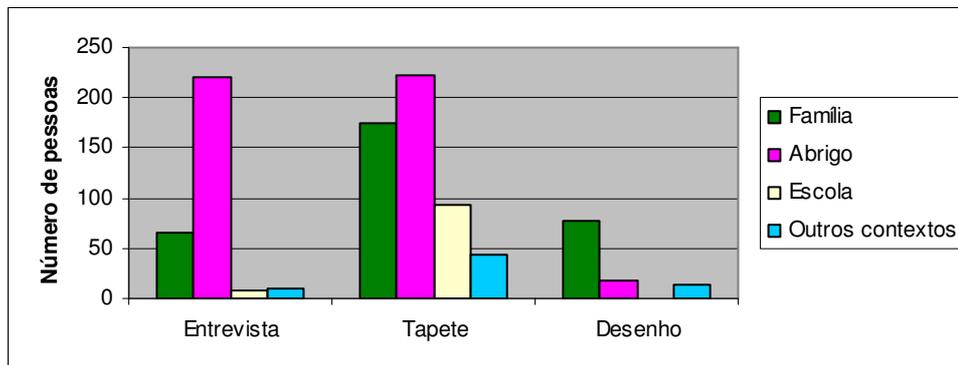
* Azul: categorias comuns aos três instrumentos – Preto: categorias que apareceram em dois instrumentos – Vermelho: categorias que apareceram somente em um dos instrumentos.

Quadro 11: As categorias de pessoas que apareceram em cada um dos três instrumentos de coleta de dados

Na tabela acima podemos observar que várias categorias referentes aos contextos família e abrigo apareceram nos três instrumentos (em azul), sinalizando certa consistência dos dados coletados. Por outro lado, pode-se visualizar a complementaridade dos instrumentos, na medida em que todos eles possibilitaram que novas categorias (em vermelho) de pessoas fossem conhecidas, ajudando a tecer a rede social das crianças.

Com base no que foi exposto até o momento, pudemos observar que cada instrumento possibilitou que números diferentes de pessoas dos diversos contextos fossem citadas/representadas/desenhadas. O gráfico abaixo nos permite visualizar esses dados:

Gráfico 9: Os três instrumentos de coleta de dados e o número de pessoas de cada contexto citadas/representadas/desenhadas através de cada um deles



Notamos que o instrumento que mais contribuiu com o mapeamento das pessoas que compõem a rede social das crianças em acolhimento institucional foi o tapete. Foi através dele que as crianças representaram o maior número de pessoas de todos os contextos, com exceção do abrigo que teve o número de pessoas muito semelhante ao obtido através da entrevista.

Na entrevista, as pessoas do contexto abrigo foram as mais citadas. Pessoas da família também tiveram certa representatividade, mas, por outro lado, pessoas do contexto escola e de outros contextos quase não apareceram.

Já no desenho, as pessoas da família foram as desenhadas com maior expressividade. Chama atenção o baixo número de pessoas desenhadas dos demais contextos e a ausência de pessoas do contexto escola.

Os resultados, obtidos a partir de cada instrumento utilizado, apresentaram algumas similaridades, mas também diferenças, o que os tornou realmente complementares. Contudo, achamos importante fazer algumas considerações.

Cada instrumento possuía um objetivo diferente e, portanto, propôs para a criança tarefas muito distintas entre si, as quais exigiram habilidades também bastante distintas, proporcionando níveis de dificuldade e facilidade, maiores ou menores, conforme a faixa etária da criança, níveis individuais de desenvolvimento, como também familiaridade com cada tarefa. A entrevista buscava identificar quem são as figuras de referência para as crianças, dada situações bastante específicas, para que fosse possível conhecer quem são as pessoas responsáveis pelo desempenho das funções de cuidados e atividades diárias, proteção, educação, apoio emocional e relação afetiva, e brincadeira e lazer, junto à criança. Porém, inevitavelmente, enquanto algumas situações foram contempladas pelas perguntas, muitas outras não o foram e, portanto, algumas pessoas foram citadas, enquanto outras não. Com o tapete, por sua vez, pretendia-se mapear a rede social das crianças, independente de qualquer

situação pré-estabelecida. As crianças eram convidadas a voltarem sua atenção para um contexto de cada vez, ou seja, a família, o abrigo, a escola e os outros contextos, representando (com bonecos) no tapete as pessoas por quem sentiam algum afeto (amo muito, amo, gosto muito, gosto e não gostam). O desenho, por sua vez, visava conhecer as pessoas que eram mais importantes na vida da criança. Desta forma, dada a instrução inicial de desenhar quem lhes era “mais importante”, automaticamente, as pessoas menos importantes não foram incluídas.

Outro aspecto que merece ser tocado é que a entrevista foi por nós elaborada, com o intuito de montarmos a Matriz de Rede Social proposta por Lewis (2005) e adaptada também por nós. No entanto, originalmente, a montagem da Matriz se baseia na observação do pesquisador das interações da criança com as demais pessoas, em um ou vários contextos, o que com certeza possibilita um outro tipo de dado. Nossa escolha pela entrevista visou apreender a rede social da criança pela sua própria perspectiva, trazendo para a pesquisa benefícios, mas também limites.

Esses aspectos configuraram e criaram condições bastante distintas que podem ter influenciado a construção de resultados também distintos. Numa analogia ao descrito pela RedSig (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004) em relação ao desenvolvimento humano e seus circunscritores, na realização de uma pesquisa, a escolha do(s) instrumento(s) de coleta de dados também cria um conjunto de possibilidades e limites, os quais propiciarão a construção de determinados dados, mais que outros.

Desta forma, a articulação dos resultados dos três instrumentos consistiu, por vezes, tarefa um tanto complexa, mas foi justamente a partir dessa articulação que se tornou possível o retorno às perguntas que nortearam esse trabalho para, então, respondê-las.

3.5) O retorno às questões que nortearam o presente trabalho

Partindo do objetivo geral que é conhecer a rede social de crianças em acolhimento institucional, buscando investigar, sob a perspectiva da criança, como os irmãos e outras pessoas aparecem na rede, acreditamos ao longo da apresentação dos resultados ter tocado em todas as questões a que nos propomos. No entanto, visando apresentar uma síntese geral, retomamos as três questões que nortearam o presente trabalho para, agora, respondê-las de forma mais objetiva:

3.5.1) Quem são as pessoas que fazem parte da rede social das crianças acolhidas institucionalmente?

As pessoas que fazem parte da rede social das crianças são apresentadas em categorias, tal como educador/a, englobando todos os educadores e educadoras citados na entrevista, representados no tapete e desenhados pelas crianças. Além disso, as categorias foram organizadas de acordo com o contexto do qual fazem parte, por exemplo, educador/a foi alocado no contexto abrigo e irmão/ã no contexto família, e assim por diante.

Desta forma, conforme os dados coletados, a rede social das crianças acolhidas institucionalmente é composta por:

Família	Abrigo	Escola	Outros contextos
Mãe, pai, madrasta, padrasto, irmão/ã ⁴² , tio/a, avô/ó, avó falecida, bisavó, primo/a e o animal de estimação da família	Equipe técnica (coordenadora, psicóloga, assistente social, pedagoga, fonoaudióloga), educador/a, equipe de apoio (lavadeira), criança (bebê, criança mais nova, criança da mesma idade, criança mais velha), criança desabrigada, adolescente, voluntário/a e pesquisadora	Professor/a e criança	Professor/a esporte ou dança, criança esporte ou dança, adulto vizinho/a casa de origem, criança vizinha casa de origem, padre/pastor, professor/a catequese, criança igreja, criança outro abrigo, Deus e psicoterapeuta

Quadro 12: As pessoas que compõem a rede social das crianças abrigadas, conforme as categorias de pessoas e os contextos de que fazem parte

3.5.2) Há procura preferencial por irmãos, por outras crianças ou por adultos?

A tabela abaixo retrata a compilação dos dados obtidos a partir da entrevista. As informações contidas nela, permitem que tenhamos uma idéia sobre se há procura preferencial por irmãos, por outras crianças, por adolescentes ou por adultos, tal como observamos a seguir:

⁴² Embora a criança e, em grande parte das vezes, seus irmãos estejam abrigados, optamos por considerar os irmãos como parte do contexto família porque foi assim que as crianças os representaram no tapete, com exceção de uma criança que os colocou na área reservada às pessoas do contexto abrigo.

Tabela 23: A procura pelos irmãos, pelas crianças, pelos adolescentes e pelos adultos

Funções	Irmãos		Crianças		Adolescentes		Adultos	
	N*	F**	N*	F**	N*	F**	N*	F**
F1 – cuidados e atividades diárias	5	6	12	19	3	3	76	117
F2 – proteção	9	11	14	19	3	3	29	36
F3 – educação	3	4	11	12	11	12	53	59
F4 – apoio emocional e relação afetiva	24	42	47	86	6	6	58	84
F5 – brincadeiras e lazer	16	25	60	105	23	31	22	29
TOTAL	57	88	144	241	46	55	238	325

* Número de pessoas citadas (a mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez por crianças diferentes)

** Frequência de citações (a mesma pessoa pode ter sido citada mais de uma vez pela mesma criança)

Assim, notamos que os adultos foram os mais citados (N=238/F=325), portanto os mais procurados pelas crianças diante das situações contempladas na entrevista. Em segundo lugar está a procura por outras crianças (N=144/F=241), em terceiro, a procura por irmãos (N=57/F=88) e, por último, está a procura por adolescentes (N=46/F=55).

No que diz respeito aos irmãos, a tabela abaixo permite que analisemos mais detalhadamente a procura das crianças pelos irmãos em cada uma das funções:

Funções	Posicionamento da categoria irmão/ã	Número de categorias mencionadas	Categorias de pessoas mencionadas
F1*	4ª mais citada	7	Mãe, pai, irmão/ã, equipe técnica, educador/a, criança abrigo e adolescente abrigo
F2*	3ª mais citada	8	Mãe, pai, irmão/ã, avô/ó, equipe técnica, educador/a, criança abrigo e adolescente abrigo
F3*	5ª mais citada	6	Irmão/ã, avô/ó, equipe técnica, educador/a, criança abrigo e adolescente abrigo
F4*	2ª mais citada	16	Mãe, pai, irmão/ã, padrasto, tio/a, avô/ó, bisavó, primo/a, equipe técnica, educador/a, criança abrigo, adolescente abrigo, criança escola, criança casa de origem, criança poliesportivo, criança outro abrigo
F5*	3ª mais citada	11	Irmão/ã, tio/a, equipe técnica, educador/a, criança abrigo, adolescente abrigo, pesquisadora, professor/a, criança escola, criança casa de origem, criança outro abrigo)

* F1 – cuidados e atividades diárias; F2 – proteção; F3 – educação; F4 – Apoio emocional e relação afetiva; F5 – brincadeira e lazer.

Quadro 13: Posicionamento da categoria irmão/ã para cada uma das cinco funções

A procura pelos irmãos foi mais expressiva no que diz respeito às funções de proteção (F2), apoio emocional e relação afetiva (F4), e brincadeira e lazer (F5), levando-se em conta o posicionamento da categoria irmão/ã, segundo o número de pessoas citadas e a frequência com que o foram, em comparação com as demais categorias.

E embora não se trate das pessoas que a criança, necessariamente, procura nas situações especificadas na entrevista, de acordo com o desenho, as pessoas que a maioria das crianças considera mais importantes em suas vidas são os irmãos, juntamente com a mãe e o pai.

3.5.3) Em que tipo de atividades ou situações as crianças abrigadas procuram os irmãos?

A partir das perguntas norteadoras da entrevista foi possível identificar não só algumas das atividades ou situações em que as crianças procuram pelos irmãos, mas também alguns sentimentos e características dessa relação.

Na tabela abaixo constam os tipos de atividades ou situações, nas quais as crianças procuram pelos irmãos, além da frequência com que foram citados:

Tabela 24: Atividades e situações em que as crianças procuram pelos irmãos

Funções	Tipo de atividade ou situação	Frequência de citação (F)
F1	Para se sentar ao lado durante as refeições	4
	Quando se machucam	1
F2	Para que as defendam quando brigam	3
	Quando estão com medo	2
F3	Para receberem ajuda para fazer lição de casa	1
	Para receberem ajuda quando têm dificuldade para fazer alguma coisa	1
F4	Quando estão felizes	3
	Para pedir colo ou abraço	1
F5	Para brincar	10
	Para montar um time	5
	Para passear	4
	Em brincadeiras de duas pessoas	3
	Para assistir televisão	1
	Para cantar e dançar	1
	Para bater papo	1

Observamos, então, que as crianças procuram os irmãos, em ordem decrescente, segundo a frequência de citação: para brincar (F=10), quando estão montando um time (F=5), para se sentar ao lado durante as refeições (F=4), para passear (F=4), para que as defendam quando brigam (F=3), em brincadeiras de duas pessoas (F=3), quando estão felizes (F=3), quando estão com medo (F=2), quando se machucam (F=1), para receberem ajuda para fazer a lição de casa (F=1), para receberem ajuda quando têm dificuldade para fazer alguma coisa

(F=1), para pedir colo ou abraço (F=1), para assistir televisão (F=1), para cantar e dançar (F=1) e para bater papo (F=1).

Já a tabela seguinte nos mostra alguns sentimentos e características presentes na relação entre os irmãos:

Tabela 25: Sentimentos e características presentes na relação entre os irmãos

Funções	Sentimentos e características	Frequência de citação
F2	Gostam de dormir perto	6
F3	Ensinam a fazer as coisas certas	2
F4	São seus melhores amigos	12
	Sentem falta/saudade	8
	Gostam de fazer carinho	5
	Confiam para contar segredo	4
	Deixam-se tristes	3
	Gostam de ficar perto	3
	Xingam-se	2
	Sentem raiva quando não recebem atenção	1

Notamos que os sentimentos e características presentes na relação entre os irmãos são, em ordem decrescente, segundo a frequência de citação: são seus melhores amigos (F=12), sentem falta/saudade quando estão longe (F=8), gostam de dormir perto (F=6), gostam de fazer carinho (F=5), confiam para contar segredo (F=4), deixam-se tristes (F=3), gostam de ficar perto (F=3), ensinam a fazer as coisas certas (F=2), xingam-se (F=2) e sentem raiva quando não recebem atenção (F=1)

4) DISCUSSÃO GERAL

Estamos em tempos de grandes mudanças. Os maus-tratos contra criança tornaram-se foco de preocupação para a sociedade brasileira. A mídia tem noticiado cada vez mais acontecimentos que envolvem esse assunto. O maior envolvimento da sociedade tem se traduzido na elaboração de novas políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Iniciativas regionais (ver alguns exemplos: AASPTJ-SP, 2004; ESTADO DE SÃO PAULO, 1998; ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2001; CBIA/SP; IEE-PUC/SP, 1993; CMDCA (Rio de Janeiro), 2001; CMDCA (São Paulo), 1999) e, mais recentemente, nacionais (BRASIL, 2006; BRASIL, 2009), têm surgido com o intuito de propor planos de ação e diretrizes de funcionamento que orientem as instituições que acolhem crianças e adolescentes no processo de reordenamento, em conformidade com o ECA, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Nesse movimento, surge também a nova Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010/09), a qual reafirma e reforça elementos importantes que já constavam no ECA, tais como: o caráter transitório da medida de abrigamento; o direito à convivência familiar, priorizando-se a reinserção da criança à família de origem; e o não-desmembramento de grupos de irmãos (PACHÁ; VIEIRA JUNIOR; OLIVEIRA NETO, 2009).

Ainda há muito que ser feito, mas o importante é que os primeiros passos começam a ser dados. É, justamente, nesse momento de mudanças que nasce o presente trabalho, trazendo para a discussão a perspectiva da criança acolhida institucionalmente sobre um assunto de total importância para sua vida: a manutenção dos vínculos familiares e, mais especificamente, o não-desmembramento de grupos de irmãos.

Tal como um tecido que nos protege e nos acolhe quando estamos caindo, mas não só quando caímos, os relacionamentos íntimos/próximos dão suporte à nossa sobrevivência e bem estar, compondo nossa rede social, durante todo o ciclo vital (TAKAHASHI, 2005).

Como parte dessa rede, o relacionamento entre irmãos pode ser a relação mais duradoura que uma pessoa tem durante a vida. Por terem, geralmente, pouca diferença de idade, os irmãos podem vir a compartilhar a infância, adolescência, fase adulta e velhice. Outros relacionamentos, também muito importantes, podem não ter a mesma duração.

Fonseca (1987) traz interessantes contribuições num estudo sobre irmãos na idade adulta, enfocando o importante papel protetor que os irmãos, homens, exercem frente às irmãs numa favela porto-alegrense. Porém, para que isso seja possível é preciso conviver. Como em

todo relacionamento, é preciso ter a oportunidade de compartilhar vivências, histórias, objetos, pessoas, sonhos, ao longo do tempo (CARVALHO; RUBIANO, 2004).

Mas será que estamos deixando que nossas crianças convivam e construam, com seus irmãos, relações para uma vida toda? Infelizmente, a resposta para essa pergunta, na maioria das vezes, é não, no que diz respeito às crianças que, temporariamente ou não, são acolhidas em instituições por uma medida protetiva.

Pesquisas mostram que a maioria das crianças abrigadas tem irmão(s) (SERRANO, 2008; AASPTJ-SP, 2004). E, mesmo após 19 anos da promulgação do ECA, Lei nº. 8.069 (BRASIL, 1990), não são todas as instituições que desenvolvem programa de acolhimento de crianças e adolescentes sob medida de proteção que respeitam os princípios propostos por esta Lei, no Artigo 92º, dos quais destacamos: a preservação dos vínculos familiares e o não - desmembramento de grupos de irmãos. Critérios de seleção da população acolhida baseados, por exemplo, na idade, sexo, ou necessidades especiais das crianças, acabam necessariamente provocando a separação de irmãos.

Dada essa realidade e ansiando por construir novos conhecimentos que viessem a enriquecer a discussão a respeito do não-desmembramento de grupos de irmãos, a presente pesquisa buscou conhecer a rede social de crianças em acolhimento institucional sob a perspectiva da própria criança, buscando investigar como os irmãos e outras pessoas aparecem na rede. Queríamos saber, desta forma, quem são as pessoas que fazem parte da rede social das crianças acolhidas institucionalmente, além de identificar se há uma procura preferencial por irmãos, por outras crianças, ou por adultos e em que tipo de atividades ou situações as crianças abrigadas procuram os irmãos.

Para investigar os pontos que nos propomos, fizemos uso de entrevista como instrumento principal de coleta de dados e de mais dois instrumentos complementares, a fim de proporcionar às crianças formas diferentes de expressão. Rossetti-Ferreira, Solon e Almeida (2008) apontam que no processo de ouvir crianças é de fundamental importância explorar suas diferentes linguagens e modalidades de comunicação. Nessa mesma direção, Cruz (2006) salienta a necessidade de se utilizar mais de um instrumento para se captar as variadas linguagens da criança.

Os resultados, obtidos a partir de cada instrumento utilizado, apresentaram algumas similaridades, mas também diferenças, o que os tornou realmente complementares. Contudo, articulá-los e compreendê-los, por vezes, não foi simples.

Cada instrumento possuía um objetivo diferente e, portanto, propôs para a criança tarefas muito distintas entre si, as quais exigiam habilidades bastante diversas, proporcionado

níveis de dificuldade e facilidade, maiores ou menores, conforme a faixa etária da criança, níveis individuais de desenvolvimento, como também familiaridade com cada tarefa. Apenas para lembrar, a entrevista buscava identificar quem são as figuras de referência para as crianças, frente a situações bastante específicas, para que fosse possível conhecer quem são as pessoas responsáveis pelo desempenho junto à criança das funções de: cuidados e atividades diárias, proteção, educação, apoio emocional e relação afetiva, e brincadeira e lazer. Porém, inevitavelmente, o número de situações contempladas é restrito, o que pode ter excluído a citação de alguns elementos da rede social da criança. Com o tapete, por sua vez, pretendeu-se mapear a rede social das crianças, independente de qualquer situação pré-estabelecida. As crianças eram convidadas a voltarem sua atenção para um contexto de cada vez, ou seja, a família, o abrigo, a escola e os outros contextos, representando (com bonecos) no tapete as pessoas por quem sentiam algum afeto (amo muito, amo, gosto muito, gosto e não gostam). O desenho, por sua vez, visava conhecer as pessoas que eram mais importantes na vida da criança. Desta forma, dada a instrução inicial de desenhar quem lhes era “mais importante”, as pessoas menos importantes não foram incluídas.

Algumas crianças, durante a entrevista, além de responderem às perguntas, relataram histórias, brincaram e cantaram. Outras crianças apenas responderam as perguntas com pouquíssimas palavras. Durante a atividade do desenho, o mesmo foi notado. Apesar de todas as crianças terem desenhado, algumas demonstraram adorar desenhar, caprichando em cada detalhe, com a preocupação de não esquecerem de desenhar nenhuma pessoa que lhes fosse importante. Por outro lado, outras crianças desenharam demonstrando menos habilidade e envolvimento. No tapete, por sua vez, que dispunha de elementos mais concretos, tais como o tapete e os bonecos, algumas crianças se encantaram com os bonecos, escolhendo aqueles que mais se pareciam com as pessoas que representariam, enquanto para outras essa tarefa foi um tanto enfadonha e difícil, devido às dificuldades em diferenciarem as áreas correspondentes a cada contexto e níveis afetivos.

No que diz especificamente à entrevista, originalmente, a Matriz de Rede Social desenvolvida por Lewis (2005) é elaborada a partir de observações diretas das interações entre as pessoas e, com base nessa observação, se estabelece o número e tipos de funções que melhor categorizam as atividades sociais, bem como seus objetivos. Nós fizemos uma adaptação, na qual optamos pelo uso de entrevista, almejando conhecer a rede social pela perspectiva da própria criança.

Além disso, as Matrizes de Rede Social 1 e 2 permitiram inúmeras possibilidades de análises. Devido à imensa riqueza dos dados, optamos por considerar e trazer à discussão

apenas os dados referentes à Matriz 1, ou seja, aqueles relacionados a quem a criança procura em determinadas situações, selecionando os pontos mais importantes dentre as análises possíveis.

Outro ponto refere-se ao número de questões relacionadas a cada uma das funções de: cuidados e atividades diárias; proteção; educação; apoio emocional e relação afetiva; e brincadeira e lazer. Previa-se, nos objetivos originais dessa pesquisa, avaliar em qual função os irmãos, adultos ou outras crianças eram mais citados, além de pretender comparar essas funções quanto a outros aspectos, porém, devido ao fato de haver número diferente de questões para cada função (ver quadro 6), tais análises não foram possíveis. Assim, cada função foi analisada separadamente.

Ainda em relação à entrevista, as perguntas focaram as atividades/situações do cotidiano, do dia-a-dia da criança, o que talvez tenha favorecido a referência de pessoas que recentemente tiveram alguma participação em suas vidas, mais especificamente, nas situações mencionadas.

Esses aspectos configuraram e criaram condições bastante distintas, que podem ter influenciado a construção de resultados também distintos, a partir de cada instrumento. Numa analogia ao descrito pela RedSig (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004) em relação ao desenvolvimento humano e seus circunscritores, na realização de uma pesquisa, a escolha do(s) instrumento(s) de coleta de dados também cria um conjunto de possibilidades e limites, os quais propiciarão a construção de determinados dados, mais que outros.

E foi do resultado dos três instrumentos, um complementando o outro, que concluímos que a rede social das crianças acolhidas institucionalmente, participantes desta pesquisa, é composta por pessoas do contexto abrigo (membros da equipe técnica - coordenadora, psicóloga, assistente social, pedagoga, fonoaudióloga; educadores; membro da equipe de apoio – lavadeira; crianças - bebê, criança mais nova, criança da mesma idade, criança mais velha; criança desabrigada; adolescentes; voluntários; e a pesquisadora), seguidas por pessoas do contexto família (mãe, pai, madrasta, padrasto, irmãos, tios, avós, avó falecida, bisavó, primos, animal de estimação da família), do contexto escola (professores da escola e crianças da escola) e, por fim, de outros contextos (professores de esporte ou dança, crianças do local onde praticam esporte ou dança, adultos vizinhos da casa de origem, crianças vizinhas da casa de origem, padre ou pastor, professores de catequese, crianças que freqüentam a igreja, crianças de outro abrigo, Deus e psicoterapeuta).

Embora cada um dos três instrumentos tenham trazido elementos diversos, ou seja, novas categorias de pessoas que não haviam aparecido com o uso dos demais, o instrumento

que se mostrou mais abrangente foi o tapete, pois foi com ele que o maior número de pessoas foi representado. Assim, como já dissemos antes, acreditamos que, no tapete, o fato de ser proposto para as crianças que pensassem separadamente nas pessoas de cada contexto, ou seja, primeiro pensar nas pessoas da família e colocar os bonecos que as representassem no tapete, depois nas pessoas do abrigo e assim por diante, favoreceu que um maior número de pessoas de cada contexto fosse representado. Soma-se, ainda, o fato de não haver a restrição de só representar no tapete as pessoas relacionadas a uma situação específica, assim como aconteceu na entrevista.

No entanto, apesar das características diferentes de cada instrumento, observamos as mesmas tendências nos resultados tanto da entrevista como do tapete, uma vez que o contexto abrigo foi o que obteve maior número de pessoas citadas/representadas, seguido pela família, sendo que o contexto escolar e outros contextos tiveram menos expressividade. Em outras palavras, os resultados desses dois instrumentos sinalizaram que a rede social das crianças acolhidas institucionalmente, participantes da presente pesquisa, é composta majoritariamente por pessoas do abrigo.

Nesse sentido, não podemos deixar de considerar dois elementos: o fato da entrevista ter sido realizada dentro dos abrigos pode ter exercido alguma influência nesse resultado e o fato de no abrigo a criança ter a oportunidade de conviver com um número maior de pessoas do que ela convive no contexto familiar e em outros contextos. Parece-nos importante fazer algumas ressalvas.

Chamou-nos atenção o baixo número de pessoas da família citadas na entrevista. Embora o número de pessoas no abrigo com as quais a criança convive seja maior, será que estes dados não nos apontam também a necessidade das instituições proporcionarem maior participação da família no dia-a-dia, na rotina das crianças, visto a provisoriedade desta medida de proteção, cujo objetivo principal é a reinserção familiar? Se o que se pretende é que as crianças retornem ao convívio familiar, não seria importante promover uma maior convivência com vistas à manutenção e fortalecimentos dos vínculos? Acreditamos que ao se levar em consideração esses pontos, grande parte da estrutura de funcionamento dos abrigos necessariamente teria que mudar. Passando a ter as famílias como prioridade, o foco não seria mais tanto a instituição com sua lógica independente de funcionamento. Elas teriam que articular seu funcionamento às possibilidades das famílias, promovendo formas efetivas de comunicação com seus filhos, através de telefonemas, cartas, e-mails; garantindo horários livres para visita; realizando almoços nos finais de semana, com a participação e reunião das famílias; garantindo que irmãos permaneçam juntos no mesmo abrigo e que possam dormir

no mesmo quarto e/ou realizar atividades juntos se quiserem; incentivando entre os irmãos, e também entre os outros membros da família, a manifestação de formas de cuidado, proteção, apoio emocional, demonstração de afeto; entre outras possibilidades. Tendo sempre muito claro que a convivência e o compartilhamento são a base dos relacionamentos.

O baixo número de pessoas citadas de outros contextos também merece alguns questionamentos. Embora os abrigos promovam algum tipo de relação das crianças com a comunidade (uns mais do que outros), seja participando de centros poliesportivos, escola de dança ou igreja, ainda se percebe a necessidade dos abrigos o fazerem de forma mais significativa para cada criança. O fato de todas as crianças irem à catequese, ou irem ao centro poliesportivo, não necessariamente tem algum significado para a criança, se olharmos uma a uma, assim como o atendimento deve ser personalizado, lembrando que a construção de vínculos é perpassada por essa questão.

As orientações técnicas para os serviços que acolhem crianças e adolescentes (BRASIL, 2009, p. 51) recomendam que: “[...] Sempre que possível, deve-se propiciar que esse acesso (à comunidade) não seja realizado sempre de modo coletivo, ou seja, com várias crianças e adolescentes do serviço freqüentando as mesmas atividades nos mesmos horários, a fim de favorecer a interação com outras crianças/adolescentes da comunidade [...]”.

Outro ponto é que ao comporem suas equipes técnicas com profissionais de várias especialidades (pedagoga, psicóloga clínica, musicoterapeuta, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, entre outras), os abrigos comprometem a promoção de intercâmbio, circulação e apropriação por parte das crianças em relação aos serviços (públicos ou privados) disponíveis na comunidade, diferenciando ainda mais o ambiente institucional de um ambiente doméstico, ou seja, de uma casa, de um lar como outro qualquer, além de diminuir as chances de desenvolvimento de autonomia e de ampliação da rede social dessas crianças.

Todavia, o que mais se destacou foi a quase ausência de citações de pessoas da escola na entrevista. Levando-se em conta que as crianças a freqüentam diariamente, é preocupante o número baixíssimo de pessoas desse contexto citadas. A partir desse dado, pode-se supor que a escola não está exercendo sua função de inclusão, tão bem descrita por Mota e Matos (2008). Estes autores enfatizam o papel transformador das relações afetivas estáveis estabelecidas dentro e fora da escola. Apontam, inclusive, que o professor é, *ou deveria ser* (acréscimo nosso), uma figura ativa e fundamental no processo de regulação emocional e de integração psicossocial, promovendo as competências dos jovens e possibilitando a expressão das emoções experienciadas. Além disso, afirmam que a desmistificação de preconceitos criados em torno desses jovens passa pelo trabalho do professor, pois quando existem

disponibilidade e capacidade de escuta por parte do profissional, os jovens sentem-se mais seguros, ficando receptivos a uma possível ligação futura. Trata-se de apelar aos sentimentos do jovem numa atitude empática e de aceitação incondicional.

Diante do exposto por esses autores, ou seja, do que poderia ser a relação entre as crianças que se encontram abrigadas e a escola, mais especificamente, entre as crianças e os professores, deixamos aqui algumas perguntas: como os professores têm significado as crianças institucionalizadas? Como tais significações têm influenciado a maneira como eles se relacionam com essas crianças? E, ainda, como a forma com que os professores lidam com as crianças tem influenciado a relação delas com as outras crianças, além dos seus desempenhos escolares?

Vale ressaltar que, do contexto escola, não só os professores foram pouco citados, as crianças também o foram. Talvez as crianças abrigadas estejam se organizando em pequenos grupos dentro da escola – o grupo das crianças abrigadas – favorecendo que uma proteja a outra, mas por outro lado dificultando a interação com as demais crianças que frequentam a escola. E se isso realmente estiver acontecendo, o que a escola tem feito? Será que tem cumprido seu papel de inclusão?

Fazendo eco a essa discussão, temos os resultados obtidos através do desenho, dos quais se destaca a inexistência de pessoas da escola entre aquelas desenhadas como as mais importantes na vida das crianças.

No que se refere ainda ao desenho⁴³, diferente dos resultados obtidos através dos outros instrumentos, as pessoas da família foram as mais desenhadas, seguidas pelas do abrigo e de outros contextos. Observamos que as mães, pais e irmãos foram os únicos a serem desenhados por quase todas as crianças, sinalizando que os membros da família nuclear são figuras significativas/importantes para grande parte das crianças. Takahashi (2005) aponta que nos relacionamentos afetivos, normalmente, há uma figura focal/central e um número limitado de pessoas que satisfazem uma variedade de funções que contribuem para uma vida estável e autônoma. Talvez o que as crianças estejam nos mostrando através de seus desenhos é que, mesmo que o abrigamento provoque mudanças em suas vidas e em suas famílias, é possível que suas figuras principais de afeto permanecem.

Retomando um dos objetivos que nortearam o presente trabalho, ou seja, sobre se há alguma procura preferencial, constatamos que os irmãos são procurados, porém, numa frequência menor do que a procura por adultos e outras crianças, sobretudo crianças da

⁴³ Foi dada às crianças a orientação de que desenhassem as pessoas mais importantes em suas vidas.

mesma idade. Sobre esse aspecto, a forma de organizar e conceber as instituições parece exercer influência importante.

Dois dos abrigos participantes da pesquisa organizam todo o funcionamento da instituição baseado na faixa etária das crianças acolhidas. No entanto, diferente de um colégio interno, no qual as crianças permanecem vários anos e a organização da instituição a partir das faixas etárias contribui para seu melhor funcionamento, a lógica que deve nortear a organização do abrigo é outra devido à provisoriedade da medida de proteção, o que gera uma grande rotatividade de crianças acolhidas e, principalmente, pelo objetivo a ser alcançado pelo trabalho prestado, ou seja, a manutenção dos vínculos familiares e a reinserção familiar ou, em último caso, encaminhamento da criança (ou dos irmãos no caso de ser um grupo de irmãos) para uma família substituta.

No entanto, da forma como os abrigos funcionam hoje, a distribuição dos quartos e a estruturação da rotina não são pensadas para privilegiar e incentivar o relacionamento entre os irmãos. Assim, elas são identificadas e, conseqüentemente, se identificam como as pertencentes ao grupo das “crianças grandes” ou das “pequenas”. Uma vez que a percepção de ser parte de um grupo influencia o estabelecimento e manutenção de relações e vínculos (CARVALHO; RUBIANO, 2004), ao organizar a instituição dessa forma, pertencer ao “grupo das crianças grandes” ou das “pequenas”, pode ser algo mais preponderante do que pertencer a determinado grupo de irmãos.

Constata-se, então, que há grandes desafios ao conciliar a organização de uma instituição de educação coletiva com a concepção de uma casa de acolhimento pequena e que ofereça atendimento personalizado. Faltam conhecimentos sobre como trabalhar com esse tipo de organização que se caracteriza pela delicada necessidade de lidar com crianças fragilizadas que entram e saem a todo o momento, ao mesmo tempo em que outras permanecem por longos períodos. Assim, chamamos atenção para o fato de que, nesse contexto de rupturas e instabilidade, um dos importantes elementos de estabilidade, constância e pertencimento são os grupos de irmãos.

Os irmãos ocupam papel de destaque no contexto família, já que foram os mais citados na entrevista. Sobre esse dado, levantamos alguns pontos que podem estar relacionados. O primeiro deles é que em territórios de pobreza é comum que as crianças, devido à carência de equipamentos sociais e culturais, associada às dificuldades econômicas das famílias, passem o tempo livre na companhia de seus pares *e seus irmãos* (acréscimo nosso), o que faz com que estes assumam importante papel em suas vidas (RUA, 2007).

O segundo aspecto leva em conta que as perguntas norteadoras da entrevista favoreciam a citação das pessoas presentes e participantes do cotidiano das crianças. Dos membros da família, os irmãos são os que estão mais próximos, mesmo que em abrigos diferentes, uma vez que têm a chance de se encontrarem na escola (nem todas as crianças), aos sábados ou todos os dias quando estão no mesmo abrigo.

O terceiro aspecto refere-se ao que Carvalho e Rubiano (2004) apontam sobre constituição de vínculo. As autoras ressaltam que o compartilhamento cria o vínculo e o vínculo cria coisas compartilhadas, sendo que compartilhar diz respeito a algo possuído em comum, pressupondo uma relação entre indivíduos e uma construção no tempo. Desta forma, podemos supor que a relação com os irmãos, em comparação com a relação existente com os demais familiares, durante o período de abrigamento, é a que reúne maiores condições de construção e manutenção dos vínculos e talvez, por isso, eles tenham sido os mais citados.

E, por último, é possível que a relação com os demais familiares, sobretudo com os pais ou responsáveis, esteja imersa em sentimentos contraditórios devido à ruptura e separação ou por, realmente, ter acontecido alguma violência que tenha prejudicado a relação. Mais uma vez ressaltamos que a relação com os irmãos, nesse caso, é um elemento de estabilidade para a criança, uma vez que, frequentemente, compartilharam inúmeras vivências, inclusive, as que os levaram ao abrigamento. Assim, serem acolhidos na mesma instituição e possibilitar que enfrentem as adversidades juntos, pode ser algo que fará uma grande diferença em suas vidas.

Levando ainda em consideração os pontos levantados acima, nos questionamos se o fato dos irmãos estarem acolhidos junto com a criança, na mesma instituição, ou estarem acolhidos longe dela, em outro local, poderia ter alguma influência no número de vezes que foram citados na entrevista. Foi possível observar que realmente há essa influência. Irmãos acolhidos junto com as crianças foram os mais citados. Este dado é de fundamental importância, pois nos sinaliza que a proximidade física entre os irmãos é um fator preponderante para a manutenção do vínculo, pois tal proximidade permite ou favorece que haja o compartilhamento de experiências, sentimentos, enfim, de tudo aquilo que “alimenta” uma relação ao longo do tempo (JAMES et al., 2007).

Mais um dado interessante foi que os irmãos mais velhos foram os mais citados na entrevista. Esse dado faz bastante sentido, uma vez que se buscou investigar quem a criança procura em determinadas situações, ou seja, quem são as figuras de referência da criança em situações que envolvem cuidados e atividades diárias, educação, proteção, apoio emocional e relação afetiva, além de brincadeiras e lazer. Nesse sentido, era de se esperar que os irmãos

mais velhos fossem mais citados. Várias as pesquisas que sinalizam a importância do irmão mais velho para o desenvolvimento do mais novo (JAMES et al, 2007; BRAZELTON, 2006; ALEXANDRE, VIEIRA, 2004).

E, segundo o que as crianças disseram na entrevista, a procura pelos irmãos foi mais expressiva no que diz respeito às funções de proteção (F2), apoio emocional e relação afetiva (F4) e brincadeira e lazer (F5).

Nesse momento, consideramos interessante trazer algumas reflexões sobre o exercício das funções, extrapolando um pouco a questão dos irmãos.

Pelo que podemos notar, a função de cuidados e atividades diárias (F1) pareceu ser desempenhada predominantemente por adultos, ou melhor, pelas educadoras. Nesse sentido, grupos de irmãos com histórico em que um cuidava do outro são incentivados a deixar de fazê-lo, durante o período de abrigamento, delegando tal tarefa às educadoras. Acreditamos, inclusive, que esse fato pode ter influenciado a quase ausência de citações de irmãos para essa função.

No entanto, estimular o comportamento de cuidado entre as crianças pode beneficiá-las, no sentido de desenvolverem habilidades que são e serão importantes para suas vidas, mas não com a intenção de sobrecarregá-las ou responsabilizadas pelos cuidados umas das outras. Diante disso, reforça-se a necessidade dos abrigos contemplarem, no projeto político-pedagógico da instituição, diretrizes que orientem desde a forma de conceber o que é cuidar de uma criança até a noção do quanto tal comportamento pode ser essencial para a vida delas após o desabrigamento, principalmente, em se tratando de grupos de irmãos. Acreditamos que o comportamento de cuidado pode vir a fortalecer o grupo, ajudando-os a lidar com as adversidades que já estão enfrentando e com aquelas para as quais poderão ser expostos ao longo de todo o ciclo vital.

A função de proteção (F2), diferente do que se poderia supor, é exercida predominantemente por crianças. Desta forma, crianças protegem crianças, sendo que, possivelmente, o número insuficiente de adultos disponíveis deve contribuir para esse arranjo.

E, como dito anteriormente, essa foi uma das funções para a qual os irmãos foram mais citados pelas crianças. Assim, elas procuram pelos irmãos, principalmente, para que as defendam quando brigam, quando estão com medo e porque querem dormir perto.

Segundo os funcionários dos abrigos, o exercício dessa função é o que mais caracteriza e diferencia os irmãos das demais crianças. Tal como foi descrito por uma das técnicas dos abrigos, por vezes, a relação de proteção pode ser tão forte entre eles, que o trabalho com o grupo de irmãos precisa ser bem cuidado e planejado.

Desta forma, podemos concluir que é da quantidade e qualidade (capacitação, do conhecimento e da sensibilidade) dos profissionais que trabalham nos abrigos para manejar essas e outras situações que dependerá a qualidade do serviço prestado à população atendida.

Arpini (2003) em seu trabalho sobre a realidade institucional de abrigos para crianças e adolescentes, mostra, a partir do discurso de adolescentes, que o abrigo pode ser um espaço de acolhida e proteção. Para os adolescentes, participantes do trabalho, foi nas instituições que se sentiram protegidos da violência em que viviam. Porém, vale ressaltar que se tratava de instituições de acolhimento que haviam sido remodeladas e adequadas ao ECA, portanto eram mais abertas, semelhantes a casas, com espaço para respeitar e manter a individualidade e com caráter temporário⁴⁴.

Para a função de educação (F3), os educadores e os membros da equipe técnica foram os citados. E, chamou-nos atenção a quase ausência de citações de pessoas da família e da escola, apesar da especificidade dessa função.

Os irmãos foram pouco citados. No entanto, num dos trechos da entrevista de uma das crianças participantes da pesquisa, o irmão mais velho é posicionado como aquele capaz e responsável por ensinar o irmão mais novo e, conseqüentemente, o irmão mais novo como aquele a ser ensinado pelo irmão mais velho. Para a RedSig, a pessoa se constitui e é constituída no aqui-agora de suas inter-relações e, assume e atribui, dinamicamente, papéis ou posições que lhe dão lugar e significado frente a si mesma, aos outros e ao contexto social discursivo (OLIVEIRA; GUANAES; COSTA, 2004).

Num estudo realizado nos Estados Unidos, na década de 70, no qual participaram 160 pares de irmãos (oriundos de famílias com dois filhos), foi observado dentre outros pontos que crianças que contaram com a colaboração dos irmãos mais velhos para realizar uma atividade de categorização de objetos obtiveram melhor desempenho do que os que realizaram a tarefa sozinhos. Segundo o pesquisador responsável pelo estudo, essa pesquisa provê evidência adicional da importância dos irmãos de uma criança para seu desenvolvimento cognitivo (CICIRELLI, 1973).

Pesquisas mais recentes apresentaram resultados nessa mesma direção. Brody et al. (2003) constataram a influência dos irmãos mais velhos no desenvolvimento de competências dos mais novos, numa pesquisa realizada com 152 famílias afro-americanas da zona rural dos Estados Unidos. Em outro estudo com 70 díades de irmãos, cujo objetivo foi investigar a

⁴⁴ Não fica claro no texto se havia na instituição um trabalho estruturado voltado às famílias dos adolescentes abrigados visando a reinserção familiar, o que seria de fundamental importância para caracterizar a proposta de trabalho como adequada ao ECA.

associação de interações recíprocas (jogo) e complementares (ensinando) entre irmãos, os resultados indicaram que tais interações podem promover contextos importantes para o desenvolvimento de diferenças e comportamentos individuais, proporcionando oportunidades para que os irmãos influenciem o desenvolvimento um do outro (HOWE; RECCHIA, 2005).

Focando a função de educação de forma mais geral e partindo dos nossos dados, nos quais a família e a escola se mostraram quase inexistentes quanto ao exercício dessa função, os apontamentos de Machado (2006) se tornam ainda mais importantes. A autora se refere à formação integral das crianças e adolescentes, chamando atenção para a necessidade de se construir malhas, nas quais aluno, professor, educador social, equipe técnica, familiares e comunidade formem uma verdadeira rede de atendimento. Tal rede deve viabilizar o desenvolvimento de novas habilidades, fazendo com que as crianças e adolescentes sintam-se capazes de atuar no seu meio social de maneira responsável e competente. Para tanto, trabalhar a auto-estima é fundamental para que ocorra a aprendizagem, acreditando e validando os recursos e potencial de cada criança e adolescente, estejam onde estiverem – no abrigo, na escola ou na família.

E, pensando no contexto do abrigo, Guará (2006) aponta que um programa de acolhimento institucional deve contemplar a complexidade das questões que envolvem a responsabilidade de educar e proteger crianças – e famílias – que se encontram em situação de grande vulnerabilidade e sofrimento. Exigindo, assim, além de espírito de solidariedade e boa vontade, uma equipe bem preparada, com a intenção de educar. Mas a equipe e, mais especificamente, os educadores, estão mesmo bem preparados? Em que direção tem sido a educação oferecida às crianças abrigadas? Além da qualificação, as instituições têm oferecido condições adequadas de trabalho, por exemplo, número suficiente de funcionários?

Em nossos dados observamos que as educadoras acumulam funções, em dois dos três abrigos participantes, o que pode prejudicar a qualidade do trabalho que realizam junto às crianças. Observamos, também, que as intervenções educativas têm, aparentemente, se focado nas atividades diárias (como comer, como lavar), ao incentivo aos estudos e à disciplina. Em relação a isso, é interessante pensar que para a RedSig, o desenvolvimento humano se dá nas e através das interações interpessoais imersas numa Rede de Significações e que a configuração dessa rede disponibiliza um conjunto de significados, atuando “[...] como impulsionadora para determinadas direções e aquisições, ao mesmo tempo em que distancia ou, mesmo, impede ou interdita outras. Atua, portanto, estabelecendo *um conjunto de possibilidades e limites* à situação, aos comportamentos e ao desenvolvimento das

peças”(ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p.29). A esse conjunto de possibilidades e limites, a RedSig propõe o termo circunscritor.

Sendo assim, pensando no contexto do acolhimento institucional, a proposta educativa dos abrigos tem contribuído de que forma para o desenvolvimento das crianças acolhidas? A organização dos ambientes, atividades, enfim, do funcionamento da instituição, bem como das relações interpessoais construídas entre os envolvidos no cotidiano das crianças, têm circunscrito suas trajetórias desenvolvimentais de que forma? O que os dirigentes, os técnicos e educadores acreditam que deva ser ensinado às crianças abrigadas e o que deve ser aprendido?

Guará (2006) propõe, entre outras coisas, que para educar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade deve-se buscar, no cotidiano, novos significados e competências com base em suas histórias, mesmo que essas envolvam tristeza e perda, ajudando-os a perceber a própria situação sem sucumbir a ela, descobrindo novas estratégias de sobrevivência e de inserção social. O educador deve, ainda, favorecer o desenvolvimento das capacidades de cada um, ajudando-os a se tornarem mais confiantes e seguros para enfrentarem as dificuldades da vida e suas frustrações. Desta forma, os educadores podem contribuir para que as crianças e adolescentes voltem a ter esperança no futuro. Outro ponto importante é que os educadores saibam que as crianças aprendem muito pelo exemplo dado por eles, através dos não-ditos, das insinuações, gestos e palavras.

Porém, faltam às instituições projetos educativos. Foi o que Serrano (2008) e Carvalho (2002) constataram nos abrigos participantes de suas pesquisas. Essa última autora observou a rotina diária de uma instituição que acolhia por volta de 180 meninos e meninas, com idades entre zero e 18 anos. Havia o predomínio de improvisação das instrutoras e tentativas isoladas de alguns voluntários. Além disso, era notória a ausência de atividades estruturadas e não-estruturadas, bem como o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais. Conhecimentos do mundo, por exemplo, eram apreendidos pelas crianças através das conversas que ouviam entre as instrutoras e, principalmente, pelos noticiários dos canais de televisão.

E, além da falta de projetos educativos, o que se constata é que os educadores são pouco capacitados para exercerem a função que exercem, o que se reflete na prática do dia-a-dia, nas formas de lidar e “olhar”/conceber as crianças com quem trabalham. Observamos isso, em nossa pesquisa, a partir das falas dos funcionários dos abrigos, principalmente dos educadores. Em um dos trechos das entrevistas, a educadora apesar de desculpabilizar a

criança, coloca a família como culpada. E, na percepção dela, os educadores que culpam a criança acabam por tratá-la como quem deve ser punida.

Arpini (2003, p.72) sobre esse assunto diz:

[...] O preconceito se funda na idéia de que eles não podem ser pessoas “normais”, de que devem ter falhado em algo em sua história, que são em alguma medida responsáveis por sua situação e pela idéia de marginalidade que os acompanha. E é justamente dessa forma que eles são percebidos; na verdade não se considera que o que os levou à instituição não foi uma ação cometida por eles, senão o resultado de uma violência estrutural em nossa sociedade ou do abandono e violência praticados por suas famílias [...].

Fernandes, Santos e Gontijo (2007) na pesquisa que realizaram com o objetivo de identificar a percepção dos educadores sociais sobre seu papel em um abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal na cidade de Goiânia, concluíram que, de maneira geral, os educadores não acreditam que as crianças abrigadas terão um futuro melhor – ter uma família, um trabalho, uma vida com características diferentes daquelas que as levaram ao abrigo. As autoras questionam os efeitos de tais estigmas e preconceitos no desenvolvimento das crianças.

Yunes, Miranda e Cuello (2004) ao relatarem sobre os resultados obtidos nos estudos que realizaram em abrigos para crianças e adolescentes numa cidade do estado do Rio Grande do Sul, mencionam também a existência de concepções pessimistas dos cuidadores/educadores em relação ao futuro das crianças institucionalizadas, atuando muitas vezes como profecias auto-realizadoras e influenciando de forma nociva o crescimento psicológico. As autoras complementam: “Cuidar/educar com compromisso e responsabilidade social independe, muitas vezes, da classe social ou do grau de escolaridade do profissional implicado, mas depende muito mais da capacidade de manifestar atitudes de empatia, reconhecer as necessidades do outro e expressar sentimentos de solidariedade” (p.211).

Nessa mesma direção, Fraga (2008) em sua pesquisa realizada numa Casa Abrigo de uma cidade no interior do Estado de São Paulo, buscou conhecer a concepção dos educadores sobre infância, sobre as crianças que estavam sob seus cuidados e sobre as práticas educativas destinadas a elas. Embora a concepção de infância tenha se mostrado bastante afinada ao proposto pelo ECA, ou seja, focada na condição de desenvolvimento da criança, ao se tratar das crianças abrigadas essa ótica não se aplica, sendo caracterizadas como traumatizadas, carentes, infelizes, exigentes, fragilizadas e difíceis. As educadoras referem, ainda, sentirem

que no dia-a-dia da instituição não encontram espaço para a autonomia, criatividade, espontaneidade, estímulo e o brincar, tendo suas atividades restritas aos cuidados básicos de higiene e alimentação, uma vez que se vêem tolhidas pela estrutura rígida e autoritária da instituição, com suas exigências, estruturação de rotina, horários e prioridades. Desta forma, a prática assistencial-correcional parece imperar nesse contexto.

As descrições trazidas pelos estudos acima mencionados cabem aos abrigos que participaram da Nossa pesquisa. Desta forma, todos os pontos levantados mostram a necessidade urgente das instituições que desenvolvem programa de abrigamento repensarem suas práticas educativas e cuidarem com mais responsabilidade da formação/capacitação dos profissionais que lidam diretamente com as crianças, a fim de transformarem esse contexto num lugar, verdadeiramente, promotor do desenvolvimento da população acolhida.

A função de apoio emocional e relação afetiva (F4) é exercida, principalmente, por crianças, dentre elas os irmãos.

No que se refere aos irmãos, as crianças buscam por eles por considerá-los seus melhores amigos, por serem aqueles de quem sentem saudade, por serem aqueles em quem mais gostam de fazer carinho e por serem aqueles em quem mais confiam para contar um segredo. Mais da metade dos irmãos citados estava abrigado na mesma instituição que as crianças, mas é interessante notar que, no que se refere à função de apoio emocional e relação afetiva, mesmo os irmãos que estavam longe foram citados.

Porém, mesmo com o suporte dos irmãos e de outras crianças, Carvalho (2002) aponta que a falta de relações estáveis com adultos de referência acarreta em efeitos que repercutem, principalmente, no desenvolvimento afetivo das crianças que se mostram muito carentes do carinho e atenção dos adultos. Freud e Burlingham (1965) descrevem inúmeros exemplos de como o estabelecimento e manutenção de vínculo afetivo estável com um adulto torna-se fundamental para o desenvolvimento da criança e destacam como pontos essenciais a necessidade de vínculo pessoal, do afeto estável e a permanência de sua influência na educação.

Yunes, Miranda e Cuello (2004) consideram que a pobreza relacional pode provocar grandes prejuízos na formação da identidade e no desenvolvimento psicológico do indivíduo. Ressaltam que a ausência de interações com um ou mais adultos que queiram o bem incondicional da criança de quem são responsáveis é um problema que não está presente somente nas instituições e/ou em determinadas classes sociais, podendo ser encontrado nas famílias, escolas ou na cultura.

No que se refere à relação entre adultos e crianças na instituição, percebemos que ela é permeada por alguns conflitos. Assim, a partir da fala de algumas funcionárias dos abrigos, participantes da pesquisa, ficou evidente que a vinculação afetiva entre alguns adultos e algumas crianças existe. E não se apegar a todos da mesma forma pareceu ser errado. Sobre isso, Rossetti-Ferreira (2009) ressalta que é normal educadoras estabelecerem relações diferenciadas com crianças. Somos seres que se apegam, e este não é um sentimento indiscriminado. No entanto, é importante que respeitem, cuidem e eduquem todas as crianças, lidando com seus próprios sentimentos, sem prejudicar nenhuma delas (informação verbal)⁴⁵.

No entanto, reconhecer e assumir a existência de afeto nessa relação parece ser um ato censurável, uma vez que o imperativo parece ser o de não se apegar para não sofrer. Nota-se, então, a necessidade de acolhimento também daqueles que acolhem, ou seja, das educadoras. Inclusive, uma delas revela a dificuldade que sente em lidar com a situação de desabrigamento das crianças, devido à forte vinculação afetiva que estabelece com elas, chegando a igualar seus sentimentos aos sentimentos de mãe. E nessa confusão de sentimentos dos adultos, as crianças também se confundem.

Sobre isso, Guará (2006) salienta que o ambiente institucional pode ser um lugar para que crianças e jovens vivenciem vínculos afetivos. Porém, essa característica do abrigo não deve ser uma tentativa de substituir o amor filial ou o carinho da vida em família. Uma relação afetiva no abrigo significa acolhimento sem dependência, tratando as crianças com grande aceitação e com desejo de acompanhar seu desenvolvimento.

Pelo que pudemos observar em nossos dados, alguns educadores parecem não estar preparados para exercerem essa função. Soma-se a isso, as condições de trabalho que acabam por influenciar, indiretamente, o estabelecimento e manutenção dos relacionamentos afetivos na instituição. Dizemos isso, pois ao invés de educadoras, a expressão “faz de tudo” parece ser a que melhor as define. Ficar com as crianças é apenas uma dentre várias outras atribuições que cabem a elas, em dois dos abrigos participantes.

Para Britto e Koller (1999) uma das conseqüências desse tipo de estruturação do ambiente é a fragilidade das redes de apoio social e afetivo dessas crianças, consideradas dimensões importantes do desenvolvimento humano.

Ainda sobre a importância do ambiente, Carvalho (1999) em sua pesquisa comparando a emergência de comportamentos pró-sociais em crianças de diferentes contextos – duas creches e um abrigo – notou que a subcategoria Contato Afetuoso, o abrigo apresentou a

⁴⁵ Informação fornecida por Rossetti-Ferreira em Ribeirão Preto, 2009.

menor frequência. O autor aponta que este resultado talvez se deva pela circunstância das crianças dessa instituição não terem modelos suficientes e constantes de afeto. O rodízio de instrutoras e a elevada rotatividade de funcionários, aliados à ausência dos pais, também são elementos que dificultam às crianças terem modelos para o Contato Afetuoso, visto que tiveram poucas possibilidades de vinculação afetiva com adultos. As crianças das duas creches têm uma família como suporte afetivo, enquanto as do abrigo não têm, cabendo esse encargo às instrutoras, que são responsáveis, também, por toda a parte de alimentação, higienização e recreação, numa jornada de 12 horas.

Guirado (1986) realizou um estudo na FEBEM, até então, destinada ao acolhimento de crianças e adolescentes abandonados e/ou infratores, no qual foi possível constatar que no discurso dos agentes institucionais, afeto e instituição pareciam se opor. A prática institucional era marcada pelo automatismo das ações, sempre na tentativa de controle e domínio. Às crianças e adolescentes era reservado o lugar de objeto, submissão, abandono e revolta. Nesse contexto, o afeto positivo, o carinho, o sentido e o prazer estavam excluídos da relação entre adultos e crianças no âmbito da instituição.

Desde a época em que a pesquisa acima citada foi realizada até o momento atual, alguns avanços foram conquistados, tal como a promulgação do ECA e as decorrentes mudanças de paradigmas propostas por essa Lei. Todavia, algumas concepções prevalecem. Rossetti-Ferreira, Sólton e Almeida (2008) destacam que ainda predominam as concepções de que a mãe é quem deve criar os filhos em uma família nuclear, constituída por pai, mãe e filhos. E que o desenvolvimento das crianças é prejudicado caso isso não ocorra. Por sinal, qualquer contexto que escape a essa situação familiar padrão é, frequentemente, visto como prejudicial, especialmente as instituições de abrigo, ainda chamado por muitos de orfanato. Tais concepções exercem grande influência sobre a forma de organizar e administrar os abrigos, visto que os próprios funcionários e técnicos do abrigo o enxergam como um lugar que não deve existir. Isso, conseqüentemente, impede de planejá-lo como um contexto de desenvolvimento saudável e interessante, que favoreça a construção de relações afetivas e a organização de um ambiente adequado ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, que muitas vezes passam longos períodos de sua infância e adolescência nesse tipo de instituição.

Nas palavras de Arpini (2003, p.75):

[...] Se acreditarmos que as relações são resultado de construções afetivas, onde ser compreendido, ser aceito, ser respeitado, ser amado é a base necessária para um percurso satisfatório, então poderemos pensar a instituição de uma forma diferente,

tornando-a uma alternativa viável para a construção de sujeitos. Acreditamos que isso se dará através da recuperação da solidariedade e da construção de laços afetivos, o que é, em última instância, o alicerce de nossa subjetividade [...].

Estudos mostram que crianças que crescem em famílias (*mas acreditamos que podemos estender para outros ambientes e contextos de desenvolvimento, tal como o abrigo*) que conversam sistematicamente sobre sentimentos e estados emocionais, tornam-se mais aptas a reconhecê-los em si e nos outros (DUNN; BRETHERTON; MUNN, 1987; DUNN; BROWN; BEARDSALL, 1991).

Todavia, o que se observa é que, muitas vezes, o caráter transitório dessas instituições faz com que o interesse e o vínculo estabelecidos sejam breves e superficiais, justamente quando o que os adolescentes e crianças (*acrécimo nosso*) precisam é construir vínculos mais duradouros que lhes ajudem a elaborar sua história, oferecendo-lhes espaço para falarem sobre suas dores, sofrimentos e incertezas (ARPINI, 2003). E isso só se faz possível quando temos condições de construir relações com pessoas disponíveis e dispostas a ouvir e acolher.

A essa discussão, Yunes, Miranda e Cuello (2004) acrescentam que crianças abrigadas necessitam mais do que relacionamentos interpessoais fugazes e superficiais. Consideram que toda criança necessita interagir efetivamente com pessoas, objetos, símbolos, e com um mundo acolhedor que lhes sinalize possibilidades de bem-estar e desenvolvimento. Para tanto, afirmam que se fazem necessárias transformações nas concepções e nos modos de relacionamento e interação.

Já em relação função de brincadeira e lazer (F5), crianças, adolescentes, irmãos e educadores foram os mais citados.

Nos nossos dados notamos que idade e sexo parecem ser variáveis que influenciam a formação de subgrupos de crianças (CARVALHO; RUBIANO, 2004; BEE, 2003). Porém, a habilidade para jogar ou brincar e a afinidade entre as crianças também mostraram influenciar a escolha dos parceiros para brincadeira. Todavia, dado o contexto institucional, há também as brincadeiras e situações que em que não é possível escolher com quem se quer brincar ou estar, uma vez que todos fazem tudo.

Outro elemento interessante foi que as crianças citaram de um a quatro parceiros preferenciais, no sentido de serem aqueles com quem preferem brincar, em concordância com o que aponta Carvalho (1994). Para essa autora, independente do número de parceiros com os quais a criança mantenha algum contato, há uma tendência de estar mais frequentemente com um número limitado de parceiros.

Em relação aos irmãos, eles foram a terceira categoria de pessoas mais citada, por serem aqueles com quem as crianças mais gostam de brincar, além de serem aqueles que elas escolheriam em primeiro lugar, caso estivessem montando um time; por ser com os irmãos que elas gostam de passear; e por serem eles que as crianças escolheriam para brincar uma brincadeira só de duas pessoas. Mais uma vez, foi possível observar que a proximidade é um elemento importante, já que os irmãos acolhidos no mesmo abrigo foram os mais citados. Inclusive, uma das educadoras fala sobre sua percepção de como a convivência mais freqüente, ocasionada pela política dos abrigos de proporcionarem que irmãos acolhidos em abrigos diferentes se encontrem aos sábados, influenciou o desenvolvimento do brincar entre eles.

Notamos, também, algumas semelhanças e diferenças nos tipos de brincadeiras existentes entre os meninos e as meninas. Pelo que as crianças nos contaram, há uma maior prevalência de brincadeiras turbulentas entre os meninos do que entre as meninas, assim como aponta a literatura (WANDERLIND et al., 2006; SILVA et al., 2004).

Sobre esse aspecto, uma das técnicas dos abrigos relata notar diferenças na forma de brincar e interagir quando os meninos e meninas têm a oportunidade de estarem juntos, sendo que essa “melhora” no comportamento dos meninos ao interagirem com meninas também foi relatada por Souza e Rodrigues (2002).

E ao considerarmos o contexto destinados à brincadeira em cada abrigo, eles se mostraram bastante distintos. Nesse sentido, autores (LORDELO; CARVALHO, 2005; CARVALHO; MENEGHINI, 2002) chamam atenção para a importância do contexto no que se refere à motivação para o brincar.

Kishimoto (1997) aponta que grandes espaços internos e externos, vazios, que pela ausência de objetos ou cantos estimuladores favorecem correrias, empurrões – as brincadeiras turbulentas.

Como quem organiza os espaços e disponibiliza os brinquedos são, na grande parte das vezes, os adultos, a importância dos educadores quanto à Função Brincadeira e Lazer também deve ganhar algum destaque, tendo sido a quarta categoria DE PESSOA mais citada pelas crianças.

Estudos abordam o papel do professor na educação infantil e consideramos que alguns dos pontos abordados podem ser estendidos aos educadores de crianças acolhidas institucionalmente. Carvalho (2002a) traz, inclusive, que ao estruturar o espaço em arranjos semi-abertos ou cantinhos, os quais tendem a oferecer proteção e privacidade, além de favorecerem que as crianças interajam entre si e desenvolvam a mesma atividade por mais

tempo, reduzindo assim as solicitações de atenção do adulto, o educador fica mais disponível para dar atenção àquelas crianças que necessitam, tendo mais facilidade para manter contato individualizado com elas.

Bhering e Sganderla (2004) partem do princípio de que o professor/*educador* (acréscimo nosso), para planejar um ambiente que inclua atividades adequadas ao desenvolvimento das crianças, deva conhecer suas demandas e necessidades, tendo em vista o que trazem para o ambiente de sala de aula/*ambiente institucional* (acréscimo nosso). O professor/educador, ao participar das atividades propostas pelas crianças, poderá intervir de maneira a ampliar suas possibilidades e potencial, desafiando-as em direção ao desenvolvimento de suas habilidades e competências. Todavia, Dantas (2002) diz que para manter a especificidade da brincadeira livre, têm-se elementos fundamentais que devem ser considerados: a incerteza, a ausência de consequência necessária e a tomada de decisão pela criança; ela emerge como possibilidade de experimentação, na qual o adulto propõe, mas não impõe, convida, mas não obriga, e mantém a liberdade dando alternativas.

Queiroz, Maciel e Branco (2006) afirmam que cabe ao professor/educador, como adulto mais experiente, estimular brincadeiras, ordenar o espaço interno e externo da escola/instituição, facilitar a disposição dos brinquedos, mobiliário e demais elementos. Outras formas de intervenção podem ser propostas visando incitar as crianças a desenvolverem brincadeira em diferentes direções, mas só como incitações, nunca obrigação, deixando-as tomarem a decisão de se engajarem na atividade. O professor/educador pode também brincar com as crianças, principalmente se elas o convidarem, solicitando sua participação ou intervenção. Porém, é preciso muita sensibilidade, habilidade e bom nível de observação para participar de forma positiva, sem destruir a brincadeira. Para tanto, se faz necessário observar as brincadeiras das crianças para, assim conhecê-las, conhecer sua cultura, como e com quem brincam, e quando seria interessante o adulto participar. Outro ponto bastante interessante trazido pelos autores é a sugestão de que o professor/educador estimule as crianças a proporem brincadeiras que realizam em sua comunidade. Isto possibilitará que entre em sala de aula/na instituição todo o universo cultural próprio dela, permitindo ao professor/educador melhor conhecer sua realidade.

Zanella e Andrada (2002) num estudo sobre o processo de significação no brincar, destacam a importância do Outro e da participação ativa do Eu, social e historicamente produzido, semelhante ao que é proposto pela RedSig (FERREIRA-ROSSETTI et al, 2004). Kotliarenco (1997) enriquece a discussão, trazendo mais uma possibilidade que pode ser explorada no cotidiano da instituição, por técnicos e educadores – o Outro da relação com a

criança. A autora encara o jogo como um dos elementos de uma proposta de trabalho preventivo, baseando-se na crença de que o jogo, dadas suas potentes possibilidades, é uma via possível para estimular ou reforçar tanto as situações familiares ou comunitárias, como de estimulação de competências cognitivas. A proposta pauta-se em fazer com o jogo, ou com o ato de jogar, uma alternativa de realização pessoal, além de possibilitar a expressão de afetos e emoções.

Cuidar das relações entre criança-criança e adulto-criança, além do contexto destinado à Brincadeira e Lazer, é tão importante quanto os cuidados referentes à alimentação, higiene e educação. Nesse sentido, as instituições que acolhem crianças e adolescente podem ter muito a oferecer e contribuir para o bem-estar e desenvolvimento daqueles a que se dispõe a acolher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o presente trabalho trouxe elementos relevantes para podermos discutir as questões que o nortearam, uma vez que possibilitou que conhecêssemos algumas características importantes da rede social das crianças em acolhimento institucional.

Este trabalho também trouxe contribuições metodológicas na medida em que aceitamos o desafio de investigar nossas questões pela perspectiva da criança, somado ao fato de termos feito isso a partir do uso de três instrumentos diferentes. Podemos afirmar que tais escolhas tornaram a pesquisa mais interessante e instigante.

Nesse sentido, queremos salientar que se dispor a ouvir crianças foi uma tarefa que exigiu do pesquisador grande flexibilidade, empatia e, acima de tudo, posicionamento ético. As crianças participantes dessa pesquisa mostraram, ao longo dos nossos encontros que têm muito a dizer e fazer, cabendo ao pesquisador acolher e lidar com as mais diversas situações que podem acontecer nesse encontro. Muitas foram as perguntas sobre a vida pessoal da pesquisadora, especialmente estado civil e maternidade. Em se tratando de crianças que estavam, temporariamente ou não, sem uma mãe por perto, para algumas delas uma mulher disposta a ouvi-las pode ser uma boa candidata a mãe substituta. E aqui deixamos outra observação: quão carente são essas crianças de espaço e atenção para serem ouvidas. Elas querem falar, ou simplesmente, ficar perto, como no caso de Bárbara que desistiu de participar da pesquisa, mas quis continuar se encontrando com a pesquisadora. Nesse sentido, respeitar e “ouvir” os silêncios tanto quanto as falas é de fundamental importância.

Outro ponto interessante foi que buscamos compor e conhecer a rede social das crianças acolhidas institucionalmente tecendo os resultados com dados quantitativos e com as falas das crianças e funcionários, o que possibilitou que os números ganhassem “voz” e maior expressividade.

No que se refere aos irmãos, acreditamos que os dados ora apresentados, sinalizam a contribuição que a manutenção do relacionamento entre irmãos pode oferecer para o desenvolvimento das crianças em geral, mas especialmente daquelas em situação de abrigo.

Por outro lado, constatamos também que a organização e a forma de conceber o funcionamento dos abrigos podem dificultar, ao invés de promover, esse tipo de relação. Assim, vimos-nos convidados, e esperamos que o leitor também, a repensar sobre a necessidade de se rever as concepções a respeito da importância que se tem dado a esse

assunto e, conseqüentemente, sobre a necessidade de se rever os critérios de seleção da população atendida pelos abrigos, bem como a forma de conceber e organizar as instituições.

Será que na correria do dia-a-dia, acúmulo de funções, número insuficiente de educadores, prazos a serem cumpridos, se tem promovido momentos de reflexão a respeito do trabalho que vem sendo feito e o que se tem pretendido alcançar? Pareceu-nos evidente a necessidade de se construir (ou de rever) projetos político-pedagógicos que norteiam as ações e concepções daqueles que estão envolvidos com esse tipo de instituição. Nesse meio, nos pareceu freqüente o fato de cada um ter sua opinião, fazer o que precisa ser feito dentro daquilo que é possível e se julga mais correto. E, nessas condições, o cuidado com o relacionamento entre os irmãos parece não fazer parte das prioridades.

Outro elemento da rede social das crianças que se destacou nesse trabalho foi a pouca referência a pessoas do contexto escola e da comunidade em geral. Levantamos, assim, alguns questionamentos sobre o que tem sido feito para que essas crianças sejam e se sintam, verdadeiramente, incluídas. Pesquisas nessa direção podem vir a contribuir para um maior conhecimento sobre o assunto, além de respaldar ações mais efetivas voltadas à inclusão.

Notamos ainda que, no contexto de acolhimento institucional, a relação entre crianças e educadores, bem como a relação entre pares ganham destaque. E, nesse sentido, consideramos que a apropriação de conhecimentos da área de Educação Infantil poderá contribuir para repensarmos vários aspectos na forma de conceber e organizar as instituições que acolhem e educam crianças coletivamente. Tais conhecimentos referem-se às possibilidades de estruturação do espaço, ao processo de adaptação da criança à instituição, ao papel do educador, à função do brincar, a relação entre cuidar e educar, relações afetivas na instituição, entre outros pontos.

Uma vez que os abrigos devem se assemelhar mais a uma casa do que a uma creche/escola, estudos serão úteis e necessários a fim de encontrar formas de utilizar esses conhecimentos sem que as instituições que acolhem crianças e adolescentes percam sua especificidade. Este é um grande desafio. Somam-se, ainda, as características da população acolhida, ou seja, crianças e adolescentes fragilizados pelos acontecimentos que os levaram ao abrigo e/ou pelas rupturas e separações decorrentes dele, além da instabilidade ocasionada pela rotatividade de crianças que são abrigadas e desabrigadas continuamente.

Todavia, acreditamos que grandes melhorias no atendimento prestado poderão ser promovidas. Mais do que isso, consideramos que a apropriação desse conhecimento poderá contribuir para aprofundar pontos interessantes já abordados pelas diretrizes de

funcionamento para instituições que se propõem a acolher, proteger e educar crianças e adolescentes, recentemente lançadas pelo Governo Federal (BRASIL, 2009).

Por fim, esperamos que este trabalho possibilite e enriqueça discussões sobre o direito à preservação dos vínculos familiares, mais especificamente, sobre o não-desmembramento de grupos de irmãos em situação de abrigo. Esperamos, assim, ter trazido elementos que venham a contribuir com reflexões sobre possíveis implicações e procedimentos que contribuam com a promoção da qualidade no acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abrigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, D. T.; VIEIRA, M. L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 207-217, mai/ago, 2004.

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 21, n. 3, p. 70-75, 2003.

ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – AASPTJ-SP. **Por uma Política de abrigos em defesa de direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo**. São Paulo: Comissão Interinstitucional de Acompanhamento, 2004. 238 p. Relatório de Pesquisa.

BECKER, M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, p. 60-76, 2005.

BEE, H. O desenvolvimento dos relacionamentos sociais. In: **A criança em desenvolvimento**. 9. ed. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BELSKY, J. (1980). Child maltreatment. An ecological integration. **American Psychologist**, v. 35, n. 4, p. 320-335, 1980.

BERNARDI, D. C. F. Apresentação. In: OLIVEIRA, R. C. S. (Coord.) **Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigos**. São Paulo: AASPTJ-SP, p. 9-11, 2007.

BESHAROV, D. J. Four Commentaries: how we can better protect children from abuse and neglect. **The Future of Children**, v. 8, n. 1, p. 120-132, 1998.

BHERING, E.; SGANDERLA, A. P. A escala de interação professor /criança. **Paidéia**, v. 14, n. 29, p. 381-386, 2004.

BIFULCO, A. et al. Childhood adversity, parental vulnerability and disorder: examining inter-generational transmission of risk. **Journal of child psychology and psychiatry**, v. 43, n. 8, p. 1075–1086, 2001.

BOWLBY, J. Efeitos sobre o comportamento do rompimento de um vínculo afetivo. In: **Formação e rompimento de laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Comportamento de apego. In: **Apego: Vol 1 da trilogia – Apego e perda**. São Paulo: Martins Fontes (2ªed), 1990.

_____. O papel do apego no desenvolvimento da personalidade. In: **Uma base segura: aplicações clínicas da Teoria do Apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, p. 117-132.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, lei nº 8.069/90, 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA – SP, 1991.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006.

_____. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009.

BRAZELTON, T. B.; SPARROW, J. D. **Entendendo a rivalidade entre irmãos: o método Brazelton**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, A. M. (Org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 115-129, 1999.

BRODY et al. Longitudinal Direct and Indirect Pathways Linking Older Sibling Competence to the Development of Younger Sibling Competence. **Developmental Psychology**, v. 39, n. 3, p. 618–628, 2003.

BRYANT, B. K.; DEMORRIS, K. A. Beyond Parent-child relationships: potential links between family environments and peer relations. In: PARKE, R. D.; LADD, G. W (Ed.). **Family-peer relationship: modes of linkage**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, p. 159-189, 1992.

BUFFA, C. G. **Interações na instituição escolar sob a perspectiva de crianças abrigadas**. Monografia de Conclusão do Programa de Bacharelado do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. (Orientadoras: Profa. Dra. Sueli Cristina de Pauli Teixeira e Profa. Dra. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira).

CARVALHO, A. M. Interações pró-sociais entre crianças e seus contextos de emergência. In: CARVALHO, A. M. (Org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 71-88, 1999.

_____. Fatores contextuais na emergência do comportamento de cuidado entre crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.13, n.1, Porto Alegre, 2000.

_____. Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, p. 19-44, 2002.

CARVALHO, A. M. A. O que é “social” para a psicologia? **Temas em Psicologia**, v. 3, p. 1-17, 1994.

CARVALHO, A. M. A. et al. O uso de entrevistas em estudos com crianças. **Psicologia em estudo**, v. 9, n. 2, p. 191-200, 2004.

- CARVALHO, A. M. A. et al. Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 589-598, set./dez. 2006
- CARVALHO, A. M. A.; RUBIANO, M.R.B. Vínculo e compartilhamento na brincadeira de criança. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C et al. (Org.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, p. 171-188, 2004.
- CARVALHO, M. C. Por que as crianças gostam de áreas fechadas? In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez Editora, p. 153-154, 2002a.
- _____. O porquê da preocupação com o ambiente físico. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez Editora, p. 155-157, 2002b.
- CARVALHO, M. C.; MENEGHINI, R. Estruturando a sala. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez Editora, p. 150-152, 2002.
- CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família Brasileira: a base de tudo*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, p. 93-108, 2005.
- CASH, S. J.; WILKE, D. J. An Ecological Model of Maternal Substance Abuse and Child Neglect: Issues, Analyses, and Recommendations. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 73, n. 4, p. 392-404, 2003.
- CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – CBIA/SP; INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS - IEE-PUC/SP. **Trabalhando abrigos**. São Paulo: Forja Gráfica e Editora, 1993. (Cadernos de Ação).
- CHESTER, D. L. et al. Non-accidental burns in children—Are we neglecting neglect?. **Burns**, v. 32, p. 222-228, 2006.
- CHISHOLM, K. A Three Year Follow-up of Attachment and Indiscriminate Friendliness in Children Adopted From Romanian Orphanages. **Child Development**, v. 69, n. 4, p. 1092-1106, 1998.
- CHRISTENSEN, P. PROUT, A. Working with ethical symmetry in social research with children. **Childhood**, v. 9, n. 4, p. 477-497, 2002.
- CICIRELLI, V. G. Effects of Sibling Structure and Interaction on Children's Categorization Style. **Developmental Psychology**, v. 9, n. 1, p. 132-139, 1973.
- COOPE C. M.; THEOBALD, S. Children at risk of neglect: Challenges faced by child protection practitioners in Guatemala City. **Child Abuse & Neglect**, v. 30, p. 523-536, 2006.
- CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes** (documento em discussão, em fase de consulta pública). Brasília, 2008.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA (Rio de Janeiro). **Políticas de Abrigos para Crianças e Adolescentes do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2001.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA (São Paulo). **Resolução 40/CMDCA de 1 de junho de 1998**. Diário Oficial do Município. São Paulo. 18/06/99. p. 27–28.

COSTA, N. R. A. **Construção de sentidos relacionados à maternidade e à paternidade em uma família adotiva**. 2005. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências, área Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2005.

CRUZ, S. H. V. Ouvindo crianças: reflexões sobre o desejo de captar a perspectiva da criança acerca de sua experiência educativa. In: Sylvie Delacours Lins; Silvia Helena Vieira Cruz. (Org.). **Linguagens, literatura e escola**. 1 ed. Fortaleza, Ceará: Editora UFC, v. 1, p. 175-196, 2006.

DANTAS, H. Brincar e trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M.(Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, p.111-121, 2002.

DELFO, M. F. **Me escuchas? Como conversar con niños de cuatro a doce años**. Bernard van Leer Foundation, p. 59-146, 2001.

DEPANFILIS, D.; DUBOWITZ, H. Family Connections: A Program for Preventing Child Neglect. **Child Maltreatment**, v. 10, n. 2, p. 108-123, 2005.

DILAURO, M. D. Psychosocial factors associated with types of child maltreatment. **Child Welfare**, v. 83, n. 1, p. 69-99, 2004.

DOCHERTY, S.; SANDELOWSKI, M. Focus on qualitative methods interviewing children. **Research in nursing & health**, v. 22, p. 177-185, 1999.

DUBOWITZ, H.; BENNETT, S. Physical abuse and neglect of children. **Lancet**, v. 369, p. 1891–1899, 2007.

DUBOWITZ H. et al. Examination of a Conceptual Model of Child Neglect. **Child Maltreatment**; v. 10, p. 173-189, 2005.

DUNN, J. Commentary: Siblings in Their Families. **Journal of Family Psychology**, v. 19, n. 4, p. 654–657, 2005.

DUNN, J.; BRETHERTON, I.; MUNN, P. Conversations about feeling states between mothers and their young children. **Developmental Psychology**, v. 23, n. 1, p. 132-139, 1987.

DUNN, J.; BROWN, J.; BEARDSALL, L. Family talk about feeling states and children's later understanding of others' emotions. **Developmental Psychology**, v. 27, n. 3, p. 448-455, 1991.

DUNN, J.; DEATER-DECKARD, K. **Children's views of their changing families**. York: York Publishing Services/Joseph Rowntree Foundation, p. 27-28, 2001.

DUNN, J.; KENDRICK, C. **Siblings: love, envy & understanding**. London: Grant McIntyre, p. 84-99, 1982.

DUNN, J.; SLOMKOWSKI, C.; BEARDSALL, L. Sibling relationships from the preschool period through middle childhood and early adolescence. **Developmental Psychology**, v. 30, n. 3, p. 315-324, 1994.

DUNN, M. G. et al. Origins and consequences of child neglect in substance abuse families. **Clinical Psychology Review**, v. 22, p. 1063-1090, 2002.

DURHAM, E. R. A família operária: consciência e ideologia. **Dados**, v. 23, n. 2, p. 201-213, 1980.

EAST, P. L.; ROOK, K. S. Compensatory patterns of support among children's peer relationships: a test using school friends, nonschool friends, and siblings. **Developmental Psychology**, v. 28, n. 1, p.163-172, 1992.

EIZIRIK, M. F. et al. A interação no processo de inclusão. In: ZAVASCHI e cols, **Crianças e adolescentes vulneráveis: o atendimento interdisciplinar nos centros de atenção psicossocial**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ELBERS, E. Conversational asymmetry and the child's perspective in developmental and education research. **International journal of disability, development and education**, v. 51, n. 2, jun, p. 201-215, 2004.

ENGLISH, D. J. The Extent and Consequences of Child Maltreatment. **The Future of Children**, v. 8, n. 1, p. 39-53, 1998.

ENGLISH, D. J. et al. Toward a definition of neglect in young children. **Child Maltreatment**, v. 10, p. 190-206, 2005.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Divisão de Rede de Atendimento. **Projeto de Reordenamento Institucional da Rede de Abrigos da STCAS Porto Alegre e Viamão**. Rio Grande do Sul: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2001.

ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social. **Programa Criança e Adolescente: referências para a implantação de padrões básicos de operação**. São Paulo, 1998. 32 p. (Série: Construindo a Inclusão).

FAUSTO NETO, A. M. Q. Família Operária: Organização doméstica e ação da mulher. In: FAUSTO NETO, A. M. Q. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis, Vozes, p. 49-86, 1982.

FERNANDES, N. O centro e a margem: infância, protecção e acolhimento institucional. In: VASCONCELLOS, V. M. R; SARMENTO, M. J. (Orgs) **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, p. 245-275, 2007.

FERNANDES, D. S.; SANTOS, D. C. P.; GONTIJO, D. T. Percepções dos educadores sociais do cotidiano de um abrigo para crianças. **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 1/2, p. 71-84, jan./fev. 2007.

FERNÁNDEZ, J.; ÁLVAREZ, E. & BRAVO, A. Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infancia. **Infancia y Aprendizaje**, v. 26, n. 2, p. 235-249, 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, E. A. P.; METTEL, T. P. L. Interação entre irmãos em situação de cuidados formais. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v.12, n. 1, 1999.

FONSECA, C. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 13-34, 2004.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRAGA, L. B. **Infância, práticas educativas e de cuidado: concepções de educadoras de abrigo à luz da história de vida**. 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2008.

FREIRE, F. (Org) **Abandono e Adoção: contribuições para uma cultura da adoção III**. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina, 2001. 349 p.

FREUD, A.; BURLINGHAM, D. T. **La Guerra y los niños**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1965. 160 p.

GALLO, C. M. C. L. et al. A teoria do apego e a formação e rompimento de vínculos: perspectivas teóricas sobre os efeitos do abrigamento em crianças e adolescentes. In: FRANCO, A. A. P. & MELÃO, M. J. R. (Orgs), **A Psicologia e o Serviço Social nas práticas judiciais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GARBARINO, J.; STOTT, F. M.; FACULTY OF THE ERIKSON INSTITUTE. **Lo que nos pueden decir los niños: extraer, evaluar e interpretar la información infantil**. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales, p. 107-201, 1993.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 19, n. 1, p. 29-48, 2002.

GONZALVO, G, O. Maltrato en niños con discapacidades: características y factores de riesgo. **An Esp Pediatr**, v. 56, p. 219-223, 2002.

GUARÁ, I. M. F. R. Abrigo - comunidade de acolhida e socioeducação. In: BAPTISTA, M. V. (Coord.) **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, p. 63-72, 2006.

- GUIRADO, M. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono**. São Paulo: Summus Editorial, 1986. 213 p.
- GUTERMAN, N. B.; LEE, Y. The Role of Fathers in Risk for Physical Child Abuse and Neglect: Possible Pathways and Unanswered Questions. **Child Maltreat**, v. 10, p. 136-149, 2005.
- HELLER, S. S. et al. Research on resilience to child maltreatment: empirical considerations. **Child Abuse & Neglect**, v. 23, n. 4, p. 321–338, 1999.
- HINDLEY, N.; RAMCHANDANI, P. G.; JONES, D. P. H. Risk factors for recurrence of maltreatment: a systematic review. **Arch Dis Child**, v. 91, p. 744–752, 2006.
- HOUSSET, D. Adoção de irmãos. In: FREIRE, F. (Org) **Abandono e Adoção: contribuições para uma cultura da adoção III**. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina, p. 119-126, 2001.
- HOWE, N.; RECCHIA, H. Playmates and teachers: reciprocal and complementary interactions between siblings. **Journal of Family Psychology**. v. 19, n. 4, p. 497–502, 2005.
- HUSSEY, J. M.; CHANG, J. J.; KOTCH, J. B. Child Maltreatment in the United States: Prevalence, Risk Factors, and Adolescent Health Consequences. **Pediatrics**, v. 118, p. 933-942, 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01/04/07.
- JAMES, S. et al. Maintaining sibling relationships for children in foster and adoptive placements, **Children and Youth Services Review** (2007), doi:10.1016/j.childyouth.2007.07.001
- KISHIMOTO, T. M. Brinquedo e brincadeira: usos e significações dentro de contextos culturais. In: SANTOS, S. M. P. (Org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 23 – 40, 1997.
- KOTCH, J. B. et al. Predicting child maltreatment in the first 4 years of life from characteristics assessed in the neonatal period. **Child Abuse & Neglect**, v. 23, n. 4, p. 305–319, 1999.
- KOTLIARENCO, M. A. El juego como posibilidad de refuerzo a la resiliencia. In: SANTOS, S. M. P. (Org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 41-54, 1997.
- LARNER, M. B; STEVENSON, C. S.; BEHRMAN, R. E. Protecting children from abuse and neglect: analysis and recommendations . **The Future of Children**, v. 8, n. 1, p. 4-22, 1998.
- LEWIS, M.; TAKAHASHI, K (Ed.). Beyond the Dyad: conceptualization of social networks. **Human Development**. v.48, n.1-2, jan/fev, 2005.

- LEWIS, M. The child and its family: the social network model. **Human Development**, v. 48, n.1-2, p. 8-27, jan/fev, 2005.
- LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A. Padrões de parceria social e brincadeira em ambientes de creches. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 99-108, jan./abr, 2006.
- LOUNDS, J. J.; BORKOWSKI, J. G.; WHITMAN, T. L. The potential for child neglect: the case of adolescent mothers and their children. **Child Maltreatment**, v. 11, p. 281-294, 2006.
- LUTHAR, S. S.; CICCHETTI, D. & BECKER, B. The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. **Child Development**, v. 71, n. 3, p. 543-562, 2000.
- MACHADO, M. E. Sucesso na escola: rede de aprendizagem. In: BAPTISTA, M. V. (Coord.) **Abriço: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, p. 93-94, 2006.
- MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. Brincadeira e práticas educativas familiares: um estudo com famílias de baixa renda. **Interações**, v. XI, n. 21, p. 143-164, jan/jun, 2006.
- MASTEN, A.; REED, M-G. J. Resilience in development. In: SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. (Orgs.). **Handbook of positive psychology**. Oxford: Oxford Univ. Press, p. 74-88, 2002.
- MAYALL, B. Conversations with children: working with generation issues. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Ed.) **Research with children: perspectives and practices**. London and New York: Falmer Press, p. 120-135, 2000.
- MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 3 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994, 269 p.
- MOTA, C. P.; MATOS, P, M. Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p.367-377, 2008.
- MULLICK, M.; MILLER, L. J; JACOBSEN, T. Insight into mental illness and child maltreatment risk among mothers with major psychiatric disorders. **Psychiatric Services**, v. 52, n. 4, p. 488-492, 2001.
- NEGRINI, A. O lúdico no contexto da vida humana: da primeira infância à terceira idade. In: SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 15 – 24, 2000.
- OLIVEIRA, R. C. S. (Coord.) **Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigos**. São Paulo: AASPTJ-SP, 2007.
- OLIVEIRA, Z. M. R; GUANAES, C.; COSTA, N. R. A. Discutindo o conceito de “jogo de papéis”: uma interface com a “teoria de posicionamento”. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C et al. (Org.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, p. 69-80, 2004.

- PACHÁ, A. M.; VIEIRA JUNIOR, E. G.; OLIVEIRA NETO, F. **Novas regras para a adoção**: guia comentado. Associação dos Magistrados Brasileiros, 2009.
- PALACIOS, J.; SÁNCHEZ-SANDOVAL, Y.; LÉON, E. (Universidad de Sevilla) **Adelante com la adopción**. Junta de Andalucía, Consejería para la Igualdad y Bienestar Social, 2004.
- PASSINO, A. W., et al. Personal adjustment during pregnancy and adolescent parenting. **Adolescence**, v. 28, n. 109, 1993.
- POLETO, M.; WAGNER, T. M. C.; KOLLER, S. H. Resiliência e desenvolvimento infantil de crianças que cuidam de crianças: uma visão em perspectiva. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 241-250, set/dez, 2004.
- PONTES, F. A. R.; e MAGALHÃES, C. M. C. A Estrutura da Brincadeira e a Regulação das Relações. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 213-219, mai-ago, 2002.
- PUNCH, S. Research with children: the same or different from research with adults? **Childhood**, v. 9, n. 3, p. 321-341, 2002.
- QUEIROZ, N.L.N.; MACIEL, D. A.; BRANCO, A. U. Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista. **Paidéia**, v. 16, n. 34, p. 169-179, 2006.
- RABINOVICH, E. P. (2002). Contextos coletivistas de desenvolvimento: uma análise comparativa intracultural. Em LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo/ Salvador: Casa do Psicólogo / EDUFBA, 2002, p. 165-204.
- RICHMOND, M. K.; STOCKER, C. M.; RIENKS, S. L. Longitudinal associations between sibling relationship quality, parental differential treatment, and children's adjustment. **Journal of family psychology**, v. 19, n. 4, p. 550-559, 2005.
- RIZZINI, I. Editorial: on cultural diversity and childhood adversity. **Childhood**, v. 8, n. 3, p. 315-321, 2001.
- RIZZINI, I. et al. (Coord.) **Acolhendo crianças e adolescente**: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo, SP: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006, 152 p.
- RODRIGUEZ, G. et al. Evaluacion del riesgo psicosocial en familias usuarias de servicios sociales municipales. **Psicothema**, v. 18, n. 2, p. 200-206, 2006.
- ROMANELLI, G. Questões teóricas e metodológicas nos estudos sobre família e escola. In: ZAGO, N; CARVALHO, M. P. de & VILELA, R. A. T. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 245-64, 2003.
- ROSSETTI-FERREIRA, M.C. O apego e as reações da criança à separação da mãe. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, p. 3-19, fev., 1984.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C. et al. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C et al. (Org.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, p. 23-33, 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; SÓLON, L. A. G.; ALMEIDA, I, G. A delicada arte de ouvir e informar crianças. In: BENARDI, D. C. F. (Org.) **Direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Instituto Fazendo história; Núcleo de Estudos sobre a Criança e o Adolescente – NECA, cap. 5, 2008. (No prelo)

RUA, M. A. Infância em territórios de pobreza: os falares e sentires das crianças. In: VASCONCELLOS, V. M. R; SARMENTO, M. J. (Orgs.). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, p. 205-242, 2007.

RUTTER, M. Maternal deprivation. In: BORNSTEIN, M. H. (Ed.) **Handbook of Parenting** (vol.4). New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1995.

SANTOS, L. E. S.; FERRIANI, M. G. C. A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. **Rev Bras Enferm, Brasília**, v. 60, n. 5, p. 524-9, 2007a.

SANTOS, L. E. S.; FERRIANI, M. G. C. Domestic violence: from the visible to the invisible. **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 275-81, 2007b.

SCHETTINI FILHO, L. **Compreendendo os pais adotivos**. Recife: Bagaço, 1998.

SEDLAK, A.J.; BROADHURST, D.D. **The Third National Incidence Study of child abuse and neglect**. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services, Administration for Children, Youth, and Families, 1996.

SERRANO, S.A. **O abrigamento de crianças de 0 a 6 anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto**. 2008. 240f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP – USP), Ribeirão Preto, 2008.

SIDEBOTHAM, P; HERON, J.; THE ALSPAC STUDY TEAM. Child maltreatment in the “children of the nineties”:the role of the child. **Child Abuse & Neglect** , v. 27, p. 337–352, 2003.

SILVA, L. I. C. et al. Diferenças de gêneros nos grupos de brincadeira na rua: a hipótese de aproximação unilateral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 1, p. 114-121, 2004.

SILVA, L. W.; TOKUMARU, R. Cuidados Parentais e Alopais Recebidos por Crianças de Escolas Públicas e Particulares de Vitória – ES. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n.1, p. 133-141, 2008.

SILVA, M. R. S.; ELSEN, I.; LACHARITÉ, C. Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. **Paidéia**, v. 13, n. 26, p. 147-156, 2003.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta da Rede de Significações. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C et al. (Org.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, p. 35-49, 2004.

SOLON, L. A. G. **Perspectivas da criança em processo de adoção tardia**. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, F.; RODRIGUES, M. M. P. A Segregação Sexual na Interação de Crianças de 8 e 9 Anos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 3, p. 489-496, 2002.

SOUZA, M. P. R.; TEIXEIRA, D. C. S.; SILVA, M. C. Y. G. Conselho Tutelar: um novo instrumento social contra o fracasso escolar? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 71-82, 2003.

STANISLAWA, L. Characteristics of attachment behavior in institution-reared children. In: CRITTENDEN, P. M.; CLAUSSEN, A. H. (Ed) **The organization of attachment relationship**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 141-170, 2000.

STEWART, R. B. Sibling Attachment Relationships: Child-Infant Interactions in the Strange Situation. **Developmental Psychology**. v. 19, n. 2, p. 192-199, 1983.

TAKAHASHI, K. Toward a life span theory of close relationships: the affective relationships model. **Human Development**. v.48, n.1-2, p. 8-27, 48-66, jan/fev, 2005.

THORNE, B. From silence to voice: bringing children more fully into knowledge. **Childhood**, v. 9, n. 3, p. 251-254, 2002.

WANDERLIND, F. et al. Diferenças de gênero no brincar de crianças pré-escolares e escolares na brinquedoteca. **Paidéia**, v. 16, n.34, p. 263-273, 2006.

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A. T.; CUELLO, S. E. S. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 197-218, 2004.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: a noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES. J (Org). **Resiliência e Educação**. Cortez, São Paulo, 2001.

ZANELLA, A. V.; ANDRADA, E. G. C. Processos de significação no brincar: problematizando a constituição do sujeito. **Psicologia em Estudo**, v.7, n.2, Maringá, Jul./Dec., 2002.

ZOLOTOR, A. J.; RUNYAN, D. K. Social Capital, Family Violence, and Neglect. **Pediatrics**, v. 117, n. 6, p.1124-1131, 2006.

ZURAVIN, S.J.; DIBLASIO, F.A. Child-neglecting adolescent mothers: How do they differ from maltreating counterparts? **Journal of Interpersonal Violence**, v. 7, n. 4, p. 471-89, 1992.

APÊNDICE**Apêndice 1 - Autorização para realização de Pesquisa**

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, Presidente da instituição _____ CNPJ: _____ e guardião(ã) das crianças nela abrigadas, autorizo a realização da pesquisa intitulada “*Que posições ocupam os irmãos na rede de relações de crianças em situação de abrigamento?*”, desenvolvida por Ivy Gonçalves de Almeida, portadora do RG nº 28.909.671-6, pós-graduanda da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto e vinculada ao grupo de pesquisas do CINDEDI – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira.

Ribeirão Preto, _____ de _____ de _____

Presidente

Pesquisadora Ivy Gonçalves de Almeida
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (CINDEDI)
Endereço: Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto / Telefone: (016) 3602-3791

Apêndice 2 - Termo de consentimento livre e esclarecido (Presidente do abrigo)

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, presidente da instituição _____ CNPJ: _____ e guardião das crianças nela abrigadas, autorizo a realização da pesquisa intitulada “*Que posições ocupam os irmãos na rede de relações de crianças em situação de abrigamento?*”, desenvolvido por Ivy Gonçalves de Almeida, portadora do RG nº 28.909.671-6, pós-graduanda da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto e vinculada ao grupo de pesquisas do CINDEDI – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira.

Fui informado(a) que o objetivo principal deste projeto é investigar a rede de relações de crianças em situação de abrigamento (pessoas importantes para a crianças por oferecerem apoio, afeto, cuidado, educação e atenção ou, então, por serem aquelas que buscam, junto à criança, apoio, afeto, cuidado e atenção), procurando identificar se os irmãos ocupam posições de destaque. Além disso, tem-se como objetivo identificar a visão e conduta dos adultos que trabalham nas instituições a respeito do relacionamento entre irmãos em situação de abrigamento.

Fui esclarecido(a) de que a pesquisa se utilizará de informações coletadas no abrigo através de entrevistas com crianças que sejam membros de grupos de irmãos e com alguns funcionários (educadores e técnicos) e que, para isto, seguirá as normas estipuladas pela resolução 196/96 do Conselho Nacional da Saúde sobre Pesquisa com Seres Humanos

Estou ciente de que as entrevistas serão gravadas, compondo o material para análise da pesquisa em questão. Fui informado(a), também, de que as observações coletadas, bem como o

material gravado durante as entrevistas serão utilizados somente para finalidade de pesquisa, respeitando-se o sigilo e as normas éticas quanto a identificação nominal desta instituição bem como dos participantes (crianças e funcionários).

Ressalta-se que a participação desta instituição é feita por um ato voluntário, ficando explícito que a pesquisa não trará qualquer tipo de apoio financeiro, dano ou despesa para a instituição e para os participantes. Fica explicitada também a possibilidade da interrupção da participação da instituição na pesquisa a qualquer momento, sem que esta decisão traga quaisquer conseqüências.

Todas as minhas dúvidas e questões no que diz respeito à pesquisa foram respondidas e a pesquisadora colocou-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que eu tiver em qualquer momento da realização da pesquisa, ou mesmo após o seu término.

Fui esclarecido de que as informações serão utilizadas com fins do estudo proposto, e farão parte do Banco de Dados do Centro de Investigação de Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (CINDEDI), podendo subsidiar outras pesquisas, ficando a pesquisadora autorizada a publicar o resultado desse trabalho para fins de publicação e divulgação científica, assegurando a não identificação nominal da instituição e das pessoas envolvidas.

Ribeirão Preto, _____ de _____ de _____
Diretor(a) da instituição _____
Pesquisadora Ivy Gonçalves de Almeida
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (CINDEDI)
Telefone: (016) 3602-3791
Endereço: Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto

Apêndice 3 - Termo de consentimento livre e esclarecido (técnicos e educadores)

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, aceito participar da pesquisa intitulada “*Que posições ocupam os irmãos na rede de relações de crianças em situação de abrigo?*”, desenvolvido por Ivy Gonçalves de Almeida, portadora do RG nº 28.909.671-6, pós-graduanda da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto e vinculada ao grupo de pesquisas do CINDEDI – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira.

Fui informado(a) que o objetivo principal deste projeto é investigar a rede de relações de crianças em situação de abrigo (pessoas importantes para a criança por oferecerem apoio, afeto, cuidado, educação e atenção ou, então, por serem aquelas pessoas que buscam, junto à criança, apoio, afeto, cuidado e atenção), procurando identificar se os irmãos ocupam posições de destaque. Além disso, tem-se como objetivo identificar a visão e conduta dos adultos que trabalham nas instituições a respeito do relacionamento entre irmãos em situação de abrigo.

Estou ciente de que minha participação implica em ser entrevistado e que a minha entrevista será gravada e seu conteúdo transcrito, compondo o material para a análise da pesquisa em questão.

Fui informado(a) de que minha participação é voluntária, e que não terei qualquer apoio financeiro, dano ou despesa. Fui informado de que posso interromper minha participação a qualquer momento, sem que isto me traga qualquer consequência pessoal ou em relação à instituição da qual faço parte.

Fui esclarecido(a) de que a entrevista será utilizada somente para fins de pesquisa e que seu conteúdo não será revelado para a diretoria da instituição ou a qualquer um de seus membros, respeitando-se as normas éticas relacionadas à utilização do material e ao sigilo da minha identificação nominal.

Afirmo que todas as minhas dúvidas e questões a respeito da pesquisa foram respondidas, ficando a pesquisadora à minha disposição para responder quaisquer outras dúvidas que eu tiver ao longo da pesquisa ou após seu término.

Fui esclarecido de que as informações serão utilizadas com fins do estudo proposto, e farão parte do Banco de Dados do CINDEDI, podendo subsidiar outras pesquisas, ficando a pesquisadora autorizada a publicar o resultado desse trabalho para fins de publicação e divulgação científica, desde que não haja a minha identificação.

Ribeirão Preto, _____ de _____ de _____

Participante _____

Pesquisadora Ivy Gonçalves de Almeida.

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (CINDEDI)

Telefone: (016) 3602-3791 / Endereço: Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto

Apêndice 4 - Ficha de apresentação do abrigo

Nome fictício:

Tempo de funcionamento:

Nº de crianças abrigadas no momento:

Capacidade de atendimento:

Nº de grupos de irmãos abrigados no momento:

Apêndice 5 - Ficha de apresentação das crianças

Nome fictício:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Período:

Outras atividades:

Causa do abrigamento:

Tempo de abrigamento:

Existência de abrigamentos anteriores:

Nº de irmãos:

Nº de irmãos abrigados no mesmo abrigo:

Rotina da criança (em que momentos os irmãos se encontram...):

Nº de irmãos abrigados em outros abrigos (motivo):

Frequência de encontro com irmãos abrigados em outro abrigo:

O grupo de irmãos são filhos dos mesmos pais?

Visitas que recebe (quem visita e frequência):

Possibilidade de retorno à família de origem:

Apêndice 6 - Ficha de controle dos encontros para as crianças



Nome da Criança:

Encontros	1º	2º	3º	4º
Data				
Assinatura da criança				

Apêndice 7 - Ficha de apresentação dos funcionários

Nome fictício:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Função:

Tempo de trabalho e trajetória na instituição:

Apêndice 8 - Entrevista com técnicos

- 1) Quais são os critérios adotados neste abrigo para seleção da população atendida?
- 2) Há algum critério que diz respeito ao acolhimento de irmãos?
- 3) Baseado na sua experiência, como você descreveria o relacionamento entre irmãos? (Por exemplo: Eles gostam de fazer algo juntos? O que? Se preocupam um com o outro? Preferem brincar entre eles ou com as outras crianças? Gostam de dormir juntos? Sentam perto para se alimentarem? Ou existe rivalidade?)
- 4) Qual é a orientação do abrigo em relação a isto? (Por exemplo: Permitem dormir próximos caso os irmãos queiram? Como intervêm nas brigas?)
- 5) Você acha que os grupos de irmãos se relacionam de forma diferentes das demais crianças? Por quê?

- 6) Na sua opinião existe alguma diferença entre lidar com grupos de irmãos ou com crianças que são abrigadas sozinhas?
- 7) Nos casos em que os irmãos são abrigados separadamente, você percebe algum aspecto diferente na adaptação da criança?
- 8) E com relação à saída do abrigo, há alguma diferença na reação dos irmãos quando eles são desabrigados juntos de quando são desabrigados separadamente?
- 9) Como as outras crianças se relacionam com grupos de irmãos?
- 10) Você tem alguns casos típicos para me contar?

Apêndice 9 - Entrevista com educadoras

- 1) Baseado na sua experiência, como você descreveria o relacionamento entre irmãos? (Por exemplo: Eles gostam de fazer algo juntos? O que? Se preocupam um com o outro? Preferem brincar entre eles ou com as outras crianças? Gostam de dormir juntos? Sentam perto para se alimentarem? Ou existe rivalidade?)
- 2) Qual é a orientação do abrigo em relação a isto? (Por exemplo: Permitem dormir próximos caso os irmãos queiram? Como intervêm nas brigas?)
- 3) Você acha que os grupos de irmãos se relacionam de forma diferentes das demais crianças? Por quê?
- 4) Na sua opinião existe alguma diferença entre lidar com grupos de irmãos ou com crianças que são abrigadas sozinhas?
- 5) Nos casos em que os irmãos são abrigados separadamente, você percebe algum aspecto diferente na adaptação da criança?
- 6) E com relação à saída do abrigo, há alguma diferença na reação dos irmãos quando eles são desabrigados juntos de quando são desabrigados separadamente?
- 7) Como as outras crianças se relacionam com grupos de irmãos?
- 8) Você tem alguns casos típicos para me contar?

ANEXO

Anexo 1 – Fotos do tapete: dois exemplos

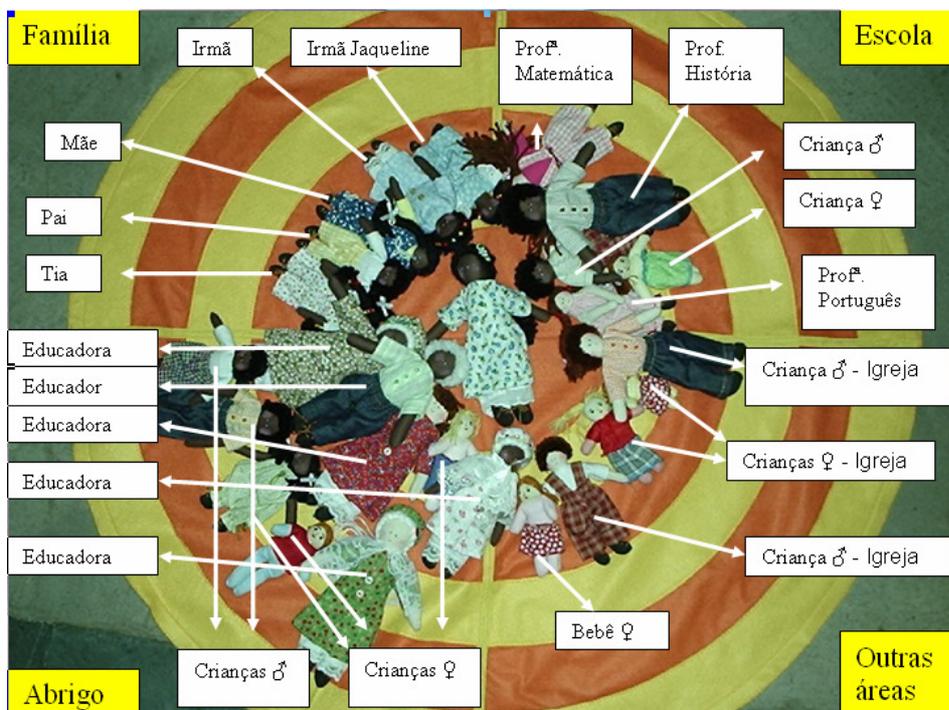


Foto: Pessoas que compõem a rede social de Clara, 12 anos de idade, acolhida no Abrigo C.

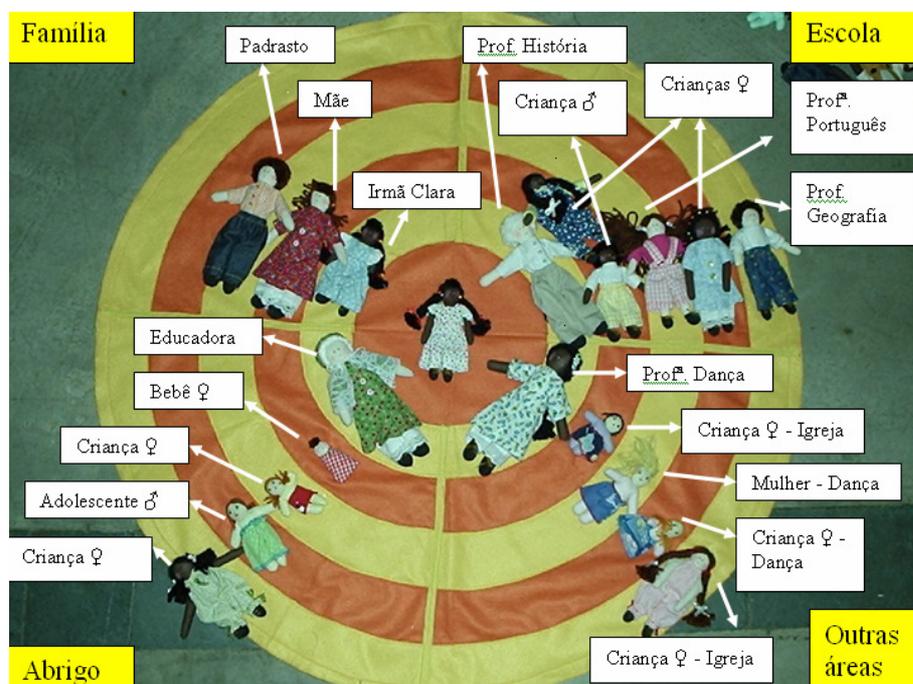


Foto: Pessoas que compõem a rede social de Jaqueline, 11 anos de idade, acolhida no Abrigo C.